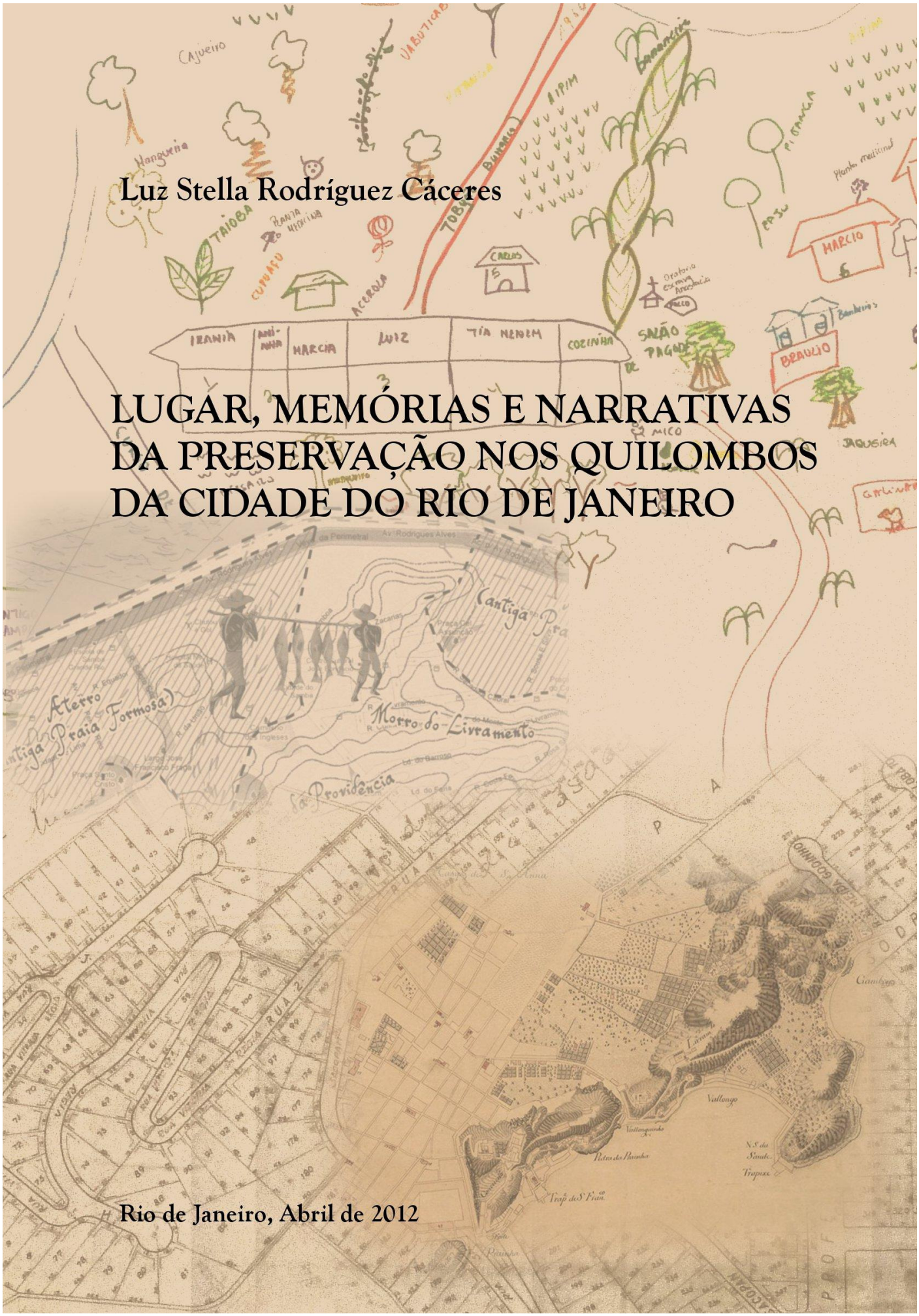


Luz Stella Rodríguez Cáceres

LUGAR, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA PRESERVAÇÃO NOS QUILOMBOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, Abril de 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUGAR, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA PRESERVAÇÃO NOS QUILOMBOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Luz Stella Rodríguez Cáceres

Rio de Janeiro, Abril de 2012

LUZ STELLA RODRÍGUEZ CÁCERES

LUGAR, MEMÓRIAS E NARRATIVAS DA PRESERVAÇÃO NOS QUILOMBOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientador:
Scott William Hoefle

Rio de Janeiro, Abril de 2012

Rodríguez, Luz Stella Cáceres
Lugar, Memórias e Narrativas da Preservação nos Quilombos da Cidade do Rio de Janeiro
Luz Stella Rodríguez Cáceres -2012
373 páginas; ilustrações, 10 mapas

Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Universidade Federal do Rio De Janeiro. Sistema de Bibliotecas e Informação; organizado por Luz Stella Rodríguez Cáceres Rio de Janeiro : 2012

Inclui bibliografia

Tese/ Quilombos Cidade, Lugar, Memória, Cartografia Social, Patrimônio, Cotidianidade e Monumentalidade

LUZ STELLA RODRÍGUEZ

Lugar, memórias e narrativas da preservação nos quilombos da cidade do Rio de Janeiro

Aprovado em 30 de Maio de 2012

Banca Examinadora

Professor Scott Hoefle
PPGG/ UFRJ

_____

Professora Ana Maria Daou
PPGG/ UFRJ

_____

Professor Henri Acselrad
IPPUR/UFRJ

_____

Professor José Reginaldo Gonçalves
IFCS/UFRJ

_____

Professor Rogério Haesbaer POSGEO /UFF

_____

RESUMO

Pedra do Sal e Sacopã são os lugares onde se encontram duas comunidades quilombolas na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa nesses locais se dirige à compreensão dos lugares como construções sociais, internamente heterogêneos, com configurações dialéticas e dinâmicas de relativas permanências e mudanças dentro dos processos sócio-espaciais urbanos. Ao revelar os dinâmicos e múltiplos sentidos do lugar, se corrobora a dificuldade de pensar em demarcações territoriais definitivas ou simbolicamente fixas.

A análise proposta visa compreender a construção dos lugares dos quilombos, discutidos e analisados nas suas diferenças, antes que pelas suas demandas específicas como comunidades quilombolas e suas próprias vicissitudes, pelos diálogos que são estabelecidos com as agendas da cidade pontualmente desenvolvidas em ditos locais. Essas agendas ou intervenções se sustentam por sua vez em narrativas possuidoras de discursos que se desdobram tanto na preservação ambiental quanto na preservação da memória cultural.

Ambos os casos se encontram imbricados, desde suas próprias índoles, aos discursos da preservação, bem da memória, bem da natureza, sempre sob a ótica do risco da perda ou de ameaça de desaparecimento. Em consequência, a preservação se tornou uma categoria cotidiana com a que ambos os quilombos cariocas têm que efetuar negociações, ora para confrontá-la, ora para se sustentar nela.

O desafio de comparar os lugares desses quilombos nas suas respectivas particularidades se deu a fim de explorar a forma como as dimensões da monumentalidade e da cotidianidade se fazem presentes simultaneamente na construção discursiva dos lugares. As dimensões da monumentalidade e do cotidiano são tomadas aqui como formas de mediação das relações com os espaços, e conformam uma oposição relacional, antes que tipológica, sobre as formas como se vivenciam esses lugares. Explora-se como uma ou outra modalidade discursiva aparecem com mais ou menos força, e também simultaneamente, para retroalimentar o "interior" e o "exterior" das práticas sociais e cotidianas e os conflitos que atravessam Sacopã e Pedra do Sal. Nesse sentido, os conflitos devem uma parte ao papel desempenhado pelas memórias sociais e genealógicas ou vividas, que estabelecem a seu modo um sentido de pertencimento tensionado pelo enfrentamento entre um acúmulo de experiências e um horizonte de expectativas.

Ambos são lugares de persistente negociação dos sentidos onde a imputação de significados é variável, como consequência dos diferentes atores sociais que têm tomado parte na construção destes dois lugares. Contudo, estes significados têm conseguido criar uma verdadeira dimensão afetiva com um forte poder de identificação e agênciamento.

ABSTRACT

Pedra do Sal and Sacopã are Afro-Brazilian communities located in the city of Rio de Janeiro. The research in these places investigated the understanding of place as social constructions, internally heterogeneous, with dialectical configurations and relative permanency and change within urban socio-spatial processes. By revealing the dynamics and multiple feelings of place the difficulty of thinking about definitive or fixed symbolic territorial demarcations is highlighted.

The study focuses on comprehending the construction of Afro-Brazilian places, which are discussed and analyzed with regard to differences and dialogues created with regard to the official agenda of the city undertaken in these specific places rather than only investigating the demands and vicissitudes of becoming formally recognized Afro-Brazilian communities. The agenda with the city and official interventions create discursive narratives related to preserving the environment and cultural memory.

In the two cases inter-tangled discourses of environmental and cultural preservation are used to justify intervention under threat of disappearance. As a result, preservation becomes an everyday category with which both Afro-Brazilian communities have to negotiate and confront in order to be sustained by it.

The challenge is to compare notions of place in the two communities, each with its own peculiarities, in order to explore how dimensions of monumentalizing and everyday practice are simultaneously present in the discursive construction of place. Monumentalizing and everyday practice are considered to be dimensions which mediate the relations with spaces and form a relational opposition, and not merely a typology, with how place is lived. The different discursive modes are shown to be weaker or stronger and to also feedback into notions of “inside” and “outside” in everyday social practice and to influence conflict within Sacopã and Pedra do Sal. In this sense, conflict stems in part from social, genealogical and lived memories, which in their own way establish a sense of belonging forged in confronting past experience with future expectation.

Both communities are characterized by constant negotiating of feeling in which the content of meaning is variable, having different consequences for the social actors who took part in building the two places. Despite the differences, the meaning constructed has succeeded in creating truly affective sentiment which generates considerable force of identification and agency.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 21

CAPÍTULO I ETNOGRAFIA DO LUGAR: MERGULHANDO EM DOIS MARES 31
1. Considerações metodológicas e entrada ao campo 31
2. Fazer campo na cidade 47
3. Etnografia do lugar 50
4. Cartografia Social 64

CAPÍTULO II 77

FAMÍLIA PINTO: DA ROÇA E DA FAVELA AO QUILOMBO SACOPÃ 77
1. Cartografando o coração do lugar 77
2. A Saga da Família Pinto: Roça, Feijoada e Pagode 84
3. Memória e relatos do espaço 94
4. Da arte de conquistar alianças e de cultivar inimigos 100
5. A força do lugar 107
6. Favelização, Verticalização, Remoção e Resistência 115
7. Dos caminhos na busca de justiça e reconhecimento 123
7.1 O quilombo da Família Sacopã 130
8. Demarcações cartográficas e representações do lugar 135
8.1 Os discursos ambientalistas: entre o riscos e a monumentalização 150
9. O que representa Sacopã na cidade 181

CAPÍTULO III

PEDRA DO SAL: O PATRIMÔNIO E AS ARMADILHAS DA POLÍTICA DA MEMÓRIA 189
1. Fazer campo no monumento 189
2. Memória e objetificação do lugar 193
3. Quilombo da Pedra do Sal versus Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Penitência 197
3.1 A VOT e sua obra 199
3.2 A política da memória da ARQUIPEDRA 204
4. Projeto Porto Maravilha 214
5. Patrimonialização, ressacralização e ritualização da Pedra do Sal 229
6. Os outros, muitos e heterogêneos protagonistas do lugar 244
6.1 Banhos de história, consumo cultural e gastronômico do lugar 247
6.2 Reinventando a roda: renovando o samba 261
6.3 A arte de sonhar com o lugar: Centro Cultural Pequena África 267
7 Tensões e catarses 276
7.3 Da cultura do lugar ao lugar da cultura 288
8. O Memorial da Diáspora Africana: preservando o passado, aniquilando o presente 293

CAPITULO IV

NARRATIVAS DA MONUMENTALIDADE E DO COTIDIANO NOS ÂMBITOS DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL 305
1. Tempo e discursos: Os cronotopos do lugar 305
2. A Natureza monumentalizada 315
3. Cotidianidades politizadas e naturezas patrimonializadas. 321
4. Uma memória de pedra: a monumentalização do cotidianos do passado 330
5. Textos, discursos músicas e representações gráficas da monumentalidade e o cotidiano 342

A MODO DE CONCLUSÃO **352**

ANEXOS **355**
Anexo 1- Entrevistas realizadas 355
Anexo 2 - Manuscrito de Tia Neném 356
Anexo 3 - Samba-Enredo da Escola Beija-Flor de Nilópolis em 2007 361
Anexo 4 - Enredo do Bloco de Carnaval Rola Preguiçosa 2010 362

BIBLIOGRAFIA **364**

LISTA DE IMAGENS

Capítulo II

Imagem 1: Mapa Mental 83

Imagem 2: Árvore genealógica da Família Pinto 85

Imagem 3: Plano de Alinhamento e Loteamento 2462de 1934 138

Imagem 4: Plano de Alinhamento e Loteamento 2462 de 1974 140

Imagem 5: Sobreposição da área do Condomínio Chácara de Sacopã à primeira demarcação do Quilombo Sacopã 145

Imagem 6: Modificação ao PAL 2462 em 1978 168

Imagens Capítulo III

Imagem 1: Propriedades da VOT nos arredores da Pedra do Sal 202

Imagem 2: Área Reivindicada por ARQUIPEDRA 211

Imagem 3: Plano da Cidade de 1791, com identificarão do Valongo 236

Imagem 4: A pequena África 251

Imagem 5: A pequena África e "seu patrimônio" 252

Imagens Capítulo IV

Foto 1: Casa encontrada no ato de replantio 327

Foto 2: Casa encontrada no ato de replantio 327

Foto 3: Painel da CEDAE intitulado "Pedra do Sal: múltiplas facetas de um monumento geológico-cultural" 332

Foto 4 Placa comemorativa do Bloco carnavalesco Escravos da Mauá 335

Foto 5: Placa instalada pelo INEPAC com motivo do tombamento 335

Foto 6: Instalação da placa de homenagem ao "povo negro" pelo presidente do Polo Empresarial Nova Rua Larga 335

Foto 7: Largo nomeado em homenagem a João da Baiana 335

Foto 8: A Pedra sendo utilizada como uma garagem para carros 338

Foto 9: Crianças brincando de escorrega na Pedra do Sal 338

Foto 10: Roda do grupo Samba na Fonte 339

Foto 11: Turistas em visita guiada à Pedra do Sal 339

Foto 12 A pedra do Sal tumultuada numa segunda-feira 339

Foto 13 O público começando a chegar para uma roda de samba 339

Foto 14 Carta de Cláudio dirigida à família, publicada no mural do terreiro, após a última ordem de despejo 345

Foto 15: Mensagem interna de Luiz Sacopã para sua família 346

Foto 16: Painel pendurado na Pedra do Sal durante o Dia Nacional do Samba, com informações sobre o processo de titulação quilombola 347

Foto 17: Painéis com informações sobre o "zungu" ou casas de angu na zona portuária comuns no século XIX, exibidos durante a comemoração do dia nacional do samba 347

Foto 18: Mural Pintado por Vanessa Rosa no muro da CEDAE 347

Foto: 19 Detalhes do mural 348

Foto 20: Baianas pintadas por Vanessa Rosa nas escadas que sobem o Morro da Conceição 349

Foto 21 Arte urbana, elaborada para o dia da Não violência contra a mulher 350

Foto 22 Arte urbana elaborada para o dia da não violência contra a mulher 350

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa com os marcadores da territorialidade do Quilombo da Família Pinto 99

Mapa 2: Primeira demarcação feita pelo INCRA em 2007 142

Mapa 3 Segunda demarcação do INCRA em 2010 147

Mapa 4: Território da Família Pinto sobreposto às demarcações do INCRA 149

Mapa 5: Confluência das três APA na área de estudo 156

Mapa 6: Região com o croqui do PJGM no ano 2000 163

Mapa 7: Relação entre os polígonos do PJGM e a APA Sacopã 165

Mapa 8 Croqui do PJGM sobreposto ao mapa das demarcações feitas pelo INCRA 174

Mapa 9 Território da Família Pinto sobreposto ao croqui do PJGM 178

LISTA DE SIGLAS

AEIC Área de Especial Interesse Cultural

AMAS Associação de Moradores e Amigos da Saúde

AMOFONTE Associação de Moradores da Fonte da Saudade

APA Área de Proteção Ambiental

AQUILERJ Associação de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro

ARQUIPEDRA Associação de Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal

CCC Centro Cultural Cartola

CCPA CENTRO CULTURAL PEQUENA AFRICA

CEDINE Conselho Estadual dos Direitos do Negro

CEDAE Companhia Estadual de Águas e Esgotos

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

COMLURB Companhia Municipal de Limpeza Urbana

COMDEDINE Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro

FCP Fundação Cultural Palmares

FECOMÉRCIO-RJ Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEPAC Instituto Estadual de Patrimônio Cultural

INT Instituto Nacional de Tecnologia

IPCN Instituto de Pesquisa de Culturas Negras

IPN Instituto Pretos Novos

IPHAN Instituto de Patrimônio Artístico e Nacional

MN Movimento Negro

PJGM Parque José Guilherme Merquior

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

PUC Pontifícia Universidade Católica

RTID Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SENAC-RIO Serviço Nacional de Aprendizagem do Comercio Rio de Janeiro

SIMERJ Sindicato do Comércio Varejista de Material Elétrico, Eletrônicos e Eletrodomésticos do Município do Rio de Janeiro

SMAC Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UPP Unidade de Policia Pacificadora

VOT Venerável Ordem Terceira

Para Ana, mi mami y todas las dulces guerreras que me han tejido.

AGRADECIMENTOS

Al maíz, lágrimas de sol,
que me pusieron en pie
al mar, vibración infinita
que me acogió.

Os agradecimentos numa tese de doutorado sempre são um rosário de nomes de pessoas que a maioria das vezes não se conhecem entre si e que o leitor sempre estranha e pula não sem razão. É provável que muitos desses nomes só se coloquem em contato através destas poucas linhas, ou mediante a realização da pesquisa, no caso das pessoas que me levaram a outras, e estas a sua vez, a outras. Essas pessoas e instituições constituíram assim, e sem o saber, uma cadeia de relações e insumos importantes em aspectos acadêmicos, pessoais, financeiros e afetivos para mim como autora. É por isto que vale a pena mencioná-los, pois todos os aqui aludidos confluíram, através de mim, no resultado de este trabalho. Isto os torna um pouco, e de forma *sui generis*, em autores, influenciadores, orientadores e inspiradores do mesmo. Pese a que a responsabilidade pelo resultado é totalmente minha, sozinha não o teria conseguido. Por isto mil vezes, *gracias*

Ao escrever esta linhas passam, irremediavelmente, as lembranças de 6 anos de moradia, vivências e estudos no Rio de Janeiro, desde que vim para fazer um mestrado. Durante estes anos conheci muitas pessoas, fiz grandes amigos e estive em contato com colegas de várias áreas, com os quais aprendi e partilhei um pedaço significativo da minha vida. Porém, isto significou também um distanciamento dos meus lá nos Andes colombianos, onde o ciclo da vida não se deteve. Neste lapso de tempo o meu amado vovozinho morreu, Azul e Nucita foram para um mundo melhor. Ainda a Diana casou e a Antônia

nasceu e a Micaela foi ficando mais velha, talvez este trabalho possa justificar de alguma forma a minha ausência nesses momentos e trajetos.

E é a minha família que inicialmente agradeço o apoio sempre presente e a força incondicional que ininterruptamente me brindaram em todos os momentos, mesmo na distancia. Gratidão total para minha mãe, que sem sabê-lo me transmitiu o saber e a paciência de uma linhagem de mulheres guerreiras e sublimes e depositou em mim grandes doses de energia e amor, ao meu pai que, de quando em quando, financiou minha saudade, e a minha irmãzinha pela escuta atenta, e a quem faço uma consideração especial pelo tempo e a gestão de dispendiosos trâmites burocráticos que fui precisando em Colômbia para minha estadia no Brasil.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio financeiro da CAPES, instituição da qual recebi bolsa durante os dois primeiros anos do doutorado e do Programa FAPERJ NOTA 10, do qual fui contemplada com uma bolsa para os dois anos seguintes. Graças a esses apoios consegui me dedicar integralmente à pesquisa e permanecer sem inconvenientes no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Agradeço especialmente a paciência de Ildione secretaria do PPGG e responsável por inúmeras cartas e declarações que entre outras coisas me permitiram renovar regularmente o meu visto de estudante ante a Policia Federal.

Do mesmo jeito agradeço ao coordenador do PPGG Nelson Fernandes pelo seu apoio para a conclusão e impressão do texto, e muito especialmente a disposição e ajuda da professora Ana Maria Daou, com quem tive diálogos enriquecedores para o desenvolvimento deste trabalho. Foi pela sua instigação para ampliar os horizontes que terminei envolvida no projeto *Experiências em Cartografia Social* do laboratório ETTERN no IPPUR/UFRJ dirigido pelo Professor Henri Acscelrad, a ele também agradeço não só a acolhida e a confiança para os projetos que encaramos, como também a oportunidade de reencontro e reconciliação com a cartografia social, aliciante importante para incluir a metodologia numa parte deste trabalho.

O desenvolvimento do projeto e o seminário *Cartografia Social e Território em América Latina* no 2010 me colocou em contato com maravilhosas pessoas, de maneira especial com a professora Maria Hoffmann do IFCS/UFRJ por quem tenho imensa gratidão pelo ânimo injetado nos períodos de dúvida durante a escrita e pelos seus valiosos e críticos comentários a vários dos capítulos desta tese.

O espaço de seminário e debates do LAARES/IFCS/UFRJ *Laboratório de Antropologia da Arquitetura e Espaços* foi muito importante para o enriquecimento deste trabalho, a exposição e comparação de outras experiências empíricas foi um acréscimo inestimável no exercício da escrita. Agradeço aos meus colegas de LAARES a bela oportunidade de troca, escuta e leitura, assim como a chance te ter podido debater alguns dos meus avanços na pesquisa.

No segundo semestre do 2008 tive a oportunidade de participar em Salvador da *XI Fábrica de Ideias, Curso avançado em Estudos Étnicos e Raciais: Cidadania, Direitos Humanos e Processos Identitários*[1]. Graças a este programa estabeleci relações com pesquisadores afins aos meus interesses acadêmicos, os quais se tornaram ao longo destes anos em grandes críticos, camaradas e um importante nó na rede de contatos. Entre todos eles desejo destacar especialmente a Sandro Silva, professor de Antropologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Sem Sandro por perto em certos momentos eu teria fugido do eixo; também foi graças a ele que conheci o cartógrafo Paulo Santos do IBGE, grande amigo e colega que encarou com entusiasmo o desafio que lhe propus de representar, fora das convenções cartográficas e sem nenhuma contrapartida econômica, o território da família Pinto.

Paulo dispôs para este trabalho grande parte do seu tempo, energia e conhecimento e sou grata pela camaradagem na experiência do mapeamento em Sacopã, que foi uma valiosa oportunidade para acrescentar aprendizados. No mesmo sentido, foi chave a colaboração conhecimento e paciência de Robson Monsueto, o seu apoio foi uma peça

[1] Curso promovido pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia

vital para o desenvolvimento do componente cartográfico, agradeço muito o seu empenho e perfeccionismo na impressão dos mapas. Do mesmo modo, devo gratidão e admiração ao meu amigo Günter Leyen pelo seu valioso tempo, dicas oportunas e fazeres concretos na preparação das imagens e portada para a apresentação final de este trabalho.

Na coleta de dados foi importante a ajuda e colaboração dos funcionários do INCRA, Miguel Cardoso e meu grande amigo Vanilton Santos, que facilitaram meu acesso aos arquivos e processos dos casos estudados e quando possível, cederam para a pesquisa cópias do material cartográfico das demarcações territoriais nos quilombos da cidade de Rio de Janeiro.

Às meninas de letras, minhas colegas de casa e amigas da alma, que não merecem apenas esta etiqueta, agradeço mais que pela paciente revisão do português de alguns apartes desta tese, pelos diversos momentos que tecemos e as tramas pessoais nas que nos envolvemos. Devo a elas o fato de ter contado com um lar aconchegante e uma segunda família nesta cidade. Para Adi, irmã, terei sempre carinho e admiração profunda por todas as coisas que aprendi e todo o que ao seu lado cresci. Dela herdei a meiguice e amizade da Aninha, escuta paciente das minhas maluquices e consulta obrigada para os meus avanços e retrocessos. Foi por Anna que perdi o medo de problematizar o meu campo, separando, a tempo, meu lado emocional do desenvolvimento da pesquisa. A Leinimar, pedacinho de céu, agradeço o contagio da alegria e o otimismo nos momentos mais difíceis, mais especialmente sua ideia de ter me introduzido na Pedra do Sal, mediante a apresentação do seu compadre Luiz Torres, um dos líderes do Quilombo da Pedra do Sal.

Sou extremamente grata a Carolina Naged, Carolina Llanes, Natalia Quiceno e seus respectivos companheiros pela graça de ter contado em alguns momentos com "refúgios" colombianos para matar a saudades gastronômicas, partilhar as músicas que nos mexem, e a anistia de poder me queixar e até xingar em espanhol, não sabem quanto isto, em doses regulares, foi necessário. Igualmente agradeço a Pilar Cabanzo por estar ai, e sem nós o propor, nessa trilha que temos caminhado lado a lado. Gratidão

total para Úrsula Jaramillo e Juliana Jimenez, que deixaram um buraco enorme com sua partida e que foram parte dessa legião de anjos que me acompanharam neste trajeto de vida; assim como Cláudio Aún, a quem tenho que agradecer por ter sido mestre e luz na ciência da vida, e no cultivo da autoconfiança justo nos momentos que tinha as coisas tão perto e não as conseguia enxergar.

Sinto-me especialmente agradecida com família Pinto e com Luiz Sacopã pela sua disposição para papos, entrevistas e a convocatória dos membros da família para as diversas atividades que organizamos para a coleta de dados. Obrigada a Tininha e Ana Francisca pelas suas comidas e mimos recebidos e a Márcia e Mosquito pelo tempo dedicado nas entrevistas e as explicações que tantas vezes repetiram para mim. Agradecimentos especiais a Cláudio Torres pelo tempo que dedicou ao responder sempre e ao ritmo da escrita minhas regulares consultas e perguntas.

Na Pedra do Sal, agradeço infinitamente á galera de Samba na Fonte, especialmente a Aroldo quem me introduziu no seu berço do samba e com muita disposição mostrou-me uma outra cara da Pedra do Sal. Também sou grata a Rubem Confete e Celina Rodrigues no seu empenho de me fazer entender a Pequena África.

Finalmente, aos meus amados Antônio e Aurélio, obrigada pela paciência que me tiveram e por estar ai, "segurando a barra". Este projeto começou, de certa forma, com a chegada de Aurélio, logo chegou Antônio para me encorajar nas ocasiões de fraqueza e encher de amor infinito e carinho todos os momentos. Mais que seus valiosos comentários e oportunas correções gramaticais, agradeço seu paulatino envolvimento na pesquisa, a qual, de certa forma, terminou sendo por belos caminhos muito parte da gente.

Kublai perguntou para Marco:

- Você, que explora em profundidade e é capaz de interpretar os símbolos, saberia me dizer em direção a qual desses futuros nos levam os ventos propícios?

- Por esses portos eu não saberia traçar a rota nos mapas nem fixar a data da atracação. Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procurá-la. Pode ser que enquanto falamos ela esteja aflorando dispersa dentro dos confins do seu império; é possível encontrá-la, mas da maneira que eu disse.

O Grande Khan já estava folheando em seu atlas os mapas das ameaçadoras cidades que surgem nos pesadelos e nas maldições: Enoch, Babilônia, Yahoo, Butua, Brave New World.

Disse:

-É tudo inútil, se o último porto só pode ser a cidade infernal, que está lá no fundo e que nos suga num vórtice cada vez mais estreito.

E Polo:

-O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço.

Ítalo Calvino - *As Cidades Invisíveis*

INTRODUÇÃO

Lugar, memórias e narrativas da preservação nos quilombos da cidade do Rio de Janeiro é um trabalho que parte do lugar, como conceito espaço-temporal sensível aos movimentos do tempo e da história (MASSEY, 1994, WILLIAMS, 1977), para analisar os casos de dois quilombos contemporâneos registrados na metrópole carioca.

A proposta analítica confronta o papel das memórias, no plural, na construção dos lugares e estabelece um diálogo com os discursos da preservação do patrimônio ambiental e cultural no espaço urbano carioca, discursos produzidos por diversos agentes sociais como associações de moradores, comerciantes, artistas, ativistas, quilombolas, instituições estatais, religiosas etc. Tais discursos são incorporados aos processos de produção desses espaços, pelo que seu estudo permite refletir sobre como as atuais políticas da preservação interferem na dinâmica espacial, pois ao colocar o meio ambiente e a cultura nos termos da conservação patrimonial se reinventam os modos de relacionamento com a natureza os lugares e a cultura. Considerando de maneira especial os processos pelos quais os atores sociais elaboram seus discursos sobre o mundo e sobre si mesmos, este exercício analítico contemplará, entre várias possibilidades, as categorias da monumentalidade e cotidiano, levando em consideração a proposta analítica de Reginaldo Gonçalves (2002).

A experiência empírica se baseou nos quilombos Sacopã e Pedra do Sal, ambos na cidade do Rio de Janeiro, assumindo que o *quilombo* como forma de classificação para os grupos sociais atuais é uma categoria política em disputa em permanente redefinição. E se bem esta categoria tem representado uma ruptura no plano conceitual das ciências

sociais no Brasil, ela não se encontra ainda plenamente estabelecida e comporta uma diversidade de situações para os grupos que a assumem como identidade.

Parte-se aqui do reconhecimento da segregação espacial e racial na cidade. Contudo, os quilombos são diversos e não comportam uma única lógica, assim os casos estudados não sustentam a tese generalizante que afirma que

> os quilombos urbanos são formados, principalmente, por grupos que viviam ao redor de grandes cidades e foram englobados pelo crescimento urbano dos municípios, além de populações que habitavam áreas valorizadas nas cidades e que, a partir do século XX, foram obrigados a se deslocar para áreas de periferia para dar lugar a projetos de revitalização e embelezamento (JADER NICOLAU JUNIOR, 2007).

Cada caso é tão particular, que nenhuma teoria pode ser construída sob o titulo de quilombos urbanos, casos particulares sempre estão ai para desafiar os modelos gerais. Com afirma Doreen Massey (1984, 2008), nenhum processo geral acontece de forma pura e há sempre uma circunstância especifica, uma história particular e uma locação particular. A autora adverte que argumentar pela defesa do lugar de maneira indiferenciada significa manter a associação do local com o "bom" e o vulnerável. Se a forma espacial "abstrata" nada pode garantir sobre o conteúdo político ou ético das relações que constroem os lugares, então há que questionar os princípios espaciais gerais para não cair num certo fetichismo do lugar. Em consequência, não existe uma política universal das categorias espaciais topográficas ou cartográficas, e nisto a abordagem etnográfica foi fundamental. Assim, mais do que recorrer à fixação de categorias, o resultado da pesquisa é uma exposição dos processos relacionais no contexto.

O caminho para a compreensão dos casos é relacional e contextual. Não há, aqui, uma pretensão generalizante sobre a etnicidade urbana, nem há modelos de comunidades quilombolas prontos nos quais encaixar a realidade. Como Clifford Geertz propus antes de generalizar através dos casos, há que buscar generalizar dentro deles. Por isto a proposta deste estudo é a abordagem da questão em termos da relação existente entre processos gerais e questões particulares.

Nesse sentido, recorri aqui aos critérios baseados nos princípios de classificação dos

grupos sociais construídos pelos próprios sujeitos a partir dos conflitos particulares, e não como produto de classificações externas (ALMEIDA, 2005), numa tentativa acadêmica de fugir dos agenciamentos de classificação que produzem modelos cristalizantes de identidade.

Embora no exercício da crítica também aparecem as contradições às que se submetem essas lógicas de identificação. Assim, a experiência empírica confrontou o caso da Família Pinto onde o princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações em face de outros grupos; enquanto que, por outro lado, enfrentou a experiência do quilombo da Pedra do Sal cujo componente político-organizativo, demandante de condições para a reprodução econômica e cultural do grupo e a "continuidade" espacial, não convergiam para aglutinação social e o desenvolvimento de certa capacidade mobilizadora.

Decididamente, me propus transcender a dicotomia que marca as diferenças de ambas comunidades apenas por esse corte, e assim mais que contemplar as demandas sociais concretas, me ocupei também da forma como os lugares têm sido, criativa e diferencialmente, construídos, produzidos e ultimamente influenciados pelos discursos da preservação, o qual rende uma reflexão, centrada nas narrativas que tecem os lugares, a través das conexões entre espaço e tempo.

Nesse sentido, no exercício desenvolvido sobre a construção do lugar, uma abordagem desde a ótica da discursiva social - seja na forma de memórias, cartografias, relatos, gráficos e líricas foi efetiva para explorar esses lugares dos quilombos sob outros corpos teóricos, além da preocupação com as novas emergências étnicas e constituições de sujeitos coletivos. Mais que uma etnografia de grupos étnicos *stricto sensu*, o leitor encontrara aqui uma "etnografia dos lugares", isto porque as múltiplas formas das resistências e os processos de constituição de novos sujeitos de direitos estão articuladas ao lugar no qual se formam e se alimentam das experiências cotidianas de viver num lugar específico. As dinâmicas de produção desses lugares ligam a eles objetos e práticas sociais com histórias, memórias e identidades, articulando de maneira estreita experiências e conceições espaciotemporais dos sujeitos e coletivos sociais.

Assim, o objetivo inicial desta pesquisa que era contribuir com os estudos étnico-raciais desde uma perspectiva sócio-espacial, a partir da exploração de práticas espaciais de coletivos negros na cidade e sua constituição como sujeitos com identidades quilombolas[2] foi se deslocando, como resultado dos dados oferecidos e permitidos pelo campo, para uma compreensão da construção dos lugares onde os dois quilombos urbanos se encontram. Assim, não há aqui uma analise pormenorizado da política e marco jurídico que permitiu a ascensão da categoria quilombo, nem tampouco sobre as emergências étnicas no contexto de uma sociedade complexa. Deste modo, me afasto do mérito de analisar os labirintos da política quilombola no Brasil, e opto então por refletir sobre as formas discursivas que também tecem os lugares, as quais rendem uma discussão sobre os conteúdos expressos nos discursos ambientais e nos discursos do patrimônio que se vivenciam em ambos os casos.

Desde a ótica própria dos grandes modelos explicativos ambos os casos reúnem, entre outros denominadores comuns, a convergência dos remanescentes das políticas de remoção de favelas dos anos 1970 e os remanescentes das antigas áreas, abandonadas

---

[2] Num primeiro momento as minhas expectativas estiveram orientadas pelas teorias gerais sobre a etnicidade de Barth (1995, 2000) e Eriksen (1991, 1993). Também motivou-me o grande conjunto de pesquisa que vinculavam a etnicidade ao urbano, entre os quais se destacam os aportes inaugurais da Escola de Chicago, em especial de Robert Park que assumia a cidade como um tipo de sistema ecológico que criava oportunidades e constrangimentos para diferentes grupos classificados segundo classe, raça e etnia. Também foi uma importante leitura a série de monografias dos Estados Unidos nos anos 1960 e 1970 sobre guetos negros, cuja definição contem a coerção e a força de maneira intrínseca. Os estudos sobre guetos se caracterizaram por abordarem o confinamento negro como resultado do sistema de relações socais racializadas e como forma nativa de vivenciar uma posição social subalterna (LIEBERSON, 1974; TAEUBER, 1974; EDWARDS, 1974).

Finalmente, outro importante antecedente que guiou minhas buscas foram as pesquisas sobre Copperbelt realizadas pelo Instituto Rhodes-Livingstone[2]. Os pesquisadore Max Gluckman, Clyde Mitchell e A.L. Epstein, do Instituto Rhodes-Livingstone em Lusaka, foram conhecidos como a Escola de Manchester, realizaram estudos sobre etnicidade na cidade a partir da incorporação de trabalhadores migrantes de origem rural em trabalhos de mineração de cobre na antiga Rhodesia do Norte - hoje Zâmbia. Essas análises examinam a etnicidade em um espaço de colonização europeia em meio a mudanças, como o envolvimento das pessoas numa economia monetária e a urbanização dos trabalhadores migrantes nos acampamentos de barracas individuais, na cidade de Copperbelt.

por décadas das intervenções públicas, e hoje alvo das politicas do urbanismo competitivo, atravessado pela tendência de tornar os lugares, do espaço urbano, em produtos para o consumo visual (ZUKIN,2000).

Essa propensão se constata também no enobrecimento de paisagens, cimentadas sobre um imaginário de exclusividade e que tem encontrando na natureza uma das suas fontes de identificação e diferenciação social. Também se expressa nos contextos de restauração e renovação urbana que redefinem o significado social de um lugar e o dirige a um segmento do mercado seduzido pelo consumo de imagens que representam autenticidade, história, unificando os lugares da memória (ibid).

A tensão entre os grandes modelos explicativos e os dados etnográficos é resultado do diálogo entre Antropologia e Geografia, como fontes que tem conformado minha formação acadêmica. Evidentemente o trabalho etnográfico coloca em evidencia uma série de categorias nativas que ultrapassam os termos iniciais da analise como quilombo, memoria e lugar. Dita tensão está presente ao logo do texto, mas fica mais explícita em *Etnografia do lugar: mergulhando em dois mares*, o primeiro capítulo, apresento a metodologia empregada na pesquisa de campo. Sustento ali que com a observação etnográfica, a geografia ganha força quando reconhece que o conhecimento pormenorizado de situações localizadas é edificado a partir da análise das mobilizações dos agentes sociais e as práticas do cotidiano que constroem o espaço.

Nesse capítulo me posiciono como pesquisadora e explicitando brevemente minha trajetória num contexto de pesquisa mais amplo, ponho em evidência as minhas expectativas, assim como as mudanças que estas foram sofrendo no devir do campo. Mais que um trabalho coerente quis expor as transformações e os problemas que fizeram parte da construção dos dados. Ao refletir pormenorizadamente, desde a subjetividade pessoal sobre o fazer do campo, também ressalto a incompletude da etnografia do lugar que, como qualquer outra, funcionou como uma instantânea ampliada, um zoom com o qual fiz uma varredura sobre um sucinto momento que compunha uma processualidade social maior, impossível de se abarcar.

A opção por um trabalho híbrido entre Antropologia e Geografia obedeceu também à própria complexidade dos casos analisados que não se subscrevem a uma única dimensão. Sei que transito por terrenos fronteiriços, ao caminhar por regiões pouco conhecidas, ausentes nos mapas e guias, o risco é mais que as inconsistências o de ser interpelada pelos soldados das fronteiras, prontos a vigiar as linhas demarcatórias dos territórios disciplinares, prontos a barrar a entrada dos que não possuem autorização e se aventuram a ultrapassar os limites disciplinares. A tese não é totalmente antropologia, nem totalmente geografia. O antropólogo arguira uma economia na etnografia enquanto o geografo falta de compromisso com modelos teóricos gerais, por isto é uma pesquisa híbrida, atenta a estas divergências, que busca superar as caricaturizações mutuas (de cego rejeito ou de idealização ingênua), e examinar as limitações e os sentidos comuns que atravessam ambas as disciplinas.

O capítulo 2, *Família Pinto: da favela ao quilombo* se centra na exposição da problemática desta família, residente na ladeira Sacopã, no bairro da Lagoa. Há na etnografia um relato pormenorizado, cujo ritmo se dá pelos recortes de lembranças sobrepostas que compõem as narrativas do lugar, as quais ao ser dependentes em grande medida da história oral não são necessariamente lineares.

Estes relatos do lugar se imbricam inevitavelmente com a história da família na sua luta pelo reconhecimento da sua territorialidade, após décadas de testemunhar e protagonizar os processos socioeconômicos que têm modificado aquele bairro carioca. Deste modo, o lugar é *lócus* da memória coletiva da família, onde a sua identidade e a capacidade de mobilização política estão fortemente arraigadas no processo de construção do lugar.

A proposta do capítulo pretende o mapeamento das práticas e usos cotidianos do espaço do quilombo Sacopã, assim como sua resistência frente aos choques com a vizinhança e setores da sociedade organizados em prol da sua expulsão de uma valorizada área de Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, me dei à missão de rastrear e cartografar as estratégias empreendidas para legitimar o desterro que lhe tem sido designado á família. Desde os clássicos embates nas instituições formais de justiça, aos recentes confrontos com os discursos monumentalizantes do meio ambiente, no marco de uma política da natureza, que mediante a criação do Parque José Guilherme Merquior transformaram a presença do quilombo em crime ambiental.

Uma parte significativa das informações que compõem a documentação sobre a Família Pinto, dependeu do uso da cartografia social, como metodologia participativa para a construção dos dados. Os procedimentos que se levaram a cabo para este fim, compreendidos entre oficinas participativas para a construção dos mapas, coleta de histórias orais e trabalho no laboratório de cartografia são detalhados no primeiro capítulo, onde também se oferecem os parâmetros que guiaram esse trabalho feito em Sacopã. Acolhendo a proposta realizada por Michel de Certeau (2009:190), as operações de demarcação estiveram compostas também pelas compilações de histórias e fragmentos narrativos que a seu modo cumpriram a função de fundar e articular o espaço familiar.

Apesar de que o exercício não foi desenvolvido em ambos os casos estudados, pelas especificidades inerentes e demandas de cada caso, as considerações sobre o procedimento se encontram detalhadas no primeiro capítulo, onde a metodologia empregada para a pesquisa é exposta de modo geral. Contudo, o resultado do mapeamento, útil à compreensão das transformações do lugar, aparece desenvolvido ao longo do capítulo 2.

Pedra do sal: o patrimônio e as armadilhas da política da memória é o terceiro capítulo da tese, onde a etnografia do lugar encontra sua razão de ser. Parti da exploração da problemática entre o quilombo da Pedra do Sal e uma ordem religiosa católica com histórico assento na região, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia, (VOT), para aos poucos, ir me confrontando com as complexidades do lugar e uma grande variedade de atores.

Nesse capítulo exponho como na procura por entender a querela entre ambas as partes, eu fui encontrando no campo outros atores que com suas práticas cotidianas densificavam a identidade do lugar e certamente complicavam a sua leitura. Em comparação ao caso Sacopã, a quantidade de detalhes etnográficos, atores e protagonistas do caso de Pedra do Sal é muito maior, tornando sobrecarregada e provavelmente confusa a trama do lugar. Apesar de propor um recorte espacial, este, definitivamente, não delimitava os atores sociais que o definiam.

A Pedra do Sal, localizada no sopé do Morro da Conceição foi elevada como um monumento popular e marco da negritude carioca em 1987. Num momento de efervescência popular pós-ditadura e em decorrência da sua história negra e dos traços da cultura negra carioca que dai emergiriam, o lugar foi tombado como patrimônio imaterial pelo Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC).

A intenção do capítulo é explorar a passagem de Pedra do Sal, como patrimônio imaterial a quilombo e seu trânsito de local cotidiano a monumento da memória africana na cidade, vinculado tanto às práticas dos visitantes e transeuntes, como as de quem se consideram seus herdeiros e detentores. Nesse caso a etnografia foi mais útil para explicar como as narrativas do passado surgem na construção do patrimônio, antes que para entender os processos de constituição dos sujeitos quilombolas.

Ao me aproximar dos sentidos do lugar, baseados numa memória africana que tem monumentalizado o lugar mediante a objetificação de práticas culturais como o samba, o candomblé e o trabalho no porto; fui achando como as interpretações dessas histórias remetem mais do que a um só passado, a vários passados, cujas memórias concorrentes tornam difusa a linha entre a memória pessoal e memória social.

Finalmente, em O*s discursos da monumentalidade e o cotidiano nos âmbitos da preservação ambiental e patrimonial,* o último capítulo, larguei a rédea, e me lancei ao desafio de colocar em diálogo ambos os casos, aquém de uma discussão propriamente quilombola ou simplesmente da política que define os casos.

Porém, este propósito não parecia muito simples dado que ao longo da exposição dos casos, se esclarecia que cada um se confrontava com as lógicas do lugar determinadas pelos discursos do patrimônio cultural ou de meio ambiente, e imbricados, desde suas próprias naturezas com os discursos da preservação.

Contudo, a afinação de ambas as experiências tenha veio pela via do confronto entre práticas e fazeres cotidianos do lugar com discursos monumentalizantes do mesmo. Assim, ao encontrar presentes ambas as *modalidades* discursivas – monumentalidade e cotidiano - nos dois quilombos, o diálogo foi possível.

Enquanto a monumentalidade tem como referente, no imaginário, um objeto amostral multifacetado em suas interações predominantes e consensuais; o cotidiano é tecido mediante as práticas e usos de espaço e da memória, as quais são exploradas ao longo dos dois capítulos empíricos. Nos dois casos se detectou que a relação entre ambas modalidades também se dá pela tensão existente entre o acúmulo de experiências e o horizonte de expectativas.

O que o pesquisador de campo inventa, por tanto, é seu próprio entendimento: as analogias que ele cria são extensões das sua próprias noções e daquelas da sua cultura, transformadas por suas experiências de situação de campo. Ele utiliza estas últimas como uma espécie de "alavanca" como faz o atleta no salto com vara para catapultar sua compreensão para além dos limites impostos de vista prévios.

Roy Wagner –*A invenção da cultura*

It is not down in any map, true places never are
Herman Melville - *Moby Dick*

CAPÍTULO I
ETNOGRAFIA DO LUGAR: MERGULHANDO EM DOIS MARES

1. Considerações metodológicas e entrada ao campo

Em termos abrangentes, etnicidade e espaço sempre foram noções que atravessaram as minhas inquietações acadêmicas e as minhas diversas tarefas laborais desde que me formei como antropóloga na *Universidad Nacional de Colombia* em 2001. O meu interesse nos tópicos da identidade étnico-territorial negra emergiu do processo de titulação territorial para comunidades negras rurais na região da costa Pacífica da Colômbia na conjuntura dos anos 1990, do qual estive muito próxima por razões acadêmicas, afetivas e laborais. Por mais de cinco anos acompanhei esses processos de reconhecimento de direitos territoriais, ameaçados por diversos fatores sociais, econômicos e de violência. Apesar desta pesquisa não se encaixar, *a priori*, dentro daquela tendência que marcou minhas primeiras inquietações acadêmicas, é relevante ressaltá-la, como uma forma de enunciar o remoto lugar onde surgiu este trabalho e os contornos que a pesquisa assumiu ao caminhar.

Tomei consciência de que o espaço é um elemento essencial para a teoria sociocultural, quando este se mostrou necessário e útil para a compreensão dos fenômenos sociais que vivenciava na região do Pacífico colombiano, daí surgiu meu interesse pela geografia. Contudo, foi após a minha saída da região, que minha reflexão, mediada pelo espaço e pelo tempo, se afastou do conteúdo específico e localizado dessa experiência para se aproximar das noções de etnicidade, lugar e território como construções sociais em outros contextos.

A década de 1990 imprimiu nas ciências sociais em geral, e à Antropologia em particular, um interesse e uma perspectiva renovada no que diz respeito à relação do espaço com as relações sociais e com o seu significado simbólico. Se antes dessa década o espaço aparecia apenas como um pano de fundo, a partir deste giro epistemológico o espaço passou para um primeiro plano no momento de explicar as práticas e as relações sociais de um determinado grupo e é uma categoria fundante e determinante para a formação identitária dos diferentes grupos sociais que nele operam (LOW, 2000; KOKOT, 2006; GUPTA e FERGUNSON, 1997; LEFEBVRE, 1991; MAGNANI, 2002).

Durante meus estudos de pós-graduação em geografia adquiri novos conceitos para me aproximar dos processos étnico-territoriais, porém sem me desvencilhar da antropologia, especialmente porque minha forma de aproximação a certos fenômenos sociais continua sendo etnográfica, principalmente para alcançar a compreensão pela procura de significados. Se a etnografia é o melhor método para a compreensão da alteridade social, cultural e espacial, ou para a interpretação das categorias de comportamento e os significados imputados pelos atores a suas ações; porque não o seria para a interpretação do espaço e o lugar e os significados que as pessoas lhes outorgam, fruto de uma experiência vivencial?

A convergência de elementos conceituais da antropologia e da geografia nesta pesquisa me levaram a propor uma metodologia anfíbia que pode ser chamada de "etnografia do lugar". A exposição de como construí esta metodologia procura objetificar o meu percurso no campo e expor ao mesmo tempo o objeto da pesquisa. Ecoa aqui o questionamento de Cunin (2004) quando se pergunta se o pesquisador no seu campo, encontra o que procura ou produz o que encontra? Acredito que aqui o objeto da pesquisa é um produto do campo mesmo. Daí a impossibilidade de desvincular aqui a metodologia do objeto abordado. A problematização não só dos objetos e dos sujeitos do estudo, como do próprio trabalho de campo como forma de obter e construir dados, fazem parte do resultado desta pesquisa.

Na verdade, a abordagem tratada na etnografia de lugar não é uma novidade, e tem sido proposta para dar conta da experiência da vida cotidiana não apenas de um grupo social; senão dos coletivos sociais que estabelecem relações com um local, enquanto ao mesmo tempo são abordados macroprocessos tais como a globalização e a nova ordem social urbana. (LOW 2000, 2009; 1999; MAGNANI, 2002).

Em consequência, este trabalho analisa a construção dos lugares dos quilombos em diálogo com as agendas pontuais da cidade que, por a sua vez, está inserida numa certa agenda global, cujos traços se reconhecem pelo urbanismo competitivo com miras à internacionalização da cidade que vem caracterizando o Rio de Janeiro atual. Essas agendas são tomadas aqui como narrativas possuidoras de um discurso que se sintoniza com a preservação ambiental e cultural. Desta forma, as demandas comunitárias são abordadas dentro das dinâmicas locais desses espaços urbanos.

Para autores como Margaret Rodman (2003), o lugar é suscetível de analise etnográfico e também pode ser tomado como sujeito e objeto, pela sua agência no processo de formação da experiência das pessoas ao ser um meio de produção de sentidos, fundante de processos identitários e pela sua capacidade de afetar outros lugares dentro da rede de um meio geográfico mais amplo. De sua parte, Magnani considera que dita

> [...] estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. (MAGNANI, 2002:18)

Debates contemporâneos sobre metodologias etnográficas e estratégias de escrita enfatizam a importância da caracterização de atores sociais em termos de sua experiência do fenômeno teorizado, os quais ganham voz e lugar no texto escrito (Rodman 2003). A pesquisa etnográfica é cada vez mais julgada por sua capacidade de retratar o impacto dos macro e micro processos através da vivência dos indivíduos. Assim, uma efetiva teoria antropológica da espacialização da cultura e da experiência humana deve integrar as perspectivas da produção social e a construção social do espaço, ambos contextualizando as forças que produzem os espaços e mostrando as pessoas como

agentes sociais, construindo suas próprias realidades e significados simbólicos (Low, 2000).

Segundo James Clifford (1986) a etnografia se tornou o centro de "um fenômeno interdisciplinar emergente" de estudos culturais críticos e descritivos que inclui entre as variadas áreas acadêmicas análise e o conhecimento das práticas cotidianas e todos os estudos que se focam nos sistemas de significado de tradições em disputa e artefatos culturais. Para Kokot (2006) não há nada que substitua o trabalho de campo etnográfico como método de pesquisa empírica, mais ainda quando se trata de entender as práticas e crenças de atores individuais no nível local.

De qualquer forma, a opção pelo caminho etnográfico não foi simples, não só me enfrentava à sua pouca discussão e uso na geografia, como já reconhecido por Mitchell (2008) e Cloke (2004) [3], senão também ao fato de fazer etnografia no espaço urbano, organizado em princípios que introduzem outra escala, e graus de complexidade nas esferas da economia, do poder, da organização social e da produção simbólica. Sobre este tópico ampliarei as minhas reflexões mais adiante.

E se bem a imersão em campo, tal como a antropologia clássica malinowskiana nos ensinou, provê uma visão mais próxima e mais holística das formas como "os nativos" pensam, vivem e sentem. Do outro lado, a antropologia pós-moderna vem mostrando como essas visões, sentimentos e pensamentos, que tentamos representar, não podem ser separados da experiência do pesquisador em campo (CANCLINI, 1991; ROSALDO, 2000; NIGUEL, 1989). Assim, ao trazer a dimensão subjetiva dessa vivência, aprendemos não somente sobre os outros, mas muito mais sobre nós mesmos.

Entretanto, trazer para o texto os elementos da experiência subjetiva coloca alguns riscos. Um deles é o de se esquecer do seu caráter intrinsecamente intersubjetivo, colocando o pesquisador e sua experiência de estranhamento no centro do

[3] Se bem que a geografia cultural faz tempo já se abriu para os caminhos traçados pelos estudos culturais, especialmente a partir dos trabalhos de James Dunkan, (1990) e Denis Cosgrove (1998); o método e o campo permanecem pouco explorados em termos epistemológicos.

conhecimento a ser produzido. Não é muito fácil fugir dessa armadilha, pois o eixo do trabalho e seu fio condutor estão colocados em problemas teóricos e analíticos próprios do interesse do pesquisador e não do lado, perspectivas e interesses dos pesquisados, o que às vezes se torna justamente um conflito de interesses.

Durante o trabalho de campo, as fronteiras entre as vivências pessoais e a experiência etnográfica nunca são claras. Elas não podem nem devem ser definidas de forma exata, já que no trabalho de campo a etnografia se produz, inevitavelmente, a partir da experiência subjetiva, definitivamente não poderia ser de outra forma, e passá-lo por alto é cair na ficção. Mas, em muitos casos, as experiências vividas "em campo" extrapolam os objetivos da pesquisa, da tese e do próprio projeto de pesquisa, que nos obrigam a reformulá-lo.

Na maioria das vezes, as situações que disparam a reflexão metodológica são aquelas que nos colocam em maior desconforto em relação aos nossos informantes e as que colocam à prova nossa competência pessoal para lidar com problemas e frustrações decorrentes das relações interpessoais. Como parte da vida, o campo não depende inteiramente de nós como pesquisadores, senão da forma em que conseguimos estabelecer relações, umas são de sucesso e até transcendem para a posteridade em forma de amizades e alianças, outras vezes são utilitárias, em prol da pesquisa, e em outras se ressaltam nossas habilidades para criar desencontros.

Às vezes os problemas decorrem da própria fluidez com que essa relação se desenvolve, que leva a embaçar as fronteiras entre o vínculo gerado pela pesquisa e a amizade. Outras vezes, os problemas aparecem em função das expectativas que a própria realização da pesquisa gera, sobre-dimensionando suas características e as consequências que ela terá, ou não, nas condições de vida concretas de seus participantes. Isto é de maior transcendência nos casos nos que há uma mobilização política em curso.

Mas não somente as diferenças entre os interesses dos pesquisados e os objetivos procurados pelo pesquisador - que em construção, nem sempre são muito claros - são geradores de desencontros. Em todas as situações, quando os mal-entendidos se

produziram por falta ou por excesso de empatia entre eu como pessoa e pesquisadora e os pesquisados, as formas em que cada um performativizava seu papel de gênero, classe, cor e nacionalidade, e as ideias vinculadas a esses papéis estiveram envolvidas.

Algumas características pessoais se apresentaram como mais determinantes para definir minha posição como pesquisadora: o fato de eu ser mulher, estrangeira e qualificada como branca, sem importar a minha história ou o que eu mesma achasse de mim, e certamente ter um interesse de pesquisa centrado em quilombos contemporâneos. Acho necessário ressaltá-las assim como suas consequências no campo, pois não atuei de um lugar invisível, me envolvi com pessoas e lugares e as minhas interpretações não estão alheias, evidentemente, das relações estabelecidas. Mais que ressaltar a subjetividade de todo trabalho etnográfico, trata.se de refletir os efeitos que estas questões tiveram na produção dos dados. Essas características nem sempre foram relevantes, mas houve momentos em que apareceram como marcantes e operaram para que eu fosse tratada com suspeita, e basicamente como alguém não neutral. E apesar de que meu interesse específico não são apenas as relações raciais, entendi na carne própria como muitas das relações sociais no Brasil transitam, com relevância, por essas areias altamente movediças.

A partir de um artigo de Cunha (1998) sobre movimentos negros e políticas de identidade, eu estava ciente sobre quão tensas podiam ser as relações entre os discursos acadêmicos e militantes no Brasil, onde as políticas raciais e de identidade estão "imbricadas com a construção de um olhar autorizado e externo" (ibid:370). Esta tensão também se explicita, de acordo à autora, em um diálogo que compreende "brancos, não brancos nacionais, estrangeiros "brasilianistas" militantes de esquerda, intelectuais, órgãos federais, agências não governamentais" (ibid), porém foi necessário estar em campo para entender isto mais claramente.

Junto com as características pessoais que mediaram meu campo, outros elementos da minha vida pessoal começaram a aparecer mais significativas, tais como morar longe da minha família e em outro país, ser ainda estudante e manejar duas línguas, ou pelo menos acreditar que as manejava, pois em mais de uma oportunidade parecia mesmo

que as pessoas não compreendiam minhas perguntas, e outras tantas eu não entendia as respostas. Às vezes parecia que não falávamos a mesma língua, nunca soube com certeza até onde essa dificuldade comunicativa era uma diferença epistemológica, formulada pelo próprio registro das minhas reflexões analíticas, ou e até onde era um mecanismo de fuga diante de perguntas incômodas.

As formas em que essas variáveis de classe (expressadas no nível de estudos e tipo de profissão), cor da pele e tipo de pesquisa escolhida se misturaram no campo tiveram desenvolvimentos bem diferentes dos que eu esperava; desenvolvimentos aos que, em alguns casos, não sabia como responder, mas dos quais seria necessário dar conta. Dois exemplos mostram como a minha condição jogou de maneira determinante, mas de forma diferente.

O primeiro foi a entrevista realizada com Ana Simas, presidente da Associação de Moradores da Fonte da Saudade (AMOFONTE), uma das organizações que mais abertamente combatem a presença do quilombo Sacopã na Lagoa. Ana Simas aceitou me conceder uma entrevista, achei seu número telefônico num site onde circulam inumeráveis comunicados na internet, fazendo referência ao caso de Sacopã. Ao encontro, marcado numa loja de conveniência em frente da Lagoa Rodrigo Freitas, a presidente da AMOFONTE chegou com outras quatro mulheres pertencentes à associação. Ana me manifestou que tinha medo de falar com qualquer pessoa, pois seu trabalho implicava muitos riscos, e nesses dias acabava de sair uma reportagem com seu depoimento a respeito do quilombo Sacopã. Ela me expressou que temia as *reações, pois com essa gente nunca se sabe* e por isto achou necessário me encontrar acompanhada.

Antes de eu puder começar com minhas perguntas, fui eu quem foi interrogada pelas quatro mulheres, o que terminou numa situação desconfortável para mim. No princípio, até achei engraçado, "ossos do oficio" - *Tudo bem, eu também vou fazer perguntas, assim que estarei momentaneamente do outro lado, serei a pesquisadora pesquisada,* cheguei a escrever no meu diário de campo. Elas queriam saber sobre a minha vida pessoal, minhas condições econômicas e laborais, assim como meus vínculos institucionais, para isto me pediram para ver a minha carteira de estudante da UFRJ.

Concluíram que era comum que gringos se interessassem por essas questões, porém que era mais que curioso que uma "boliviana" viesse a se importar com o tema, mesmo que eu tivesse dito que era colombiana várias vezes.

A situação foi se tornando tensa quando me perguntaram pelas intenções reais e os motivos da pesquisa, para esse momento do campo eu já tinha estabelecido uma relação muito estreita com a Família Pinto, e isto me colocou numa situação bastante desconfortável para a qual eu não estava preparada, confesso que dei a resposta mais evasiva possível com o intuito de realizar a entrevista.

Contudo, achei o cúmulo quando fui requisitada a jurar que não fazia parte da Fundação Ford ou da ONG Koinonia[4]. Nesse momento argumentei que se as explicações anteriores não tinham sido suficientes, não tínhamos porque realizar a entrevista. Foi aí quando uma das acompanhantes de Ana Simas falou: *- Vamos Ana, ela parece boazinha, é inofensiva.* Engoli o "sapinho" e a entrevista começou, no momento em que tudo o que eu queria era ir embora.

Um outro momento de tensão no que as minhas "características" saíram em destaque foi no momento de estabelecer diálogo com o líder Damião Braga da Associação Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal – (ARQUIPEDRA). Eu tinha conhecido o líder num encontro da Associação de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (AQUILERJ) em Sacopã em 2009. Ali o líder se mostrou como um articulador político agudo, muito perspicaz e possuidor de grandiloquência para dominar palcos.

Como bom conhecedor da legislação quilombola nacional e como líder de uma das comunidades que eu pretendia estudar, contata-lo era fundamental, mas tinha sido difícil, e comportava-se esquivo, nas raras oportunidades que tive de vê-lo. Um ano após e sem planejamento tivemos um encontro informal. Além de Braga estavam presentes Vanilton Santos, funcionário do INCRA, Anna Paula Oliveira, amiga pessoal e

[4] Koinonia é uma ONG ecumênica que na sua pagina de internet se apresenta como um ator político do movimento ecumênico e que presta serviços ao movimento social com uma ênfase e apoio bem definido para o movimento quilombola brasileiro a traves do programa "Egbé Territórios Negros" Ver http://www.koinonia.org.br/institucional-koinonia.asp

militante do movimento negro. Nós falávamos das dificuldades dos movimentos sociais para se organizar no espaço urbano, das dispersões das pessoas em múltiplas atividades e da necessidade de se articular com outros movimentos urbanos etc.

Foi aí quando eu insisti com Damião Braga para que ele me concedesse uma entrevista formal, já que em encontros anteriores não tinha conseguido concretizar uma data para a entrevista. Ele respondeu para mim: *o problema dos pesquisadores é querer dar conta da vida das pessoas com um par de horas de conversa e escrever uma história complexa a partir de um simples papo e nos transformar nos seus objetos.* Eu compreendi o incômodo dele em se achar "objetificado" e lembrei dos olhares autorizados e externos que segundo Cunha (1998) envolvem as relações entre academia e movimentos sociais. Se bem o mal-estar e a desconfiança podem se fundamentar nas intervenções de pesquisadores sem deixar retorno, os casos de movimentos quilombolas têm estado amparados em estreitas relações. Em seguida adverti ao meu interlocutor que a minha pretensão era apenas compreender as circunstâncias que tinham motivado a organização do Quilombo Pedra do Sal, como argumentei, meu propósito inicial na pesquisa dirigiu-se à compreensão da constituição dos sujeitos quilombolas no espaço urbano, em um marco de processos de resistência.

Damião Braga respondeu que parte da sua resistência a conceder entrevistas era em razão das manipulações a que era submetido por parte dos pesquisadores e jornalistas. Nas suas palavras:

> É fato o quanto a academia se beneficiou historicamente ao falar das questões quilombolas, sem que houvesse o retorno mínimo a essas mesmas comunidades, os pesquisadores, intelectuais acadêmicos, os doutores de plantão elaboraram inúmeras teorias acerca desta questão, porem muito pouco ou quase nada houve de retorno concreto a essas comunidades.

Eu cheguei a inquirir se os laudos antropológicos, não seriam, por exemplo, uma contribuição da academia à causa quilombola. A sua resposta logo apontou:

> O laudo é como a carta de alforria, ele não teria que ser necessário. É que eles não chegam a entender o sentido de Pedra do Sal, nem da nossa luta. Você nunca vai compreender porque eu sou o sujeito da história, enquanto você apenas é uma pesquisadora branca, sem história.

O seu argumento foi um banho de água fria, que logo fechou a possibilidade de ter uma conversa mais fluída entre nós. Ainda que depois aconteceram outros encontros mais cordiais e menos tensos, nesse momento fiquei sem palavras, e a réplica não podia sair de mim, mas Anna Paula Oliveira, também ativista do movimento negro, respondeu para Damião como era evidente que ele manejava, como também tem sido apontado por Cunha (1998), os mesmos códigos das ciências sociais, ganhando para si essas categorias, pelo qual não lhe caberia o papel de informante ludibriado. Não cito a resposta de Anna por achar que tenha me resgatado da minha falta de competência pessoal para lidar com o momento, senão porque concordei com ela[5]. O campo, então, se mostrava tenso e difícil e os sujeitos abordados o domínio dos códigos da academia.

Assim, poderia se dizer que ser uma pesquisadora estrangeira, catalogada como branca e interessada em pesquisar quilombos me colocou, para esses dois atores antagônicos por antonomásia – a presidente de AMOFONTE e o presidente de ARQUIPEDRA, próxima ao perfil dos opositores que cada um deles imaginava para as suas causas.

Se bem as dúvidas sobre meu papel com ARQUIPEDRA não se dissiparam jamais, ao menos foram se neutralizando aos poucos. Nisto, acredito que, deveu incidir minha relação pessoal com Antônio Agenor Barbosa, arquiteto e morador do Morro da Conceição, respeitado e considerado pelas suas intervenções públicas, escritas e orais, questionando o *Projeto Porto Maravillha*; e pelas quais tem sido considerado como aliado.

De qualquer forma, houve uma ruptura entre o líder de ARQUIPEDRA e eu, que pode ter como consequências o caráter menos profundo das minhas observações no campo. Contudo, Geertz (1968) tem explicado que as rupturas no campo expõem a debilidade das estruturas que sustentam as relações interpessoais no campo, revelando as assimetrias entre trabalhador de campo e informante, eu tenho a certeza de que aquela diferença entre nós era mais ideológica que epistemológica ou do tipo "choque

[5] Acho necessário esclarecer que as observações contidas na minha análise não se destinam a denunciar o suposto "racismo às avessas" dos movimentos negros. Aqui se parte do reconhecimento de desigualdades raciais acentuadas na sociedade brasileira, e lido com a consciência de que a cor de pele tem sido uma marca real de subjugação, tentada de apagar com o mito da democracia racial. O que se releva aqui é dificuldade de se liberar das categorias hegemônicas mas também dos modelos de construção intelectuais e ideológicos bipolares.

cultural".

Na medida do possível tentei uma construção mais dialógica baseada em conversas e discussões. Embora quando se pesquisa e escreve, nem sempre é possível evitar cristalizar as pessoas, os coletivos e suas falas. Tenho que reconhecer que aquela ruptura me causou uma verdadeira crise de início. Tinha ficado sem objeto para a pesquisa? Deveria procurar um outro caso? Aqueles dias de começo de campo estiveram cheios de dúvidas e incertezas. Geertz (ibid) também assevera que como qualquer atividade humana, o trabalho de campo traz fracassos tanto mundanos como transcendentais, colocando cercos e limites às nossas análises.

Foi assim, no meio dessas vicissitudes, que transcorreu uma boa parte do campo, onde também houve também momentos de graça que me reconciliaram com o campo, e que me emocionaram até os ossos como o envolvimento, sem maiores prevenções, da Família Pinto com o trabalho cartográfico proposto e a colaboração de outros coletivos sociais na Pedra do Sal.

A metodologia desenvolvida foi uma mostra de trabalho de campo com trocas e diálogos em um nível construtivo de interesse tanto para a pesquisadora como para a família, no caso de Sacopã. Abençoei a amabilidade e a colaboração das pessoas no processo e comemorei o engajamento e a ajuda pessoal, não institucional, e sem contrapartida financeira de Paulo Santos, cartógrafo do IBGE, no trabalho de cartografia social, o qual exporei mais adiante.

Em outro sentido, minha condição de estrangeira funcionava bastante bem para que as pessoas aprofundassem as suas explicações, às vezes mais pedagógicas: *Você não sabe, mas aqui no Brasil, as coisas funcionam desta forma ou de tal outra....*De este modo, fui adquirindo ideias e informações sobre o que as pessoas pensavam sobre diferentes tópicos e com outros ângulos, isto foi extremamente enriquecedor, infelizmente todos esses dados não teriam como ser incluídos na análise desenvolvida e editar as entrevistas resultou numa tarefa um tanto trágica, pois eram longas e ricas em dados, mas nem todos relevantes para a pesquisa.

Por muito marcada que estivesse pela cor ou o privilégio da classe que se me outorgava, a etnografia necessitava transcender tais localizações a fim de articular um entendimento mais profundo. Essa articulação se baseava em técnicas qualitativas como a observação sistemática através de visitas repetidas aos lugares em diferentes horários e dias, o registro de dados, a interlocução efetiva em português e uma mistura específica de aliança crítica, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica que outorgaram ao "rapport"; uma atenção hermenêutica a estruturas e significados profundos ou implícitos (CLIFFORD, 1999: 94).

A pesquisa etnográfica foi desenvolvida através de encontros informais registrados em diário de campo e entrevistas formais, estruturadas, em alguns casos registradas com o gravador digital, sempre que as pessoas concordassem. Do mesmo jeito, foram feitas fotografias e filmagens com vídeo digital.

Durante os 6 últimos meses, concomitante à escrita da tese, assisti a algumas reuniões e uma assembleia da Associação de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro- AQUILERJ e participei das reuniões do Fórum Comunitário do Porto apoiadas pelo gabinete do vereador Eliomar Coelho do Partido Socialismo e Liberdade PSOL/RJ na tentativa de articulação dos movimentos sociais da região portuária e discussão das intervenções ligadas à política de revitalização do porto do Rio de Janeiro.

Outra parte da pesquisa transcorreu nos arquivos do INCRA do Rio de Janeiro onde repousam os processos e relatórios técnicos e antropológicos dos casos abordados, os quais foram fontes importantes quando não consegui contatos de primeira mão. Também ali aconteceram trocas de informações significativas com os funcionários a cargo. Outra fonte usada foram notas de jornal com noticias antigas e atuais informando sobre os processos sociais desenvolvidos em Pedra do Sal e Sacopã.

Todas as minhas observações aconteceram no "espaço público" e, salvo duas exceções, não visitei para os fins da observação etnográfica as moradias dos meus informantes e nada soube das disposições internas das suas casas ou dos arranjos dos seus espaços domésticos. Da mesma forma muito pouco me preocupei pelas relações intra-grupo. Isto

claro, também lhe coloca um víeis à pesquisa, já que ao não ultrapassar a fronteira, nem conviver ao interior dos grupos, esta não poderia aspirar a ser uma plena etnografia desses quilombos, senão apenas dos lugares onde estão e da forma como têm sido construídos socialmente com tal.

Nesse sentido, ter optado por um trabalho de portas para fora, tampouco me levou a projetar a pesquisa a partir do binômio de Da Matta (1987) de "a casa e a rua" para distinguir sociabilidades privadas das públicas.

Tampouco me adentrei na discussão de espaço público, entendido como uma categoria que ultrapassa a rua, e que é compreendido como o espaço civil de ações políticas e práticas sociais de cidadania (LEITE, 2007). Os espaços da etnografia conjugam identidade e lugar, locais de disputas práticas e simbólicas sobre o direito de estar na cidade, a partir de ações como ocupar espaços, traçar itinerários e criar fronteiras de pertencimento. Mesmo assim, a discussão sobre o espaço público, atravessado pelos pertencimentos étnicos, foi deixada de lado e aguarda por um desenvolvimento posterior.

Decididamente, como qualquer trabalho de campo, o meu encontrou-se limitado pelo meu breve período de "convivência" com as pessoas dos quilombos e nos lugares, as entrevistas e trocas que consegui realizar e as formas como as pessoas abriram o "jogo" para mim, me deixando participar com confiança dos espaços de encontro, ou me excluindo dos mesmos. No mesmo sentido, eu mesma dosei, devido a outras atividades ou ao cansaço mesmo, as minhas participações em programas, reuniões e atividades; e mesmo convidada, inúmeras vezes recusei assistir e participar.

Em consequência do caráter superficial e fragmentado das minhas observações, e das mudanças sociais permanentes a análise proposta não pretende alcançar noção alguma de totalidade. Por exemplo, as titulações para estes territórios quilombolas, como qualquer processo social, estão em aberto, e mesmo que estas chegassem a acontecer em brevidade, elas sempre são suscetíveis às mudanças sociais e os conflitos que continuarão a dinamizar esses contextos. Inclusive, se titulados esses territórios, sabemos que o título

não imobiliza, nem é garantia para frear qualquer novo dinamismo, pelo que os mapas e qualquer tentativa de congelamento sempre serão provisórios.

No caso de Sacopã é necessário ressaltar que o trabalho de campo foi feito somente no local, mas isto não reduz de nenhuma forma o grupo familiar apenas a esse espaço, já que uma grande parte da família mora em outros locais da cidade tanto por opção própria, como por a impossibilidade de construir mais moradias no interior do território de Sacopã, isto será ampliado no capítulo seguinte. Os outros locais onde moram os demais membros da família não entraram na observação pelas limitações que o tempo do trabalho de campo impuseram dificultando meu deslocamento a bairros distantes tanto entre si como de Sacopã. Contudo essas pessoas se consideram parte do lugar e das redes que ao redor de Sacopã se tecem. Certamente essas redes mereceram maior consideração em pesquisas futuras. Assim, eu não estudei aos Sacopã, senão em Sacopã. Os encontros em Sacopã foram sempre no salão do pagode, e na sua grande maioria marcados com antecedência e combinados pelo telefone. Também assisti a vários dos encontros de pagode e feijoada que aconteceram aos segundos sábados de cada mês entre 2009 e 2011.

Já em Pedra do Sal o meu trabalho foi facilitado pelo fato de passar vários dias da semana no Morro da Conceição onde morava meu companheiro. Assim meu trânsito por Pedra do Sal foi mais cotidiano, ao ser um lugar de livre acesso, (uma das subidas ao morro da Conceição), onde não precisava marcar com ninguém para aparecer por lá. Ali participei dos vários eventos públicos que com frequência acontecem e festividades com calendário regular como as comemorações do dia de São Jorge (23 de abril), a do dia da Consciência Negra (20 de novembro) e a do dia do Samba (2 de dezembro) e realizei entrevistas informais nos botecos da área. Nesses espaços conheci várias pessoas vinculadas ao lugar de diferentes formas, e não apenas moradores da área, provenientes de vários cantos da cidade, mas congregados ao lugar por diversos motivos afetivos e militantes, cujos laços ultrapassam a realização política e musical do lugar.

Em ambos os casos foram úteis fontes secundárias como noticias na imprensa e registros de outros pesquisadores me ajudaram a complementar dados etnográficos. Outra

ferramenta útil foi o uso de internet e emails para obter várias informações a respeito dos casos que circulam na rede, pois sendo casos muito midiáticos, depoimentos e entrevistas circularam na rede. Também usei email para me comunicar com alguns dos meus informantes. Se bem que a comunicação através da internet não responde às formas tradicionais de fazer trabalho de campo, representou uma ferramenta fundamental de trabalho.

A própria dificuldade de marcar encontros formais no meio das atividades diárias dos informantes estimulou a troca de emails. Cheguei a esta opção um pouco por acaso, no momento em que o arquivo da entrevista digitalizada realizada a Cláudio Torres[6] ficou com um som muito ruim e a transcrição tinha virado uma tortura. Decidi lhe escrever para corroborar algumas respostas e a surpresa foi que Cláudio, além de se empolgar muito com o trabalho, tinha uma vontade enorme de contar as coisas relacionadas com seu lugar, assim a internet permitiu o estabelecimento de conversas em um registro muito diferente ao que se estabelece nos encontros pessoais. Além disso, a comunicação se estabeleceu com maior fluidez, na medida em que eu conseguia compreender melhor o português escrito do que o português falado. Por outro lado, esse exercício teve como consequência que Claudio começasse se interessar na sistematização da memória familiar. Num email Claudio escreveu:

> Já tenho escrito algumas histórias reais de algumas experiências que tive com os animais nesse habitat, e a medida que venho lembrando, vou escrevendo, mas você me informou como escrever as histórias de maneira mais correta, e então gostaria de saber como funciona. Sendo que estou escrevendo mais sobre as experiências vividas no mato com os animais que tinha contato, e estas histórias se incorporam com as histórias dos meus antepassados. Como algumas crendices e superstições, e até comparações da vida animal com a vida de nós humanos.

Contudo, esse tipo de comunicação tem a vantagem de permitir um relacionamento casual e mais espontâneo do que os encontros previamente marcados. O encontro na rede viabilizou a manutenção de um vínculo permanente de comunicação sem necessidade de situações de pesquisa específicas e Cláudio se expandia à vontade para outros tópicos, que de certa forma expressavam a comodidade dele para o fazer, dentro da sua cotidianidade, que de outras formas seria impossível em função das distâncias e

6 Filho de Tia Neném e sobrinho de Luiz.

do tempo.

A comunicação por emails fluía porém, também, sem os referentes habituais que contextualizam o diálogo presencial do tipo olho no olho, onde além da palavra existem gestos, olhares, entonações e silêncios. A conversa por email poderia parecer menos real, ou mais facilmente truncada; uma relação "representada" e não "espontânea". Porém, para quem utiliza esse tipo de meio de comunicação de forma frequente, representa uma forma diferente de comunicação, com suas vantagens e pontos fracos, nem mais nem menos legítima do que outras. Para dizer a verdade teve mais essa sensação de papel representado em outras entrevistas cara a cara nas que as pessoas que tinham feito um exame autoconsciente e mais objetificado[7] da sua própria identidade cultural e do lugar.

Por um lado, ao se tratar de casos de relativo domínio público e que levantam polêmicas, muitas destas circulam, além dos jornais em papel, em blogs e páginas dedicadas à reflexão urbana. O uso destas informações sempre me colocaram desafios, já que proviam opiniões muitas vezes ofensivas, mas que por outro lado, não sairiam à luz sob nomes próprios. De qualquer forma, me parecia que não deveria os subestimar totalmente, pois são, de qualquer forma, indicadores da tensão social.

Agora que reflito sobre os processo do campo, faço um balanço que me leva a concluir que todas essas informações que consegui e os dados que construí me tomaram apenas uma pequena porcentagem dos meses de trabalho do campo. Cabe dizer que grande parte do tempo eu a investi na procura de interlocutores e orientações acadêmicas, no planejamento da logística do campo que incluía me apresentar a muitas pessoas que nem sequer voltei a ver depois, ou me deixaram esperando por uma resposta e em fazer centenas de cartas e contatos para me relacionar com as pessoas e finalmente em esperar: Grande lição de paciência!

Contudo, além do campo em si, a dificuldade esteve também na organização dos dados e na escrita, não me refiro apenas a fato de ter escrito em outra língua, senão ao desafio

[7] Uso a noção de objetificação, nos termos expostos por Handler (1984, 1988), para falar da tendência da lógica ocidental de imaginar e tratar fenômenos no materiais como cosas ou objetos

de encontrar um fio condutor narrativo que permitisse a apresentação dos dados de forma coerente. A compreensão do jargão técnico do direito que achei nos processos judiciais foi um desafio tão avassalador quanto enfrentar as páginas em branco. A relação com a escrita foi conturbada, mais que por trazer aqui a minha experiência em campo, pelo mal-estar decorrente da negociação com o texto, ao eleger, além das palavras certas, os dados relevantes, procurando um equilíbrio entre uma leitura que não fosse uma tortura sem desvirtuar os fatos.

2. Fazer campo na cidade

O campo também acontece no meio da vida cotidiana dos pesquisadores e as condições próprias. Assim, ao mesmo tempo em que transcorria pesquisa e a escrita eu lidava com questões de outro teor. Uma parte do tempo da pesquisa a empreguei em procurar casa no Rio de Janeiro, missão dificílima para uma estrangeira sem fiador, outro tanto de tempo desperdicei em procurar colegas para dividir o apartamento, quando não em fugir dos preços escandalosos dos aluguéis na cidade, num momento em que parece em que todos estamos sob a ameaça de expulsão. Tempo valioso se evaporou em dispendiosos trâmites burocráticos e na Receita Federal, assim como gastei dias completos, várias vezes ao ano na renovação anual do meu visto de estudante na Policia Federal, que quase se tornou meu segundo campo no Brasil.

Fazer etnografia na cidade foi uma novidade, algo não necessariamente procurado por mim desde o princípio. Foi no processo do campo que aprendi a gostar da cidade como objeto e a ver nela um leque de diversidades e de possibilidades, achando nela toda uma selva de símbolos Pois antes de enxergar a riqueza com a qual me deparei, via na cidade apenas possibilidades de pesquisa relacionadas ao colapso do sistema de transporte, às deficiências do saneamento básico, à falta de moradia, à concentração e má distribuição dos equipamentos, o aumento dos índices de poluição, da violência, do desemprego etc.

Certamente eu não estava muito longe do viés anti-urbanista da escola cultural norte-americana, porém mais que por ingenuidade, era pela minha própria experiência pessoal de estudos na Colômbia, quando o vínculo entre diversidade e cidade estava

associado aos cenários da desterritorialização, convertidas em refúgios para os deslocados pelo conflito armado entre guerrilhas, paramilitares, exército nacional e a pressão dos poderes econômicos. A minha visão inicial sobre a diversidade no espaço urbano estava precedida de um fator de complexa negatividade, dada pela violência no espaço rural que ainda desloca em grande proporção negros e indígenas para as cidades da Colombia[8]; certamente uma grande variedade de estudos no espaço urbano sem o viés do conflito e o deslocamento têm sido feitos na última década, destacando outro tipo de abordagens e perguntas.

Fazer trabalho de campo no lugar onde moro foi também atípico para mim, acostumada a fazer as malas e me ausentar por períodos de tempo para fazer etnografia. É verdade que já estava morando num país diferente do meu, mas o tornei rapidamente o meu lar. Talvez por isto fosse tão difícil levar no dia a dia e com disciplina o meu diário intensivo de campo, que foi menos intensivo e menos diário do que eu teria gostado, com frequência me assaltava a sensação de não ter "saído ao campo".

Contudo, a partir dos anos 1970, os antropólogos e outros cientistas sociais começaram a reorientar os seus trabalhos para as cidades, não podendo mais fugir delas (HANNERZ, 1980), na medida em que cada vez mais populações "tradicionais" entre outros "outros" abandonavam os seus recônditos lugares para se instalar no espaço urbano, demonstrando assim que não é necessário ir longe para encontro do "outro". Neste aspeto o Brasil tem dado grandes passos. Hermanos Viana afirma que enquanto hoje, em vários países, antropologia urbana é "tendência", o Brasil, seguindo os passos pioneiros do Gilberto Velho, acumula décadas de um rico corpo de investigação antropológica sobre suas metrópoles.

---

[8] Esta dramática situação de violência e despejo forçado se apresentava paralela ao auge de políticas multiculturais dirigidas essencialmente a populações negras e indígenas rurais. No momento em que eu saia da Colômbia começou a rondar no âmbito acadêmico a pergunta concreta sobre a aplicação efetiva desses novos marcos legais de reconhecimento multicultural no espaço urbano. Tanto para a população negra que vem sendo maioria nas cidades mais do que no âmbito rural (HOFFMANN, 2001;) assim como para indígenas deslocados ou em processo de recente etnização (ZAMBRANO, 2007), as respostas ao respeito ainda aguardam desenvolvimento.

Senti particular falta do deslocamento prolongado, de deixar o meu cotidiano para ter essa singular experiência da co-residência extensa, pois quanto maior é o deslocamento – não geográfico, mas social, cultural e simbólico –, maiores são as implicações pessoais que "viver no campo" traz para o pesquisador e eu tenho um grande gosto por isto. Assim tive que achar um efeito de estranhamento nesses locais que tinham se tornado habituais para mim para poder fazer coleta de dados.

Fazer campo na cidade também resultou um desafio, em momentos parecia que os lugares de estudos e os sujeitos estavam logo ai, óbvios, perto, ao alcance da mão, que apenas seria necessário tomar um ônibus ou sair à rua e descer as escadas para estar no campo, mas quase sempre tinha que agendar pelo telefone, dependia não só da minha disposição como principalmente das pessoas, que em mais de uma vez furaram os encontros. Uma vez mais, paciência.

Contrariamente ao esperado, essa proximidade dos lugares e das pessoas contribui também em certa dispersão e no espaçamento das observações e entrevistas realizadas. Em momento em que o tempo ia contra mim eu pensava - *dá para fazer em outro dia.* Em outros momentos os mesmos entrevistados que me faziam voltar outro dia - *já que você mora por aqui mesmo...volte amanhã,* e isso atrapalhou, de certa forma, o fechamento da fase de trabalho de campo.

Além desses elementos anedóticos, o desafio do campo no espaço urbano estava também nas ferramentas de pesquisa. Como apontei no começo, eu parti para a etnografia quase que intuitivamente, mas em certo momento me deparei com o fato de que eu estava usando esse arsenal etnográfico, submetido a prova em contextos de sociedades menores e facilmente distinguíveis e delimitáveis, no meio da complexidade do espaço metropolitano carioca. Um escrito de Velho me trouxe calma, pois segundo ele

> Os mesmos pacientes métodos de observação despendidos por antropólogos tais como Boas e Lowie no estudo da vida e maneiras do índio norte-americano deveriam ser empregados ainda com maior sucesso na investigação dos costumes, crenças, práticas sociais e concepções gerais de vida que prevalecem em Little Italy, ou no baixo North Side de Chicago, ou no registro dos *folkways* mais sofisticados dos habitantes de Greenwich Village e da vizinhança de Washington Square em Nova York (VELHO, 1987: 28 apud MAGANANI 1996)

Ia então por bom caminho. A observação foi chave para delimitar os cenários[9] eleitos, aquém da delimitação quilombola propriamente dita, e as diferentes formas de apropriação no universo de significados dado aos lugares pelos atores; em quanto as entrevistas ajudaram a perceber lógicas, determinar regularidades e descobrir transgressões.

Sempre havia o risco de me focar nesses recortes empíricos mais ou menos delimitados, que eram os casos quilombolas do Rio de Janeiro, como unidades fechadas e autocentradas, caindo na tentação de "padrão de aldeia" advertida por Magnani (1996). Tinha, então, que articular essas experiências às variáveis da vida urbana e a saída foi mostrada pelo próprio campo; isto não foi difícil porque em ambos os casos, pela sua própria natureza, se vinculam aos processos urbanos e às discussões bem mais amplas, como especulação imobiliária, meio ambiente, memória urbana e fragmentação social que constituem às sociedades complexas.

3. Etnografia do lugar

Sem lugar a duvida, o momento mais culminante na reflexão metodológica se vinculou com a própria definição do objeto pesquisado, isto que a primeira vista parece o elemento mais terminado no início de qualquer pesquisa se tornou em um campo de disputa. Na medida em que o campo avançava a definição do objeto entre comunidade e lugar, parecia difusa.

Por momentos pensava *-isto vai se resolver quando conseguir entrar no campo e tenha falado com os atores.* Levava meses naquela disjuntiva, e custou tempo entender as informações que carregam os "não - dados", mas principalmente que eu estava no campo fazia tempo

[9]Cenário, no sentido apontado por Magnani (1996: 17), não sugere a ideia de um "palco" que os atores usam para o desempenho de seus papéis. Ele é entendido como produto de práticas sociais. Delimitar o cenário significa "identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção - a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores".

e que o campo era esse: Um campo carregado de ideologias e tensões, conflituoso e nada nítido e que seria eu quem o tornaria inteligível para os fins da pesquisa.

Entendi isto no próprio momento da escrita, numa tarde na que transcrevia a gravação que tinha feito da oficina de cartografia social em Sacopã. No âmbito daquela atividade participativa, todas as pessoas estavam falando juntas, tinha no mínimo três conversações acontecendo ao mesmo tempo, polemizando sobre aspectos e conflito do território, mas o que mais sobressaía era barulho, parecia que alguma coisa importante estava sendo dita, de repente uma palavra aparecia compreensível, mas perdia o contexto, a frase.

O gravador tinha permanecido ligado por muito tempo sem quem ninguém se dirigisse especificamente para ele, impaciente eu voltava uma e outra vez sobre o mesmo fragmento da gravação, para tentar tirar alguma coisa com sentido e que fosse "reproduzível". No final, o campo não são dados prontos, mas antes de tudo, um leque de peças sem sentido, barulhos e desenquadramentos que adquirem aparência legível depois de tê-los organizado. Contudo o que eu tenho para partilhar aqui são mais as minhas duvidas que as minhas certezas.

Claro que eu não era a única que organizava os dados, os atores também organizavam, à sua maneira, as suas visões dos acontecimentos nos que participavam. Apelando, às vezes, a uma explanação historicista e escatológica para explicar sua presença no lugar, a qual é, sem dúvida, uma das formas para objetificar o lugar. Eu não fiz uma abordagem diacrônica do lugar do tipo "biográfico", porém é difícil fugir de uma certa sequência cronológica para a apresentação dos casos, a qual se baseia numa leitura atual, tentando interpretar os pontos de vista dos atores protagonistas desses espaços.

Nem sempre o trabalho de campo me trazia muitas satisfações, pois na medida em que este ia se complicando, e não necessariamente avançando, crescia a minha sensação de estar lidando com dois objetos muito desiguais, às vezes os casos pareciam as duas caras de uma mesma moeda, e noutras mais que os dois extremos irreconciliáveis de um caminho, dois objetos só abordáveis por diferentes teores conceituais: Heidegger numa

esquina, propício para o caso Sacopã, Harvey na outra para entender Pedra do Sal; fenomenologia *versus* marxismo!!, De alguma forma era necessário colocá-los a dialogar.

Mas problemas em campo, mais que colocar a prova nossa capacidade pessoal, desafiam nossa criatividade e capacidade analítica. Ao parar para pensar esses fenômenos sociais, aquém da questão quilombola, eu me deixei em mais liberdade para refletir, as formas como esses lugares são narrados e vivenciados e como os discursos sobre monumentalidade histórica e ambiental são incorporados ou contestados nas práticas cotidianas das pessoas que os habitam.

Enquanto o campo em Sacopã avançava sem grandes contratempos e as pessoas abriam para mim o espaço vivido, o lugar construído e a história da sua luta, na Pedra do Sal o campo parecia que só se trancava, e apenas me inteirava de "fragmentos" por fofocas no bairro ou por notas de jornal. O estabelecimento de entrevistas e diálogos com pessoas do quilombo da Pedra do Sal foi tão tardio, que cheguei a cogitar abrir mão do caso.

Porém, mesmo sem a colaboração esperada por parte dos quilombolas da Pedra do Sal, tinha entrevistado várias outras pessoas, etnografado o lugar, e recolhido dados com uma riqueza, que bem mereciam análise e não podia desaproveitar. Ao escapar do discurso monopolizado da identidade étnica de um grupo, ampliava minha mirada para outros atores. Foi desta forma que a pretensão inicial de estudar a constituição dos quilombos urbanos no Rio de Janeiro e dos sujeitos como quilombolas foi cedendo para o entendimento de como lugares na cidade são apropriados, vivenciados e disputados por diferentes atores, onde os quilombolas são um ator a mais entre tantos outros. Aqui se explica tanto o caminho metodológico escolhido, e porque este não se desvencilha do próprio objeto de pesquisa.

No caso da Pedra de Sal eu não tinha, é certo, uma comunidade quilombola discreta, senão uma pluralidade de coletivos sociais parcialmente disjuntivos e sobrepostos que se entrecruzavam no mesmo lugar. Ao dar ênfase ao lugar mais que a unidade de um conjunto cultural, eu acedia a suas encruzilhadas e fronteiras e entendia que o processo de construção de lugar é sempre conflituoso. A respeito Harvey (1996: 306) encoraja a

suspeitar da ausência de uma controvérsia política ativa num lugar, pois a sua falta só pode ser interpretada como o signo da dominação de algum poder hegemônico.

Por outro lado, o grande avanço do que partiu o trabalho de campo foi que do espaço urbano, cheio de descontinuidades significativas, produto das diferentes formas de uso e apropriação do espaço, eu tinha identificado unidades significativas para observação e análise que não estavam dadas, pelo menos não da forma como aqui seriam resgatadas.

Apesar de que Pedra do Sal e Sacopã são reconhecidos como quilombos pelo Estado Brasileiro, a sua delimitação, parafraseando Magnani (1996) como "cenários" no meio do impreciso urbano requereu o reconhecimento de marcos e pontos de interseção a partir da prática cotidiana dos atores que dialogam permanentemente com as práticas do passado, favorecendo-as, dificultando-as e as transformando incessantemente (ibid 1996: 17). Esses cenários, que como já explicado, não são meros palcos, funcionam como pontos de encontro de redes de relações sociais, movimentos e comunicação construídas em escala muito maior do que aquelas definidas para o lugar no momento da pesquisa (MASSEY. 1997).

Aqueles marcos a serem reconhecidos, mais que geográficos e históricos, eram os de significado cotidiano e simbólico para os atores. Porém foi o pensar nos pontos de interseção o que me conduziu a me descentrar dos grupos, no caso quilombolas, nesses cenários e me aproximar assim dos lugares, cheios de vivencias, sentidos, sentidos contestados e contra-sentidos, na medida em que ambos os lugares, em diferentes escalas, não são exclusivos aos quilombolas que os reivindicam, se não que estão no foco de vários interesses.

Ao concentrar-me no lugar e lê-lo como um texto[10], apontava para entender os fluxos que o atravessam e as contradições que se tecem nas disputas pelo espaço a partir das múltiplas interpretações e diversos significados que lhe são atribuídos, legíveis também nos discursos cartográficos (HARLEY, 2009), ambientalistas e de memória (HUYSSEN,

[10] Desde 1990 James Dunkan propunha em *A cidade como texto* a busca dos símbolos da paisagem através de uma leitura desta como texto, mas só possível desde uma interpretação hermenêutica e transdisciplinar.

2000) que se sobrepõem nos lugares e que colocam em tensão permanente a cotidianidade e a monumentalidade, o espaço vivido e o representado (LEVEVBRE, 1991), o lugar sentido e o reverenciado, o passado e o presente.

Appadurai (1988 apud RODMA, 2003) vem encorajando a produção de etnografias que enfatizem a diversidade de temas que podem ser alcançadas num único lugar. Ao reconhecer a capacidade do lugar para receber diversas inscrições, pode-se partir à procura das escritas que grupos e pessoas realizam sobre o espaço.

Para isto a noção de discurso resulta útil se tomada como às visões de mundo que são expostas na escrita, na fala e nas representações cartográficas e do passado, e que partem de um autor posicionado para se contrapor a outros discursos. Desde qualquer óptica - ambientalista, patrimonialista ou cartográfica - os lugares aqui estudados são focos de intensa atividade discursiva e de representação, que socialmente os constroem.

Assim não há discursos sobre os lugares que tenham um caráter neutro. Se nos remetemos aos chamados conservacionistas para a preservação ambiental de um lugar, sempre acharemos um discurso posicionado que transcende a própria preservação da natureza e que se associa a postulados políticos implícitos. Quanto aos mapas dos lugares, Harley (2009) apelou também ao "discurso cartográfico" para rejeitar o mapa que é tomado como imagem neutra, pois este contem uma informação deliberada, intencional e discursiva que representa os interesses ideológicos e políticos de quem o sustenta. Já no eixo da memória, Gonçalves (2006) observa como as declaratórias de patrimônio sobre os lugares, são discursivamente construídas, e portanto analisáveis como possuidoras de uma intencionalidade e visão de mundo que descrevem noções de tempo, espaço, subjetividades e projetos políticos.

Tuan (1991) aponta o abandono da dimensão discursiva na extensa e crescente literatura do lugar. Por isto advoga por uma expansão da geografia humana para incluir os discursos como integrantes na construção e realização dos lugares, do mesmo modo em que são consideradas as práticas cotidianas. O lugar pode ter uma realidade única para cada habitante, enquanto os significados, construídos cultural e historicamente,

são partilhados. Contudo, as visões sobre os lugares estão sempre em concorrência e são contestados nas práticas cotidianas e nos discursos que os representam. (RODMA, 2003).

Entender as tensões do lugar entre o cotidiano e os discursos com os que os produtores do espaço carregam de significado os lugares é um dos pontos chaves na construção social do lugar, atendendo a multiplicidade das vozes dos seus habitantes. Retornar o controle sobre os significados do lugar aos produtores legítimos requer reconsideração de questões de poder e agência que implicam às pessoas que nós estudamos. Para isto, Rodman considera (2003: 208) necessário chegar a um acordo com o conceito "betwenneess of place" de Entrikin (1991), como sujeito e objeto em um contexto antropológico.

A agência do lugar é avaliada por Rodman (2003: 209) pelo seu papel na formação permanente da experiência das pessoas, o que também aponta, em outras palavras, para sua incidência na produção da autoconsciência, pela forma como os lugares são apreendidos e narrados pelas pessoas e os valores que lhe são adjudicados, e que por este meio se narram e se produzem a si mesmas. A autora também insiste que em vez de confinar a análise para ao ponto de vista do ator de um meio social mais amplo, se deve considerar como lugares específicos se implicam uns aos outros em um meio geográfico mais amplo. Por outros caminhos, a proposta de Appadurai (2010:17) sobre uma biografia social das coisas nos sugere também uma agência dos objetos

> [...]para isto temos que seguir as coisas em si mesmas, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Somente pela análise destas trajetórias podemos interpretar as transações e os cálculos humanos que dão vida às coisas. Assim, embora de um ponto de vista teórico atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista metodológico são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social.

Nos casos analisados essa agência do lugar se expõe a partir da sua incidência na produção de novos sujeitos de direitos, onde as pessoas se constituem em quilombolas a partir da defesa do lugar e de marcar nele uma fonte de pertencimento. Isto se reforça pela ligação de ditos locais com as narrativas do patrimônio e da preservação. Dentro da lógica desenvolvida por Gonçalves (2005) os patrimônios têm uma função importante

na construção da autoconsciência individual e coletiva. Assim, ao classificar um determinado lugar como monumento cultural ou ambiental, por exemplo, as pessoas estão agindo para que este dito patrimônio os invente e os transformar em sujeitos no mundo.

Daí a abordagem proposta se dirija à compreensão de como dentro de uma dupla estratégia; por uma lado como é objetificado e o processo social no que é mobilizado, e de outro lado, como o lugar adquire um papel de agência identitária nos sujeitos que o vivenciam.

Assim como os espaços, os lugares não são, tampouco, elementos inertes. Eles são "construções múltiplas e locais, politizadas, culturalmente relativas e historicamente específicas" (ibid:205). Nesse sentido, os lugares também se constituem em mediadores entre estruturas e relações sociais, passado e presente, natureza e cultura, e indivíduos e sociedade. Assim, a etnografia do lugar, como metodologia, apontou para a necessidade de construir um modelo analítico transdisciplinar para abordar cenários diferentes, e foi operativa nesta pesquisa para abordar os contornos do lugar, além da delimitação quilombola, abrindo uma janela de compreensão da complexa dinâmica de redes sociais locais em interação com escalas mais amplas (MASSEY, 1994).

Autores como Marcus (1995: 97), vem propondo uma *multi-sited ethnography*, que poderia ser traduzida aqui como uma etnografia multilocalizada como efeito de uma desconstrução do trabalho de campo *in situ* e da superação dos limites impostos pelas pesquisas de unidades culturais limitadas e espacialmente ancoradas (KOKOT, 2006; GUPTA e FERGUNSON, 1997, RETAILLE, 1995). A etnografia multilocalizada estaria preocupada com o trânsito de significados, objetos e identidades através diferentes locais, assim como as conexões entre os espaços, antes que concentradas num sítio, o que eu podia propor desde essa importante consideração era me estabelecer no lugar e a partir dele ficar atenta às redes, às praticas sociais e aos diferentes grupos que se ali se contrapõem e convergem.

A escolha pelo lugar para a análise dos dados partiu da mediação espacial das estruturas e as relações sociais (HARVEY, 1996, MASSEY, 1984) e teve como propósito explicitar a perspectiva do lugar e uma analise conscientemente espacial dos casos quilombolas abordados, ressaltando também a espacialização das relações sociais em jogo. Contam aqui as particulares formas em que ditas resistências estão articuladas ao lugar no que se conformaram e estão alimentadas pelas experiências cotidianas de viver nele.

Se bem, ao lidar com as lutas dos grupos quilombolas o território emerge indiscutivelmente como uma noção importante, associada a relações de poder pelos confrontos e disputas em jogo, a tomada do lugar como eixo conceitual da análise proposto obedece à intenção de explorar a dimensão afetiva, os sentidos do lugar e as "estruturas de sentimento" (WILLIAMS, 1977) vinculados aos processos de apropriação e produção espacial; e não deve ser lido como um desprezo da dimensão territorial que certamente caracteriza os casos abordados.

Se bem a geografia no Brasil tem se aproximado muito timidamente ás problemáticas ligadas às etnicidades indígenas e negras através de um marco conceitual ligado ao território, e o qual tende a ser pensando apenas em relação ao Estado. Acadêmicos de outras latitudes já o vêm fazendo e de forma crítica (BRYAN, 2009; OFFEN, 2003, 2003a OSLENDER, 2000, 2008). Alguns desses enfoques chamam a atenção para evitar certas idealizações e estar alerta sobre os novos arranjos nas constituições de ditos territórios. De fato, no marco dos assuntos de direitos étnico-territoriais, "território" possui certas qualidades utópicas, em marcado contraste aos supostos do mesmo, como uma categoria espacial preexistente; com frequência associada à experiências de economia de subsistência e dependência do solo, antes que a exigências pontuais de moradia (BRYAN; 2009).

A territorialidade étnica, inclusive nos lugares mais afastados está sob escrutínio, pois vem se modificando pelo impacto da colonização, a expansão dos agronegócios e a própria legislação multicultural que tem se encarregado de instituir uma carregada agenda que intervém densamente nesses lugares com toda sorte de novos sentidos e projetos, muitas vezes da mão de mediadores culturais profissionais. Assim, somos

chamados a lidar com a dualidade das categorias, que contrapõem experiências vividas a definições jurídicas ou mobilizações políticas, exemplos disto são "quilombo" e "território".

A noção de território, de fato, aparece com frequência nos casos e é usada como categoria de mobilização política pelos líderes dos casos estudados em certos momentos. Isto claro, porque território é uma expressão espacial do poder associada à política (SACK, 1986). De qualquer forma, reitero que a opção pelo lugar como categoria de análise não exclui processos de territorialidade. E como alguns autores o sugerem, esta separação tampouco é desejável (ESCOBAR, 2008; OSLENDER 2008), nem concomitante e a opção de uma categoria de análise não implica a exclusão da outra.

Entendida nos termos Sack (1986) a territorialidade seria uma estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas numa determinada área, esta também é relativa à forma como as pessoas usam o território, como se organizam e como lhe são atribuídos valores e sentido ao lugar.

Assim, além das práticas sociais e as relações através das quais os espaços são produzidos e postos em prática, Sack considera que uma parte da territorialidade se define pelas redes que influenciam o território mediante os sentidos que lhe são dados ao mesmo para criar a identidade do lugar. Contudo foi no "sentido do lugar" onde essas realidades que fui encontrando no trabalho de campo não se deixavam encaixar apenas numa descrição unitária e aonde uma flexibilidade enquanto a significados e fronteiras aprimorava. No espaço urbano, o espetáculo das sociedades complexas é também um convite ao entendimento da diversidade dos sentidos e significados que se possam sobre os lugares.

Desta maneira, a proposta de Massey (1997) a respeito do lugar teve um impacto na pesquisa e nos dados que ia construindo. A autora considera os lugares como dinâmicos e múltiplos, sem um sentido único partilhado por todos os atores, e este veio a ser, um pouco, o clima no campo, como o evidenciarão as disputas, não só externas, como

internas para a definição dos significados atuais, e a ressemantização no presente dos fatos do passado, e que serão expostas nos capítulos etnográficos.

O lugar, como categoria analítica foi oferecendo possibilidades que claramente iam além do "lugar antropológico" identitário, relacional e histórico, proposto por Augé (1994) como o espaço físico onde convergem as crenças, atividades e eventos temporais do ser humano e que dão forma a sua cultura, sendo a identidade do lugar o que convoca e une. Essa abordagem é funcional quando se considera que o lugar é ao mesmo tempo princípio de sentido para aqueles que o habitam, e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa. Porém esse "lugar antropológico" não dá mais conta das contradições da vida social contemporânea, o qual leva a Augé a considerar que o habitante do lugar antropológico vive na história, e não faz a história (1994: 60).

Certamente, lugares de rígidas demarcações territoriais e simbolicamente fixos são cada vez mais estranhos no mundo contemporâneo. Então a premissa aqui desenvolvida é a do entendimento do lugar antes que nada como um espaço de sociabilidade e de negociação dos sentidos, os quais se encontram em permanente fluxo. A atribuição de significados a um lugar é variável ao longo do tempo, criando assim uma dimensão afetiva e atribuições não raras vezes contraditórias, mas não por isto sem um certo poder de agenciamento.

No entendimento do lugar, Doreen Massey (1997) e Harvey (1996) coincidem em sua aversão às posições fatalistas de Relph (1970), Hayden (1997) e Kaufman (2009), inquietadas com a extinção do lugar por causa das ações do mundo contemporâneo e globalizado que a seu passo destruiriam os significados dos lugares. Para ambos autores essa tese deve ser vista com ceticismo, pois além de um certo exagero no impacto da globalização, passa-se por cima da vitalidade do lugar na criação de cultura, natureza e economia. Além disso, a globalização não inibe as diferenças, senão que se constitui um marco privilegiado para sua expressão (AMSELLE, 2001; GEERTZ , 2000).

Escobar (2008), ao igual que outros defensores do pós-desenvolvimentismo, advoga pela vitalidade do lugar. Ele defende a iminência de lhe dar um "lugar" proeminente ao

lugar, a partir da preocupação com a globalização no debate das ciências sociais das últimas décadas. Segundo Escobar, uma assimetria entre o local e o global tem sido recorrente nesse debate, onde este último é associado ao espaço e o capital e possui uma enorme capacidade transformadora do lugar. Enquanto o lugar, colocado perto da tradição é conexo a uma certa passividade, e estaria próximo a sucumbir.

Se por lugar entendemos um compromisso com a experiência e uma localização particular com alguma medida de enraizamento (mesmo que instável pois sua identidade é construída e nunca fixa), uns limites (porosos) e uma conexão à vida cotidiana, então o lugar continua sendo importante na vida da maioria das pessoas (ESCOBAR, 2008: 51).

A reflexão de Escobar em prol do lugar, com sua identidade não absoluta e com vitalidade frente à globalização é louvável, especialmente quando esta enuncia, dentro de fins políticos, "o poder do lugar", como base dos movimentos sociais. Contudo essa importância do lugar na vida das pessoas esteja longe de ser homogeneamente vivida. É ai onde Massey entra a contestar a ideia dos *lugares antropológicos*, habitados por comunidades homogêneas, com limites demarcados e identidades construídas através de relações profundas e históricas.

> O que dá ao lugar sua especificidade não é algum tipo de história longamente internalizada, mas o fato de que ele é construído a partir de uma constelação particular de relações sociais que se encontram e se enlaçam num lócus particular (MASSEY,1997: 322).

Contudo a abordagem proposta por Massey é vista por Rogerio Leite (2007:285) como contribuição e limite ao mesmo tempo. Segundo Leite, mesmo que os lugares modernos tenham deixado de ser nichos inalteráveis e fixos na tradição e apresentem configurações flexíveis; as convergências simbólicas de sentidos atribuídos são uma condição para que o espaço praticado se torne em lugar.

Leite concorda com Massey que "para afirmar sua singularidade e se diferenciar das outras configurações espaciais o lugar deve apresentar não uma identidade monolítica, imutável ou enraizada em uma única tradição" (2007:286). Porém o autor considera que é necessária a existência de "uma mínima convergência de conteúdos e práticas

simbólica, capaz de agregar sociabilidades que se assemelhem" o que não implica consenso, mas apenas possibilidades de entendimento que brindem um suporte prático e simbólico à vida pública cotidiana. Em síntese, Leite insiste que "para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um entendimentos mínimo sobre o que representa o lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam" (ibid:286).

Nesse sentido, podemos pensar que a reflexão de Harvey (1996) revalida as opiniões tanto de Massey (1997) como de Leite (2007), ao afirmar que um lugar adquire a sua permanência, assim como o seu caráter distintivo das atividades das pessoas que moram nele, lhe dando forma e construindo instituições, formas de organização e relações sociais dentro ou ao redor de um domínio circunscrito, onde a memória coletiva liga-o a um imaginário de pertencimento. Nas palavras de Leite "um lugar implica a existência reconhecida, reflexiva e compartilhada entre uma demarcação espacial e ações simbólicas, de modo que o espaço se torna lugar mediante as práticas sociais que lhe dão sentido" (2007: 293).

Embora, ao reconhecer que práticas e discursos de pertencimento e a criação de permanências particulares sempre serão objeto de toda sorte de contestações e disputas desestabilizadoras do sentido de lugar, Harvey se colocaria melhor do lado de Massey.

A crítica de Leite (2007: 285) ao desenvolvimento proposto por Massey (1997) se sustenta na ênfase que a autora dá ao sentido global do lugar, o qual não esta mais alheio às influencias globais. Por esta via, o lugar se insere numa rede de relações e entendimentos sociais, construídos numa escala que avassala o próprio lugar em determinado momento.

Embora para os pesquisadores dos territórios étnicos na América Latina, e seguramente em outras latitudes, as influências globais não podem ser mais desestimadas. Estas inserções provenientes de fora da própria localidade e com frequência da mesma nação, dadas tanto em formas políticas e novos arranjos jurídicos, como em formas econômicas a partir de ajudas e apoios financeiros articulados às complexas agendas mundiais de direitos, meio ambiente, raça e gênero, (BRYAN, 2009; OFFEN, 2003; THORNE,

2001) são desde muito tempo uma irremediável constatação de que a construção do lugar não depende mais exclusivamente e apenas das convergências simbólicas mínimas de sentidos atribuídos ao espaço localmente e emergidos de uma convivência cotidiana, como tem sido definido por Leite.

De fato, saindo da análise dos territórios dos grupos étnicos para pairar sobre outros lugares como espaços urbanos, paisagens naturais e culturais, não pode se desconhecer o papel que fenômenos como turismo massificado, as agendas para a conservação ambiental e as cartas internacionais para a preservação patrimonial, que gestadas fora dos lugares, por exemplo, cumprem um papel na própria construção desses lugares. Contudo, Leite reconhece que

> Os lugares podem apresentar conjuntos de sentidos convergentes diversos, através dos quais é possível ocorrer o entendimento cultural necessário para que sejam estabelecidas uma ou mais identidades sócioespaciais. Se hibrido, um lugar é sempre um campo tenso de disputas e negociações. Se fragmentário, a afirmação da diferença dispersa-se em distintas configurações espaciais (2007: 304)

Em consequência, quando os lugares são múltiplos, dinâmicos e impregnados pela multivocalidade, é relevante a procura pelos múltiplos sentidos do lugar (RODMAN, 2003). Isto pode denotar-se especialmente no espaço urbano onde os lugares também se constituem pela acumulação de diversas camadas de significados que criam densidades com efeito de agência quando são objetificados (LAWRENCE, 2005).

Na procura pelos múltiplos sentidos dos espaços praticados nos casos quilombolas abordados, o rastreamento dos discursos tanto conscientes como os não explícitos e das práticas cotidianas dirigidas ou desprovestes de aparente objetivo, foi uma importante ferramenta para a compreensão das formas como esses lugares têm sido construídos.

As possibilidades de reflexão sobre as práticas e narrativas dos lugares são numerosas, contudo aqui optei por colocá-las sob a óptica, que analisa cotidiano e monumentalidade, inspirada em Gonçalves (2002), como duas das dimensões, possíveis e concomitantes em ambos os casos, mas que essencialmente permitem articular um ponto necessário de comparação entre dois casos inicialmente tão distintos.

O seguimento desta tendência "múltipla" para o entendimento do lugar pode parecer para alguns como traição ou insensibilidade para os grupos sociais e movimentos para os quais o direito ao território constitui um objetivo político central. Esta escolha também foi um pouco contraditória e difícil de assumir para mim, si considera-se minha própria trajetória pessoal e compromisso com esses esforços coletivos que encaram a identidade absoluta do lugar como parte da luta territorial.

Handler (1994) afirma que como pesquisadores sociais, não podemos fiscalizar efetivamente os discursos públicos referente à política de identidade, sem separar-nos conscientemente, tanto quanto é possível das suas premissas implícitas. Fazer o contrário é arriscar-se a reproduzir ou pior ainda, celebrar em um jargão cientificista que legitima o que nomeia: uma ideologia de identidade da qual devemos nos distanciar.

Porém, estou ciente que me distanciar criticamente das ideologias de identidade e questionar sua filosofia cultural é uma tarefa politicamente delicada, especialmente com os povos pretendentes a uma identidade cultural coletiva, cujas lutas pela justiça social apoiamos.

Para Handler (ibid), desconstruir as noções de identidade cultural contem o risco de suportar "às forças sociais reacionárias" que procuram reafirmar a validade de identidades dominantes e homogêneas em contra dos defensores da diversidade multicultural. Contudo, apoiar as reivindicações dos grupos sociais sem crítica nenhuma é apoiar a reprodução de uma ideologia que, às vezes, pode ser simultaneamente hegemônica e opressiva. Por outro lado, conflitos e tensões fazem parte ha historia de logros de diferentes movimentos sociais, mas tendem a serem obviados porque são considerados negativos, ou sem benefícios imediatos.

Isto certamente não aconteceu sem dilemas, pois se por um lado minha pesquisa reforçava um movimento social e colaborava na sua produção como novos sujeitos sociais, também contribuía na desconstrução do outro. Cunin (2004: 147) reitera as dificuldades que enfrenta o antropólogo quando produz um discurso que não corresponde com as expetativas de aqueles que controlam sua própria posta em cena da identidade, podendo ver assim, fechadas as portas do campo. O discurso acadêmico pode aparecer como deslegitimador do político, contudo

explicitar a multiplicidade de mecanismo identitários , os conflitos internos e os fluxos pelos que passam os grupos sociais é enriquecedor tanto para a política como para a academia.

Em princípio parece que não há uma solução fácil para esse dilema, não obstante, Richard Handler (1994) insiste em que precisamos aprender a discutir sobre a identidade e cultura com "minorias" cuja opressão que deploramos. Para ele, essas discussões são fundamentais para uma política renovada de diversidade cultural, a qual não pode ser construída sobre a velha e às vezes esgotada epistemologia de identidade.

Em oposição à pesquisa ativista num campo cheio de paixões, e de grande constrangimento político onde se espera o aval do pesquisador, eu dei mais espaço à crítica cultural e considerei a sugestão de Massey (2004) de ir além das abordagens de defesa do território baseadas no lugar, e considerar as redes mais amplas, através das reivindicações a partir das quais o território e o lugar tomam forma.

4. Cartografia Social

O trabalho de campo com a Família Pinto, esteve acompanhado pelo desenvolvimento da cartografia social, metodologia de pesquisa participativa que tem por desafio incorporar os saberes próprios, as percepções espaciais e a memória coletiva na representação do território.

Uma das motivações do seu uso foi a concomitância do trabalho de campo com as ações que na época o INCRA realizava, tendentes a uma segunda demarcação da área quilombola e a qual diminuía em menos da metade o território reivindicado pela família, este tópico será abordado em detalhe no segundo capítulo.

Teria que dizer que a cartografia social foi uma das motivações para estudar geografia. Durante os meus anos de trabalho no Pacífico colombiano, tinha empregado a metodologia em atividades de apoio aos processos organizativos de comunidades negras tendo como finalidade a correção dos limites cartográficos, também promovíamos seu uso como insumo, bastante generalizado, para os chamados planos de manejo. Sem que

eu mesma tivesse uma reflexão muito crítica sobre o que estava fazendo à época, era apenas uma ferramenta onde importava ter ou gerar um mapa[11].

Foi no final de 2009 que fiz contato com o professor Henri Acselrad do IPPUR na pesquisa *Cartografias Sociais e Território em América Latina*. Esse período me colocou de frente com a bibliografia critica sobre a metodologia, assim como com autores críticos, praticantes e militantes. Reler e explorar este assunto me motivou a pensar na possibilidade de trabalhar com esta metodologia como uma forma de complementar a obtenção de dados no trabalho de campo.

A ideia de fazer o mapeamento em Sacopã começou a tomar forma na medida em que os contornos da problemática do território familiar iam se apresentando no formato de discursos cartográficos, mas só se consolidou quando a família se decidiu a participar, pelo fato de que à época, as contestações da vizinhança relativas à publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) vinham acompanhadas de mapas. Nesse processo as pessoas da família participaram ativamente na medida das suas possibilidades e disponibilidades de tempo. Luiz Sacopã avaliava assim o trabalho desenvolvido:

> Este trabalho veio para nos fortalecer, ele é um instrumento que vai fazer parte do histórico daqui, amanhã quando abrir a cortina você vai saber como era, e vai ver de novo no que terminou. Isto aqui dá mais um gás entre as outras coisas que a gente está tendo para continuar na luta. Venho a me lembrar da Tia Neném[12], de uma coisa que ela falava que me deixava chateado e revoltado porque ela dava aqui a responsabilidade aos orixás. Oh os orixás conseguiram isso, ah os orixás conseguiram aquilo! E eu ficava chateado porque era eu que caia ai na briga batendo com um e com outro, mas quando a gente vê uma possibilidade destas acontecendo com a gente, hoje eu tenho consciência de que ela estava certa, a gente têm aqui uma força extraterrestre, e este trabalho vem aqui a nos fortalecer[13]

---

11 Naquele momento do meu trabalho particular, eu tinha muitos desencontros com os cartógrafos, e um dia depois de um desentendimento literalmente epistemológico com um dos cartógrafos, minha chefe da época sugeriu que eu fosse estudar geografia. Não que o caminho tivesse sido direto desse modo, mas a inquietação estava presente ao chegar ao Departamento de Geografia da UFRJ em 2006. Logo constatei que este não era um tema abordado ou pensado nesse momento na pós-graduação, então o deixei de lado e terminei focando a minha pesquisa de mestrado numa comparação entre o Brasil e a Colômbia em termos de titulação territorial para comunidades negras rurais.

12 Maria Laudelina *Torres de* Freitas, irmã de Luiz Sacopã e mãe de Claudio Torres

13 Fala de Luiz Sacopã na oficina de cartografia em 19/06/2010

Embora as circunstâncias no campo fossem favoráveis, foi, sem dúvida, a parceria com Paulo Santos, cartógrafo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – (IBGE) e militante do Instituto de Pesquisa de Cultura Negra (IPCN) a que possibilitou que o trabalho fosse feito em Sacopã. No processo também contamos com a colaboração de geógrafo Robson Monsueto. Ambos trabalharam no processo a título pessoal.

O trabalho de cartografia social também chegou a ser proposto aos membros do Quilombo da Pedra do Sal, pois nos parecia que realizar o mapeamento nos quilombos reconhecidos da cidade seria ideal em termos comparativos. Porém, o líder não se mostrou interessado, e aclarou que para ele *o mapeamento era essencialmente uma responsabilidade do Estado e não faria nada para lhe poupar desse dever.* Essa a sua reposta também está vinculada ao foco da sua organização, centrada, antes que no lugar e no território, na memória e na temporalidade, tal e como como se mostrará no terceiro capítulo.

Assim, o trabalho de mapeamento apontou para a elaboração de uma cartografia do território do Quilombo Sacopã com a participação dos membros da família. Além disto, consideramos diversos documentos cartográficos produzidos para a área. Ao tempo que ocorria a segunda demarcação técnica do INCRA, nós recorremos, paralelamente, ao uso da cartografia social. Embora no Brasil essa ferramenta venha sendo intensamente usada em inúmeros contextos rurais, o seu uso no espaço urbano brasileiro é bastante recente[14]. Contudo, desde os anos 1960 os mapas cognitivos vem sendo explorados em contextos urbanos para descobrir diferentes informações territoriais e percepções contrastantes sobre o mesmo espaço (LYNCH 1960).

Nas últimas décadas, o mapa tem se tornado uma importante e difundida ferramenta de diálogo entre os grupos sociais organizados e o Estado para resolver, entre outras coisas, demarcações territoriais em contextos legislativos que as permitam e promovam direitos étnico-territoriais (FOX 2008).

---

14 Algumas experiências têm sido desenvolvidas pelo Projeto Nova Cartografia Social nas cidades amazônicas.

Embora o mapa não seja a única forma pela qual se representa o território, consideramos sua eficácia na comunicação, que além das palavras e textos, permite expressar várias ideias ao mesmo tempo e num pequeno espaço. De acordo com Sauer, os mapas não representam apenas um "prolongamento" ou uma transcrição da percepção do espaço, mas podem ser vistos como a "língua da geografia" que supera as barreiras da escrita: "Mapas derrubam nossas inibições, estimulam nossas glândulas, mexem com nossa imaginação, soltam nossas línguas" (SAUER, 1956: 78).

Apesar de que muitos dos processos da cartografia social partam para a capacitação dos membros das comunidades nas técnicas e no manejo de software, computadores e GPS, nós prescindimos dessa etapa pelos altos custos desses empreendimentos o quais requerem um financiamento considerável e de tempo.

Quanto a recursos contamos com nossas capacidades e disposição, o acesso a equipes, software e domínio da técnica. A título pessoal, um amigo e funcionário da Fundação Cultural Palmares, FCP nos apoiou com o empréstimo de equipamentos para uma das oficinas realizadas no quilombo. Já em termos do tempo, dependíamos dos momentos livres e de ócio dos membros da família quilombola, que inseridos num contexto urbano, ganham o seu sustento trabalhando fora do lugar, pelo que só pudemos desenvolver as atividades com eles nos fins de semana.

Nesse sentido, não fomos ingênuos pensando que alcançaríamos uma apropriação da linguagem cartográfica e do domínio das tecnologias por parte dos participantes da experiência. Apesar da disposição para as jornadas propostas e da familiarização com o mapa, houve um estranhamento com seus elementos cartográficos.

No desenvolvimento do trabalho também prescindimos do uso de GPS, pois além de se tratar de uma área relativamente pequena num espaço urbano facilmente identificável, muitos dos pontos já encontravam-se georeferenciados pelos mapeamentos levantados pelo INCRA. Por outro lado, a exatidão não foi uma preocupação central, pois mais que fechar um polígono estávamos interessados em ver elementos da territorialidade da

família, que às vezes se estendia além dos condomínios particulares e dos limites cartográficos propostos pelo INCRA.

A base deste tipo de mapeamento é a participação comunitária na elaboração da cartografia e a articulação de saberes empíricos e técnicos com a vivência das pessoas no lugar. Neste caso, os membros da família refletiram e decidiram que elementos colocar no mapa, enquanto os cartógrafos juntaram a sua habilidade e tempo para produzir cartogramas e mapas do território da Família Pinto.

Para o geoprocessamento foi empregado o programa livre Quantum GIS versão 1.6 e Arqview, ortofotos[15] georreferenciadas do território de resolução de 50 cm, e arquivos vetoriais em formato Shapefile para armazenamento das informações que seriam traduzidas do mapeamento mental.

O produto do trabalho foi um mapa nos termos da cartografia convencional, mas apoiado nas discussões das problemáticas territoriais desde o ponto de vista da família. A sugestão de realizar um mapa foi nossa, e a família aceitou a proposta de trabalho quando começamos a analisar que várias das contestações que foram colocadas pelos condomínios vizinhos à primeira demarcação publicada pelo INCRA vinham acompanhadas com mapas ou planos, uma delas era do condomínio vizinho, Chácara de Sacopã.

Ilustrando a inexistência do mapa neutro, independente dos interesses e dos seus fazedores (DE CERTEAU, 2000; JOLIVEAU, 2008), Luiz Pinto[16], líder da família, narrou ao respeito que:

> Eles (se referendo à vizinhança contestando a publicação do RTID) vieram mostrar aqui para nós mapas e plantas que eu não sei de onde vieram, nem quem fez, e vocês que são da cartografia sabem como é que é, pagando qualquer um pode ter seu mapa, faz a planta e acabou, então nos temos que ter o nosso mapa[17]

---

15 Os foto-mapas são impressões de fotografia aéreas (ortofotografías) que são corrigidas geometricamente e dotadas de referencias geográficas. Os mapas de ortofotografias constituem uma fonte de dados precisos, obtidos por sondagem remota.

16 Mais conhecido como Luiz Sacopã

Em 19 junho de 2010 realizamos uma primeira oficina na que participaram dez membros adultos da família[18]. O exercício começou com uma explicação sobre a cartografia social, seus alcances, objetivos e limitações, assim como de alguns conceitos da cartografia, como escala, orientação e limites.

O primeiro objetivo foi a realização de um mapa mental (ver imagem 1 no próximo capítulo), do qual extraímos um inventario com mais de 100 entradas de elementos culturais que compõem o território da Família Pinto e que serviram para orientar as entrevistas posteriores. Apesar da riqueza e criatividade expressadas nesse mapa passamos ao rigor técnico dos cartogramas e mapas referenciados para poder confrontá-lo com as distintas informações e discursos cartográficos sobre o lugar, especialmente os referentes ao meio ambiente.

Apesar de toda uma literatura crítica sobre a composição cartográfica, a cartografia tradicional baseada na "integridade científica" transita ainda pelas oposições binarias como mapas "verdadeiros e falsos", "exatos e inexatos", "objetivos e subjetivos" (HARLEY, 2009). Estas distinções nos levaram a discussões sobre os nomes que teriam as imagens produzidas, e foram muito interessantes, para entender o predomínio de uma cartografia positivista. Assim, o "mapa mental" não alcançaria o status de mapa, e por isto aparece como imagem. Do mesmo modo, o mapa do Parque José Guilherme Merquior (PJGM) ficou enunciado como croqui, ao carecer do rigor técnico para se classificar como mapa. Em síntese, as ferramentas básicas do mapeamento continuam sendo cartesianas, as quais se adaptam, só até certo ponto às formas radicalmente diferentes de imaginar as relações entre o espaço e os significados sociais dos lugares e territórios.

A elaboração desse primeiro mapa mental se deu no meio de um debate entre os membros da família sobre quais elementos no espaço eram significativos para o coletivo.

---

17 Fala do Luiz Sacopã na oficina de cartografia social em 19/06/2010.

18 Participaram Luiz, Tina, Ana Francisca, Márcia, Carlinhos, Guilherme, Luizinho, Mosquito, Cláudio, Sergio e algumas crianças.

Apareceram aí questões sobre a temporalidade do espaço. O lugar tinha se modificado e por isto era distinto para cada uma das seis gerações da família. No momento de reflexão e elaboração do mapa, os membros da família analisaram como vários elementos e funções do lugar tinham deixado de existir, porém permaneciam na memória do lugar e das pessoas. Teriam lugar objetivo no mapa que é uma representação estática?

Para Luiz Sacopã aqueles pontinhos no mapa que indicavam lugares e atividades que não existiam mais eram constitutivos do lugar, na mesma forma que os mortos continuavam a fazer parte da família e do espaço habitado e os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas. Eis o desafio de plasmar num desenho a percepção e vivência do espaço, foi por isto que os participantes do exercício lançaram algumas datas sobre o mapa, para indicar a época do elemento ou o momento da sua construção ou aparição.

Pelas diferenças geracionais, Márcia Pinto[19] propôs fazer mapas separados, mas no final a família optou por amalgamar as percepções de ambas as gerações para ter no primeiro esboço um mapa que não era nem do passado nem do presente, mas que reunia numa mesma representação o território como um todo, já que ele é a somatória dos usos e práticas passadas e pressentes da família. Em termos de uma cartografia nativa eram possíveis muitos mapas, por gerações, por gênero e até individuais, mas o mapa resultante tinha como objetivo confrontar as narrativas cartográficas produzidas sobre esse lugar pelo INCRA, a secretaria de meio ambiente e alguns condomínios. Os mapas produzidos então responderam a uma demanda concreta ligada à titulação territorial demandada pela família de Luiz Sacopã.

O mapa seria, segundo Luiz Sacopã a representação *do que tem sido até agora o lugar da família*; e por isto a necessidade de identificar no mapa final alguns pontos como

19 Sobrinha de Luiz Sacopã e filha de Mosquito.

"memória do lugar" (M.L), - diferente dos "lugares da memória" de Pierre Nora[20], pois pese a não estarem mais presentes fisicamente permanecem na memória do lugar e das pessoas, pois as lembranças são moveis no tempo, mas permanentes no espaço. Aqui tinha se escolhido um caminho avesso ao fetichismo do tempo como consagração do espaço. Não é o tempo o que anima a memória, porque o espaço o é tudo. Bachelard enfatiza que sem o espaço a linha do tempo abstrato esta privada de toda densidade (2000: 32). Ao falar dessa memória do lugar, buscava-se ressaltar os traços que expressam as ligações reais e subjetivas, entre as pessoas e o lugar. Sem dúvida, a maior expressão da agência transformadora das pessoas do lugar se expressa no sobrenome Sacopã assumido por Luiz desde criança e logo pela família, nas situações nas que se luta pelo lugar.

Conta Luiz que muitos anos antes de começar a entravar uma luta pelo seu território, foi chamado assim no bairro, entre vários moleques com o mesmo nome foi com o apelido "Sacopã" que começou ser distinguido, ao fim das contas era dessa rua. Mas isto adquiriu um sentido de compromisso uma vez iniciaram os processos legais para a titularidade do local; e quanto mais renhido foi ficando o embate, mais forte foi o sentido de se chamar assim, não era apenas uma metonímia, pois lutar pelo território era lutar por ele e sua família. Interna e individualmente a família usa o sobrenome Pinto, mas Sacopã adquire relevância para se denominar como coletivo quando tem que se posicionar como uma unidade com o território frente às ameaças externas.

Antes que mapas, os lugares têm história, por isto além de um trabalho de representação, o exercício foi um desentranhar da memória que enfrentou lembranças, vivências. Um dos momentos mais emocionantes da oficina de cartografia foi quando estávamos filmando uma narração de Édimo Pinto[21], o homem mais velho que habita Sacopã, irmão de Luiz, quando estava falando sobre a construção da ladeira Sacopã, de

---

20 Longe de ser um produto espontâneo e natural, os *lugares de memória* são uma construção histórica e o interesse em seu estudo vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

21 Irmão mais velho de Luiz Sacopã, mais conhecido como Mosquito.

repente sobrinhos e netos tinham o rodeado e começaram a lhe formular perguntas, num momento dado, eram eles que estavam conduzindo a entrevista, querendo saber, basicamente, sobre os percursos e trajetórias, suas aventuras de acesso ao lugar antes da abertura da rua, os encontros e lutas com jiboias e jararacas nas jornadas de caça e pesca. Isto era basicamente uma mostra de como as narrativas que constituem o espaço passam à margem das linhas cartográficas.

O segundo encontro com a família foi em 10 de outubro de 2010, e a atividade central foi a projeção de um foto-mapa da zona onde se encontra o quilombo. Sobre a ortofotografia que mostrava uma "abstrata" mata nativa rodeada de prédios anônimos, os participantes localizaram em transparências sobrepostas no foto-mapa as informações e elementos que tinham sido representadas no mapa mental. As informações colocadas nas transparências foram posteriormente digitalizadas e dotadas de georeferencias.

Com a identificação espacial desses marcadores da territorialidade familiar a fotografia aérea foi recobrando nova forma com as indicações dos participantes, sempre cheias de estórias, lembranças e anedotas que são as que em palavras de Tuán (1977) carregam o espaço de significado e valores, o transformando em lugar (ver mapa 1, próximo capítulo).

Por meio da experiência do grupo, esse espaço na ortofoto adquiriu um caráter personificado e se transformou em lugar. Pode-se dizer que aquela fotografia que num princípio mostrava um espaço "neutro" ou um abstrato pedaço de mato foi tomando forma de território conhecido e vivido na medida em que se o narrava e que uma planta, um animal ou uma casa descrita desencadeava relatos e informações novas tanto para nós, como para os membros mais jovens da família.

Como já fora apontado por Michael de Certeau (2000) são os relatos que fazem o espaço, enquanto o mapa pretende uma descrição totalizadora que elimina as trajetórias, os movimentos e as práticas que o produzem. Demos entrada à palavra, à memória e aos movimentos extra-locais narrados, que foram despertados na elaboração cartográfica, assim, ditos relatos têm a eloquência que lhe falta ao mapa.

De fato, em nenhum dos dois casos abordados poderia se desconsiderar o poder das narrativas, não só por que estas tem também um valor de sintaxe espacial (DE CERTEAU, 2009), senão também por pela função da narrativas. De acordo com Jerome Bruner (1990), o objetivo principal da narrativa é a criação de "mundos possíveis", uma espécie de realidades virtuais que são intersubjetivamente transmissíveis, porque aqueles que as criam e aceitam partilham semelhantes códigos culturais. Assim, as narrativas são formas de mediação com as quais os seres humanos negociam e renegociam significados.

Voltando à cartografia, reitera-se que "o mapa que fala por si mesmo, puro e acabado para ser lido, não existe" (JOLIVEAU, 2008:49). Tentamos assim a partir da técnica traduzir a realidade do grupo, evidenciando práticas e hábitos que se referem a sua memória e permanência no lugar.

Após localizar aquele primeiro inventário de elementos territoriais sobre a fotografia aérea tivemos o trabalho de sistematização de dados no laboratório do IBGE que nos tomou algumas jornadas e das quais não participou nenhum membro da família pela falta de tempo e pela dificuldade de levar até o quilombo os equipamentos ou dos membros da família irem até o IBGE em horário comercial.

Uma das partes mais complicadas deste trabalho foi a decisão sobre os ícones a usar na convenção do mapa, achava que tínhamos uma grande responsabilidade sobre a escolha iconográfica, mas ao perguntar à família sobre esse aspeto recebíamos aprovação, imagino que eles continuam a desconhecer as infinitas possibilidades de escolha que esses programas oferecem.

Um primeiro esboço do trabalho ficou com a família para que novas informações fossem agregadas e imprecisões indicadas, depois voltamos a Sacopã várias vezes para mostrar avanços, corroborar e corrigir informações, além de manter vários contatos telefônicos com Luiz e trocar emails com Cláudio.

No marco desse trabalho passei para Luiz e Claudio uma cópia do segundo capítulo desta tese, a ideia era que eles conheceram o que tinha sido escrito e além que fizeram sugestões e correções de erros nos nomes, datas e relatos. Grande foi a surpresa quando voltei a Sacopã semanas após e vi várias das folhas do capítulo coladas na parede do salão do pagode, perto da cozinha. Algumas correções estavam ressaltadas com caneta.

Para Luiz Sacopã o exercício adquiriu uma outra dimensão na medida em que os mapas iam ficando prontos. Para a maioria dos membros da família os mapas e as demarcações feitas previamente sobre a área eram desconhecidas, tanto as do INCRA como as ambientais, assim o trabalho serviu para que as pessoas conhecessem a partir dos polígonos, os diversos discursos cartográficos que existem sobre a área. Além disso, o exercício permitiu aos mais novos compreender desde outro ângulo as modificações que vêm acontecendo no território da família.

No momento que iniciamos o trabalho de cartografia social encontrava-se em curso o processo de demarcação no INCRA, o qual é o ápice de uma série de ações que definem a luta da família na defesa do seu direito à propriedade num lugar rodeado por prédios de luxo, com vista panorâmica para o Corcovado e a Lagoa Rodrigo de Freitas e muito valorizado em termos imobiliários.

Depois de uma primeira demarcação do território contestada pela vizinhança, o INCRA teve que refazer uma segunda demarcação, e foi nesse momento que propusemos ao órgão fundiário a realização do mapa seguindo a metodologia participativa, mas os funcionários encarregados negaram a possibilidade, presumivelmente porque decisões a respeito tinham sido já tomadas e a consulta e participação da comunidade seria um obstáculo à nova proposta de demarcação pensada pelo INCRA.

O mapeamento participativo é de acordo com Hale (2010) uma espécie de "projeto dos sonhos de pesquisa ativista"; já que existe um amplo sentido de participação dos sujeitos devido a sua profunda preocupação sobre o assunto. O conteúdo é encantador, ao combinar geografia, história, cultura e identidade.

Em fim, é uma rara oportunidade, afirma Hale, de agregar à pesquisa tecnologia avançada, para transferi-la diretamente aqueles em pé de luta, cujo resultados se esperam sejam de alto impacto político. Obviamente não estivemos alheios desse fascínio, nem muito menos da frustração ao não ver realizadas rapidamente as potencialidades do exercício. De certa forma, tivemos que nos conter para não agir além da decisão da família, de não contestar formalmente oi "fazer algo" após ver o recorte sofrido com a segunda demarcação do INCRA.

Sem lugar a dúvidas, o exercício da cartografia permitiu uma relação mais aprofundada com a Família Pinto. Foi por essa proximidade que mais adiante tive acesso aos manuscritos de Laudelina, mais conhecida como Tia Neném, uma das irmãs de Luiz e mãe do Claudio. Já falecida, ela é uma figura emblemática da família pelo papel político que cumpriu assim como pelas suas ideias de resistência e dotes artísticos[22]. Foi a ela que a família dedicou o trabalho de mapeamento que é detalhado no próximo capítulo.

[22] Quando eu pensei que o trabalho de campo estava fechado, Cláudio seu filho, veio um dia na minha casa e me falou que tinha me trazido uma surpresa. Primeiramente deu para mim um cd com músicas cantadas pela sua mãe, a beleza da sua voz me estremeceu. Enquanto escutávamos o cd, Cláudio me ensinou uma foto em branco e preto, duas mulheres, uma negra e outra branca, ambas vestidas de branco seguraram conjuntamente no seu colo uma criança branca, era Claudio nenê, com suas duas avós, era um presente para mim, uma lembrança do quilombo Sacopã. Depois tirou uma pasta com fotocopias de notícias velhas, algumas eu já conhecia, e outras foram um acréscimo importante à escrita. Finalmente tirou um caderno que pertenceu a Tia Neném. Nele a mãe de Claudio tinha escrito sobre as lutas em Sacopã antes morrer, as paginas escritas por Tia Neném, estavam cheias de fatos sobre o lugar e a família, alguns conhecidos, outros não, mas narrados com uma outra sensibilidade que misturava dolorosas lembranças com histórias hilárias e agradecimentos pelas ajudas efetuadas por diferentes pessoas, a escrita mexeu comigo em todos os sentidos, arrepiei e ri. Pela força que o documento, como depoimento de luta, agrega à compreensão do caso Sacopã, decidi transcrever algumas paginas, aquelas que mais tinham a ver com a pesquisa. Autorizada por Cláudio, anexo a transcrição, onde apenas mudei a ortografia das palavras.

Encheram a terra de fronteiras, carregaram o céu de bandeiras, mas só há duas nações – a dos vivos e dos mortos

Mia Couto *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*

CAPÍTULO II

FAMÍLIA PINTO: DA ROÇA E DA FAVELA AO QUILOMBO SACOPÃ

1. Cartografando o coração do lugar

Sacopã é ladeira, é morro, é pico, é lugar. Sacopã é família, lar e quilombo. Não é possível falar da ladeira Sacopã sem falar da trajetória da família Pinto, uma família extensa composta por cerca de 40 pessoas, cujos ancestrais chegaram às encostas do morro de Sacopã no começo do século passado. Hoje em dia a família é também conhecida como a Família Sacopã.

Aproximei-me do lugar a partir da minha relação pessoal com a família Pinto, uma família afrodescendente que conheci nos meus primeiros dias de chegada no Brasil, quando ainda nem pensava que poderia vir a transformar o seu caso em objeto de uma

pesquisa. Cheguei ali num sábado de feijoada e pagode, convidada pela colega Miriam Alves, autora do laudo antropológico que suporta o pedido de demarcação de terra da família perante o INCRA. Após essa primeira visita passei a frequentar o pagode que a família promovia aos segundos sábados do mês e fui ficando próxima deles e me interessando pela sua história.

O local do atual quilombo foi inusitado para mim naquela primeira visita, no meio de uma ladeira de exclusivos condomínios modernos e luxuosos casarões, que revelam um passado aristocrático não muito distante. Grandes portões de ferro deixam transparecer uma grande área verde, passando o estacionamento e único acesso à rua. No fundo, há uma área caraterizada por aclives acentuados, revestidos de mata e no meio íngremes escadas conduzem às 9 casas de alvenaria de dois andares e com varandas que se estendem de um modo linear, contornando o declive da ladeira por um tipo de fenda entre o morro de Sacopã e as rochas do cume.

A história da família é reflexo das tensões sociais e econômicas que têm conformado o bairro onde vivem. Desde meados dos anos 1960 o entorno do lugar da família iniciou sua transformação numa exclusiva área residencial de alto padrão da zona sul do Rio de Janeiro nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, o que transformou o lugar de morada da família em alvo de cobiças e objeto de várias tentativas de despejo, as quais os membros da família têm resistido, lutando por décadas para se manter no local.

A briga judicial da família por legalizar a posse completa mais de quatro décadas e nestes anos a família tem suportado as adversidades tanto das instituições municipais, como de alguns residentes dos condomínios vizinhos, muitos dos quais sentem-se representados pela Associação de Moradores da Fonte da Saudade (AMOFONTE). Em conjunto estes atores têm empreendido várias estratégias, judiciais e de fato com o fim de expulsá-los da área que habitam.

A cartografia social foi uma importante ferramenta na construção dos dados desta pesquisa, assim como um valioso mecanismo de aproximação junto aos membros da família o que me permitiu afiançar os laços de conhecimento mútuo. A realização do

trabalho cartográfico agregou uma boa dose de confiança na relação entre eu, como pesquisadora, e a família, permitindo uma peculiar forma de início para o trabalho de campo no lugar, por isto é ponto de partida para a análise etnográfica.

Embora a cartografia social pudesse ter sido usada para explorar a profundidade, meu particular interesse pela epistemologia do grupo sobre o território habitado e disputado, o exercício foi direcionado à compreensão das transformações do lugar, à luz das disputas jurídicas com a vizinhança. Em outras palavras, a guia do trabalho se deu especialmente em função das demandas da própria família. Dai o caráter pedagógico e detalhado dos mapas, que às vezes poderá parecer redundante.

Paulo Santos, meu amigo cartógrafo e eu pretendíamos iniciar o exercício de mapeamento de uma forma menos convencional, mas sem saber muito bem como. Então, foi a pergunta *por onde começar o mapa?* a que guiou o início da primeira oficina de cartografia social. A resposta de que é um problema básico de qualquer cartografia, foi também uma forma de nos situar no lugar e partir dai para expandir o desenvolvimento da pesquisa. A seguir dedicarei algumas linhas para explicar como a partir do exercício cartográfico fomos acessando ao território e lugar da família, a apresentação desse exercício funciona aqui como descrição do lugar, das pessoas e, aos poucos das histórias de lutas.

Se de epistemologias particulares se trata, nos surpreendeu que o primeiro desenho ou mapa mental elaborado por alguns dos membros da família não só tivesse começado pelo *centro*, senão que ao final não incluiu nenhuma linha de fronteira, a qual era, sim, umas das nossas preocupações iniciais, animados com a ideia de poder cotejar este com os outros mapas já feitos. Do resultado do exercício nos deparamos com que a obsessão pelo estabelecimento de limites lineares "euclidianos" ou cartográficos propriamente ditos, não é uma característica sobressalente em todos os contextos culturais[23].

---

23 Para Oliveira (1989 apud HOFFMANN 2010) a necessidade de demarcação territorial advém na maioria dos casos da situação *colonial* à que essas sociedades podem estar submetidas. Hoffmann (2010) analisou como o colonialismo interno terminou por influenciar a atual relação entre etnias e territórios, transformando a demarcação em reivindicação e instrumento de luta política, demanda de direitos e afirmação de identidade étnica.

Isso não significa a ausência de outro tipo de fronteiras, como aquelas estabelecidas por outras fontes gramaticais. Como apontou Michel de Certeau (2009: 191) "tudo remete com efeito a essa diferenciação que permite os jogos de espaços...não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras". Assim, o relato tem também um papel delimitador, ao autorizar o estabelecimento de limites e permitir seu deslocamento. Só que como confirma o autor, o relato antes que separar sempre vai privilegiar as histórias de interação. Estando especialmente guiado por uma "lógica da ambiguidade", a narração

> [...] muda a fronteira em ponto de passagem, e o rio em ponte. Narra com efeito de inversões e deslocamentos: a porta para fechar é justamente aquilo que se abre; o rio aquilo que dá passagem; a árvore serve de marco para os passos de uma avançada; a paliçada um conjunto de interstícios por onde ecoam os olhares (DE CERTEAU, 2009:196)

É por isto que o mapa demarca, enquanto o relato faz uma travessia (ibid). Iniciamos o trabalho de mapeamento a partir do estabelecimento de um ponto de referência. Nesse primeiro exercício os membros da família decidiram tomar como ponto de amarração ou *datum*, uma referência que fosse de importância para todos os seus membros.

Esse *datum* foi localizado no papel, no meio da fileira de casas, como o ponto onde confluem a cozinha, o oratório da escrava Anastásia e o salão de pagode. É o *coração do lugar*, em palavras de Ana Francisca[24], pois é o ponto de encontro e de reunião familiar e o centro das rodas de samba e feijoada, em outras palavras onde os fios do cotidiano da família são urdidos para tecer um presente, a partir de uma centralidade que caracteriza a cozinha e o salão do pagode.

O salão de pagode é o símbolo ao mesmo tempo da festa e da resistência cultural, enquanto a cozinha remete imediatamente ao calor do lar, ao trabalho coletivo e à preparação dos alimentos bem para o consumo doméstico, bem para a venda. Ambos espaços/função são importantes lugares para o universo familiar, pois é ai onde a experiência vital e cotidiana do espaço encontra convergência. Aos domingos a família se reúne ali para almoçar dado que nos dias de semana, pelas suas atividades fora, as

---

24 Cunhada de Luiz Sacopã

pessoas se dispersam e consumem os alimentos nos espaços mais domésticos. Esse dia da semana o salão se enche de intimidade, chegam os membros da família que não vivem em Sacopã; às vezes dependendo da ocasião se prepara comida para todos; outras vezes as pessoas trazem a comida que já tem cozinhado nas suas casas para o salão, o importante é comerem juntos. Isto é diferente do cheio dos segundos sábados ao mês, quando o trabalho de organizar feijoada e samba une a família, mas em função dos fregueses.

A importância desse salão também se ressalta pela tutela oferecida pelo pequeno oratório da escrava Anastásia, um pequeno retângulo encravado no meio de uma parede baixa pintada de branco até o ponto em que se funde com a pedra da montanha. A altura do oratório é discreta, não é muito alta; contudo possui uma visão panorâmica de todo o local.

Esse espaço central está emoldurado pelo sopé rochoso do morro de Sacopã, um elemento natural que impõe os limites ao terreiro junto às jaqueiras e às mangueiras. O terreiro, como é chamado por Cláudio, representa o orgulho e o trabalho coletivo da família, mediante sua construção presente e passada, a partir do qual a família se insere no mundo habitado.

> [...] deste espaço é que eu tenho muito orgulho, orgulho de um dia ter imaginado e praticamente inventado este espaço, que não existia em virtude da geografia local, pois aqui era um morro do que retiramos cerca de 20 toneladas de terra para assim idealizar e criar este espaço que nos possibilitou a grande ferramenta na nossa luta e até o dia de hoje, que são os nossos amigos, que aqui graças a esse espaço aqui se reúnem.

Foi também nesse lugar que nos reunimos para fazer o mapa, e a partir desse ponto foram aparecendo os outros elementos importantes e se identificaram no papel os elementos espaciais que sendo parte do cotidiano familiar tem sido centrais na construção do lugar.

A feitura desse mapa mental (Imagem 1) veio acompanhada de um debate sobre os elementos significativos para o coletivo no espaço. Em primeiro lugar, apareceram os

processos referentes às mudanças do lugar durante o tempo. O lugar tinha se modificado e por isto era distinto para cada uma das gerações da família. Praticamente no prazo de uma geração a experiência do espaço se modificou criando diferentes experiências do espaço e novos horizontes de expectativas.

A percepção espacial da segunda e terceira geração da família diferia do que conheceram e percorreram os membros da quarta e quinta geração, que será muito diferente da vivência dos nascidos na última geração. Isto que a primeira vista resulta óbvio, adquire uma dimensão diferente quando tenta se representar a percepção espacial em um mapa. Atividades de lazer como as peladas na quadra de futebol e as brincadeiras pelo mato e os percursos até as cavernas encravadas na pedreira são desconhecidas para os jovens de hoje, assim como os plantios e as criações de porcos e galinhas, as quais são um anseio de reativação permanente. Márcia Pinto, relatou assim essa diferença entre gerações:

> A nossa infância foi diferente da nossos filhos, ocorreu no território que hoje ocupa o condomínio de Chácara de Sacopã e no campo de futebol que foi calçado pelo sindico de Lagoa Azul onde funciona hoje a garagem, a caverna também fazia parte de nossas aventuras infantis. Hoje os jovens têm outras coisas para se divertirem, em troca de caçar no mato ficam na internet ou assistindo a televisão (Fala na oficina de cartografia em 19/06/2010).

No espaço representado no mapa sobressaem as construções e a escadaria de concreto que corta o terreno em aclive. Começado de esquerda para direita há 4 casas, a primeira é de Mosquito e sua esposa Irani, que moram com Gabriel. Junto a essa casa principal foram construídos pequenos apartamentos um para Márcia e Aninha e outro inicialmente para Bráulio. Em seguida esta a casa de Luiz e Tina e no andar superior mora Carlinhos e antes da cozinha e salão do pagode esta a casa que era de Tia Neném, mas onde hoje moram Luizinho, sua esposa e os mais novos membros da família Eduardo e Eduarda (sexta geração).

Após o terreiro do pagode, estão os novos banheiros de alvenaria feitos para atender o público que assiste aos shows e festas e pela parte da frente a nova habitação de Bráulio num local de mais fácil acesso para ele. Em seguida, por uma trilha curta encontram-se a casa de Cláudio e Celina e seus filhos Julia e Joao e por último a casa de Márcio, com sua esposa Ana e seus filhos Hugo e Thiago.

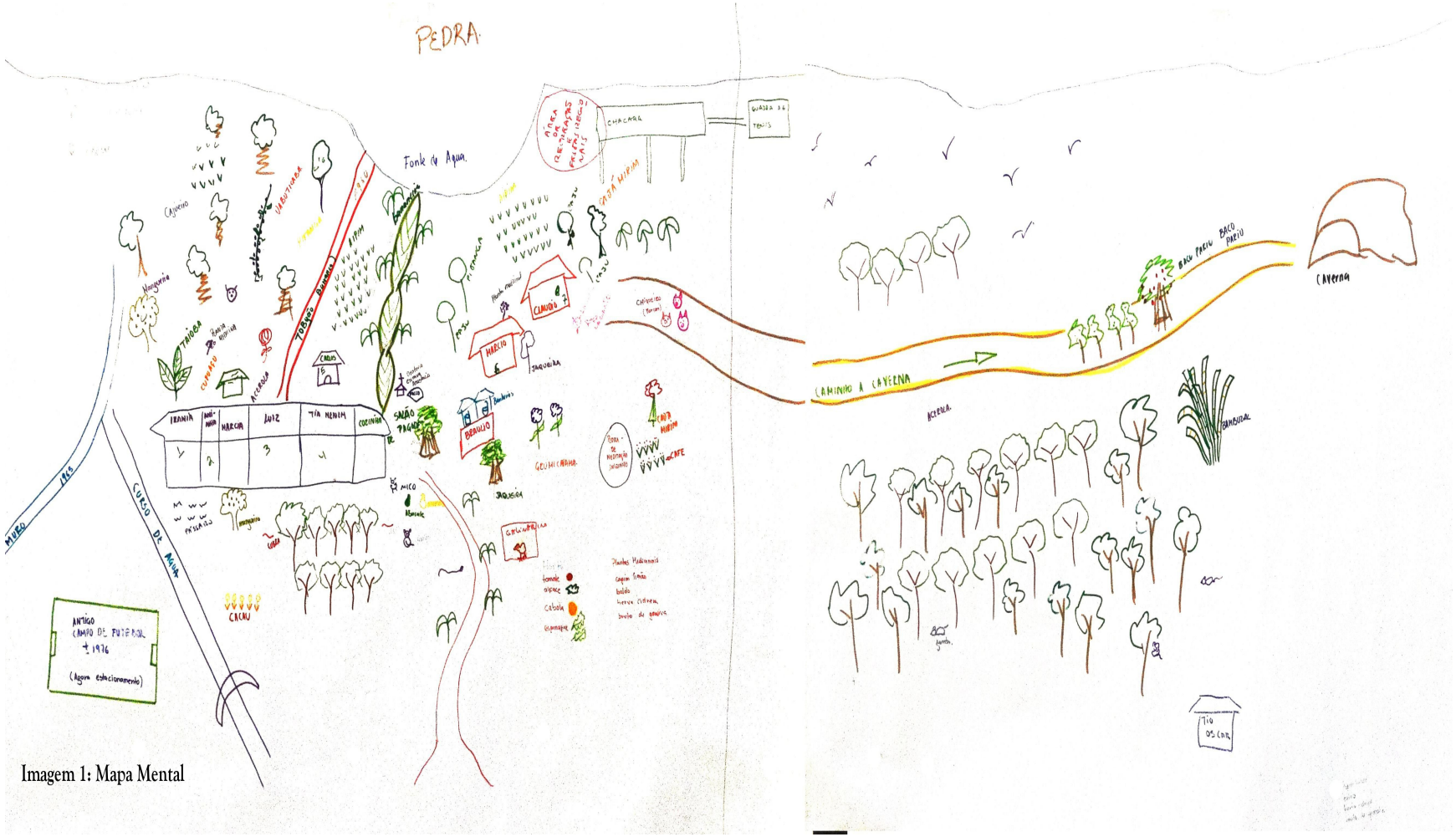


Imagem 1: Mapa Mental

2. A Saga da Família Pinto: Roça, Feijoada e Pagode

A permanência da família que hoje completa seis gerações no local, data do começo do século XX, quando o casal Eva Manoela Cruz e Manoel Pinto Junior e seus cinco filhos, ainda crianças chegaram provenientes de uma fazenda de café em Friburgo (RJ) à Lagoa primeiramente no morro da Catacumba e depois no morro da Saudade, em busca de novas oportunidades para a família na cidade.

Antes do estabelecimento definitivo da família, Manoel tinha estado no Rio de Janeiro, uns dez anos antes, localizando o lugar para sua família e providenciando as condições para sua chegada. Em total foram sete os filhos Sebastião, Édimo (Mosquito), Maria Bernardina, João, Antônio, Laudelina (Tia Neném) e José Luiz (Luiz Sacopã) o filho caçula e a figura que congrega a família e exerce a liderança. Os três últimos filhos do casal nasceram em Sacopã. Eles e seus descendentes e aqueles que se uniram à família por laços de afinidade como casamento e convívio conformam a família Pinto.

Luiz se casou com Albertina mas todos a chamam carinhosamente como Tina, cuja família também era vizinha da área. Eles tiveram um único filho, o Luiz que cresceu com seus primos Márcio, Márcia, Luiz Carlos, Cláudio e Leonardo que se consideram irmãos entre si, pela mesma razão os membros dessa geração tratam ao casal de Luiz e Tina como se fossem os pais, e os seus filhos, Hugo, Thiago, João e Julia os consideram como avós[25] ao igual que os mais pequenos bisnetos, Eduardo e Eduarda, filhos de Luizinho. Os filhos de Cláudio são os que menos tempo passam em Sacopã, pois uma boa parte do ano permanecem na casa do avo materno, o sonho de Cláudio é que eles possam crescer no mesmo lugar que ele.

---

[25] A árvore genealógica que levantamos no INCRA tem a função de orientar o leitor sobre as pessoas que irão sendo mencionadas a longo do texto. Muitos dos membros da família não moram no lugar, e não fizeram parte integral da pesquisa pelas limitações do tempo e espaço, como já foi indicado antes. Eles estão espalhados por lugares como Vilar dos Teles, Niterói, Campo Grande, mas mantém um vinculo com o núcleo Sacopã o qual é importante lugar de referencia e origem.

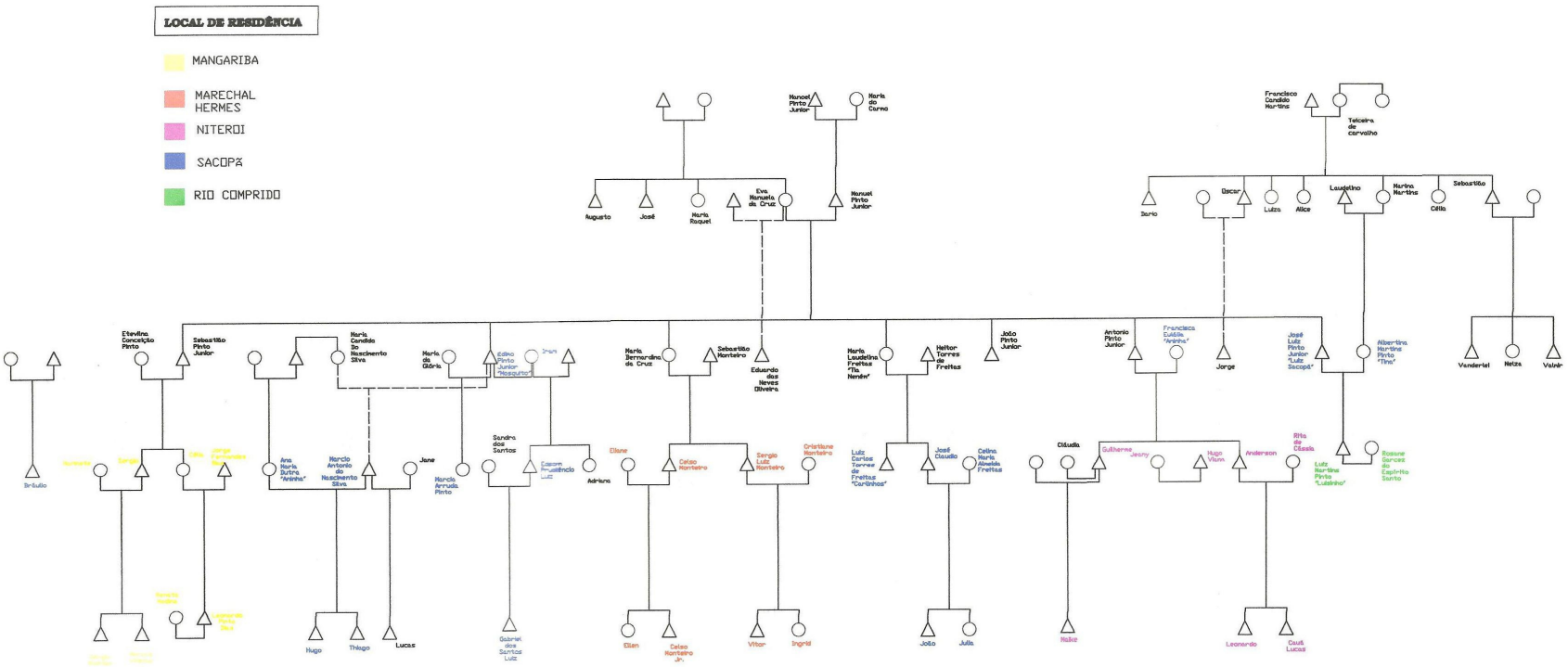


Imagem 2: Árvore Genealógica da Femilia Pinto
Fonte: INCRA, 2007

E também há integrantes de sangue que por diversas opções não moram no local. Há outras pessoas que sem parentescos de sangue se agregaram à família. Por exemplo Bráulio, que sem ter relações diretas de parentesco foi morar com a Família Pinto. A sua família de origem sofreu despejo na época da remoção das favelas nos anos 1970, mas permaneceu frequentando a família porque era instrutor de remo no Clube Botafogo na Lagoa onde também morava.

Bráulio Passou a morar com a família após sofrer um acidente que o deixou paralítico e que lhe impediu de continuar trabalhando como instrutor de remo, os laços estreitos que construiu com os membros da família se demostraram quando lhe acolheram como um membro mais. Outra pessoa que mora junto à família é Francisca Eulália (Aninha), que esteve casada com Antônio, irmão de Luiz. Ela e Antônio moravam em Niterói e ao terminar o casamento, Aninha recebeu o apoio da Dona Eva que a convidou morar em Sacopã com seus dois filhos ainda crianças. Foi assim como Aninha terminou morando com a família do seu ex-marido, o qual causou uma ruptura entre Antônio Pinto e sua família de sangue.

A saga da família Pinto na ladeira Sacopã ilustra o entrecruzamento de práticas locais particulares e o poder econômico político na construção social do lugar, É impossível examinar um sem o outro. Segundo Mosquito, antes de vir para Rio de Janeiro sua família peregrinou de fazenda em fazenda, sabiam de agricultura, mas uma vez na cidade Manoel Pinto, seu pai incursionou em vários trabalhos como no aterro e construção das ruas Fonte da Saudade e Epitácio Pessoa, após de ter sido o empregado de confiança da família Darke.

Manoel foi contratado como faxineiro e jardineiro pela abastada família Darke de Matos que além de ser dona da indústria de alimentos Bhering, fabricante de chocolate e do Café Globo, era também proprietária de toda extensão de terras que formam o bairro da Lagoa, desde o parque da Catacumba até a atual ladeira Sacopã, onde houve até 1912 uma plantação de café.

Com o passar do tempo Manoel chegou a se tornar empregado de confiança da Astréia e passou também a tomar conta de sua casa, já que a viúva passava muito mais tempo no Estados Unidos e França ou em Jurujuba, Niterói. Quando Astréia chegava à Fonte da Saudade o fazia num hidroavião que pousava na Lagoa, e dai uma rampa de acesso a conduzia a sua casa. Ela tinha *um bom coração*, dizem os membros da família e lembram que ao perceber os dotes musicais de Luiz Pinto, que passava o dia todo batucando em mesas e portas, ela o presenteou com uma bateria.

Influenciados pelo auge da expansão urbana no final da década de 1930, quando o Prefeito Carlos Sampaio mandou realizar importantes obras de saneamento, aterro e canalização de rios na Lagoa Rodrigo de Freitas. Astréia Darke de Matos e Adauto Durão criaram a Incorporadora Darke para fazer ruas no bairro, foi assim como Manoel trabalhou na abertura das ruas da Lagoa, Sacopã entre elas, e mais adiante em Humaitá.

A casa de Astréia estava localizada na Rua Fonte da Saudade, próximo à atual Ladeira Sacopã. A casa que não existe mais era, segundo Mosquito, um verdadeiro palacete. Apesar de não ficar muito na casa, a proprietária da mansão mantinha no local, pelo menos, cinco empregados. Todos moravam na região, como o pai de Mosquito. Antes da sua morte, Astréia teria cedido um pedaço de terra à crescente família de Manoel[26]. Esta terra passou de Astréia Darke a ser patrimônio da Imobiliária Darke, a qual fez o loteamento dos terrenos registrados no seu nome na ladeira Sacopã, alguns desses lotes foram vendidos à empresa Astúrias Empreendimentos responsável pela construção do condomínio Chácara de Sacopã. No ato, em 1935 uma parte do terreno teria sido cedida ao município para o arruamento e outra destinada para área de reserva[27].

---

[26] A família Bhering, que conformou mais tarde a empresa imobiliária Darke S.A. e que propôs o loteamento da área desconhece esta doação, e afirma que aquela relação era apenas um acordo temporário do que não existem provas escritas. O não reconhecimento da doação é a fonte de conflito e desencontro entre a família quilombola e os demais moradores da Fonte da Saudade.

[27] Essa área destinada a reserva florestal, se deu mais em função da difícil topografia do lugar, não suscetível de construção. Não existia na época o concepto de parque público como se entende hoje em dia, nem tampouco existia uma cultura jurídica de proteção ao meio ambiente. Por muito tempo essa área não foi identificada, individualizada nem reconhecida pelo munícipio.

Alheio a essas transações comerciais, Manoel e sua família continuaram a morar no local do mesmo jeito. Num depoimento concedido à Revista Isto é em 5/3/1986, o senhor Pinto, que nesse momento tinha noventa anos, narrou

> Construí meu barraco aqui e trabalhei nas terras dela (da Astréia) durante quase trinta anos. Aqui nasceram meus filhos, netos e bisnetos. Dessa terra receberam seus primeiros alimentos, era minha mulher que os plantava.[28]

Quando Astréia vendeu a casa, Manoel ficou desempregado e começou trabalhar numa feira da zona norte de Rio de Janeiro, mas conservando o arraigo a Sacopã. Enquanto isto Eva Manoela, sua mulher, trabalhava como copeira, lavadeira e doméstica na casa do então governador Chagas Freitas que era morador da rua, numa casa que hoje é um enorme prédio. Mas o papel de Eva não pode ser reduzido apenas a estas tarefas. Para muitos a força do lugar emerge dela, da sua disposição para auxiliar ao próximo (parentes e vizinhos). Parteira desde nova, ajudou a vir ao mundo muitas crianças na região da Lagoa e por isto chamada de "vó de umbigo". Uma das crianças que com ela nasceu foi o próprio Bráulio. Também é lembrada pelos seus conhecimentos como curandeira.

O lugar de moradia da família foi também por muitos anos a principal fonte de subsistência. Eva se encarregou de fazer uma roça cheia de frutais espalhados entre o mato onde abundavam bananeiras, pés de jaca, mamão, limão, manga, acerola, pitanga, cacau e abacateiros. Outras e espécies alimentícias eram aipim, taioba e bacopariu.

Eva também cultivava várias plantas medicinais como capim limão, boldo, erva cidreira, broto de goiaba e arruda, plantas das que conhecia os seus usos curativos. Estes saberes para curas, remédios e garrafadas a fizeram muito conhecida e afamada no bairro e amiúde era procurada até por pessoas de alto poder aquisitivo.

---

[28] Em 1986 na Revista "Isto é" saiu publicada a primeira matéria sobre a Família Pinto. Reportagem feita pelo jornalista Carlos Marques, também morador, na época da ladeira Sacopã. Essa matéria deu muita visibilidade ao caso assim como foi importante na geração de novos apoios na opinião de Cláudio.

A família possuía uma grande horta em que cresciam tomate, alface, cebola, manjericão, hortelã, limão galego, taioba, cebolinha, coentro, cheiro verde, pimentas e espinafre. Eva também se encarregava da cria de galinhas, perus, coelhos, porcos e depois Luiz Carlos experimentou cria de *escargots*. Essas atividades também foram encaradas por Mosquito e Heitor, marido da Tia Neném, que vindo de uma roça do interior, em Braçanã perto de Rio Bonito, possuía também conhecimentos sobre o mato tanto selvagem como domesticado.

Heitor, o pai de Claudio, era "curado de cobra", e um especialista em capturá-las e matá-las, assim como habilidoso em fazer armadilhas para gambás. Esses conhecimentos foram herdados do seu avó, de quem também herdou suas destrezas nas culturas e criação de pequenas espécies, especialmente de porcos. Sacopã chegou a ter dois chiqueiros, a carne era aproveitada pela família para fazer linguiça e chouriço. Já o pé do porco, a orelha, o toucinho, o focinho e o rabo eram defumados para fazer a feijoada e sarapatel, e a gordura usada para conservar a carne.

O primeiro chiqueiro estava acima da casa da tia Ana, próximo ao atual valão (escada para canalizar a água) onde havia água corrente. Mais tarde Heitor iniciou a criação de uma raça de porco branco, que crescia muito e produzia mais carne, Cláudio e Luiz Carlos ajudavam ao pai, na lavagem, castração e alimentação. No momento de maior prosperidade, os chiqueiros chegaram a ter 50 cabeças de porcos, mas foram fechados no final dos anos 1990 pelas queixas da vizinhança a respeito de maus cheiros e moscas.

O trabalho na horta e chiqueiros de Sacopã exigia da colaboração de todos os membros da família, para as atividades mais corriqueiras. Além das culturas, era preciso se organizar para coleta da água, a qual devia ser carregada pela falta de instalações e canos. Porém, eles criaram um sistema que conseguia trazer água através de calha da bananeira e bambu que levava a água até o meio do mato, ali tinha um barril de carvalho onde cada um pegava sua lata de água e tomava banho.

O lugar, então, foi sendo modelado aos poucos e conquistado pelos membros da família na vivência e a experiência diária. A tarefa não foi simples, a chegada no local era por trilha, o caminho íngreme, onde abundavam igual que hoje muitas cobras com as que poucos sabiam lidar. As lutas com esses animais foram uma descrição recorrente que enfatizavam as dificuldades de habitar o lugar. Por outro lado, o lugar oferecia toda a exuberância da mata atlântica brindando frutos e espécies de caça para o consumo interno como gambás, lagartos e preás. Era tio João que sabia toda a técnica para limpar as caças e *moquiá-las* o que quer dizer deixar a caça mergulhada no tempero mais de um dia, para ficar mais saborosa. Nesses idos anos, a família também tirava proveito dos peixes da Lagoa Rodrigo Freitas, siris e tainhas eram pescados pelos homens de Sacopã mediante o uso das minhocas e *miocoçus,* minhocas gigantes, como iscas, as quais apareciam no chão de Sacopã, especialmente após fortes chuvas.

A família tinha uma parte da sua sobrevivência baseada no lugar, alguns, claro, trabalhavam fora para complementar a renda, mas de certa forma, a vida cotidiana estava marcada pelo que a natureza, modificada pelo trabalho familiar, oferecia. Isto até que começaram a reinar as proibições vindas da vizinhança e suas queixas com respeito aos usos do espaço interno. Como afirma Claudio:

> Ninguém, quase ninguém aqui trabalhava fora, e o que é que a gente tinha aqui? A gente trabalhava uma parte no restaurante, música ao vivo, tínhamos oficina de mecânica para carro, também, tinha as criações, então a gente tirava tudo daqui, o sustento era tudo tirado daqui [...] Eu mesmo fui trabalhar fora quando já tinha mais de 24 anos, uma vez que suspenderam por mais de um ano o pagode[29]

Desde o momento em que as ruas começaram ser abertas com a expansão urbana da década de 1930, a família implementou uma pensão de comida caseira para aumentar a renda da família e satisfazer o apetite de pedreiros e operários da construção. Se tratava de pessoas que vinham de fora, especialmente do nordeste, para trabalhar no Rio de Janeiro. O trabalho da família na pequena pensão era contínuo de segunda a domingo.

Segundo Cláudio, eles passaram a ser a família desses operários porque eles não tinham lugar perto para ir após as jornadas, não tinham família na cidade. Depois das refeições,

---

29 Entrevista a Cláudio em 29/09/2010

na pensão, os operários ficavam no local descansando e trocando ideias. Os trabalhadores ficavam no alojamento da obra e a família negociava com os engenheiros ou com alguém responsável o serviço do café, almoço e jantar. Foram muitas as ocasiões em que esses trabalhadores deram uma mão à Família Pinto nas próprias obras empreendidas nas casas do atual quilombo.

O prato principal da pensão era, como até hoje, a feijoada cuja receita fora ensinada a Eva pela sua avó Joana Maria da Conceição. A feijoada se fez famosa e o paulatino crescimento da clientela fez com que vários membros da família se organizassem para dar conta da crescente demanda. Foi a época em que Neném decidiu ajudar a sua mãe na pensão. Ela e Cláudio iam de trem até a feira de Caxias para comprar as carnes e os salgados da feijoada e também de barca até Niterói para comprar peixes, ingredientes de outras refeições. Essa organização para o atendimento da pensão lhes deu experiência para administrar o pagode que viera surgir após.

A pensão se tornou o único local na área que proporcionava as refeições aos porteiros, motoristas e o pessoal que oferecia serviços aos moradores dos condomínios, e ainda hoje funciona assim, porém em outra escala. Para Cláudio o negócio deu um giro, em relação ao que vinha sendo feito por D. Eva quando tiveram a ideia de vender também limonada. Segundo Cláudio:

> a rua continuava a crescer, quase não tinha prédios não, umas casas, umas famílias, então ela teve a ideia de vender garrafa de limão, aí veio o pessoal das construções que tinham aqui, vinham tomar um limãozinho, e aí o negócio foi crescendo, crescendo, evoluindo na medida em que a rua crescia. Minha avó já trabalhava com comida, mas minha mãe deu continuidade e foi ficando mais conhecida. A pensão foi crescendo tanto que a gente começou a ter uma clientela bem grande aqui. Aí foi se desenvolvendo várias coisas. Quando acabou, e a rua estava toda construída não teve mais aquele tipo de cliente de comida, então teve a música, minha mãe sempre cantou, aí que ela partiu de vez pra música.

Desde criança Neném queria ser cantora e cantarolava antigas canções populares e chegou iniciar uma carreira profissional no âmbito da música junto à cantora Elza Soares, mas sua mãe, dona Eva impediu o sonho, porque achava que era uma profissão de má reputação, inapropriado para uma mulher decente. Contudo, Neném nunca perdeu o apelo para a música, e em decorrência do sue envolvimento com a música incorporou o título de "tia" como eram chamadas as cantoras veteranas. Embora nunca

tivesse estudado música, chegou a incursionar como solista no coral da igreja de Santa Margarida na rua Epitácio Pessoa, algumas dessas interpretações foram gravadas e guardadas por Cláudio.

A participação de Tia Neném na pensão de Dona Eva se deu num período de dificuldades financeiras, casada e com filhos, o salário de Heitor, o marido, que trabalhava na cervejaria da Antártica era insuficiente. O trabalho na pensão foi então um grande complemento à renda da família, mas decresceu quando a rua ficou pronta em 1945.

Como narrou Claudio, as agitações próprias das obras foram reduzidas provocando, consequentemente, a diminuição da clientela. Contudo, o movimento de fregueses voltou a se ativar na década de 1970 com o início de um novo processo de urbanização. Se as primeiras obras se dedicaram ao arruamento, esta segunda etapa correspondeu a construção de prédios de alto gabarito que mudaram para sempre a paisagem das ruas Sacopã, Fonte da Saudade, Vitória Régia e etc. Os fregueses voltaram por uma nova temporada que finalizou na década de 1980. Hoje a cozinha que está nas mãos de Tina, esposa de Luiz, já não conhece o agito e movimentação daqueles dias das obras e construções. A venda de quentinhas e pratos não passa das 30 unidades, mas é um ponto de apoio fundamental para taxistas e o pessoal de serviço que trabalha na rua e nos arredores.

Como foi escrito, a música sempre tinha estado presente em Sacopã, mas a organização de um pagode com intuito de obter um retorno econômico se deu no final dos anos 1970. Começou bem devagar, com duas caixas de cerveja, uma de Coca-Cola e dois jogos de mesas. Luiz e Neném cantavam de violão com mais dois músicos contratados, no começo Cláudio era barman e encarregado no balcão das bebidas, limãozinho e caipirinhas feitas com frutas da roça como pitanga e acerola e Márcio, o outro filho de Tia Neném, era o garçom, Tia Neném estava no comando da cozinha e foi pela culinária e por seu lado artístico que ganhou muita projeção pública. A feijoada era famosa e o pagode "comia solto". Foi aí quando o antigo sonho de cantora se realizou, pois em todas as rodas Tia Neném cantava e conquistou um certo espaço na mídia local.

O pagode, conhecido inicialmente como *Só na lenha*, fazia referência ao fato da comida ser feita com a lenha da própria mata, tanto pelo costume familiar, como para economizar na compra de gás[30]. *Só na lenha* reunia uma sofisticada plateia de jovens e artistas de classe média nas noites de sextas-feiras e sábados e chorinho no domingo.

O salão era menor que o atual terreno, e só veio a ser cimentado em 1984, quando a clientela não parava de crescer. Era tal o sucesso, que a família não dava mais conta e contrataram algumas pessoas de fora para ajudar, chegaram a comercializar 100 caixas de cerveja, 1200 caldinhos de feijão. Houve momentos em que chegaram a receber 350 visitantes desde as 8 da noite até as 5 da madrugada. Foi uma acolhida muito grande, e a família não esperava a grande afluência do público, afluência que trouxe fortes conflitos com a vizinhança, devido à desordem trazida ao lugar pelos inúmeros carros estacionado. Em consequência destas querelas, as rodas de samba foram suspensas em mais de uma ocasião, e ainda nos dias de hoje a família passa pela mesma situação. Desde final do 2011 a família está proibida de promover os tradicionais shows de pagodes.

Contudo a origem de *Só na Lenha* não foi algo muito planejado, Luiz conta que as tardes dos domingos, após partidas de futebol a galera se reunia no bar português para tomar cerveja e fazer samba. Mas um dia o português mal humorado saiu gritando para acabar a roda, pois não queria mais barulho no seu bar. Sem pensar Luiz saiu e convidou os amigos a continuarem a reunião no quintal da casa. Tia Neném viu logo uma oportunidade de ganhar dinheiro com a venda de cerveja, e foi assim como esse capítulo de samba e feijoada que popularizou a ladeira começou. Tia Neném sabia da potencialidade do lugar e do seu talento e o do seu irmão Luiz, músico e compositor que desenvolveu ao máximo a sua carreira a partir dos anos 1980, em meio das turnês e gravações. O samba aos domingos se tornou constante no endereço da família, tanto como os problemas decorrentes.

---

[30] Porém com o sucesso do pagode a família viu que continuar com o uso da lenha era dar argumentos aos vizinhos e condomínios que desde sempre os tem acusado pelo desmatamento da área.

3. Memória e relatos do espaço

Estamos então frente ao numero 250 da ladeira Sacopã, um cenário onde os membros da família e o lugar são protagonistas. O entorno do lugar de morada da família tem se transformado, e as mudanças são inerentes à própria evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro que se manifestam no aparecimento das novas construções e prédios que incidiram no apagamento de espaços da família e também no afastamento de espécies animais e vegetais com as que tinha-se um convívio. Sobre o mapa, as primeiras reflexões suscitadas são as histórias íntimas, as domésticas que se contam entre silêncios e risos que só os de dentro compreendem totalmente, mas também as histórias mais sociais que retratam a luta jurídica empreendida para permanecer no local, a alteração de práticas e fazeres devido às proibições do uso do espaço geradas a partir das queixas e vigilância da vizinhança[31], e sobre os quais haverá maior desenvolvimento, e o envolvimento das novas gerações em empregos na cidade.

Em definitivo, vários elementos e práticas espaciais não existiam mais fisicamente, porém permaneciam na memória do lugar e das pessoas. Foi assim como surgiram inquietações sobre como seria a representação desses elementos "ausentes", em um do mapa que é uma representação fixa e unívoca. Tão difícil de representar o tempo quanto o espaço, tínhamos ai o desafio de afixar numa imagem, o que é dinâmico: o lugar.

Como afirmado por Massey , "finalizações em aberto e estórias em curso são verdadeiros desafios para a cartografia" (2008:161), a solução proposta foi a de colocar no mapa todos os elementos, mesmos os que não estavam mais fisicamente, o dos que apenas ficava um rastro; pois fazem parte da territorialidade da família exercida ao longo dos anos. Embora a memória nem sempre é localizável, nos atrevemos a pensar numa sincronia espacial e esses elementos e práticas cotidianas do passado terminaram sendo

---

31 Práticas da cotidianidade como as concorridas rodas de samba e a venda de comida caseira a oficina de mecânica foram deferidas por algum tempo ora pelo barulho, ora pelo caráter residencial do bairro que não admite atividades comerciais. Esses impedimentos golpearam brutalmente os modos de auto-sustentação do grupo.

identificados no mapa da territorialidade familiar como elementos constituintes de uma *Memória do Lugar* (M.L) (Ver imagem 1).

A permanência da família por mais de 90 anos nesse lugar a tem transformado em testemunha direta das modificações pelas que tem passado o bairro e o seu entorno. Da época do fim das fazendas de café e os primeiros aterros da Lagoa Rodrigo Freitas às grandes mansões e as primeiras fábricas têxteis e de papéis com suas vilas operárias em Humaitá; e da favelização à verticalização conduzida pela especulação imobiliária, passando pela demolição de casas e palacetes, e de singular impacto, a remoção oficial de centenas de moradias populares que nos anos 1970 que, entre outras disposições, cederam o lugar para a construção do atual parque da Catacumba e outros condomínios de alto padrão.

Em outras palavras a história da família acompanha episódio por episódio cada período histórico do desenvolvimento urbano carioca, cujas diferentes forças, sejam econômicas, políticas e culturais contribuem para a distribuição e redistribuição das formas de ocupação do espaço urbano.

Assim, a família participou e testemunhou da transformação do bairro da Lagoa. Os seus membros estiveram ali desde os inícios da ocupação dirigida da Lagoa mediante a construção de prédios de alto gabarito, a abertura do Túnel Rebouças em 1965, na qual trabalharam membros da família como Édimo, (Mosquito) e Heitor, esposo de Tia Neném, e outras ações que transformaram paulatinamente a Fonte da Saudade em uma rua de passagem, após ter sido demolida a maioria dos casarões originais da Avenida Epitácio Pessoa e da Rua Fonte da Saudade.

Os lugares têm memória, mas não é uma memória óbvia, nem a memória do lugar que se narra a si mesmo. No caso, o exercício cartográfico permitiu apelar à memória dos quem têm habitado e transformado o espaço; porém trata-se de uma memória feita de clarões, fragmentos entrecortados e muitos detalhes e singularidades que às vezes forneciam a sensação de estar lidando com as peças de um quebra-cabeça. O discurso narrativo providenciou um meio de enfatizar a ação humana, essa faculdade de obrar e

alcançar os objetivos que os membros da família têm como agentes de suas ações. As maneiras de falar oferecem importantes dicas sobre as maneiras cotidianas de fazer.

Reiterando as reflexões de Michel de Certeau ao se constituir em *atos fundadores*, os relatos fazem o espaço. "Toda descrição é mais que uma fixação, é um ato culturalmente criador. Ela tem até poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz) quando se tem um certo conjunto de circunstâncias" (2009: 191).

A narração da família se traça desde a perspectiva de um narrador presente que fala pela memória vivida da família que é a *outra* memória do lugar, a memória do vínculo das pessoas ao solo, e seu envolvimento no processo de crescimento e urbanização do bairro da Lagoa. Além de testemunhas, eles participaram da conformação do bairro a partir de seus trabalhos no local como jardineiros, pedreiros e operários das ruas e prédios, na venda de quentinhas aos outros operários das construções e aos porteiros; e mais adiante transformando-se em empregados dos novos proprietários ou lhes prestando algum tipo de serviço bem como faxineiras, motoristas, sapateiros ou lavadeiras, segundo o depoimento de Mosquito.

De acordo com ele, no final da década de 1930 já prestava serviços para famílias abastadas como a de Odilo Amorin, um conhecido médico. Entre 1950 e 1960 foi motorista dos armazéns das favelas que tinha na época e pouco depois foi motorista de Henrique Dodswort e a senhora Zoé Chagas Freitas, esposa do então governador da Guanabara, Chagas Freitas.

Tinha tanta festa, reuniões e eventos políticos na casa do governador que Mosquito e Luiz decidiram iniciar um ponto de taxi na esquina da ladeira Sacopã, o ponto continua ali, mas ambos retiraram-se do ofício. Como seu irmão mais velho, Luiz Sacopã também trabalhou desde criança, prestando pequenos serviços na localidade. Foi motorista particular, de táxi e músico, atividade que desenvolve ainda hoje.

Com alguns dos elementos até agora expostos, podemos indicar como os usos do espaço e as práticas cotidianas da família foram criando uma paisagem cultural que nesse

contexto específico reúne os fenômenos urbanização e densificação, favelização e remoção, verticalização e enobrecimento da Lagoa. A figura de "palimpsesto" é útil para pensar esta paisagem em cujas estruturas físicas e imaginárias se reescrevem continuamente, e em confronto, as impressões ou marcas de toda uma sociedade a respeito de si própria (BERQUE, 2004).

A imagem de palimpsesto é uma metáfora ilustradora sobre os apagamentos e sobre-escrituras que têm acontecido nessa região da cidade. Porém esses apagamentos residem mais nas profundezas que na superfície e sempre será necessário um tipo de trabalho "arqueológico" para detectá-los.

Mas se para fora a família veem sendo testemunha e participante ativa dos processos de verticalização da área, para dentro, ela tem sido protagonista do lugar, a partir das suas práticas sócio-espaciais, as quais denotam uma particular maneira de agir com o entorno. Já que o espaço não tem significado à margem das práticas e das disposições estruturais que o constituem; as quais a sua vez são constituídas pelos movimentos dos atores através do espaço (BERQUE, 2004).

Para contornar a lógica e a percepção espacial diferenciada que a remetem à construção do lugar desde as práticas do cotidiano, foi útil o mapeamento dos usos do espaço começando pela cultura de plantas alimentícias. A esta atividade que lhes deu sustento nas primeiras décadas, e praticamente anulada no presente, a família deu um lugar de destaque e diferenciação espacial, tanto nas narrações como no mapa realizado. Após, foram ressaltadas outras obras como o armamento de pontes e caminhos, os aterros para a construção do atual salão do pagode e a paulatina transformação das casas de sapê, levantadas sobre a terra, em casas de alvenaria.

Este último ato reforça a noção de refúgio que por antonomásia é a própria casa. Mais que um simples marco da memória, as casas contêm nelas mesmas uma noção de estabilidade e proteção frente a um meio instável e ameaçador, e as proibições para o levantamento de novas moradias avigoram essa oposição entre casa (refúgio) e exterior

(vulnerabilidade). Para Claudio, por exemplo, o levantamento das moradias foi uma experiência de aprendizados e de reafirmação dos afetos e laços com o lugar:

> Tive sensações ótimas ao construir meu barraco de estuque, ainda pequeno lembro muito bem que tirava o barro da nossa própria terra, fazíamos uma liga (massa), fazendo o movimento de pisar num bolo enorme de massa até atingir o ponto para confeccionar as paredes que já estavam prontas com bambu, também retirado em nossa terra e amarrados com cipós e outras varas retiradas da mata, afim de criar uma parede na construção dos cômodos de uma modesta casa, o piso a principio era de terra batida[32]

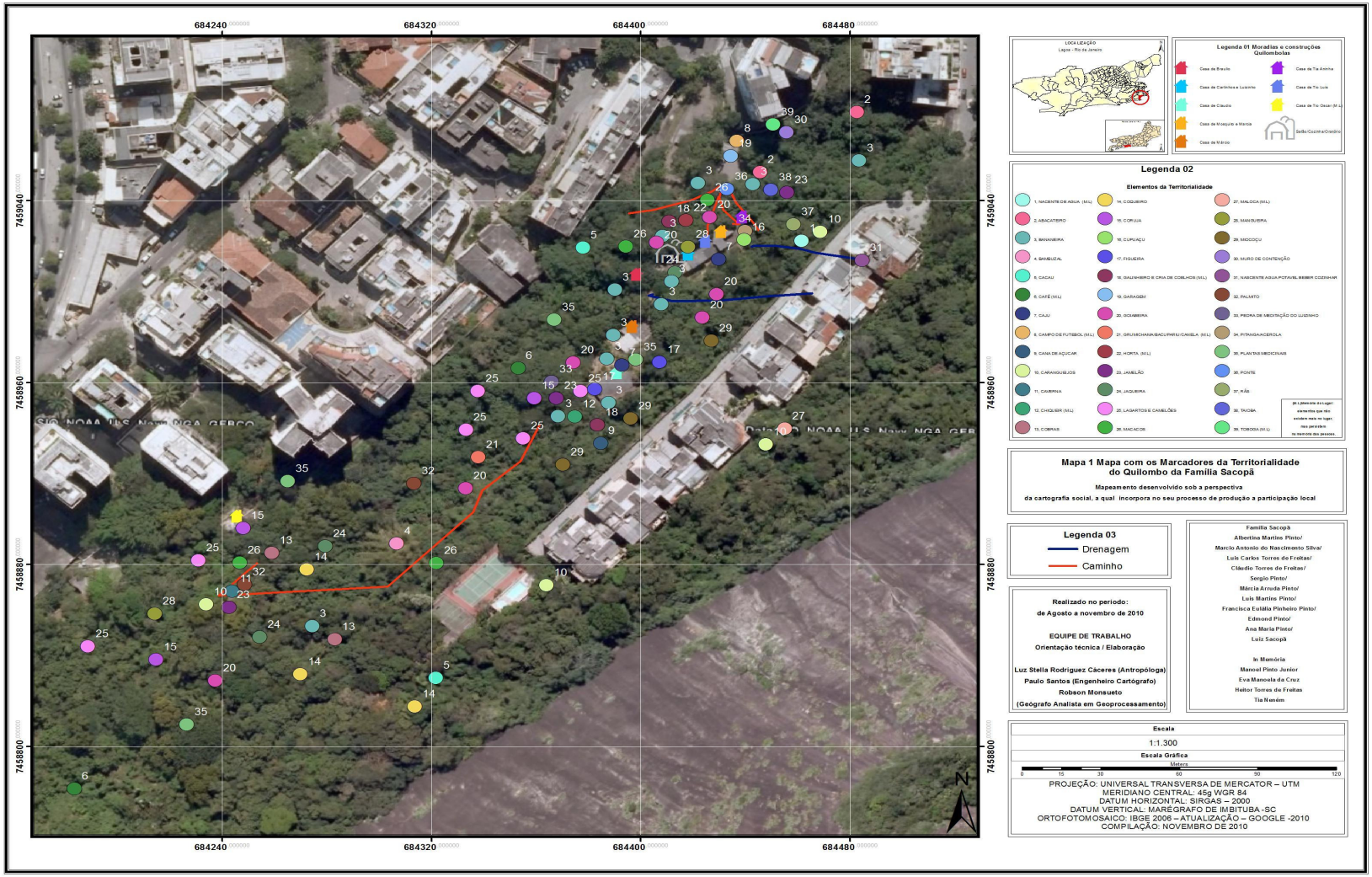
Por outro lado, os relatos sobre as plantas cultivadas, as plantas medicinais, a presença da mata nativa, as anedotas dos animais domésticos e selvagens e as mudanças próprias destes elementos foram fundamentais para alimentar as recordações, e compreender a forma de agir da família sobre a sua natureza. Em geral, essas formas de operar sobre o espaço se constituíram numa importante forma de representação do lugar, e foi assim como tentamos lhes dar um destaque no mapa da territorialidade da família (Ver mapa1).

Nas indagações sobre os usos e práticas no território também foram se ativando as memórias dos conflitos, saíram à luz os incidentes do usucapião e as tensões com a mídia, a vizinhança e os síndicos de prédios e os conflitos que têm aflorado nos anos dos processos judiciais.

Nos relatos também apareceram fatos "externos" ao território que a família pleiteia, mas constitutivos do mesmo, e significativos para a história do lugar, como a remoção nos anos 1970 dos antigos vizinhos, moradores, na época, de barracos e casas de sapê, o alinhamento e construção das ruas e o surgimento dos condomínios que vem mudando a paisagem do bairro e da própria Lagoa e a criação de áreas de preservação ambiental.

---

32 Email de Claudio em 17/02/2011


684240
684320
684400
684480
7459040
7458960
7458880
7458800
LOCALIZAÇÃO
Legenda 01 Moradias e construções Quilombolas
Casa de Brasilo
Casa de Carlinhos e Luizinho
Casa de Cláudio
Casa de Moaquio e Marcia
Casa de Márcio
Casa de Tia Antinha
Casa de Tio Luís
Casa de Tio Oscar (M.L)
Salão Cozinha/Oratório
Legenda 02
Elementos da Territorialidade
1. NACENTE DE AGUA (M.L)
2. ABACATEIRO
3. BANANEIRA
4. BAMBUZAL
5. CACAU
6. CAFÉ (M.L)
7. CAJU
8. CAMPO DE FUTEBOL (M.L)
9. CANA DE AÇUCAR
10. CARANGUEJOS
11. CAMBRIA
12. CHIQUER (M.L)
13. COBRAS
14. COQUEIRO
15. CORUJA
16. CUPUAÇU
17. FIGUEIRA
18. GALINHEIRO E CRIA DE COELHOS (M.L)
19. GARAGEM
20. GOIABEIRA
21. GRUMICHAMA/SACUPARU/CAVELA (M.L)
22. HORTA (M.L)
23. JAMELÃO
24. JAQUEIRA
25. LAGARTOS E CAMELÕES
26. MACACOS
27. MALOCA (M.L)
28. MANGUEIRA
29. MIOCOÇU
30. MURO DE CONTENÇÃO
31. NASCENTE AGUA POTAVEL BEBER COZINHAR
32. PALMITO
33. PEDRA DE MEDITAÇÃO DO LUIZINHO
34. PITANGA/ACEROLA
35. PLANTAS MEDICINAIS
36. PONTE
37. RÃS
38. TAIOBA
39. TOBOGA (M.L)
Mapa 1 Mapa com os Marcadores da Territorialidade do Quilombo da Família Sacopã
Mapeamento desenvolvido sob a perspectiva da cartografia social, a qual incorpora no seu processo de produção a participação local
Legenda 03
Drenagem
Caminho
Realizado no período: de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropóloga)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Família Sacopã
Albertina Martins Pinto/
Marcio Antonio do Nascimento Silva/
Luis Carlos Torres de Freitas/
Cláudio Torres de Freitas/
Sergio Pinto/
Márcia Arruda Pinto/
Luis Martins Pinto/
Francisca Eulália Pinheiro Pinto/
Edmond Pinto/
Ana Maria Pinto/
Luiz Sacopã
In Memória
Manoel Pinto Junior
Eva Manoela da Cruz
Heitor Torres de Freitas
Tia Neném
Escala
1:1.300
Escala Gráfica
Meters
0 15 30 60 90 120
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS – 2000
DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE IMBITUBA -SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010

4. Da arte de conquistar alianças e de cultivar inimigos

O espírito festivo e o talento musical marcou a relação de irmãos de Luiz e Tia Neném. Suas afinidades e cumplicidade permitiram que o quintal das suas casas no número 250 da Ladeira Sacopã ficara conhecido. A feijoada de Tia Neném era tão requerida quanto a sua voz nas rodas de samba. Tia Neném amava tanto o lugar como a música, e encontrou na promoção desta expressão cultural uma forma de fazer alianças e ganhar apoios de consagrados artistas cariocas como Elza Soares, Tim Maia, João Nogueira e Zezé Motta.

Os pagodes foram frequentados, e continuam sendo, por políticos e intelectuais como Tisuka Yamasaki, Carlos Marquez e Muniz Sodré, de quem receberam dicas e mostras de apoio para continuar na luta. Segundo Cláudio, a perda do lugar para a família era também a perda de um local de reunião daqueles que tinham se conhecido e irmanado na defesa da causa da família e tornado aquele espaço da família também um pedaço de lazer, e como o continuam a fazer ainda hoje outros amigos da família, curiosos, turistas e até vizinhos que se transformaram em frequentadores do lugar.

Muitos dos visitantes, são pertencentes, majoritariamente, à classe média carioca, ou turistas que assumem aquela visita ao quilombo como uma concessão para se aproximar à cotidianidade de uma família popular, mediante o consumo da música e a comida por eles produzida.

O pagode de Sacopã consagrou-se na década de 80 como uma das mais celebradas rodas de samba carioca, incorporando-se rapidamente à história cultural da região. É considerada como uma experiência precursora do atual movimento de revalorização do chamado "samba de raiz". Sua história se funde à própria história do Quilombo do Sacopã e, por extensão, à da própria região onde se localiza, a Lagoa Rodrigo de Freitas.

Ao longo dos anos, essas práticas culturais da família conseguiram cimentar uma importante e sólida rede de amigos e defensores da sua causa, composta por artistas, intelectuais, acadêmicos, jornalistas, entre outros. A rede de apoios também se estende

ao âmbito internacional, o lugar tem sido visitado por importantes figuras defensoras de direitos humanos vindas de EUA, África, e até do Japão.

Nesse sentido, a feijoada e o pagode configuram um *território negro* incrustado em um espaço reservado aos extratos sociais e étnicos dominantes, demarcando uma relação de conflito que a seguir será explicada. Essa relação estruturalmente conflituosa que tem determinado em mais de uma vez a proibição oficial do Pagode do Sacopã, chega a consignar um retorno àquelas velhas práticas repressoras próprias da República Velha quando o samba foi perseguido e criminalizado.

Os protestos dos vizinhos pela música e a venda de bebidas têm sido então concomitantes ao desenvolvimento das atividades culturais, com intermitentes períodos de calma e queixas de diferente impacto e proporção, que vão desde artigos na mídia, em blogs, até ações judiciais e administrativas. Foi em 1986 que o pagode foi suspenso pela primeira vez; e durante mais de um ano a família ficou sem trabalhar na realização dos encontros musicais.

Na ocasião os condomínios dos Edifícios Camburí e Cidade da Guarda e Lagoa Azul requereram a suspensão de qualquer atividade comercial e o local foi acorrentado e dois policias foram colocados na vigilância permanente do lugar, dia e noite. O propósito era dar cumprimento ao pedido cautelar, deferido judicialmente, que visava também à suspensão da prestação de serviços como o conserto de automóveis na oficina familiar, a venda de comida na pensão e as atividades como shows artísticos. Depois desse ano os Sacopã ficaram trabalhando de maneira intermitente, lidando sempre com novas queixas e impedimentos e se reacomodando às exigências impostas pela vizinhança.

Houve momentos que hoje a família lembra com mais nitidez, como 1991 quando através de ordem da 8ª Vara Civil, policias entraram no quilombo para apreender instrumentos de música, pratos, mesas e cadeiras e até o fogão de quatro bocas de Tia Neném que era o mesmo onde a família fazia a sua própria comida. Daquela vez, a família contou com a solidariedade de artistas como Beth Carvalho, Alcione, João

Nogueira, Paulinho da Mocidade e a então deputada Benedita da Silva. Um ano depois, esses artistas organizaram no mesmo local do atual quilombo um pagode de desagravo.

Em 1998 a história se repetiu, chegando ao extremo dos policiais acorrentarem a geladeira da família. Naquela ocasião, alguns moradores da Ladeira Sacopã reclamaram do "cheiro da feijoada", segundo uma nota no Jornal do Brasil do 30 de janeiro de 1998. Como assegura Cláudio, *sempre há algo que reclamar da gente.* Isto pode ser explorado em vários blogs de opinião na internet, do estilo do seguinte comentário anônimo :

> Esse pagode enche o saco. Todo o sábado com som alto, numa rua tranquila e que não pode nem ter estabelecimento comercial. Deveria se preocupar em divulgar a cultura afro brasileira e não pagode e churrasquinho. Isso é uma vergonha! O pior é que se dizem Quilombolas.....Desde de quando pagode é parte da tradição dos quilombolas[33]

Mesmo assim, o pagode e a feijoada constituíram-se nos marcadores mais fortes da identidade da família, vinculando-a estreitamente à cultura e tradição afro-carioca. Para poder continuar com a atividade cultural, a família redimensionou a situação, tomou novo impulso, regulou o horário e diminuiu a frequência dos encontros.

A partir dai, as batucadas de pagode e feijoada tentam acontecer somente uma vez por mês, aos sábados a partir do meio dia, terminando às 7 da noite. Na jornada todos os membros da família trabalham para receber as pessoas, entre eles poetas e cantoras, políticos, jornalistas, turistas e acadêmicos que se reúnem ali para saborear a comida. Em algumas ocasiões há a presença do tradicional bloco de carnaval *Rola Preguiçosa Tarda, mas não falha*[34], do qual Luiz Sacopã é um dos fundadores.

---

33 Postado no 25 de fevereiro de 2011 em http://feijoadascariocas.blogspot.com/2010/08/quilombo-da-sacopa.html

34 Foi num desses encontros em *Só na lenha* que em 1990 o bloco surgiu. Este desfila desde a rua Maria Quiteria até a rua Farme de Amoedo em Ipanema às sextas de carnaval. Luiz Sacopã é fundador junto a Miguel Paiva, Hans Donner (diretor de arte), Zezé Motta (madrinha) e Beto, Carlos Alberto da Costa, (presidente). O bloco é referencia da ladeira Sacopã, e a participação de toda a família nesse desfile de carnaval se torna num momento em que a família se expressa cultural e publicamente fora da Ladeira Sacopã, a partir do samba. O abre alas do bloco é uma camisinha gigante iluminada, mas que não chega a estar completamente inflada. A cada ano, o bloco desfila com musicas que são compostas por Luiz em parceria com Roberto Medronho e Roberto Serrão, e é acompanhado por uns 5000 foliões.

Apesar das modificações e adaptações que a família tem feito para se adequar aos padrões do bairro, ainda são necessárias mediações contra as atuais reações de alguns moradores da vizinhança. As ações judiciais e arremetidas da polícia contra o pagode são ainda uma constante e sobre estas a família tem um histórico que enumera os atos ano por ano. Eu mesma presenciei um destes atos, ironicamente, durante o dia da comemoração da Abolição da Escravatura no Brasil, o 13 de maio de 2011. Nesse sábado, policias chagaram para concluir a festa, dessa vez os policiais estiveram amparados pelo mandado de segurança do poder judiciário e a prefeitura.

Ainda em 13 de Julho do mesmo ano a família foi notificada, mais uma vez, sobre a impossibilidade de continuar com o serviço de garagem e as portas da entrada ao quilombo foram fechadas pela força pública por 24 horas, sob o argumento de impedir atividades comercias num bairro residencial. Por outro lado, o que se percebe por trás destas ações é uma tentativa de sufocar financeiramente a família, apesar que boa parte dos membros da família tem ocupações profissionais fora da Sacopã, o trabalho no bar, restaurante, no pagode e na extinta oficina mecânica oferecia as pessoas da família um outro suporte econômico. Para Luiz a proibição do pagode é também um atentado à cultura do lugar no qual tantas pessoas tem-se vinculado. Manter vivo o pagode é para ele uma forma de enaltecer a memória da Tia Neném que em vida se empenhou como ninguém mais na realização dessa atividade.

Em diálogos espontâneos com moradores, alguns deles frequentadores dos pagodes aos sábados, fui a entender que não eram todos os vizinhos que compartilham as colocações públicas da AMOFONTE. Maria Teresa, moradora da rua Vitória Regia, por exemplo, expressou que não se incomoda com a presença da família pois *eles já estavam a quando eu cheguei, e em nada me incomodam, já comi muito bem ai, e fui bem atendida*.

Outros moradores reconhecem a utilidade dos outros serviços prestados pela família como o estacionamento e a velha oficina de mecânica, também interditada. Nessa medida, a disputa com a família se tornou um assunto no que não se pode ser mais indiferente. Um morador, vizinho ao quilombo, que pediu para não ser identificado, queixava-se porque a causa do conflito judicial, o condomínio do seu prédio tinha

subido estrepitosamente para poder pagar os advogados ocupados em contestar ao INCRA a permanência quilombola .

Deste modo, a vizinhança está longe de ter um posicionamento homogêneo; e isto se reflete nas posições da associação de moradores. Uma notícia no Jornal O Globo de 1991, colocou ao descoberto estas contradições. Em razão a uma ação judicial que na época fechou o pagode, sob o argumento de estar numa área classificada como estritamente residencial (ZR-1), a presidente da associação que na época chamava-se AMA-FONTE se manifestava contraria

> A atual Presidente da Associação de Moradores e Amigos (AMA-Fonte) Sueli Feijó, é uma das aliadas da família de Luiz Sacopã. Sueli que mora no bairro há 40 anos, diz que grande parte dos moradores da Sacopã e ruas vizinhas são fregueses da comida caseira de Tia Neném, sendo que alguns, como ela própria, eventualmente até frequentam o pequeno restaurante. Além disso ela reconhece que a família precisa trabalhar para se sustentar. Eles mantêm uma pensãozinha muito simples que não incomodam ninguém. Muita gente do bairro, aliás é freguês da Tia Neném. A convivência com a vizinhança é ótima e eu à frente da AMA-Fonte há três anos, nunca recebi reclamações de moradores a esse respeito. Não há barulho nem movimentação excessiva (O Globo 26/08/ 1991).

Esse posicionamento de 10 anos atrás diverge certamente, da atual AMOFONTE que tampouco acolhe todos os moradores dos condomínios na área; mesmo assim, o numero de associados alcança a somar 400 pessoas, o que se constitui para sua atual presidente num indicador da aprovação da sua missão.

> Para ser membro da associação só basta ser morador da área, em residências legalizadas, pode ser locador, e pagar uma taxa anual, mas só morador de imóvel legalizado, não pode ser invasor. Qualquer um pode fazer parte de nossa associação. Frequentemente somos acusados de ser uma elite desdenhosa, eu sou médica, trabalhei minha vida inteira em um hospital público, os meus vizinhos são pessoas muitos ligadas ao sofrimento do próximo; muitos fazem trabalhos sociais voluntários beneficiários, muitos estão aposentados, mas frequentemente somos atacados por sermos uma elite organizada reclamando por um bairro que é tão lindo. Se todas as pessoas de todas as ruas de todos os bairros nos damos a mãos e nos unimos pela qualidade de vida, teríamos uma cidade mais linda.

Na medida em que o campo ia avançando, outros elementos foram aparecendo para destacar as contradições de alguns dos opositores à presença da família. Ana Simas, por exemplo, a atual presidente de AMOFONTE, era frequentadora dos pagodes em Sacopã, ela foi casada com Jorge Simas, violonista e músico de Luiz, que das suas apresentações em Sacopã tirava uma parte do seu sustento. Além disso, Ana Simas comemorou no hoje quilombo, o seu casamento, os aniversários dos filhos e o batismo do neto.

Quando perguntei a Ana Simas sobre seu envolvimento com a família que agora atacava, ela respondeu *-num momento a família contou com meu apoio, mas quando soube das pretensões de se apropriar de toda a área, eu desisti de continuar apoiando aquela palhaçada*[35]. Disto pode se interpretar que para os interesses que Ana Simas representa, era tolerável que a família estivesse na área em função aos "serviços" que a família providencia, mas sua presença se tornou ilegítima quando decidiram lutar na justiça mediante sua constituição como quilombo. Pode se pensar, segundo a ideais de Barth como a partir do momento em que se reivindica uma identidade, pleiteia-se também o pertencimento a uma dada categoria étnica, o que comporta "ser julgado e julgar-se a si mesmo de acordo com os padrões relevantes para tal identidade" (BARTH, 2000:32).

Além do casamento de Ana Simas no quilombo, também seu pai, quando jovem, tinha sido muito próximo à família, especialmente a Mosquito. No seguinte fragmento, tirado dos manuscritos da Tia Neném, são descritos os preparativos da festa de casamento e se expõem as vicissitudes pelas que passaram as relações entre o pai de Ana Simas e Mosquito.

> Algum tempo depois chegou uma moça muito delicada eu não a reconheci, ela falou "sou eu Neném, Ana Simas, aquela que prometeu casar aqui na sua casa". Quase tive um troço, me senti pequenininha, ela era filha do delegado que fechou nosso pagode e foi logo dizendo que os convites estavam prontos, já com o endereço do pagode Sacopã. Cada baki (sic) que eu levava, perdia um pouco do material do trabalho. (inelegível)...um cal na cozinha e no salão. Ficou joia no dia do casamento. Aninha, minha cunhada, arrumou o salão, decorou tudo, ela era certinha na decoração, eu na cozinha fazendo minha feijoada. Cláudio na bebida com ajuda do irmão Carlinhos, especialista em servir. Em tudo, quando o almoço era grande, ele era rápido e competente. Chegaram os músicos, estava tudo em dia. Tirei a roupa de cozinheira, e me produzi como cantora.
>
> Fui para o salão, estava lotado. Ao chegar, meu irmão Mosquito estava abraçado com o Sr. Os dois chorando muito, eu me assustei e cheguei perto para saber o que tinha acontecido. Mosquito falou, "essa é minha irmã", ele me abraçou e me pediu desculpas, eu não sabia o porque das desculpas. Então Mosquito falou, "esse é o pai da noiva, o delegado que fechou nosso pagode Sacopã. Quando nos éramos jovens eu era padeiro, ele estava estudando e não tinha dinheiro para pagar o pão, eu dava de graça para ele não estudar com fome". Ele chorou, mais ainda e disse "si eu soubesse que era para a casa de Mosquito eu tinha aliviado". O pagode comeu solto e o noivo é um tremendo músico. As madrinhas foi Ivone Lara e Alcione, um dos padrinhos João Nogueira. Não precisa disser mais nada. O mundo pequeno. A vida continuava.

35 Entrevista com Ana Simas em 09/03/2010

O manuscrito da Tia Neném veio a confirmar não somente a proximidade de Ana Simas à família, senão também a de seu pai. E ainda mais, revela as contradições de relações amistosas, frágeis às lealdades profissionais ou da classe social.

Em contrapartida, e como já foi dito; a solidariedade de artistas tem sido chave nos momentos críticos. Um dos mais lembrados pela família é Tim Maia. O cantor veio para Sacopã, em meados dos anos 1970, ele tinha um estúdio de gravação musical na Rua Vitória Regia, (futuro nome de sua gravadora) que é a continuação da ladeira Sacopã. A chegada de Tim na rua é vista como um divisor de águas em sua vida artística, pois a partir daí ele retomou a sua carreira fazendo muito sucesso.

Cláudio lembra-se bem dele e de seus amigos músicos sempre alegres e geralmente 'chapados', subindo a rua no *buggy* aberto. A pensão de tia Neném começou a fornecer comida para Tim e os seus músicos. Era Cláudio, ainda criança, o encarregado de levar as quentinhas a domicilio.

> É curioso, mas na época ainda não tínhamos àquelas marmitas de alumínio, então usávamos dois pratos para transportar cada refeição, um cima do prato com a comida para o tampar. Colocávamos três refeições uma em cima da outra e ajustávamos com o pano de prato e depois eu subia pelo meu atalho em direção à subida do morro. A casa de Tim era na Vitória Regia e para facilitar a minha entrega de comida para ele e a sua banda, eu cortava caminho pelas minhas trilhas que tinha pela mata, por que se eu subisse pela rua o tempo seria muito grande para chegar até o local com a comida quente.
>
> Passava pela minha trilha, que era à margem da nascente da água que descia da pedreira; lembro que passava por pés de jaqueiras, pés de manga, pé de pau d´alho, e em seguida estava chegando na nascente, saindo de dentro da mata de onde hoje em dia é a entrada da Chácara do Sacopã e mais alguns metros já estava na casa do Tim Maia. Dava tempo de ver o ensaio no estúdio improvisado que ele criou, era um "barracão", e daí fizemos uma amizade e cheguei a ganhar um cachorro do Tim que coloquei o nome de Lobo.
>
> O cantor tinha um canil em sua propriedade e os cachorros tinham fama de ser muito bravos, ele adorava cachorro. Lobo conviveu muitos anos comigo até o último dia de sua vida. Ele me acompanhava em toda esta mata e me protegia nas minhas andanças. Enfim, a relação com o Tim Maia, foi uma relação mais de amizade que comercial, depois daqui ele conseguiu decolar a carreira de novo. Até hoje a casa dele está no mesmo lugar"[36].

A descrição de Cláudio nos situa no lugar além do trabalho, e o circunscreve como espaço do ócio, lazer e sociabilidades. As pessoas da geração de Márcia e Cláudio se encontram especialmente marcadas pelas suas experiências de infância no local. Quando

36 Email de Cláudio em 22/02/2011

crianças, aproveitavam a mata como um quintal para jogos e brincadeiras, e tinham a sua disposição uma caverna para brincar e se esconder, além do campo de futebol e todas as trilhas lavradas e capinadas pelos adultos. Segundo Cláudio:

> Eu tinha as minhas trilhas, cipós e até tobogã natural devido à geografia do local, e este tobogã assim como os cipós facilitavam os meus deslocamentos para outras trilhas que rápido me davam acesso para caçar alguns bichos e em algumas ocasiões, até fugir de alguns deles, pois em certos momentos me deparava com lagartos enormes e cobras muito venenosas, sendo que tem uma cobra que eu nunca esqueço, chamada de urutu cruzeiro, esta serpente carrega uma cruz na cabeça. Enfim hoje em dia me sinto muito triste por perder todos estes hábitos e sentir todas as mutações geográficas em virtude das construções erguidas na área[37] Hoje penso que o meu são os bichos, já minha avó dedicava-se às plantas.

Se bem cada qual, à sua maneira, estabelece laços com certos lugares, Bacherlard (2000) e Berque (2004), concordam em que é aqueles da infância parecem indestrutíveis; pois mais do que marcar às pessoas, fazem parte do ser. A experiência da infância é a experiência primordial da diferenciação, do reconhecimento de si e do outro, pelo que se constitui na primeira prática do espaço.

Por isto os depoimentos de Márcia e Cláudio sobre a sua infância são dos mais emotivos, a sua infância não só transcorreu nesse lugar, senão que ao longo das suas vidas têm acompanhado as mudanças no lugar, que como diz o Cláudio são também as mudanças deles mesmos como pessoas. Assim, o local é *lócus* da memória coletiva e genealógica da família, onde a sua identidade e a capacidade de mobilização dentro das configurações políticas estão fortemente arraigadas no processo de construção do lugar.

5. A força do lugar

A construção dos lugares é eminentemente social e nela intervêm materialidade, representação e imaginação, elementos que antes de estarem em mundos separados se encontram entrecruzados. Nesse sentido, as inquietações sobre as forças do lugar estão dirigidas a entender porque meios e em que sentido seres sociais, individual e coletivamente, investem nos lugares de modo permanente para os tornar, além de lócus institucionalizados de poder social (HARVEY, 1996), parte importante da sua

37 Email de Claudio em 17/02/2011

constituição como seres no mundo, onde se entrelaçam a cultura e a natureza (LOW, 2000).

A reflexão sobre a "força do lugar", surgiu principalmente a partir das falas e escritos do Cláudio os quais indicavam os investimentos simbólicos e afetivos que relacionam às pessoas da família com esse pedaço de chão. Além da materialidade do espaço e das práticas cotidianas, a relação com o território se tece também no âmbito da imaginação e das representações, alcançando o mundo da espiritualidade. Foi também a partir das falas com Mosquito, que a ideia do lugar participe do ser (BERQUE, 2004) era a mais recorrente. Assim, além da pura intervenção humana no espaço, onde as pessoas produziam um lugar e lhe davam a conotação de território pela sua ação política, existia um certo tipo de reciprocidade, onde as pessoas eram também produto das suas relações com o lugar.

De todas as pessoas da família com as que tive oportunidade de falar era Mosquito o que menos pessimista se mostrava frente aos problemas e ameaças de expulsão. De fato acho que ele não tem nenhuma dúvida a respeito da permanência da família no local. Para ele as ameaças de despejo nunca tiveram como se concretizar por uma dupla força de sentido de pertencimento, e sentido de pertencimento à cidade contribuindo com o pagamento de impostos - *nós somos daqui, nós somos este lugar, porque isto não existiria sem nós e nós não existiríamos sem aqui, além disso sempre fomos legais, pagamos sempre nosso iptu.*

Aqui estou me referindo a uma fenomenologia, onde o sujeito, ao mesmo tempo em que age em direção ao mundo e aos objetos, também é constituído pelo mundo e pelos objetos em direção aos quais ele se move. Para Merleau-Ponty (2007, 2008), o mundo sustenta o corpo do sujeito e se move com ele, demarcando o seu campo da exploração perceptual e experiencial. Como condição corporal do sujeito, o mundo é experienciado como constitutivo do sujeito-corpo que o habita e não mais apenas como um referente externo e objetivo aos sujeitos que nele se movem (ibid).

Essa impregnação mútua entre humanos e não-humanos se percebe nas palavras do Cláudio quando afirma, que uma parte do seu ser é arrancada quando deixa Sacopã, pois a ele se encontra estreitamente ligado:

> A minha relação com o lugar é coisa de pele, tenho muitas histórias deste lugar, e nunca tive a experiência de me mudar de vez, onde nasci estou até hoje. O local oferece energia, é um terreiro iluminado, onde só aparecem pessoas boas. É, sem dúvida, um terreiro abençoado, de onde partem todas as nossas ajudas, inclusive as ajudas espirituais, eu não tenho a menor dúvida, o lugar nós dá uma proteção espiritual, pois caso contrário não estaríamos resistindo até hoje[38].

Cláudio parte, assim, para histórias e lembranças que corroboram o seu arraigo e o da sua família por Sacopã como lugar e território. Uma das narrações mais ilustradoras desse sentimento se refere a uma vez na que ele foi soterrado por uma barreira de terra que desabou, próximo ao salão onde hoje se realiza o pagode. Foi salvo pelo pai que teve que cavar de enxada, e em seguida o jogou dentro do barril de carvalho que ficava próximo da nascente onde descia a água.

> Bom até hoje eu tenho esta impressão de terra na boca, que foi horrível até que consegui respirar melhor. Até hoje carrego a sensação e a relação do lugar comigo, quero dizer que me vejo privilegiado, pois no lugar onde sempre vivi eu consegui numa única vez, por incrível que pareça, saborear o gostinho da terra e sentir na pele a temperatura daquela água que descia da nascente tão pura e cristalina. Que tem mordido a terra conserva nos dentes seu sabor[39].

Para os membros da família o lugar possui uma força proveniente do além, espiritual ou "extraterrestre" como a tem qualificado Luiz, e que os têm ancorado no sítio, lhes permitindo permanecer e resistir aos vários embates, assim também o asseverava, incansavelmente, Tia Neném quando viva.

Cláudio acredita que o lugar irradia uma proteção e ao mesmo tempo uma força, um campo envolvente que os atrai e não os deixa sair. A prova disto, argumenta Cláudio é que ele casou-se com Celina, nascida em Bom Jesus do Itabapoana, com ela teve dois filhos, João e Júlia, mas por falta de emprego no Rio de Janeiro, Celina mora lá onde também trabalha, Cláudio vai e volta, mas fica dividido:

---

38 Email de Cláudio em 19/03/2011

39 Email de Cláudio em 3/03/2011

> Eu enfrento problemas por justamente isso, estou até fazendo um tratamento psicológico por essa coisa sempre de querer ficar num lugar só e não conseguir desvencilhar daqui, minha esposa quer que eu vá para lá, mas eu não quero, então é uma guerra danada. Chegou um momento que passei mal e aí, fui parar na emergência do hospital, o médico fez diagnóstico de pinel, não acreditava mas realmente estava com problema mesmo psicológico, mas já estou há oito meses em tratamento, mas eu não consegui me desligar um pouco daqui, não consigo, não quero. Ela não descarta vir morar aqui, mas acha que eu tenho que ir para lá, em enfim eu não consigo me desligar daqui. Eu nunca sai daqui, eu nunca morei em outro lugar, eu tenho meus hábitos aqui. Nunca morei em apartamento, então é bem difícil para mim me adaptar em outros lugares. Em mais de uma vez senti o coração oprimido ao pensar na casa abandonada, nas cosas familiares da minha infância, em ruínas pelo abandono. Me preocupava por sobre todas as coisas, si pela mão do tempo e das chuvas não se destruiria o céu da caverna, resulta estranho de ser falado, mas se tivesse tido um derrube das rocas, tinha a impressão de que também aparecia uma fenda na minha vida. [40]

Das suas palavras se intui a ideia de paraíso infantil em risco de desaparição, e do que não quer se apartar, por uma força de atração. Para Cláudio parte dessa *força* decorre da sua avó Eva, que tinha uma forma de relacionamento espiritual com todos os seres humanos e não humanos, vivos e mortos.

Dona Eva tinha dons espirituais que a transformaram em uma conhecida rezadeira e curandeira da região. Seus conhecimentos sobre ervas cultivadas a faziam ser muito procurada na antiga favela, inclusive pelos vizinhos dos condomínios para curar diversas doenças como “vento virado”, “mal olhado”, mordida de cobra a partir de rezas, o uso do fumo, garrafadas de ervas em vinho, e outras plantas como arruda, vassourinha e banhos de guiné – caboclo. Além disto, era uma parteira, também conhecida como “Avó de Umbigo” ajudou no nascimento de muitas crianças no bairro, numa época em que as pessoas humildes ainda nasciam em casa. E era que Dona Eva também trabalhava com o santo, ajudando no transe aos que incorporavam entidades, mas na medida em que foi ficando mais idosa, foi deixando de rezar para fazer curas. Para Cláudio, parte do seu apego pelo local tem a ver com os trabalhos espirituais que a sua avó fazia nele, reforçados com preparados de ervas, ingredientes e materiais extraídos do lugar:

> A minha avó tinha um cuidado muito especial comigo e me rezava todos os dias e ainda me dava um fortificante chamado de "garrafada" que é uma mistura de várias ervas no vinho no intuito de fortalecer o meu físico, pois sempre fui muito magro, e o que ela chamava de espinhela caída, o qual era conferido dia após dias esticando os braços e comparando as mãos para verificar se as medidas estavam certas, caso contrário dava continuidade à reza. Eu acordava e tomava aquele banho de azeite, tinha que tirar a camisa porque azeite é meio colante, e minha avó falava vem cá menino, ai uma diferença e tinha que rezar, rezava, rezava. Também cantava pontos como aquele que lembra Cláudio também interpretava seu tio João:

---

40 Entrevista a Cláudio em 29/09/2010

O macumbeiro começou a macumbar
a faca enfiou no toco, e nada do santo chegar
a meia noite quando o galo cantou...có..có..ró
Ogúm arranca toco, vem Changô, vem Oxalá
o macumbeiro estava manifestado
ficou admirado por ver tanta cortesia
mas depois da cerimônia terminar
vem um velho soprador
que é o Caboclo Ventania.

As lembranças que passam sobre a avó Eva, se referem muito a sua disposição de servir aos próximos. Amigos e parentes sempre estavam a ocupar a casa, pois ela gostava de acolher a quem precisasse de uma ajuda. A imagem da avó Eva é fundamental na consolidação da luta da família.

Cláudio conta que lembra que o primeiro ensinamento que passava a avó era que a Catacumba tinha sido cemitério de índios e depois de negros; então eles estavam circundados por um solo sagrado, pelo que era proibido cavar buracos na terra à toa.

Esse mesmo respeito foi infundado pela avó para o mato, e ensinou a pedir sempre permissão antes de se adentrar nele, assim como ensinou ter total respeito ao pé de figueira, árvore conhecida também como "figueira brava" ou "figueira do inferno" e até "erva do diabo", que quando está produzindo frutos atrai muitos morcegos de noite. Esse respeito à enorme figueira, cuja raiz se eleva a mais de um metro acima da terra. Isto se deve a que esta é uma das plantas de Exú, entidade que aparecia com frequência nesse lugar quando Eva estava viva. Segundo Cláudio e Tina a árvore irradia poderosa energia de proteção ao quilombo, repelindo ondas negativas.

Ao perguntar por uma relação mais atual com as plantas, houve unanimidade que após Eva, os mais envolvidos foram Heitor, especialmente na horta, e Mosquito que quando estava de melhor saúde passava boa parte do dia plantando flores e matos ornamentais. Hoje sua visão não está boa e sente saudade das épocas em que se internava no mato para trazer mudas e capinar, de quando em quando fica tentado tirar galhos secos dos lugares pelos que ainda transita. Uma das pessoas que mais se envolve com as plantas,

atualmente é Aninha, que dedica parte do seu tempo a cuidar de um pequeno quintal onde florescem toda sorte de orquídeas e outras plantas com flores.

O pedacinho de pátio de Aninha chamou muito a minha atenção pelas cores que irradia, é que Aninha tem se dedicado a enfeitar suas árvores com cintas coloridas, bichinhos alados de madeira e algumas bonequinhas e fadas, além de frases e mensagens positivas em cartazes. Quando lhe perguntei a Aninha se ela também sabia de plantas curativas, indicou que esses eram saberes de Dona Eva, mas que ela evangélica nunca se interessou por essas coisas, que na verdade uma vez ida a sua sogra ninguém mais mexeu com os poderes curativos das plantas, do mesmo modo que ninguém mais se interessou por aprender a rezar. Contudo, as plantas continuam sendo usadas pelos seus poderes de proteção.

Outro local que também merece a consideração é a pequena caverna encravada na pedreira maior, a qual era conhecida pelo mais velhos como maloca. Hoje, esse santuário ficou dentro dos domínios do Condomínio Chácara de Sacopã e não há mais acesso para ele, mas antigamente era um local religioso visitado pela antiga vizinhança da favela, antes de ser despejada. Ali as pessoas faziam suas oferendas aos santos para fazerem pedidos e simpatias. As crianças eram ensinadas a respeitar esse espaço e a pedir licença sempre que passassem em frente. Para Cláudio, esta maloca era uma síntese de terror e encantamento, desde o próprio umbral sentia um desejo de entrar e ao mesmo tempo muito medo, é a ambivalência de um mundo subterrâneo e um lugar mágico.

Deste modo, a pedreira se ergue como outro círculo de proteção para o território da família e junto a artefatos como o cemitério indígena, a árvore da figueira e a caverna compõem uma força que ampara a família, a qual também é reforçada com as figas de guiné – caboclo, feitas em cruz, que para proteger o lugar são espalhadas pelos cantos das casas.

Há então um elo de imunidade que ampara a família e se manifesta nas várias ocasiões em que ela tem saído invicta, ao ver-se livrada das tentativas de remoção, acusações e até provocando situações difíceis para os que têm tentado retirá-la do lugar, como o síndico

Diocleciano, juiz de profissão, que morreu justo após ter efetivado vários "arranjos" manhosos para retirar a família, ou recebendo ajudas que parecem inexplicáveis. Conta Cláudio que um dia

> mandaram o oficial de justiça nos entregar uma intimação, neste momento eu estava chegando, e o senhor oficial de justiça estava todo de branco, era numa sexta feira e quando ele saiu do carro e avistou toda a área do quilombo, disse assim para eu e minha esposa: eu não posso subir este morro; nós indagamos por que? O oficial de justiça nos respondeu: eu estou todo arrepiado e não posso subir por que onde tem uma pedreira deste tamanho eu não posso fazer nada contra vocês, por que minha crença espiritual não me o permite[41]

Nesses curtos relatos se evidencia um tipo de compreensão articuladora do estar no mundo enquanto um habitar, mediado por uma simbologia de proteção e amparo oferecida pelo lugar e seus elementos materiais e espirituais; uma segurança à que as pessoas recorrem em tempos de convulsão.

Elementos como a casa, a caverna aparecem aqui como espaços com um papel estruturador do lugar e da memória e que definem desde outra perspectiva o espaço social, que é também produtor de sentidos. Atividades como a comida feita pelas mulheres e os conhecimentos da avó para curar diferentes mazelas estão vinculadas a um lugar onde a presença materna é uma realidade que robustece a sensação de repouso, intimidade, conforto e especialmente segurança e proteção. Num contexto de risco permanente e de mudanças potenciais, delineado por ciclos de ameaças de expulsão, esses símbolos correspondem a uma busca de estabilidade, amparo e permanência.

De certa forma, as características de refúgio, proteção e abrigo também definem a caverna. Contudo, a caverna ficou fora da segunda demarcação territorial feita pelo INCRA, como se mostrará mais adiante; ela representa além de um refúgio natural, a delícia das crianças da idade do Cláudio, que experimentavam ali uma alegria íntima, a alegria de posse de tudo o que rodeava seu universo infantil. Ali era *dono da natureza*, Cláudio e seus irmãos se escondiam na caverna a qual era uma espécie de brinquedo cósmico, uma moradia natural que conserva até hoje seu rango de imagem fundamental.

---

41 Email de Cláudio em 24/03/2011

Por uma condensação curiosa Cláudio une a caverna e a casa da avó, como se tratar-se do mesmo arquétipo.

Os depoimentos de Cláudio evocam, desde outro ponto de vista, o processo de resistência da família frente ao embate de forças econômicas e sociais poderosas. Os confrontos e disputas que têm se apresentado ao longo das décadas entre a família e a vizinhança pela posse da terra não são excepcionais, senão elementos constitutivos do lugar. Os investimentos afetivos e de luta dos membros da família incluem, como diria Harvey (1996), doses de suor, lágrimas, fé e inúmeros esforços para a preservação, mais que do lugar em si, da sua presença coletiva como família e da experiência do mundo adquirida através do lugar.

A singularidade relacional entre a família e o espaço que habita tem talhado os traços de uma paisagem diferenciada do entorno e determinados por um "alma do lugar", constituída pela particular relação da família com o espaço, o que fala do entrelaçamento denso e extensivo entre as pessoas e o lugar como uma mesma "carne" como o descreve Merleau-Ponty (1971, 2008), para destacar a continuidade entre o corpo do mundo e o corpo humano.

Deste modo quer-se reiterar como a construção do lugar lhe deve tanto ao material como ao reino do simbólico e à representação que encontra seu selo distintivo na forma na qual as pessoas investem espiritual e simbolicamente nos lugares e os transformam em investimentos coletivos.

Deste modo, relações ambientais, sócio-afetivas, simbólicas, materiais têm configurado uma identidade capaz evocar uma memória coletiva, vital para a perpetuação da certa ordem e de uma esperança no futuro: permanecer no lugar. Porém, a compreensão do lugar não pode estar mais na margem do entendimento das relações espaciais como a geografia as concebe, e Sacopã como lugar está tanto no olho dos desejos do mercado imobiliário como nas ânsias preservacionistas dos ambientalistas urbanos. Vejamos na continuação como é que isto tem sido.

6. Favelização, Verticalização, Remoção e Resistência

A permanência da família é concomitante aos fenômenos – loteamento, urbanização, favelização, desfavelização (remoção) e verticalização – que têm transformado a área da Lagoa Rodrigo Freitas durante o último século. A família Pinto é participe desses processos.

Do aterro dos pântanos nos anos 1920 na área da Fonte da Saudade, resultou a área que vai do lado par da rua Fonte da Saudade (até então somente existia o lado ímpar, o lado par era a praia) até a Avenida Epitácio Pessoa, avenida que foi concluída nessa época. A rua Fonte da Saudade possuía, segundo Mosquito, menos de 100 casas térreas, todas residenciais (no lado ímpar), dois sobrados, sendo um deles uma pensão e o outro uma casa de cômodos, o único comércio da área era uma padaria.

Como resultado dessas primeiras grandes obras, começou a ocupação da região por construções de grande porte, bem como o surgimento das primeiras ruas transversais à rua Fonte da Saudade. Em 1928, surgiam as ruas Cássias e Madressilva, hoje conhecidas, respectivamente como ruas Carvalho Azevedo e Resedá. O depoimento de Mosquito é esclarecedor nesse aspecto:

> Eu acompanhei o crescimento do bairro de 1938 para cá quando cheguei de Friburgo, e muita coisa mudou, moro neste lugar faz 73 anos. Na Lagoa não passava carro, só tinha essa parte aqui de Fonte da Saudade para Humaitá para Ipanema e para Copacabana, nem essa orla da Lagoa existia ainda. Quando cheguei aqui, nem tinha começado a abrir a ladeira Sacopã. O caminho não era assim, era uma trilha e para a gente chegar aqui era no meio do mato e tinha muita jararaca ela sempre estava enrolada no chão, era um problema.
>
> Tinha muito animal e pescaria eu pescava muito siri na Lagoa igual a meu pai, trazia sempre uma grande quantidade. Lá embaixo tinha muita chácara de portugueses que tinham plantações de verduras e coisas assim. Eu vinha de Humaitá a pé onde também não tinha nada, nem prédios, uma porção de casinhas baixas e o transporte era ainda nos bondes. Vou te falar do passado, eles não viram nada, aqui era muito terreno baldio, as casas, se tivesse meia dúzia era muito, tinha o prédio da prefeitura, tinha a igreja que era aqui embaixo na rua Almeida Godinho.
>
> Meu pai trabalho na abertura dessa rua de principio a fim, sofreu tanto acidente, coitado, muito acidente, coitado! Depois da guerra 45, 46 para cá. Com o arruamento aprovado pelo Prefeito Dodsworth em 1940 já teve condução, aqui na rua Alfredo Barcelos, hoje Ildefonso Simões Lopes, tinha Fábrica David, fábrica de papeis pintados e papelão de propriedade de David e Cia, e na época de carnaval eles faziam esses produtos carnavalescos de confetes, serpentina e lança perfume e nós revendíamos no centro[42]

---

42 Fala de Mosquito em 19/06/2010

Concomitantemente, por volta de 1925, o Estado dividiu a Chácara da Catacumba em 32 lotes, e os primeiros casebres da futura favela começaram a ser erguidos, mas a explosão demográfica só iria acontecer na década de 1940, com a chegada de uma leva de migrantes vindos, principalmente, do estado do Maranhão. Sem opções de moradia popular planejada, estes migrantes como tantos outros cariocas recorreram a autoconstrução precária onde aparecia a oportunidade (MONTEIRO, 2003).

A favelização ocorreu rapidamente e num momento em que essa área urbana não despertava a atenção nem cobiça dos agentes imobiliários, atraídos nessa época pelo desenvolvimento urbanístico e promissor de Copacabana e Ipanema (CAVALCANTI, apud COSTA, et all 2009).

O crescimento da favela da Catacumba foi acelerado, ela alcançou ter 2.320 barracos (a maioria de madeira) e cerca de 15 mil habitantes. Por não ter serviço de água potável na comunidade, o dia começava cedo nas 15 bicas públicas que existiam já perto do asfalto. Em 7/08/1967, o Jornal do Brasil, num recorte guardado por Mosquito, descrevia assim o quotidiano na favela:

> Às cinco horas da manhã, a Catacumba começa a despejar seus moradores. Copeiras, cozinheiras e babás descem as escadarias, saindo para as 'casas das madames'. Trabalhadores (grande número de operários em construção) formam filas nos dois pontos de ônibus ou caminham a pé, em direção de Copacabana, Ipanema e Leblon. Um pouco mais tarde, o pessoal que desce o morro já tem outro aspecto: é a hora dos funcionários públicos, das crianças que vão para a escola e da grande movimentação das lavadeiras, que saem de casa cedo, para aproveitar o sol fraco da manhã, para a lavagem e, depois, o sol mais forte, para secar a roupa

Enquanto à ladeira Sacopã, Mosquito relatou que a construção dos barracos, se deu pelo empreendimento de vários dos operários que quando trabalharam na abertura da ladeira Sacopã, se deslocaram para a área e a converteram no seu domicilio, ao construir ali suas casas. Num começo as moradias eram provisórias, feitas com restos do material de construção das obas da rua e aos poucos se tornaram em vizinhos permanentes da família Pinto.

Esta lembrança de Mosquito expõe as condições laborais e de habitação dos pedreiros e operários que construíram as obras da região e que terminaram morando na área. Assim, além de ser uma iniciativa própria, a moradia dos operários na região era também uma prática incentivada pelos patrões e empresas, que na falta de uma política de habitação, permitiam, mesmo que provisoriamente, a moradia dos operários nas instalações do prédio a ser construído ou nas imediações da área.

Deste modo, as condições de moradia estavam mediadas por comodatos verbais, concessões temporais e permissões para a construção de casas temporais. O seguinte fragmento de entrevista, concedida ao jornal pelo português Jose Manoel da Silva, ainda morador da rua, ilustra muito bem essa tendência. De acordo com ele, entre os barracos que abundavam na ladeira Sacopã, tinha nessa época um

> [...] barraco construído pela empresa Astúrias Empreendimentos, (para um dos seus funcionários) Alberto Teixeira Leite, que ali vivia com a mulher e quatro filhos menores. Antes o operário morava na rua Vitoria Regia, mas foi despejado, como trabalhava para Astúrias Empreendimentos como guarda de segurança, contou seu problema de moradia e a empresa providenciou sua transferência para a Ladeira do Sacopã. Agora ele esta desempregado e teme ainda ficar sem casa.[43]

Foi em 1964 que o governo do Estado do Rio de Janeiro decidiu que a vista para a Lagoa e o Corcovado deveria ser privilégio de quem pudesse pagar por ela, e propôs e executou um dos mais impactantes processos de disciplinamento do espaço urbano carioca. Assim durante a administração de Carlos Lacerda foi lançado o maior programa de "remoção" de favelas, concretizado para as áreas da Lagoa – Ilha das Dragas, Praia do Pinto e Catacumba– em 1970 sob o mandato de Negrão de Lima.

Em pleno auge da ditadura, arriscadas foram as condições para se opor, resistir ou se organizar. A remoções generalizadas misturaram na sua estratégia a força militar, os incêndios criminosos, a prisão de líderes comunitários na Ilha Grande, assassinatos e o pagamento de propinas pelos especuladores imobiliários às autoridades.

---

43 O Globo em 27/02/75

Calcula-se que 27.000 moradores no total foram deslocados para conjuntos habitacionais na Cidade de Deus, Vila Kennedy e Guaporé-Quitungo (VALLADARES, 1980), lugares caracterizados pela sua enorme distância do centro, e ainda hoje pelas dificuldades de transporte, acesso aos locais de trabalho e bens urbanos de uso comum, assim como de certas opções de lazer.

A remoção de favelas não era definitiva e ocorria paralela ao surgimento de novos casebres em outros setores da mesma área. Dez anos depois do lançamento da política de Lacerda, barracos continuavam a se espalhar na ladeira Sacopã. Segundo O Globo de 27/02/75

> O surgimento de uma nova favela na cidade, desta vez no alto da Ladeira do Sacopã, a pouco mais de 300 metros da casa do Governador Chagas Freitas, foi denunciado à Administração Regional da Lagoa, por um abaixo assinado de 20 moradores das proximidades [...] Segundo o comerciante aposentado Manoel José da Silva, proprietário da casa 344 da ladeira Sacopã, sempre existiram no alto alguns barracos, mas há cerca de 6 meses novos começaram a ser construídos.

A remoção da favela de Sacopã, que ia crescendo a 300 metros da casa de Chagas Freitas, ocorreu por volta de 1975, avivada também pelo abaixo assinado dos moradores de casas e prédios, segundo registros das notas de imprensa da época:

> Cerca de 120 pessoas de 40 famílias residentes da favela do Sacopã foram transferidas ontem para um conjunto na Vila da Alta, Santa Cruz. **Há dez anos esperavam que isso acontecesse. Alegres abandonaram a velha habitação**. Houve apenas uma exceção: os moradores do numero 76 não quiseram deixar suas casa sob a alegação de que ali poderiam continuar com permissão da imobiliária Darke antiga proprietária da área, e lá ficaram" [44] (negrito meu).

A retórica das notas de imprensa da época e de hoje apelam à necessidade de dar melhores condições de vida aos favelados. Na opinião dos membros da Família Pinto, os planos de remoção de favela não passavam de uma política disfarçada de apartheid social que expressava o medo do convívio com o diferente.

Concomitante às motivações ideológicas, decididamente, a eliminação das favelas da Lagoa significou a liberação de novos terrenos na zona sul do Rio de Janeiro, propiciando o disciplinamento do solo e atraindo para a Lagoa uma agressiva

---

44 Jornal do Brasil em 14/3/1975.

especulação imobiliária no bairro que rapidamente foi atingido pelas construtoras que passaram a aterrar, mesmo sem autorização da Prefeitura, a Lagoa Rodrigo de Freitas para a construção de edifícios residenciais. Com isso, a Lagoa que já vinha sofrendo aterros desde 1808 perdeu quase a metade de sua área original.

Com a remoção da favela de Sacopã todo o entorno da Lagoa e as áreas vizinhas foram finalmente entregues para empreendimentos imobiliários de alto padrão, enquanto a parte central foi adjudicada ao Departamento de Parques e Jardins, que ativou a criação de uma área verde com espaços voltados para o lazer e divertimento cultural.

Essa política de remoção de favelas estaria sustentada num processo de higienização social que deu passo para a construção de uma "paisagem do poder" (ZUKIN 2000). Esta se caracteriza pelo enobrecimento da área, cuja distinção estética versou sobre um modernismo de corte futurista que consolidou uma paisagem de consumo visual, homogênea, limpa e moderna.

O Parque Carlos Lacerda, construído sobre as ruínas da antiga favela, se transformou, sem dúvida, numa das principais formas simbólicas representativas dos novos habitantes que foram conformando a Lagoa. Situado na avenida Epitácio Pessoa, entre o Corte do Cantagalo e a Curva do Calombo, e mais conhecido como Parque da Catacumba, foi criado em 1975 sob projeto de Lúcio Costa e Roberto Burle Marx, e inaugurado em 1979 pelo então prefeito, Marcos Tamoio.

O parque sintetiza uma sofisticada forma arquitetônica que identifica à maioria dos atuais moradores do bairro. Ele é considerado uma importante obra de paisagismo, cujo ajardinamento logrou criar no local um espaço suntuoso formado por alamedas, praças e jardins, com muitas árvores e uma exposição ao ar livre de 29 esculturas de consagrados artistas contemporâneos distribuídas ao longo dos seus 300.000 $mt_{2.}$

Vale lembrar aqui a noção de paisagem, a qual se articula a uma dimensão de poder, (COSGROVE, 1998) que não se refere apenas aos empreendimentos econômicos e os

investimentos imobiliários, refere-se sobretudo à afirmação simbólica do poder mediante inscrições arquitetônicas que representam as visões de mundo dos seus promotores.

Tendo vista a anterior consideração, o parque da Catacumba como arte pública, simbolizou, mediante a seleção de algumas produções artísticas, a ascensão de uma classe social que conseguiu colocar e consolidar seus referenciais identitários no espaço público, emitindo uma autêntica mensagem de celebração.

Mas ao considerar que a paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural, veremos que sempre haverá do lado das paisagens imponentes e majestosas, as criações despretensiosas, autoconstruídas da sociedade local ao longo do tempo. (JACKSON, 1984 apud ZUKIN 2000).

Assim, enquanto o quilombo permanecer, na Fonte da Saudade existirá o confronto visual e simbólico de duas paisagens. Lembremos aqui que é das singularidades relacionais entre culturas e meio ambiente de onde se determinam os traços da própria paisagem, as quais a distinguem de outros espaços. Sobre esse viés a paisagem é uma marca, que expressa "uma civilização" e ao mesmo tempo "participa dos esquema de percepção, de concepção e de ação, ou seja da cultura que canaliza, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza" (BERQUE; 2004:85).

Dois casos concretos conseguiram resistir e se evadir a remoção das favelas na Lagoa, criando verdadeiros "ruídos visuais" (LEITE, 2007) ou dissonâncias à nova paisagem proposta para o bairro. O primeiro na rua Tabatinguera, onde mora o eremita Antônio conhecido como Toni B, que vive na encosta do Pico do Sacopã e luta sozinho, mediante uma ação de usucapião[45], pela posse da terra onde vive, medita, cultiva ervas medicinais, planta frutas e legumes e faz pintura. O seu universo cotidiano, delirante e

45 Mecanismo que na lei brasileira garante a todo cidadão a aquisição do domínio pelo exercício da posse de forma continua e prolongada. O direito à usucapião tem como objetivo acabar com a incerteza da propriedade. No Direito brasileiro, a ação de usucapião pode ser proposta por um possuidor de um determinado imóvel, para que uma vez julgada a ação de usucapião o domínio possa ser declarado judicialmente. Isto é o passo prévio para inscrever a propriedade num cartório de imóveis e assim constituir o titulo de propriedade sobre o bem imóvel em nome do novo proprietário.

caótico lhe inspira narrativas poéticas e míticas que encerram os conflitos que regem o processo de desenvolvimento e urbanização[46].

Em segundo lugar, a família Pinto que resistiu ao despejo sofrido pelos amigos e vizinhos que moravam em casas e barracos por perto. Muitas são as lembranças que saltam nos relatos da família, recordando as durezas partilhadas e as solidariedades que emergiram nos momentos em que as moradias precárias de seus vizinhos, igualmente pobres iam se consolidando e após serem despejadas.

A remoção das casas da favela Sacopã aconteceu tanto pela força como pela cooptação. Um exemplo é o conhecido morro "80" ou *morro de saibro*, que se caracterizava, entre outras coisas, pelo seu acesso, permitido através de uma escadaria muito comprida. Na época o juiz, chamado Deocleciano, morador de um apartamento no número 110 da rua Guilhobell, tomou através de fraude várias das casas dos moradores desse morro e realizou uma permuta do lote com a Construtora Pronil, em troca da terra roubada, ele ficou proprietário de alguns apartamentos no novo prédio, chamado *Condomínio Lagoa Azul* (Ladeira Sacopã No 250), do qual depois se tornou síndico.

Nesse morro a família tinha várias amizades que até hoje se mantêm, como Bráulio, que depois do derrubamento do seu morro foi acolhido pela família Pinto, e atualmente mora no quilombo. O único vestígio que permanece, como o fragmento de uma memória duma paisagem já desaparecida, são os atuais degraus da escada do quilombo. Uma vez que esses moradores do Morro 80 foram despejados, a família aproveitou aquelas pedras para melhorar e facilitar o acesso ao atual quilombo. Para Bráulio, ex-morador do "80" chegar a sua atual casa, no quilombo mediante as mesmas escadas que conduziam à casa da sua infância é o maior ato contra o esquecimento.

Bráulio era ainda uma criança quando o despejo aconteceu, mas soube que foram vários os vizinhos que aceitaram assinar a ordem de remoção mediante o oferecimento de dinheiro para abandonar os casebres. Foi uma manobra que incluiu documentos falsos e

---

46 Um curta metragem de 26 minutos chamada "Vulgo Sacopã", realizada pelos estudantes André Novaes Reyes e Pedro Urano do departamento de Geografia da UFRJ se aproxima à realidade de Toni B.

quantidades mínimas de dinheiro, para finalmente despejar umas 80 pessoas do local onde hoje se encontra o *Condomínio Cidade da Guarda*. Outra família composta por umas 25 pessoas também foi removida do local onde hoje está o luxuoso condomínio *Chácara de Sacopã*. Essas famílias, lembra Luiz Pinto, foram levadas para Santa Cruz numa operação que envolveu a Policia Militar do Estado e caminhões da COMLURB. A família Pinto não esteve isenta desse tipo de oferecimentos, o mesmo Juiz Deoclesiano tentou alguma vez comprar a terra.

Deoclesiano foi um conhecido grileiro de terras em toda a Ladeira Sacopã, na Fonte da Saudade e até na região dos Lagos do Estado. Em vida, o síndico tinha perturbado muito a família Pinto e tentou toda sorte de estratégias para tirar a família do local, chegando a oferecer à Eva, uma mala cheia de dinheiro para que a sua família abandonasse o sítio, a família recusou.

Segundo Luiz, Deoclesiano estava convencido de que essa tentativa de remoção da família já era um fato consumado e decidiu investir verba para prover ao condomínio do numero 110 da rua de um estacionamento para visitantes. Para isto fez o calçamento do antigo campo de futebol, alegando que tinha comprado a área, que certamente tinha invadido.

Antes de ver concluída sua obra, o juiz morreu de parada cardíaca, tinha sido pego pela policia em Búzios pelo crime de grilagem, a sua saúde não suportou. Esse foi o fim do campo de futebol e o começo do atual estacionamento administrado pela família. O estacionamento é ainda ponto de discórdia com a vizinhança.

Em 8 de julho de 2011, por exemplo, o quilombo do Sacopã, teve o portão de entrada bloqueado por um oficial de justiça, acompanhado por uma força policial fortemente armada. A juíza Maria da Glória Oliveira Bandeira de Melo da 8a. Vara do Tribunal de Justiça, atendia assim ao pedido judicial impetrado pelo vizinho da comunidade do Quilombo do Sacopã, o Desembargador, vice-presidente do Tribunal de Justiça do RJ, Antônio Eduardo Duarte, alega que o terreno de entrada, de propriedade da família, estava sendo usado como estacionamento pago, o que seria ilegal na visão da juíza, para

um setor residencial, como qualquer atividade comercial. Esse dia, como o portão fora lacrado, os táxis de propriedade da família não puderam deixar o local para trabalhar.

Luiz desconfia que no fundo o que há é o desejo de que aquele estacionamento só preste serviço aos prédios da rua e que se proíba seu uso para os que não são moradores da área.

> Há tempos atrás este senhor que é nosso vizinho, juiz e desembargador, me pediu para nós parar de deixar entrar taxistas e estacionarem nosso terreno, que é vizinho ao prédio em que ele mora; eu lhe informei que eles não vinham estacionar aqui e sim utilizarem o banheiro do Quilombo ou almoçar, pois tem um ponto ali na esquina e eles não têm lugar onde satisfazerem as suas necessidades, expliquei que os cinco taxis que ficam estacionados são de moradores, e que os outros 8 carros são de vizinhos que pediram para usar parte de nosso terreno[47]

Contudo a confusão causada pelo juiz Deoclesiano não seria a única. A época da ditadura esteve marcada além do autoritarismo próprio de um crescimento urbano acelerado que aproveitava qualquer lugar vazio ou com potencial de esvaziamento para ampliar as áreas de construção. Assim esse terreno da família foi sendo literalmente atacado por todos as frentes. Além da construção do estacionamento para o Edifício Lagoa Azul, a construtora Pronil, construtora do Edifício Cidade da Guarda, que tinha esvaziado o morro do "80" ampliou a área sobre os terrenos da família. Uma das invasões mais destacadas é, sem dúvida, a vinculada com a construção da Chácara de Sacopã, onde a empresa Astúrias Empreendimentos invadiu a área doada ao munícipio para arruamento e pavimentação. Para realizar este empreendimento, fechou a área que se destinaria a continuação da rua para ampliar o projeto com a construção de piscina, quadra de tênis e estacionamentos. Desde logo também avançou sobre o terreno da família, inclusive após de esta ter entrado na justiça.

7. Dos caminhos na busca de justiça e reconhecimento

Voltando à época da ditadura, Mosquito rememora como a família além de rejeitar as ofertas de dinheiro, resistiu à própria ditadura. No momento de maior pressão e violência os Pinto se salvaram da remoção pela paradoxal conjuntura de contar com o

---

47 Comunicação telefônica com Luiz na tarde da ação judicial 8/07/2011

auxílio de um militar quando estavam a ponto de serem despejados. Eles nunca tinham assinado a ordem de remoção e na época, a esposa de Mosquito, Irani, trabalhava para Elza Ribeiro, esposa de um militar, que além disso tinha encarado advogar pelo caso da família. Após a iminente ameaça de expulsão da família de Sacopã, a advogada pediu ao marido, conhecido pela família como "General José Ribeiro" a intervir para evitar o despejo da família.

Luiz narrou o momento de tensão passado pela família frente à possível remoção e ainda relata como, ironicamente, a ditadura os salvou:

> A ditadura nos fez um grande favor, temos uma gratidão, porque esse juiz de que estamos falando veio falar com a gente. Vocês vão sair com dinheiro ou sem dinheiro, e muitos aqui na periferia aceitaram o dinheiro, e já depois quando chegou a hora da força, de soldados armados com metralhadora, que derrubaram os barracos no chão das outras pessoas que moravam para cima, nós resistíamos aqui, resistindo, resistindo eu dizia que não, e eles que sim que íamos sair sim.
>
> Quando chegou a nossa vez esse general Ribeiro, que era marido da nossa advogada da época, chegou e deu uma *carteirada* e falou: eles não vão sair. Foi assim que ficamos, como eles sabiam que estavam errados e que nós tínhamos uma coisa legal, desistiram, e falaram ah ta, então só eles vão ficar. Isso foi em 1970 ainda não tínhamos pensado na Usucapião[48], mas a gente já via que ia ter que fazer algo além, não poderíamos ficar apenas com os favores das pessoas influentes.

Mas os favores da ditadura não eram de graça e logo a família veio a descobrir que a intenção da advogada, esposa do militar, era ficar com o 40% da terra em troca dos serviços de defesa, quando o normal é que a porcentagem seja de 20%.

Mesmo assim, o bom relacionamento que a família conquistou com setores sociais influentes da sociedade carioca, lhe permitiu capitalizar forças capazes de quebrar os entraves econômicos que amiúde assaltou ao grupo familiar. Graças ao patrocínio e amizade de pessoas com prestígio na elite social carioca, a família contratou um advogado de renome que possibilitou a conquista do primeiro pronunciamento judicial favorável ao pedido inicial de usucapião, como se explorará em seguida.

---

48 Fala de Luiz Sacopã em 19/06/2010.

Foi em 1975 quando Luiz Sacopã e Tia Neném conseguiram convencer ao pai de interpor um mecanismo judicial para assegurar o direito da sua família de permanecer na área. Nesse momento a família passava por pressões como o início de obras de terraplenagem na entrada à propriedade por parte do Condomínio Lagoa Azul, localizado na rua Almirante Guilhobel. A placa de numeração que identificava o imóvel (250) na rua também foi tirado, assim como os postes de iluminação. A construção do edifício Cidade da Guarda, avançava pelo outro lado, e por longos períodos ficavam sem acesso à água.

O acúmulo de pressões e privações provocadas pelos condomínios invasores e os empecilhos dos moradores dos prédios confrontantes, fez com que Manoel Pinto decidisse agir judicialmente. Em 18 de agosto de 1975 foi proposta a ação de usucapião[49] na gleba situada no 250 da Ladeira Sacopã, antigo 76. A demanda por usucapião deu início então a uma longa batalha judicial que ainda não terminou e que revela os avessos e manipulações da legislação no Brasil. De acordo com o Código Civil de 1916, vigente na época, requeria-se de 20 anos de posse para a aquisição do domínio da propriedade pela via de usucapião. No momento, Manoel Pinto Junior forneceu provas de vínculo com o local por mais de 50 anos.

Em 1983 a sentença de justificação da posse foi promulgada, o que significava o reconhecimento judicial do direito da posse do imóvel. A partir dai Luiz e sua família tiveram um documento para apresentar quando fosse necessário defender seus direitos de posse. Contudo era necessário esperar a sentença definitiva que concederia ou não a propriedade à família. O imóvel objeto da ação de usucapião, segundo a cadeia nominal, correspondia a um bem que integrava o patrimônio da família Darke, que na década de 1930 teria passado ao patrimônio da Imobiliária Darke, empresa da família. Em 1935 esses terrenos foram cedidos pela imobiliária Darke ao Município para fins de reserva florestal e a delimitação do logradouro público, no documento de cessão apenas existe a referência de "logradouro público", termo de cessão que objetivava o arruamento do

49 Processo 75.001.500034-3 Poder Judiciário Estado do Rio de Janeiro Segunda Vara da Fazenda Pública.

local de forma genérica. Por outro lado o único documento que o município possui a respeito do parque é uma a certidão do RGI que comprova sim uma propriedade mas sobre uma área na Rua Vitória Régia, vizinha à Ladeira Sacopã

O imóvel foi descrito inicialmente como um terreno de 32.300 metros, mas depois da sentença ficou estabelecido que a área do imóvel correspondia a 18.872 metros, nós não tivemos acesso a forma como esta medida foi estabelecida, mas supomos que o terreno foi sofrendo uma diminuição a causa das invasões e ocupações irregulares. Foi para evitar que isto continuasse acontecendo que seu Manuel propôs ante a justiça uma ação de atentado.

Na espera do julgamento passaram-se 27 anos. Nesse período, Eva e Manoel morreram e numerosos foram os atropelos e ameaças para a família. O município alegava que a família estava num área de domínio público. Essa pressão sobre a família começou a ser mais aguda com as denúncias que o município recebia sobre desmatamento florestal, uma modalidade que certamente teve eco, sob o eixo das preocupações das agendas ambientais. Foi em 1996 quando a família recebeu por parte dos órgãos de controle ambiental uma ordem para a demolição das moradias existentes. Uma vez mais, recorreram a outro mecanismo judicial, chamado de Mandado de Segurança para coibir a atuação do ente municipal. Receberam uma decisão favorável e conseguiram permanecer, enquanto se concluía a sentença de usucapião. Contudo, esse mandado de segurança foi revogado e a família voltou a receber novas pressões por parte do município e, em 1997 voltaram a ter uma ordem despejo. A família, de novo, contestou com a proposição de uma nova ação na justiça.

Era abril de 2002 quando o primeiro falho foi emitido pelo judicial. Na 1_a instância, a sentença declarou procedente o pedido da família Pinto, por estar exercendo o domínio por mais de 20 anos e de maneira ininterrupta, de acordo às provas subministradas. O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro reconheceu a posse da família nessas terras. A sentença determinava também que as casas dos moradores não poderiam ser demolidas ao menos que o munícipio requeresse a titularidade desses bens e pelos quais teria que indenizar à família. Além disso, a sentença permitiu que os moradores dos

prédios (Chácara de Sacopã e Cidade da Guarda) que tinham ocupado irregularmente a área usucapiada continuaram no local e com permanência da titularidade das unidades construídas, porém deveriam pagar uma indenização aos autores da ação de usucapião.

Contudo, a família nunca contemplou a retomada do espaço ocupado pelas novas edificações, porque reconhecem que estas foram adquiridas por terceiros de boa fé. Quanto ao Edifício Lagoa Azul, que pavimentou o terreno para a construção do estacionamento, se decidiu que este fosse restituído à família além do pagamento de uma indenização.

Em relação à área doada ao município pela Imobiliária Darke e destinada a parque se estabeleceu que esse ato não se restringia a usucapião, mas limitava o uso e gozo do bem, em outras palavras, poderiam permanecer, mas tomando conta do meio ambiente.

Contudo o jubilo da vitória pela decisão tomada a favor da família, na primeira instância, seria momentâneo. Aquele primeiro julgamento foi contestado pelos 18 condomínios que rodeiam a área da família. No final de 2002 os condomínios afetados pela decisão do judicial interpuseram uma apelação civil na V Câmara Civil do Tribunal de Justiça para pedir uma revisão da sentença. O resultado desse procedimento foi a revogação da decisão da primeira instância e negar a procedência do pedido de usucapião sob o argumento de não cumprir os requerimentos legais necessários para ter a propriedade pela via da usucapião.

O principal requisito para a consumação do usucapião era a falta do "*animus domini*", o que quer dizer que seu Manuel, como empregado de Astréia Bhering, acionista da empresa Darke, teria morado no local sem a intenção de ser dono, e apenas como vigia da área a serviço da Astréia e por ela remunerado. Então nessa condição ele não era possuidor, senão detentor da posse.[50] Por outro lado, se argumentava que era impossível usucapir um bem público. Foi com esses argumentos que a família perdeu na segunda instância.

---

50 5ª Câmara civil do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Processo No 34132/2003

Se bem é certo que o usucapião sobre bens públicos é proibida pela lei, a área objeto da disputa judicial não poderia ter sido concedida ao senhor Manuel e sua família na primeira instância, mas ela não era pública porque certamente foi objeto de loteamento.

A perícia judicial da primeira sentença atestou o exercício da posse da família Pinto no imóvel localizado no antigo numero 76 e 76-A hoje renumerado 250 na ladeira Sacopã. O objeto do usucapião estaria localizado no espaço do numero 76 da ladeira corresponde aos lotes 215, 216 e 217, e o numero 76-A corresponde às residências da família estabelecidas no antigo lote situado nos fundos do terreno da área que seria destinada a Parque (Ver imagens 3, 4 e 6). Patrícia Castro Maia opina que no julgamento da segunda instância

> o ente municipal declarou a propriedade apenas sobre uma parte da área objeto da lide, sem discriminar sua extensão. Tal fato dificultou a delimitação do espaço e conforme a perícia realizada no local, o terreno poderia simultaneamente pertencer ao município, mas se encontrava indiviso com diversas propriedades particulares, devido ao desconhecimento de suas medidas.
>
> A decisão de primeiro grau reconhecia apenas uma parte do terreno cedido em 1935 como pertencente ao município e, apesar disso, não houve a identificação e a individualização da área, a fim de que fosse excluída a porção pública do bem, e o feito prosseguisse contra as pessoas físicas que contestaram a ação. O equívoco persistiu e, em 2a instância, houve o julgamento improcedente do pedido de usucapião, sob a alegação da impossibilidade de usucapião de bens públicos. Ao desconsiderar que a porção pública do bem corresponde a uma parte da área objeto de usucapião e que o restante dessa área se constitui de várias propriedades privadas, tacitamente, o acórdão reconhecia que todo o imóvel objeto do litígio corresponde a um bem público. (2011:54)

Evidentemente, faltou uma perícia baseada em dados cartográficos cotejados com os registros de cartório, pois se desconheciam as dimensões e localização exata do terreno que seria propriedade do Munícipio, e pelo qual tinha havido total descaso e desinteresse. Por outro lado, o projeto de construção da empresa Astúrias, que avançou tanto sobre o terreno da família, como sobre as áreas doadas ao município comprova que se tratava de uma propriedade particular e não de uma área pública.

Para a família a decisão da segunda sentença não foi imparcial e esteve enviesada, apoiada em reportagens de jornais e não sob uma verdadeira pericia judicial, dado o destaque que o caso ganhou em vários meios de comunicação, incluídas revistas e semanários. Também se sustentou no depoimento de Antônio Pinto, que filho de seu Manoel que defendia interesses contrários aos da família. Mais que os tecnicismos

jurídicos, os membros da família narram os fatos ligados às relações interpessoais entre os distintos envolvidos no julgamento do caso. Como diria Halbwachs a memória apoia-se sobre o "passado vivido", o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o "passado apreendido pela história escrita" (2004: 75) ou dado pelo jargão do direito. Por isto é importante resgatar aqui a opinião da família respeito à imparcialidade acontecida no julgamento da segunda instância.

O outro motivo pelo que o julgamento não foi imparcial se dá porque o caso caiu na V Câmara Civil e foi julgado pelo desembargador Antônio Eduardo Duarte, morador da ladeira Sacopã 250, no condomínio Cidade da Guarda que limita com o quilombo, e justamente um dos vizinhos que mais tem combatido verbalmente e de fato a permanência da família Pinto no local. Por outro lado, o Procurador de Justiça do mesmo caso, Carlos Cícero Duarte Junior é filho do Antônio Duarte.

Ao respeito, Cláudio lembrou que quando Antônio Eduardo era apenas advogado, convocou uma reunião na casa de Suely Feijó, a presidente da época de AMOFONTE.

> Ali o advogado, ainda jovem, falou à família assim: "por que vocês não se juntam a mim, negociamos toda aquela terra, e vocês não terão na vida mais nenhum tipo de problema financeiro" e continuou discursando: "eu não tenho nada, apenas um apartamento na ladeira Sacopã 250, e vocês pisam em ouro as 24 horas aqui mesmo daria para elevar 10 prédios" Lembro tanto destas palavras; enfim a minha mãe representando a família foi bem resumida e lhe respondeu assim: "nós queremos apenas o nosso cantinho para continuar vivendo e criando a nossa família, dinheiro não vai resolver nossos problemas; queremos paz" disse a minha mãe, e fim de papo nesta reunião. [51]

Para aumentar a desconfiança da família nos caminhos da justiça ordinária, um escândalo jornalístico tirou a luz a notícias de que o desembargador e relator do caso, dessa mesma Vara Civil, Roberto Wider foi afastado do cargo pelo Conselho Nacional de Justiça, por suspeitas no envolvimento em um esquema de venda de sentenças.

---

51 Email de Claudio em 1/03/2011

A partir dos vieses que cercaram a decisão do segundo julgamento, as omissões da perícia e o desrespeito ao princípio do devido processo legal, a família acatou a sugestão do advogado para apelar à terceira instância do Supremo Tribunal de Justiça de Brasília, a partir da interposição de um Recurso Especial em 2005.

Foi também no ano de 2005 que a Imobiliária Higienópolis, sucessora da Imobiliária Darke interpôs uma demanda de reintegração da posse sobre o mesmo bem pedido em usucapião pela família, a qual era acusada mais uma vez de ocupação indevida do bem do litígio. Luiz Sacopã e sua família nunca tinham ouvido falar dessa Imobiliária, e acharam muito curioso esse repentino interesse sendo que em 25 anos de litígio, desde que se a ação de usucapião foi interposta em 1975, a Imobiliária Darke nunca manifestou interesse sobre esse terreno. De fato, no primeiro julgamento da usucapião os representantes da empresa declararam desinteresse na ação (CASTRO MAIA, 2011).

7.1 O quilombo da Família Sacopã

O desenvolvimento particular do caso da família nos tribunais de justiça e o seu emaranhado processo colocou a família em meio de ações, recursos, embargos, apelações e etc. A familiarização das pessoas com esse jargão técnico judicial denota quanto sua trajetória de luta pela permanecia no lugar tem estado entrelaçada com os instrumentos legais que tem estado ao seu alcance. Este panorama de idas e vindas nos estrados judiciais e os vieses dos atores da justiça, cujos vínculos de parentesco ou com o lugar questionam sua neutralidade, oferece um componente útil para a compreensão da transformação do caso da família numa causa quilombola.

Além das irregularidades e omissões descritas no julgamento da segunda instância, podem ser questionados outros fatores como o próprio tempo da justiça. Lembre-se que para dar entrada no processo de usucapião a legislação contempla um período de posse de 20 anos; sendo que no momento em que se demandou o reconhecimento de usucapião a família tinha mais de 40 anos no local. Além disto, a justiça demorou quase 30 anos para dar resposta e efetuar o primeiro julgamento.

Esse desequilíbrio nos procedimentos da justiça ordinária é de importância para entender a mudança da estratégia familiar na luta pelo reconhecimento da sua territorialidade. Compreendem-se as condições da emergência deste quilombo na metrópole, no ato do grupo que além dos condutos regulares da justiça ordinária decide apelar a uma legislação especial dirigida para grupos étnicos. A ação/omissão do Estado através dos órgãos administradores de justiça, sobre determinados setores da população, termina por favorecer às classes privilegiadas e os interesses do capital especulativo. A comprovação desse agir do Poder Público foi central na decisão do grupos sociais de buscar o amparo aos seus direitos no âmbito do direito diferenciado e por esta via se constituir num grupo quilombola.

A partir dessa decisão, o grupo familiar e suas demandas entravam numa nova esfera de direitos. O reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (FCP) da família como grupo remanescente de quilombo, tornava a sua vez o imóvel em litígio numa propriedade quilombola afetando assim as decisões judiciais que seriam tomadas devido à garantia constitucional que respaldaria a titulação das terras das comunidades quilombolas.

A "saída" quilombola, que no início dos anos 2000, já contava com força e fervia no Brasil, apresentou-se para o grupo familiar como uma outra estratégia no plano judicial para aceder a seus direitos de espaço e moradia, os quais eram negados pela via dos direitos comuns a todos os cidadãos. Quando a família compreendeu que sua situação encontrava respaldo nos enquadramentos do decreto 4887/2003, decidiu concentrar os seus esforços no processo administrativo de regularização fundiária como comunidade remanescente de quilombo.

Em 2004 Luiz Pinto e seu grupo familiar recebeu da FCP a certidão de comunidade quilombola, passo indispensável para iniciar o novo processo perante o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Em princípio, a família não entendia muito bem o que significaria assumir-se como quilombolas. Assim, "se inscrever" nessa categoria foi uma outra forma de demandar direitos e aos poucos de se reinventarem como novos sujeitos. Essa certificação é conferida com base nos laços

culturais que a comunidade tem com a residência, e nos sinais diacríticos apontados por eles mesmos.

O reconhecimento de identidade quilombola alcançado pela família Pinto, comporta a possibilidade de pleitear uma nova categoria de direitos, os Direitos Culturais, reconhecidos pela constituição como direitos diferenciados, mas inserida no contexto cultural de uma sociedade civil. Nesse sentido, a identidade cultural é acondicionada ou rearranjada pelo "controle" e pelas determinações do ordenamento jurídico.

O trânsito de família a quilombo foi também um exercício para pensar-se dentro de processos sociais maiores. De um lado, entendendo-se dentro das dinâmicas do espaço urbano cujo processo de desenvolvimento tem intrínsecos processos de exclusão e redefinições sociais. E de outra parte, definir-se como uma organização social, cultural cuja realidade cultural, social, racial e econômica pode chegar a ser partilhada por outros sujeitos em diferentes contextos locais, com os quais se tecem relações de apoio e solidariedade.

Reconhecer-se como uma comunidade remanescente de quilombo foi pensar na ancestralidade, inventariar os costumes que desmancharam com o passo do tempo ou foram embora nas mãos dos ancestrais que morreram e por outro lado, revisar e reatualizar os hábitos que permanecem, tais como as tradições gastronômicas e musicais. Feijoada e Pagode adquiriram assim, um novo sentido e dimensão política. Essa reinvenção como sujeitos quilombolas não alterou as relações internas da família, mas projetou sua permanência como grupo social com história, territorialidade e traços culturais, se para dentro continuavam sendo uma família, para fora são agora um quilombo.

Esse trânsito não tem sido homogêneo para todos os membros do grupo. Mosquito por exemplo, acha esse processo muito confuso, enfrenta o fato de atualizar uma categoria na sua noção de passado e ligada à escravidão que nem ele nem seus pais vivenciaram.

A reflexão de Mosquito apoia-se sobre o "passado vivido", o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o "passado apreendido pela história escrita" (HALBWACHS, 2004:75). Ele se surpreende a seus quase 80 anos de vida que tanta gente esteja hoje falando de quilombos. Uma vez em meio de uma conversa, Mosquito que ainda desconhece toda a carga jurídica e social que a nova categoria quilombo traz, exaltou: *essa história tinha virado tão importante que até quilombolas dos EUA já nos visitaram*[52], fazendo alusão ao apoio internacional e às visitas que em ultimamente a família Pinto tem recebido. A luta pelos direitos quilombolas da família Pinto ganhou proporções mais amplas, deixando de se caracterizar por uma luta local e de bairro carioca conquistando assim muita visibilidade.

Em contrapartida, para os membros mais jovens da família, a categoria é mais conhecida e usada sem constrangimentos, não apenas pelo seu processo particular, senão por que a questão quilombola é de fato um assunto atual debatido em vários âmbitos. Produto de um marco de ações afirmativas impulsionadas pelo Estado Brasileiro durante a última década ela aparece na mídia, na escola, na política e nas reuniões e encontros dos que o Quilombo Sacopã participa ativamente, muito mias hoje que é sede da AQUILERJ, e Luiz Sacopã, seu presidente. Assim, a categoria tem sido incorporada nas recentes composições musicais tais como o rap "Resistência Centenária" que interpreta Hugo, neto de Luiz; e sambas de enredo para o *Bloco Rola Preguiçosa*. Na versão do 2011 do carnaval carioca o enredo foi intitulado "Quilombola Sonhador". Para Luiz Sacopã trata-se de uma estratégia de aproximação e divulgação da sua causa.

> Por meio do humor e do samba, a gente chama a elite a confraternizar conosco e a refletir sobre o papel do negro na sociedade e a questão quilombola, temas que estão presentes nas nossas músicas. É assim que a gente vem lutando e resistindo ao assédio da especulação imobiliária.

Nesse processo de constituição como sujeitos quilombolas os vínculos com o mundo da academia desempenham um papel na objetificação cultural, especialmente nas pesquisas antropológicas que procuram descrever o grupo social (HANDLER, 1985). A primeira e mais definitiva pesquisa ao respeito foi o Relatório Técnico de Identificação e

---

52 Entrevista com Édimo em 09/09/2010

Delimitação (RTDI), o qual é uma peça técnica fundamental para o início de todo processo quilombola junto ao INCRA. Sua elaboração a cargo de um profissional da antropologia constituiu-se num novo marco da memória e da história familiar e dos processos de luta e resistência mais recentes. A elaboração dessa peça é um exemplo dos estreitos laços que caracterizam as relações entre academia e movimentos sociais no Brasil (CUNHA, 1998).

De acordo com o artigo 17, do Decreto 4887/03) a propriedade quilombola é titulada em nome da comunidade, que deve estar representada por uma associação legalmente constituída. A Associação de Cultura Popular Sacopã foi criada em 1992, com o objetivo de se desenvolver no âmbito da cultura popular brasileira. Após a entrega da certificação da Fundação Cultural Palmares, a associação foi renomeada Associação Cultural Quilombo Sacopã.

Pode se rastrear aqui uma autêntica táctica de luta pelo espaço, no sentido apontado por De Certeau (2009), de aproveitar a *ocasião* oferecida pela legislação. Assim, a família tomou partido das fissuras que se abrem nas ambiguidades da legislação. Ao tempo que o horizonte de expetativas se amplia, também vivenciam-se incertezas, mas certamente a luta pela defesa de um território tem como principal consequência a produção de uns novos sujeitos sociais, eis a agência do espaço sobre o social.

A opção pelo processo administrativo frente ao INCRA funcionou como mecanismo de proteção da família frente às diversas pressões para abandonar o local: 4 ordens de despejo, duas do Município, uma do Estado e uma privada, além de vários processos de desapropriação e reintegração de posse por parte da imobiliária Higienópolis, que a última hora apareceu na cena, demandado a reintegração da posse pertencente à extinta Imobiliária Darke.

Deste modo, e sob esse novo corpo jurídico se garante por direito constitucional a permanência da família no local, pois quando o processo administrativo se inicia perante o INCRA, as ações que atentem contra a permanência do grupo são suspensas até que o processo seja concluído. Trata-se então de um processo preventivo antes que

conclusivo, se bem que lutar como quilombolas tem garantido sua permanência no local neutralizando possíveis despejos, a titulação definitiva parece ainda distante. No caso, a legislação é um enunciado ainda não efetivado plenamente.

Nesse sentido, poderia pensar-se a tentativa quilombola como uma táctica, que seguindo De Certeau não tem ainda *"a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável"*. Pois a táctica

> ...aproveita as "ocasiões" e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite, sem dúvida, mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário (2009:95)

Se bem é certo que uma vez reconhecida a identidade quilombola, a família adquiriu nova capacidade jurídica de pleitear a propriedade do local em que vive. Isto não deteve as estratégias das elites da área, que também renovam seus métodos e discursos e aumentam as pressões para remover o quilombo. Já houve acusações sobre plantios de plantas ilegais, ações judiciais continuam a fechar o espaço do pagode e queixas sobre o desmatamento e devastação da floresta da área por parte da família têm aumentado, no marco da corrente ambientalista que está se insertando como um outro discurso sobre o lugar.

8. Demarcações cartográficas e representações do lugar

A demarcação cartográfica de um lugar implica zonas de fronteira, escalas sobrepostas, áreas liminares e inevitavelmente interstícios. Por mais que a técnica nos acompanhe, sempre existirá uma dificuldade concreta em demarcar com exatidão onde começa e onde termina um lugar e um território. Deslocamentos, permeabilidades e porosidades dificilmente se expressam nos mapas.

Contudo, no caso das cartografias sociais se opera com essa dupla condição, e se bem todo exercício cartográfico é sempre apenas uma aproximação, o contexto de disputas exige a tipologia rígida do espaço, técnica e univocamente produzido (HARLEY, 2009), deixando de lado os múltiplos eixos dos sistemas de relações que produzem os lugares.

O mapa emerge como uma ferramenta da qual dificilmente os novos atores sociais poderão abrir mão.

Os mapas trabalhados durante o exercício de cartografia social não foram os únicos, nem os primeiros a representarem Sacopã. De fato, parte do nosso trabalho também consistiu num levantamento[53] das diferentes representações cartográficas que têm sido feitas sobre a área. Toda demarcação de um lugar é relacional, e o levantamento que fizemos não foi apenas para corroborar esta premissa senão também para dar conta das diferenças entre as demarcações territoriais feitas para o território da família: Uma por Usucapião e outra pelo INCRA. Por outro lado, está a representação do loteamento urbanístico, a demarcação de três Áreas de Preservação Ambiental (APA) e a delimitação de um parque municipal, compondo assim um conjunto de representações cartográficas dadas não por sucessão cronológica senão sobrepostos ao tempo e o espaço.

Como já anunciado, essa literatura de demarcações e discursos cartográficos era desconhecida pela família, não só porque representa a parte pequena do processo litigioso, senão porque esses discursos discorrem sob outras formas narrativas, dentro das memórias e relatos, que a sua maneira compõem espaços, verificam, confrontam e deslocam fronteiras.

A noção de "discurso cartográfico" não faz referência só ao mapa, como imagem neutra e pura, senão a toda a informação deliberada, intencional e discursiva que este sustenta, e os interesses que representa. Pois "o mapa contém os aspectos de um texto que possui uma carga apreciativa, avaliativa, persuasiva e retórica em oposição àqueles que tratam somente da denominação, localização e narração" (HARLEY, 2009).

Ainda que os mapas estejam há muito tempo no centro dos discursos sobre a geografia, raramente eles são lidos como textos "profundos" ou como formas de saber e

---

53 Para isto visitamos além do INCRA à Secretarias Municipal de Planejamento Urbano e Secretaria Municipal do Meio Ambiente cujos funcionários além de conceder entrevistas nos ofereceram copias dos planos e mapas da área.

conhecimento socialmente construídas. Aqui se parte da ideia de que em qualquer mapa sempre existe um discurso político legitimador, e como tal, sujeito a regras e convenções e sobretudo cingido a um contexto de produção, tanto como a um contexto de recepção. O mapa é indissociável do discurso do seu produtor (JOLIVEAU, 2008).

A primeira representação que achamos da ladeira Sacopã é a referente ao Plano de Alinhamento e Loteamento (PAL) do bairro da Fonte da Saudade, que foi criado a partir do Projeto de Alinhamento PA N$_o$ 2396, de 29 de maio de 1935, aprovado pelo Prefeito Pedro Ernesto Batista. Em 1935 foi fundada a empresa loteadora DARKE S/A, pelo Sr. Jorge Bhering de Oliveira Mattos e outros, com o fim de lotear dois grandes terrenos onde os senhor Jorge e seu irmão haviam erguido em 1928 dois imensos palacetes. Foi então elaborado um plano de arruamento e loteamento, pelo Consultório Técnico do engenheiro Washington de Azevedo. Desse loteamento resultou a abertura das ruas "A", hoje Ferreira de Resende; "B", hoje ruas Almirante Guilhobel e Vitória Régia; "C", hoje rua Almeida Godinho; "D", hoje Negreiros Lobato e "I", hoje ladeira Sacopã (Ver imagem 3).

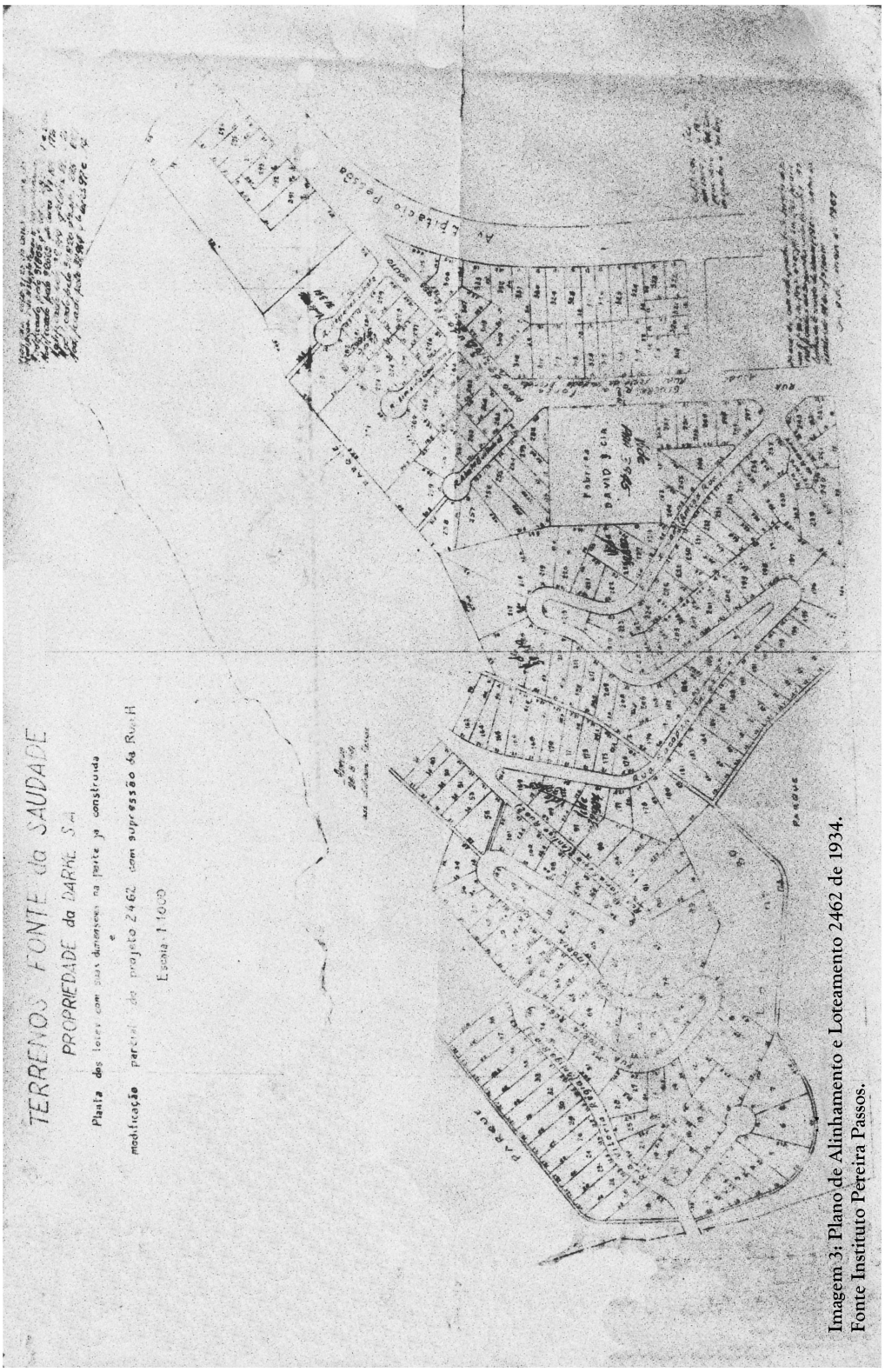


Imagem 3: Plano de Alinhamento e Loteamento 2462 de 1934.
Fonte Instituto Pereira Passos.

Na aprovação do loteamento PAL 2462 que logo foi modificado pelo PAL 6908, uma parte das terras foi adquirida pelo município do Rio de Janeiro por termo de cessão para fins de reserva florestal. Não foram aprovadas as ruas “E”, “F”, “G” e “H”. Até 1967 o plano de loteamento tinha sido parcialmente cumprido, pois este só podia ser levado à prática com a remoção das famílias faveladas que moravam na área (Ver imagem 4).

Sobre o loteamento datado em 1935, Mosquito aclarou que a abertura da ladeira Sacopã começou muito depois, quando a segunda guerra mundial iniciou.

> Em 1938 quando eu cheguei não tinha rua, só tinha trilha. Nós morávamos num barraco de sapê e foi muitos anos depois que fizeram o loteamento. A rua começou ser calçada no 1943 e só ficou pronta no 1945 quando acabou a guerra.

Esse loteamento e seu correspondente plano, foi considerado no levantamento das cartografias, não só por ser a primeira representação da área, senão porque dele se derivam a demarcação de um parque, o loteamento e arruamento sobre uma pedreira, o planejamento, proibição e desvio da ladeira Sacopã e a permissão para a construção de condomínios, depois de emitida uma norma que nos anos 1960 proibia construções acima da cota dos 60 metros. Por outro lado, esse PAL é mostrado como a base oficial do arruamento da área, apesar de que não foi seguido e pelo contrario se modificou varias vezes, ora pelos caprichos da natureza, ora pelos desejos dos especuladores imobiliários.

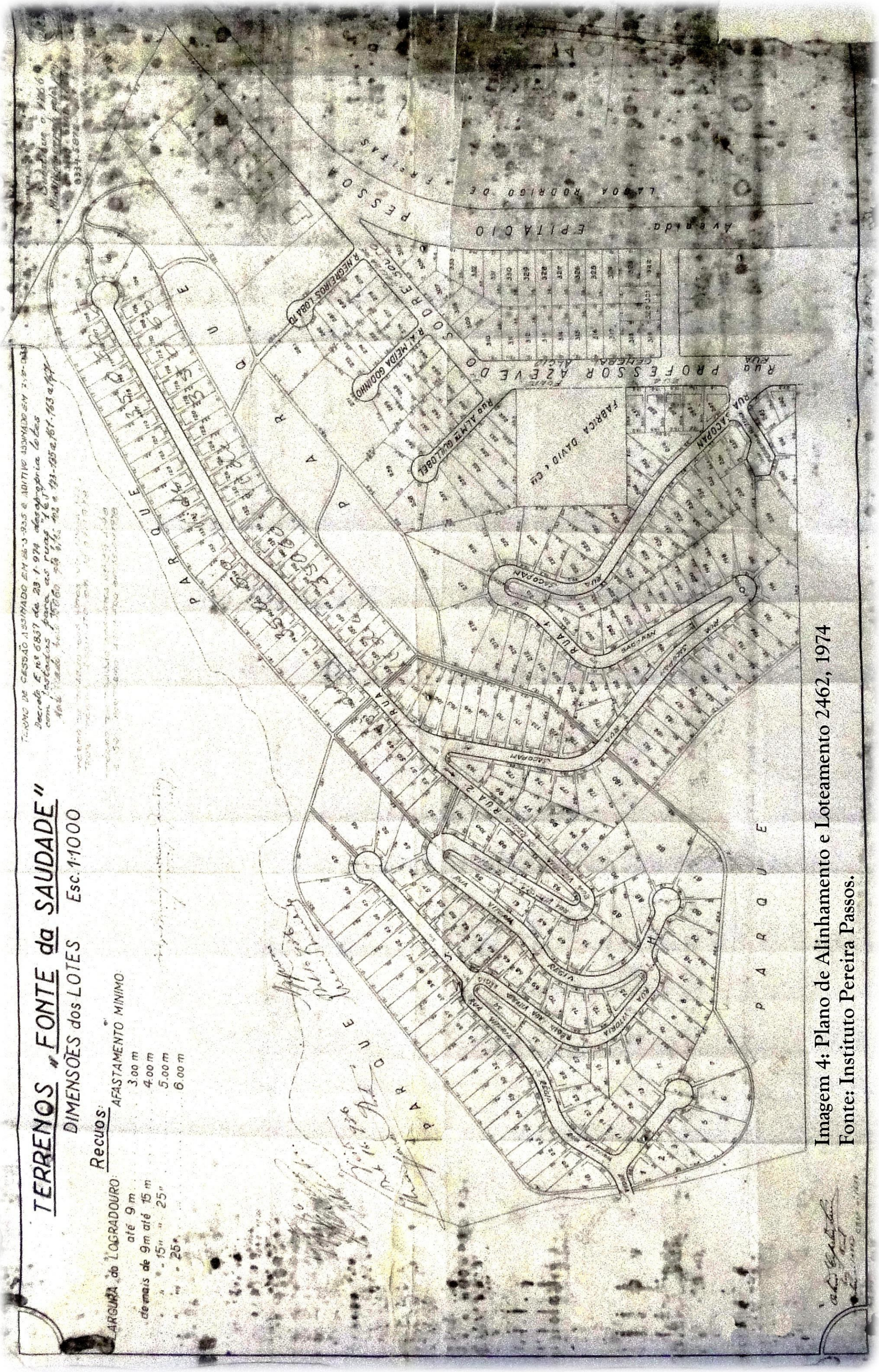


Imagem 4: Plano de Alinhamento e Loteamento 2462, 1974
Fonte: Instituto Pereira Passos.

A demarcação contida na ação Usucapião instaurada pela família funciona como a primeira ação com vistas a delimitar o território da família. Naquela ocasião, o juiz determinou que o território pleiteado correspondia a 18.600 mt_2, ele mesmo considerou desnecessária a planta do imóvel por existir uma prova pericial. Seu memorial descritivo é muito geral e obviamente não continha coordenadas referenciadas[54].

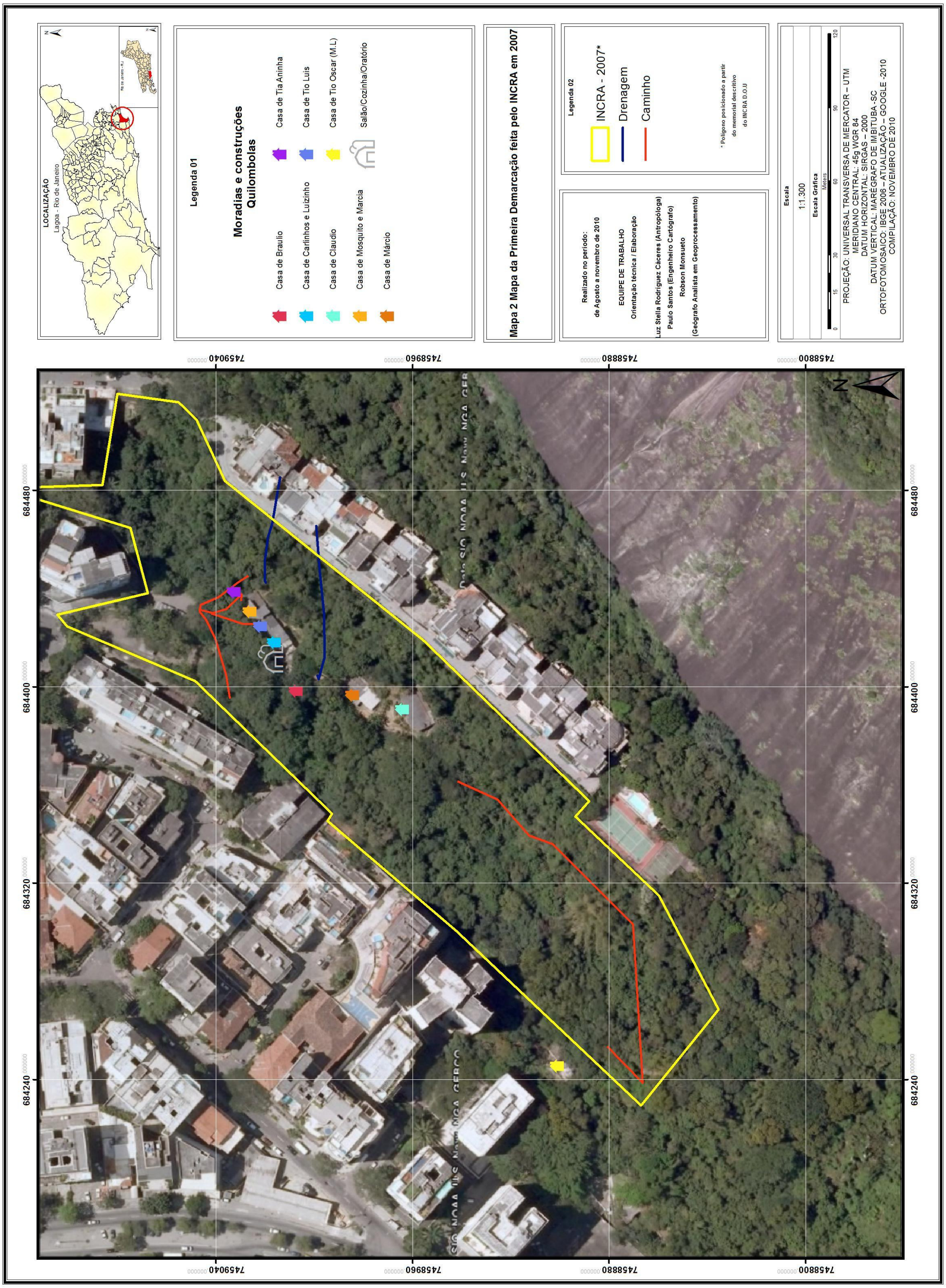
Já a segunda demarcação do território familiar é aquela que parte do processo de titulação quilombola iniciado no ano 2005. Como parte do relatório técnico o INCRA produziu uma primeira demarcação do território familiar, cujo polígono corresponde a 23.900 $mt_{2,}$ (ver mapa 2).

Dita delimitação foi notificada em 2008 a vinte e dois condomínios no bairro Fonte da Saudade. Com essa ação, os moradores dos condomínios ficaram temerosos tanto pela desvalorização que a presença de um quilombo traria quanto por seu direito de propriedade. À época, alguns proprietários de imóveis entenderam que as suas residências ocupavam a área destinada ao Quilombo Sacopã e que aconteceria uma desapropriação. Depois da notificação aos síndicos e aos administradores dos condomínios dos prédios, AMOFONTE em vozeria da vizinhança demandou da prefeitura ações para a expulsão dos "invasores".

Com este fim estabeleceram alianças com a então vereadora e hoje deputada estadual do Partido Verde, Aspásia Camargo, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da desordem urbana.

---

54 "Área de terra com frente para a ladeira Sacopã, antigo 76, medindo 170 m lado esquerdo, medindo 190 m fazendo divisa com a encosta de pedra, depois medindo 20 metros confrontando com o prédio 110 da Almirante Guilhobel. Fundos em três segmentos a saber: o primeiro partindo do lado esquerdo, nula linha reta de 100 metros, o segundo a partir desta em angulo aberto para dentro do terreno numa linha de 30 metros e o terceiro a partir desta e ligando-se ao lado direito do terreno, numa linha inclinada medindo 40 metros totalizando a linha de fundos 17° metros confrontando com 23 da rua Negreiro Lobato e com os números 19 e 26 da rua Almirante Guilhobel . O perito determinou que eram 18 872 metros quadrados" (Processo 75.001.500034-3 Poder Judiciário Estado do Rio de Janeiro Segunda Vara da Fazenda) .


LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
Legenda 01
Moradias e construções Quilombolas
Casa de Braulio
Casa de Carlinhos e Luizinho
Casa de Claudio
Casa de Mosquito e Marcia
Casa de Márcio
Casa de Tia Aninha
Casa de Tio Luis
Casa de Tio Oscar (M.L)
Salão/Cozinha/Oratório
Mapa 2 Mapa da Primeira Demarcação feita pelo INCRA em 2007
Legenda 02
INCRA - 2007*
Drenagem
Caminho
* Polígono posicionado a partir do memorial descritivo do INCRA D.O.U
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropologa)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Escala
1:1.300
Escala Gráfica
Metros
0 15 30 60 90 120
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS - 2000
DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE IMBITUBA-SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
7459040
7458960
7458880
7458800
684480
684400
684320
684240
N

Nesse momento a vereadora Aspásia Camargo opinou que a área em questão deveria ser mantida para o uso de todos e estranhou a demarcação particular de um terreno público, manifestando que: *é um conflito federativo muito grave, porque é um terreno da prefeitura. Portanto, é público. Uma área pública federal está invadindo uma área pública municipal. O Incra é irresponsável em fazer uma coisa dessas*[55],

A participação da vereadora Camargo respondia assim, tanto à ênfase ambiental e a preocupação com a degradação ambiental como à apreensão de alguns moradores frente desvalorização que poderia trazer para os imóveis de sua propriedade a presença de um quilombo no bairro que encarna um modo de vida tão diferente ao de um bairro de classe média alta de Rio de Janeiro.

Após a publicação da primeira demarcação aumentou a pressão sobre o grupo familiar e as contestações dos moradores dos 22 condôminos vizinhos à área quilombola delimitada não deram esperar. Ao reivindicarem essa identidade diferenciada como comunidade remanescente de quilombolas, intensificaram-se as ameaças à permanência da família Pinto no território que identifica como seu lugar. Num comunicado à opinião pública ficou assim estabelecida a "indignação" frente às atuações do INCRA:

> A AMOFONTE repudia a atitude do INCRA, que vem, através de um processo administrativo, tentando se sobrepor a uma decisão judicial. A Família Pinto perdeu por 3x0, uma ação de usucapião onde solicitava dezoito mil metros quadrados de terra em nosso Parque. Mesmo assim, o INCRA notificou 22 condomínios em nossa área de abrangência, dando ciência que delimitou mais de vinte e quatro mil metros quadrados, incluindo todo o Parque Municipal José Guilherme Merquior, em favor da Família Pinto. A decisão causou perplexidade não só às 220 famílias que residem nos imóveis notificados e tem os mesmos devidamente regularizados e inscritos no RGI, assim como a todos os vizinhos de nossa área de abrangência, pois é uma tentativa de ferir o DIREITO À PROPRIEDADE PRIVADA e decisão judicial unânime do Tribunal. A área do Parque Municipal José Guilherme Merquior constitui propriedade municipal, qualificado como **bem público de uso comum do povo**, não sendo, portanto, passível de apropriação por quem quer que seja[56],

---

55 Jornal do Rio de Janeiro em 07/03/2008

56. https://groups.google.com/group/amajb/msg/bf4e03edb89f869a?hl=pt&pli=1

Nas extensas contestações que li percebem-se ideias que retratam a visão histórica e colonial que acerca da categoria quilombo, entre os moradores e vizinhos. Alguns argumentavam que eles não tinham tanta ancestralidade, que não tinham grandes e significativas diferenças culturais, ou que nunca houve senzala nessa região. Uma carta chamou a atenção, dava apoio ao quilombo sempre e quando fosse mais autentico e em vez de pagode e samba voltasse ao jongo.

Pela sua parte o condomínio Chácara de Sacopã chegou a elaborar um contra-laudo no que além agregava um plano no que expressava a sua inquietação pela sobreposição da sua área com a do quilombo (Ver imagem 6).

Em consequência, o INCRA viu-se obrigado a refazer uma segunda demarcação para a família Pinto. Numa entrevista concedida ao Jornal do Brasil em 6/03/2010, o INCRA sustentou que a delimitação inicial do quilombo estava errada, e que um novo trabalho de demarcação seria feito *-Uma nova planta está sendo confeccionada. Não iremos tomar um centímetro dos condomínios*, pese a que estava plenamente demonstrado que os condomínios tinham invadido antes o terreno da família.

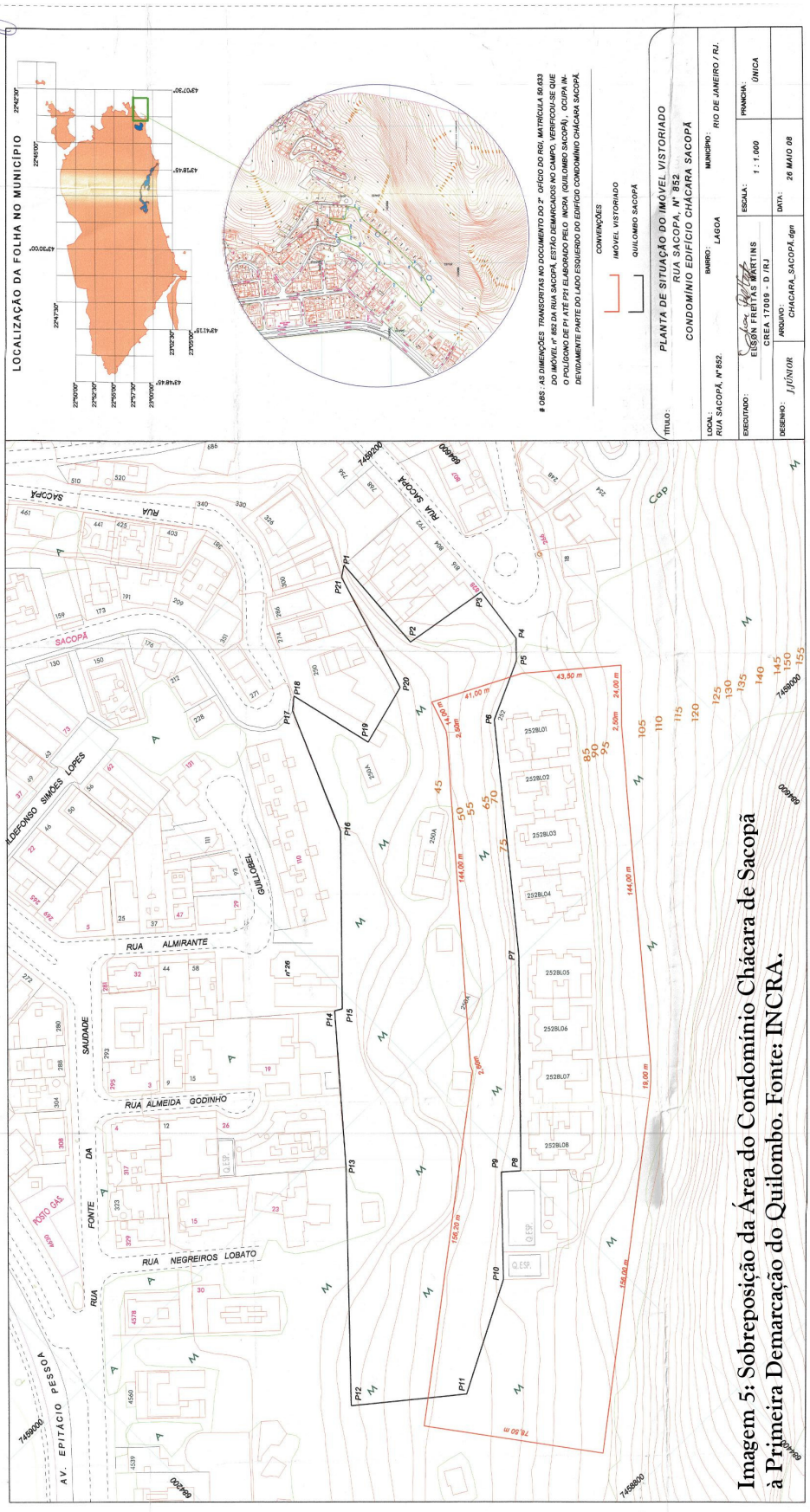


Imagem 5: Sobreposição da Área do Condomínio Chácara de Sacopã à Primeira Demarcação do Quilombo. Fonte: INCRA.

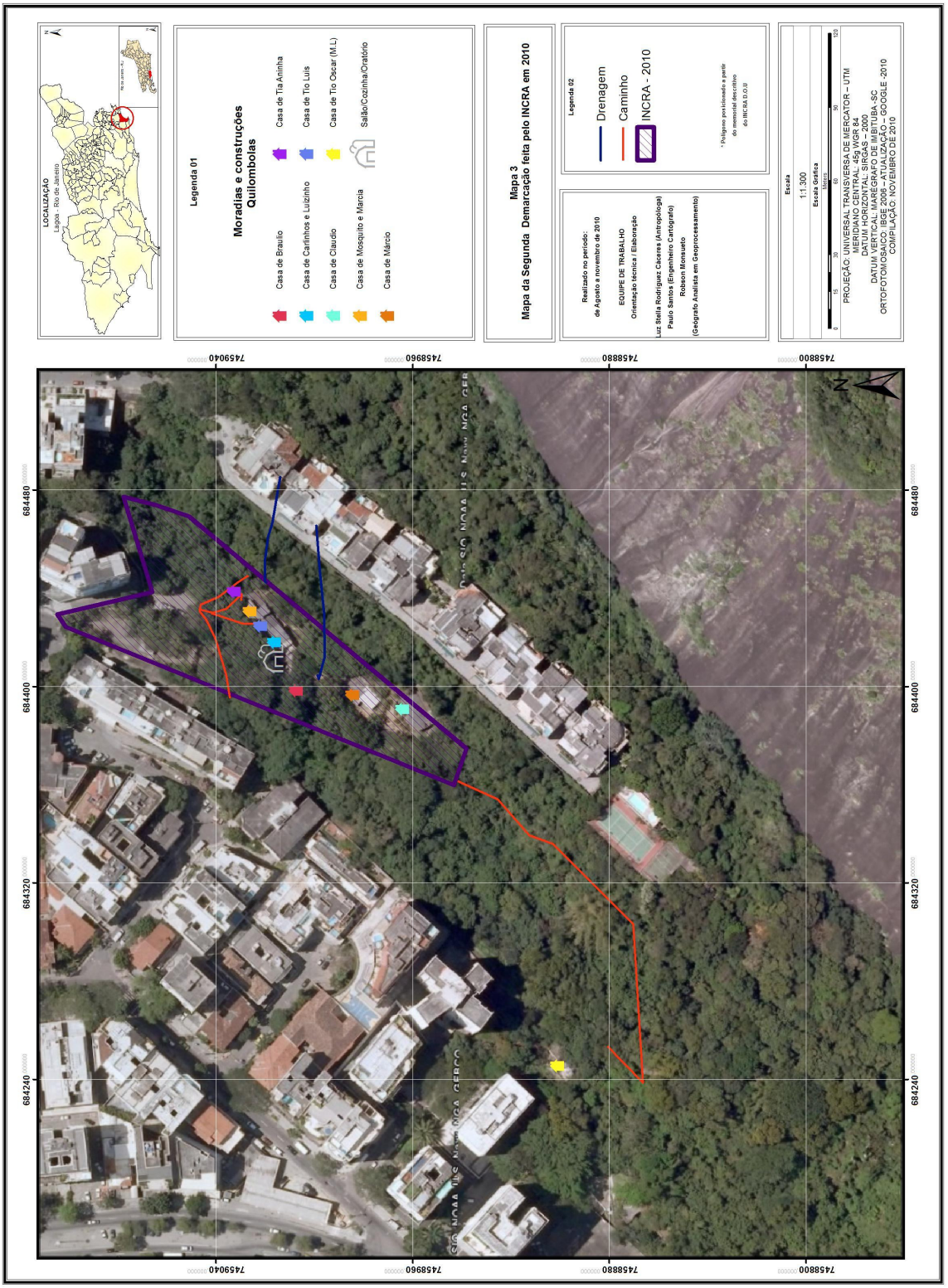
Foi nesse contexto que propusemos ao INCRA refazer a segunda demarcação, seguindo a metodologia da cartografia participativa, pois nesse momento eu revisava os processos e estava a par das contestações que iam chegando no escritório do INCRA.

Porém, a possibilidade da parceria foi negada apesar de que insisti que os requerimentos não incrementariam os gastos e que só seria preciso tempo e disposição para ter algumas reuniões com as pessoas e promover sua participação na demarcação.

Entendemos que juntar as pessoas e promover a sua participação nas decisões correspondentes à demarcação territorial não é viável quando as decisões sobre o lugar têm sido tomadas previamente e fora do próprio espaço em questão, e que os processos de mapeamento participativo colocam em evidência dilemas, aguçando as contradições e evidenciando disputas entre grupos sociais e instituições de apoio.

Assim, nenhuma das demarcações feitas pelo INCRA em Sacopã recorreu a metodologias participativas. De acordo com Luiz Sacopã, *- essas demarcações foram coisa de pessoas entendidas, nas quais nada nos foi consultado.* A segunda demarcação, em particular, se propunha a agilizar o processo e ter o mínimo de atritos com os moradores dos prédios e AMOFONTE, interessados no despejo da família da área, antes que na consideração das práticas de uso e apropriação do espaço por parte do grupo familiar.

Em consequência, a segunda delimitação proposta pelo órgão federal foi de um polígono, esta vez de 6.900 mts_2, reduzindo á área inicialmente solicitada pela família a menos da metade (ver mapa 3).

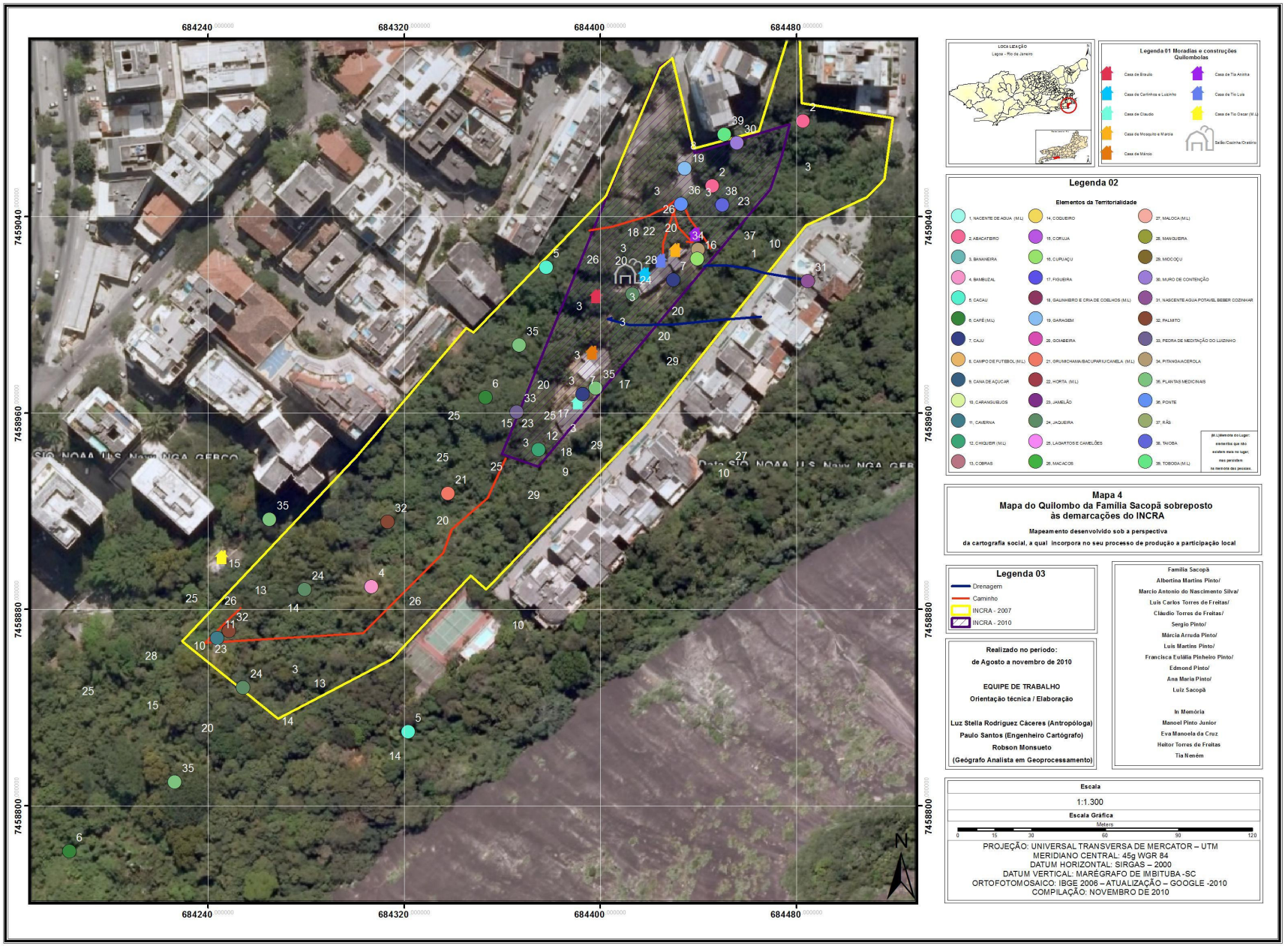

LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
Legenda 01
Moradias e construções
Quilombolas
Casa de Brasulio
Casa de Tia Aninha
Casa de Carlinhos e Luizinho
Casa de Tio Luis
Casa de Claudio
Casa de Tio Oscar(M.L)
Casa de Mosquito e Marcia
Salão/Cozinha/Oratório
Casa de Márcio
Mapa 3
Mapa da Segunda Demarcação feita pelo INCRA em 2010
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luiz Stella Rodriguez Caceres (Antropologa)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geografo Analista em Geoprocessamento)
Legenda 02
Drenagem
Caminho
INCRA - 2010
* Poligono posicionado a partir
do memorial descritivo
do INCRA D.O.U
Escala
1:1.300
Escala Gráfica
Metros
0
15
30
60
90
120
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000
DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE IMBITUBA -SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
N
7459040
7458960
7458880
7458800
684480
684400
684320
684240

Essa demarcação corresponde a um espaço que apenas contempla as construções físicas sem levar em conta outros elementos da territorialidade familiar e de importância simbólica ou da memória do lugar como a caverna e o sítio onde estava a casa do Tio Oscar e uma extensa parte do território onde era praticada a agricultura. Em outras palavras, a nova delimitação do INCRA não representa a territorialidade familiar e corresponde mais a uma tentativa de acelerar o processo administrativo.

A família que só conheceu a nova demarcação, quando já tinha sido feita pelos técnicos cartógrafos do INCRA, aceitou a redução do terreno no intuito de evitar adiar o direito à propriedade pela que já brigam há mais de 40 anos. Contudo, não por isto eles desistem dos hectares iniciais da ação de usucapião, afirma Luiz Sacopã. A decisão da família é a de continuar na luta, e a nova proposta de delimitação do órgão fundiário foi o aliciante para seguir com o mapeamento participativo, o qual serviria como registro da territorialidade, agora cerceada.

Esses fatos reforçam a ideia tantas vezes reiterada pelos críticos da cartografia social a respeito a que o mapa não é o território e o título não alcança nunca a contemplar a territorialidade. O mapa 4 foi um exercício feito com o propósito de ilustrar como esses marcadores da territorialidade da família quilombola ficaram excluídos da segunda demarcação do INCRA.

Pode se pensar que com a segunda demarcação o órgão fundiário pretendia negociar mais agilmente com a prefeitura e ao mesmo tempo deixar menos incomodados os que olham na territorialidade exercida pela família uma ameaça ao meio ambiente, dentro dos marcos legais que categorizam a área concomitantemente como APA (Área de Proteção Ambiental) e Parque Municipal.


684240
684320
684400
684480
7459040
7458960
7458880
7458800
LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
Legenda 01 Moradias e construções Quilombolas
Casa de Braulio
Casa de Tia Anicita
Casa de Carlinhos e Luizinho
Casa de Tio Luis
Casa de Claudio
Casa de Tio Oscar (M.L)
Casa de Mosquito e Marcia
Casa de Marcio
Salão/Cozinha/Oratório
Legenda 02
Elementos da Territorialidade
1. NASCENTE DE AGUA (M.L)
2. ABACATEIRO
3. BANANEIRA
4. BAMBUZAL
5. CACAU
6. CAFÉ (M.L)
7. CAJU
8. CAMPO DE FUTEBOL (M.L)
9. CANA DE AÇUCAR
10. CARANGUEJOS
11. CAVERNA
12. CHIQUEIR (M.L)
13. COBRAS
14. COQUEIRO
15. CORUJA
16. CURUÁÇU
17. FIGUEIRA
18. GALINHEIRO E CRIA DE COELHOS (M.L)
19. GARAGEM
20. GOIABEIRA
21. GRUMICHAMA/BACUPARI/CANELA (M.L)
22. HORTA (M.L)
23. JAMELÃO
24. JAQUEIRA
25. LAGARTOS E CAMELÕES
26. MACACOS
27. MALOCA (M.L)
28. MANGUEIRA
29. MIOCOÇU
30. MURO DE CONTENÇÃO
31. NASCENTE AGUA POTAVEL BEBER COZINHAR
32. PALMITO
33. PEDRA DE MEDITAÇÃO DO LUIZINHO
34. PITANGA/CEREJA
35. PLANTAS MEDICINAIS
36. PONTE
37. RÃS
38. TAIOBA
39. TOBOIA (M.L)
(M.L)denota os Lugar: enterros que não existem mais no lugar, mas persistem na memória das pessoa...
Mapa 4
Mapa do Quilombo da Família Sacopã sobreposto às demarcações do INCRA
Mapeamento desenvolvido sob a perspectiva
da cartografia social, a qual incorpora no seu processo de produção a participação local
Legenda 03
Drenagem
Caminho
INCRA - 2007
INCRA - 2010
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropóloga)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Família Sacopã
Albertina Martins Pinto/
Marcio Antonio do Nascimento Silva/
Luis Carlos Torres de Freitas/
Cláudio Torres de Freitas/
Sergio Pinto/
Márcia Arruda Pinto/
Luis Martins Pinto/
Francisca Eulália Pinheiro Pinto/
Edmond Pinto/
Ana Maria Pinto/
Luiz Sacopã
In Memória
Manoel Pinto Junior
Eva Manoela da Cruz
Heitor Torres de Freitas
Tia Neném
Escala
1:1.300
Escala Gráfica
Meters
0 15 30 60 90 120
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS – 2000
DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE IMBITUBA -SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
N

8.1 Os discursos ambientalistas: entre o riscos e a monumentalização

Em 1992, o Rio de Janeiro sediou a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ECO´92; cujo objetivo era elaborar meios de conciliação do desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A Agenda 21, um plano de ação a ser adotado em nível global, nacional e local foi produto da conferência. Entre outras ações, governos de países desenvolvidos se comprometeram a apoiar financeira e tecnologicamente países em desenvolvimento, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Como consequência da articulação de forças internacionais no plano local, ocorreram várias mudanças relacionadas ao ordenamento jurídico brasileiro em relação à conservação ambiental. No âmbito da cidade do Rio de Janeiro, a influência dessas inovações legais, se sentiu na publicação da Lei Municipal 1912/92, que criou as áreas de Proteção ambiental do Morro dos Cabritos e Morro da Saudade e autorizou a criação dos Parques Municipais José Guilherme Merquior e Fonte da Saudade.

Este seria o contexto mais global que começou a emoldurar a história da família Pinto, cujo terreno pleiteado se sobrepõe em grande proporção a estas áreas de proteção ambiental, especialmente com o Parque José Guilherme Merquior. Contudo, é necessário entender que o viés ambientalista é apenas um novo marco para o conflito territorial da família Pinto. Assim a preocupação com ocupações irregulares, processos de favelização, etc. passou ser vista com novas lentes.

Lopes Leite (2006) opina que há na atualidade uma tendência para a "ambientalização dos conflitos sociais", a qual tem dado lugar a que antigos e conflituosos processos sociais adquiram uma nova e "verde" dimensão, e onde o meio ambiente e a natureza terminam sendo uma invocação, muitas vezes retórica, de certas classes sociais, para discutir "o valor" biológico do espaço disputado.

Simbolicamente, o ambientalismo possui uma força que é bem aproveitada, e vem sendo usada como o mito fundador de uma identidade local para o exercício de uma hegemonia que reivindica particulares interesses. Nesse sentido, pode se indicar que as

políticas de preservação ambiental também suscitam nexos entre identidade e lugar, porém já não mais articuladas exclusivamente à "tradição", senão também a processos de exclusão.

Deste modo, quando se analisa a ambientalização dos conflitos sociais, é preciso considerar que o "ambiental" se define tanto na interseção de campos profissionais, como na sua reinvenção em relação às tradições desses campos, para a criação de uma nova questão pública. Em consequência, Lopes Leite sugere que sempre devemos estar atentos a como a "história anterior dos movimentos sociais, relacionados a diferentes grupos sociais, influencia a forma como tal temática é apropriada e ligada a conflitos anteriores, sob uma nova linguagem" (2006: 32).

O compromisso da sociedade civil com a degradação de áreas degradadas pelos impactos humanos foi rapidamente assumido por alguns dos sectores sociais da região no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas. A criação de áreas delimitadas apareceu como uma solução para a preservação dos remanescentes de mata atlântica que ainda cobrem alguns dos morros no entorno da área.

Na demarcação destas áreas houve total apoio cidadão, mobilizaram-se influências e criaram-se alianças de classe, para pressionar o poder público. Por outro lado, para alguns dos proprietários e moradores de condomínios do bairro e especialmente para a sua associação, AMOFONTE, a solução definitiva para conter o que eles denominam "ocupações irregulares" passava pela criação de áreas de proteção ambiental (APA)[57] e parques devidamente demarcados. Se bem que a lei 1912/92 não contemplava a expulsão de moradores em situação irregular o propósito era sua contenção.

A constituição dessas figuras de conservação, apoiadas sobre um corpus jurídico bem extenso e complexo no Brasil representa por sua vez processos de produção espacial da natureza e possuem uma dimensão política a ter em consideração, dado que as

57 Área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

condições para a produção do espaço são histórica e socialmente criadas, e sempre determinadas por novas demandas e necessidades sociais.

Em princípio a criação de áreas de reserva natural parte da dicotomia que contrapõe, numa visão extremamente utilitarista, na qual a natureza é apenas um recurso para as necessidades humanas e, de outro lado, uma visão ecocêntrica, que se sustenta na ideia da natureza ter um valor independentemente do homem e que entende o afastamento da intervenção humana como um passo essencial para a proteção do meio ambiente (DIEGUES, 1996), o qual leva para uma objetificação dessas áreas recentemente demarcadas como monumentos "naturais" que devem ser protegidos, reverenciados e preservados.

Este é o espírito de um processo longamente interiorizado, que considera que a natureza precisa de uma intervenção consciente para funcionar. Desde esta ótica, a natureza comporta as qualidades de um monumento poluível com a cotidianidade da humanidade. Quando essa visão mítica que objetifica a natureza como elemento intocado, (ibid) passa também a alimentar as concepções usadas pelo poder público para legislar, aparece como estratégia para a preservação ambiental a criação de parques e áreas reservadas, trazendo como consequência a territorialização da natureza e sua exclusão parcial da sociedade, quando não total.

É justo lembrar que essa questão ambiental tem vários desdobramentos. Um deles se refere ao avanço que no Brasil tiveram as reflexões respeito à conciliação de unidades de conservação ambiental que coincidem com os territórios de populações tradicionais, que certamente se sustentam no binômio cultura e ambiente. Estas reflexões levaram algumas ações positivas legais como as reservas extrativistas, que partem do princípio de harmonização entre culturas e natureza. (DIEGUES, 1996; ALMEIDA, 2003).

Contudo, estas experiências têm acontecido principalmente no âmbito rural enquanto que no espaço urbano apenas começam a se esboçar, especialmente porque a presença de populações tradicionais e de quilombos nas cidades obtiveram visibilidade recentemente e as pautas de ordenamento territorial como Planos Diretores Urbanos

tem tido tímidas articulações entre o ambiental e o cultural [58], sem conseguir acompanhar as mudanças e dinâmicas sociais, que claramente no espaço urbano vão muito além de parque naturais e grupos sociais.

Mesmo assim vamos nos deter somente na questão dos parques e APA. Na definição que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente oferece para parque municipal, detecta-se um total despreparo para falar de conciliações desse tipo.

> É de posse e domínio públicos, destinada à visitação e ao lazer, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a legislação. A unidade dessa categoria, quando criada pelo Município, é denominada Parque Natural Municipal.

No caso das APA o artigo 4º da Lei 1912/92 estima que sua criação objetiva a preservação da cobertura vegetal existente; o desenvolvimento do estudo e da pesquisa acerca da fauna e da flora; o desenvolvimento da educação ambiental; a viabilização da criação dos parques municipais e o desenvolvimento do lazer conforme os objetivos estabelecidos pela APA. A criação destas contempla também e de modo principal a preservação de animais e espécies vegetais ameaçados de extinção; a preservação e a recuperação do relevo, **considerados patrimônio ambiental da cidade**. Aqui é de vital importância o aparecimento da categoria de patrimônio, que se situa além do seu conteúdo jurídico ou oficial como um horizonte e como forma de mediação das relações entre natureza e sociedade.

O levantamento cartográfico das figuras de proteção ambiental que foram se constituindo sobre área, indicam uma sobreposição dessas figuras na mesma área: 1) a APA do Sacopã[59], 2) a APA Morro dos Cabritos e 3) a APA Morro da Saudade. A

---

58 A Resolução No. 34 de julho de 2005 do Conselho das Cidades, vinculado ao Ministério das Cidades, estabelece que as Prefeituras devem demarcar, através do Plano Diretor, as áreas em que vivem quilombolas, indígenas, ribeirinhos e extrativistas (art. 5º, II) em áreas urbanas ou rurais, abrindo precedente para que os municípios tenham um papel mais ativo na garantira da permanência de grupos étnicos específicos nas terras que ocupam há várias gerações.

59 A APA de Sacopã foi criada mediante o decreto 6.231, de 1986, ela limita a ocupação do espaço (10% do lote, no caso dos terrenos acima da curva de nível de cem metros). O uso da área é restrito a residências, que não podem ter mais de mais de 11 metros de altura (três andares). Os trechos de encosta com declividade igual ou superior a 45 graus são considerados de proteção à vida silvestre e sua vegetação deve ser mantida intacta.

primeira APA delimitada com parâmetros urbanísticos definidos foi Sacopã em 1986[60]. Já a APA Morros da Saudade[61] e Morro dos Cabritos[62] criadas pela lei 1912 /92. De acordo com o então vereador, Alfredo Sirkis, a delimitação dessas APAs *foi feita de maneira provisória e a implantação das mesmas quanto do parque José Guilherme Merquior demoraram pela falta de orçamento, pois era algo que não estava previsto, mas que a cidadania estava demandando*[63].

A evolução dessas propostas ambientalistas na área, carrega por sua vez uma delimitação geográfica e cartográfica que será explorada em seguida. O propósito deste exame crítico dos mapas que tem sido usados para confrontar e questionar a presença do quilombo Sacopã, se sustenta nas ideias de Harley, que nos alerta que pela seletividade de seu conteúdo, seus símbolos e estilos de representação, "os mapas são um meio de imaginar,

---

60 É considerada como de proteção ambiental de Sacopã a área delimitada a partir da Rua Macedo Sobrinho, no ponto em que a referida Rua corta a curva de nível de 50,00m (cinquenta metros); seguindo por esta curva de nível, na direção leste, contornando o Morro da Saudade até o limite da IV RA; seguindo por este limite na direção oeste até encontrar o ponto de cota de 245,60m (duzentos e quarenta e cinco metros e sessenta centímetros), e daí por uma linha reta até o encontro com o ponto de cota de 246,50m (duzentos e quarenta e seis metros e cinquenta centímetros); deste ponto segue na direção sul acompanhando o limite entre a V e a VI RA até encontrar a curva de nível de 50,00m (cinquenta metros); seguindo por esta curva de nível, na direção noroeste, até encontrar a divisa lateral esquerda do Parque Carlos Lacerda; seguindo por esta divisa até encontrar o alinhamento da Avenida Epitácio Pessoa; seguindo por este alinhamento até a divisa lateral direita do Parque Carlos Lacerda; seguindo por esta divisa até encontrar a curva de nível de 50,00m (cinquenta metros) e por esta curva de nível até o ponto de partida.

61 A Área de Proteção Ambiental do Morro da Saudade delimita-se, provisoriamente, pela Ladeira Sacopã, de seu encontro com a cota trinta até seu ponto de maior cota; deste seguindo em direção leste e descendo pela linha de talvegue desta vertente até seu encontro com a Rua Euclides da Rocha; seguindo pela Rua Euclides da Rocha até seu encontro com a Ladeira dos Tabajaras; seguindo pela Ladeira dos Tabajaras até seu encontro com a linha de cota trinta; seguindo pela linha de cota trinta em direção norte contornando o Morro da Saudade até seu encontro com a Ladeira Sacopã.

62 A Área de Proteção Ambiental do Morro dos Cabritos delimita-se, provisoriamente, pela Ladeira Sacopã, de seu encontro com a cota vinte até seu ponto de maior cota; deste seguindo em direção leste e descendo pela linha de talvegue desta vertente até seu encontro com a Rua Euclides da Rocha; seguindo pela mesma rua até seu ponto de cota oitenta e cinco; seguindo em direção perpendicular à Rua Santa Clara até o ponto de cota vinte; seguindo pela linha de cota vinte em direção sul contornando o Morro dos Cabritos até seu encontro com o limite sul do lote municipal número dez do PAL 34.540 (trinta e quatro mil quinhentos e quarenta); seguindo pela divisa sul deste lote até seu encontro com a Avenida Epitácio Pessoa; por esta avenida até seu encontro com o limite oeste deste mesmo lote; seguindo por este limite até seu encontro com o limite sul do lote municipal número nove do PAL 34.548 (trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e oito); seguindo pelo limite sul deste lote até seu encontro com a Avenida Epitácio Pessoa; por esta avenida até seu encontro com o limite oeste deste mesmo lote; por este limite até seu ponto de cota vinte; seguindo pela linha de cota vinte em direção oeste contornando o Morro dos Cabritos até seu encontro com a Ladeira Sacopã.

63 Entrevista realizada em 31/05/2010.

articular e estruturar o mundo dos homens. Aceitando-se tais premissas, torna-se mais fácil compreender a que ponto eles se prestam às manipulações por parte dos poderosos na sociedade" (HARLEY, 2009), e certamente podemos olhar para esses mapas os desnaturalizando.

No mapa 5 pode-se observar que a definição dos polígonos das APA explicita não só a ausência dos trabalhos de campo, fundamentais para o reconhecimento cartográfico dos marcos que definiram a cada uma delas, bem como a desconexão entre os limites das mesmas. As APA do Morro dos Cabritos e do Morro da Saudade não se superpõem uma sobre a outra, no entanto, o seu traçado sobrepõe-se à APA de Sacopã, sendo que os limites desta APA, não têm relação com os limites das duas últimas. De fato a APA de Sacopã poderia deixar de existir pois a do Morro dos Cabrito e a da Fonte da Saudade dão cobertura à mesma área de Sacopã.

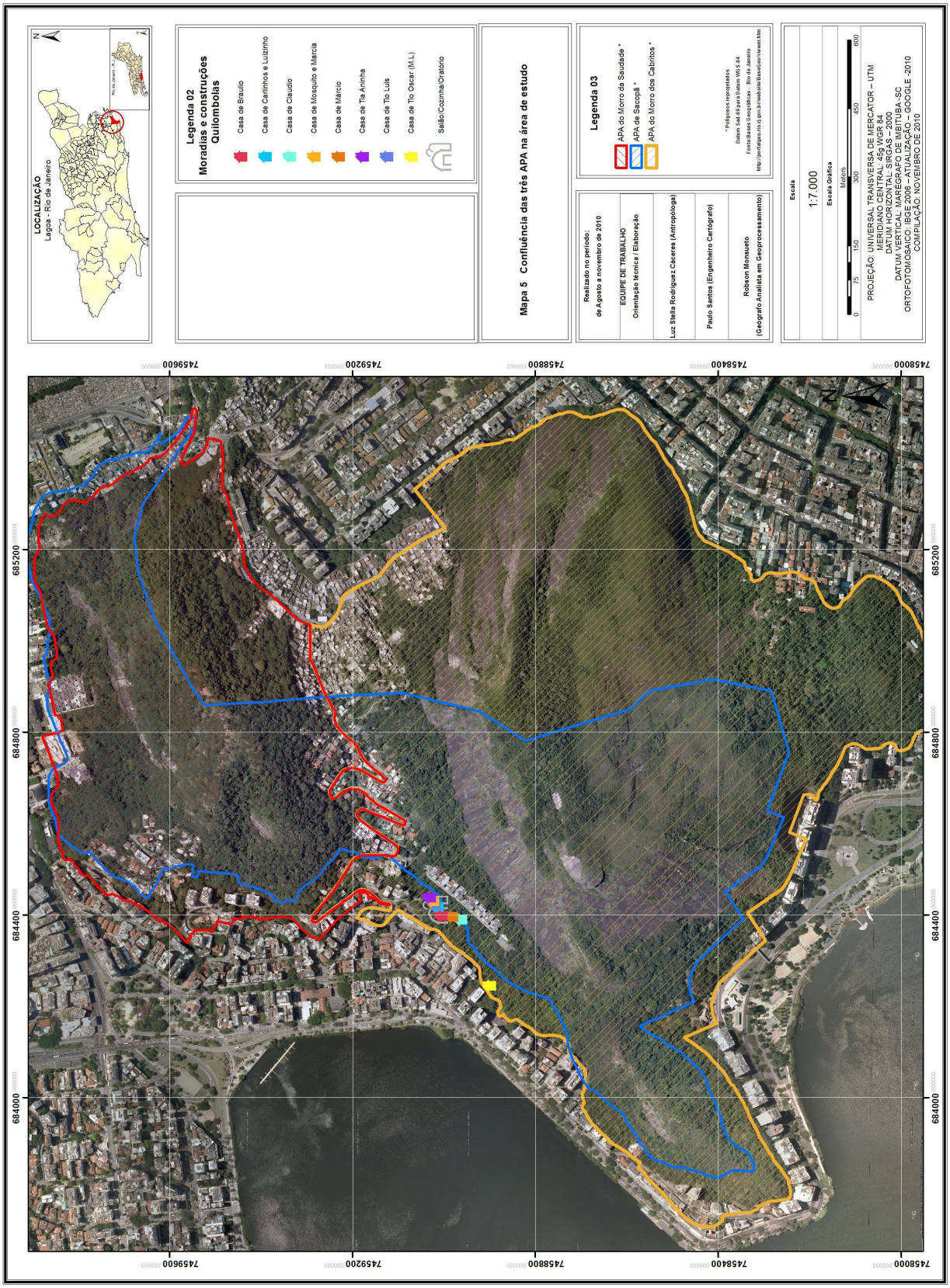
O Parque Florestal da Saudade tinha sido criado informalmente (sem qualquer lei ou decreto) em 1988, enquanto a delimitação e regulamentação do PJGM aconteceu apenas no ano 2000. Foi nesse ano que Luiz soube da história do parque.

> Antes não tínhamos escutado falar nisso, o certo é que entraram com tudo, nos davam 15 dias para a gente se mudar daqui, passando por cima da usucapião, mas fomos no judiciário e falamos com o desembargador, e aí ele nos respaldou mas tudo graças a essa primeira instância[64].

O projeto de demarcação do PJGM foi liderado pelo então vereador Alfredo Sirkis do Partido Verde, mediante o Decreto Municipal 19.143 em novembro do ano 2000. Segundo ele, a iniciativa atendia o pedido de uma comunidade empolgada com a preservação do meio ambiente. O nome do parque foi ideia do vereador, *para honrar o sociólogo que morreu naquela época, morava perto e gostava de passear por lá. Foi uma homenagem a um grande intelectual brasileiro*[65].

64 Fala de Luiz Sacopã em 18/9/2010

65 Entrevista realizada em 31/05/2010


LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
Legenda 02
Moradias e construções
Quilombolas
Casa de Braulio
Casa de Carlinhos e Luizinho
Casa de Claudio
Casa de Mosquito e Marcia
Casa de Márcio
Casa de Tia Aninha
Casa de Tio Luis
Casa de Tio Oscar (M.L)
Salão/Cozinha/Oratório
Mapa 5 Confluência das três APA na área de estudo
Legenda 03
APA do Morro da Saudade *
APA de Sacopã *
APA do Morro dos Cabritos *
* Polígonos representados
Datum: Sad 69 para Datum WGS 84
Fontes:Bases Geográficas - Rio de Janeiro
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/website/basedownload.htm
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropólogo)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Escala
1:7.000
Escala Gráfica
Meters
0 75 150 300 450 600
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000
DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE IMBITUBA-SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE 2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
N
745600
745920
745880
745840
745800
685200
684800
684400
684000

Tendo em conta, que a diferença do patrimônio cultural, a gênese do patrimônio natural foi uma resposta às pressões de mobilizações sociais globais e não uma preocupação estatal, inicialmente (ULLOA, 2003). Podemos considerar a ideia de patrimônio ambiental é um desdobramento especial do patrimônio cultural do qual decorre a preocupação com o monumento, primeiro histórico e artístico, e depois natural; é de interesse aqui a relação entre monumentalidade e patrimônio natural. Este último como expressão de grandiosidade e beleza, que por sua vez adquire o sentido de monumentalidade como preocupação estética. A monumentalidade pressupõe também, uma intocabilidade reservada a grandes testemunhos da natureza que foram poupados da intervenção humana. (SCIFONI, 2008 :17).

Deste modo, a monumentalidade se refere à grandiosidade de uma natureza ausente da condição humana, disponível para seu consumo visual. Simone Scifone ressalta que na construção do patrimônio natural haveria também um segundo significado, que se manifesta na compreensão deste como uma "conquista da sociedade, como uma noção ligada às práticas sociais e à memória coletiva. Portanto, um patrimônio natural que antes de tudo faz parte da vida cotidiana e não aquele que a ela se opõe" (ibid: 17).

Certamente, a experiência empírica da Família Pinto e a demarcação do PJGM está ai para contrariar essa possível definição de patrimônio natural. No caminho percorrido, tem-se mostrado elementos que apontam para diferentes percepções e significados sobre o mesmo espaço. No local onde outros apenas vêm uma natureza a ser preservada, os membros do grupo familiar vem o local onde se encontram depositadas as suas memórias e a sua interação com o tempo, em outras palavras, as marcas do seu presente, o acúmulo das experiências passadas e também seu horizonte de expetativas.

A identidade do grupo familiar está ancorada àquele lugar, porém certamente os setores do bairro que lutam pela demarcação de um parque acham incompatível a sua existência contendo a cotidianidade da família quilombola. Então, a opção pela patrimonialização aparece aqui como parte de um discurso monumentalizante da natureza que não contempla a cotidianidade de nenhuma humanidade. Sob essa ótica não são

consideradas outras naturezas, apropriadas socialmente, vividas intensamente, parte da memória coletiva e componente das práticas sócio-espaciais.

Decididamente, quando se fala da natureza patrimonializada não se trata apenas de um objeto biológico, localizável geograficamente, mas sim de um produto discursivo que expressa uma visão do mundo (GONÇALVES, 2002) e que serve de premissa para outros discursos políticos e econômicos que justificam e normalizam ações materiais e imateriais. A criação do parque JGM é um exemplo disso.

A figura de parque natural urbano, como forma de produção do espaço, aparece como se tivesse sido instituída para fazer frente à urbanização acelerada da região e dar, por outro lado, um valor de "legado" à natureza que o compreende. Isto dentro de um marco local de proteção da natureza que tornou-se uma condição necessária à reprodução de um dos papéis que as encostas dos morros cariocas representam na divisão sócio-espacial da metrópole: ser zonas de privilegiada contemplação da paisagem para determinados segmentos sociais. Desde este ponto de vista, a proteção da natureza, nos termos da preservação no caso analisado foi decididamente incorporada à produção espacial, passando a representar uma nova condição para o conflito social existente.

Por isto temos que considerar que durante o processo de legitimação da questão ambiental, esta também se tornou uma força política que interfere ativamente nos processos da valorização dos lugares. Na opinião de Moraes "Tem-se então, a questão ambiental como fenômeno essencialmente político, a marcar uma singularidade desse milênio, com uma revalorização geral do patrimônio natural e dos fundos terrestres" (2004:22).

Inquirido sobre o PJGM, se vê que o esboço da área do parque se sobrepõe, em ampla porcentagem, ao território da Família Pinto. Curiosamente não existe uma delimitação geográfica ou georeferenciada da área, já que esta foi realizada provisoriamente. É no que na cartografia se denomina como "iluminar" uma área numa base cartográfica, como procedimento prévio ao lançamento de uma delimitação final com precisão. A

respeito, o vereador Sirkis reconheceu que: *os técnicos da SMAC fizeram o esboço do projeto mas não foi possível passar para a implantação pela falta de orçamento*[66].

O PJGM não só não está georeferenciado, senão que não possui Plano Diretor ou de Manejo, através do qual estaria indicada a delimitação definitiva do parque, o zoneamento, as diretrizes de manejo e as indicações de parâmetros urbanísticos de ocupação e preservação. O que quer se enfatizar aqui é que não houve um estudo técnico prévio para a fundação da área como parque natural.

Deste modo, se compreende que a demarcação do parque foi uma resposta da prefeitura através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente às pressões dos moradores incomodados com a presença da família Pinto nessa região. Em 2008 esses mesmos inconformados moradores e AMOFONTE apelaram à Câmara dos Vereadores para a preservação do parque, exigindo a sua delimitação com cercas, assim como a expulsão dos "predadores" (SCHMIDT, 2007).

Nesse sentido, Leite Lopes sustenta que "os conflitos socioambientais promovem uma interiorização dos direitos e dos argumentos ambientais pressionando por leis e controles estatais e ao mesmo tempo alimentados por tais instrumentos estatais" (2006: 45) Um exemplo disto é a Ação Civil Pública, que visando a proteção do Meio Ambiente e dos Parques José Guilherme Merquior e Fonte da Saudade, foi instaurada em maio de 2010 por AMOFONTE[67]. Sua presidente detalhou que como objetivo:

> Proteger esse parque que ainda tem mata atlântica, que além do mais tem uma estrutura que não pode ser desmatada, temos o laudo de GeoRio e há alto risco de deslizamento pelo desmatamento que esse pessoal causa, além de perder toda a beleza natural que é nosso maior patrimônio. Queremos paralisar a ação de predadores e invasores que pretendem destruir um importante pulmão da cidade, lutando com garra e ética pela qualidade de vida e a preservação do meio ambiente" [68]

66 Entrevista realizada em 31/05/2010

67 Processo 0163496-57.2010.8.19.0001, que encontra-se na 4a Vara da Fazenda Pública

68 Fala de Ana Simas em entrevista em 09/03/2010

Para AMOFONTE, a questão do "risco" (risco de desmatamento, de deslizamento, etc.) transformou-se no *leitmotiv* de suas ações públicas. Porém o risco também é social pois para a associação de moradores a legitimação do quilombo,

> [...]lesa moral e materialmente os moradores da Fonte da Saudade e adjacências, colocando em risco a própria democracia e ferindo o princípio de JUSTIÇA, já manifestada em decisão unânime e soberana do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro.[69] (Caixa alta do original)

Desde a ótica da AMOFONTE, dir-se-ia que a família Pinto tem um grande potencial desestabilizador, que vai além das próprias questões ambientais. Nessa linha de raciocínio, a permanência da família na área se ataca sob o argumento de serem um perigo que gera deslizamentos, coloca em risco a natureza, degrada o meio ambiente, aumenta o risco da temida favelização e finalmente vulnera o sentido de justiça, colocando em risco até a democracia.

O risco não exposto verbalmente é o fato de ter tão perto uma família que não compartilha dos mesmos valores e interesses que a maioria dos moradores do bairro. Seu estilo de vida difere demais em relação ao dos demais moradores que se orgulhando de morar numa das regiões com maior IDH, reprovam a presença do quilombo na Lagoa. Uma forma de rejeitar esse modo de vida é chamar às autoridades competentes cada vez que a família tem um comportamento "desviante" que não faz parte da sociedade do entorno. Sua música e comida não combinam com a etiqueta desse espaço, isto é o que se afirma quando nos sábados de pagode alguns vizinhos abrem as janelas da sua casa para deixar escutar músicas clássicas. É uma forma de dizer que ali não é o "seu lugar" (HAESBAER 2006).

Quando se fala sobre o risco verificamos que estamos sempre perante cenários de incerteza, é um conceito de risco que remete-nos para probabilidades ou possibilidades sobre a ocorrência de eventos futuros. Isto se aprofunda quando grupo culturalmente diverso enuncia por sua vez um tipo de propriedade coletiva que aos olhos de muitos ameaça o direito da propriedade individual.

---

69 https://groups.google.com/group/amajb/msg/bf4e03edb89f869a?hl=pt&pli=1

A essência do risco não é tanto aquilo que está a acontecer, mas sim, aquilo que pode acontecer. Vale a pena trazer aqui a colocação de Douglas e Wildavsky (1982) sobre o risco, que afigura-se como algo tão incontrolável, que nem sempre conseguimos saber se aquilo que estamos a fazer é suficientemente seguro para prevenir a ocorrência de acidentes ou de efeitos indesejados. Evidentemente que temos que ir além das concepções mais gerais de perigo, culpa e pureza; e entrar aqui nos riscos nas classificações sociais, nas margens, na desordem, nas passagens.

O processo histórico de ambientalização, implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas. No que compete a esse campo observa-se, de forma generalizada, a atuação de espertos e profissionais "fazendo crescer novos riscos e perigos: riscos sobre a natureza, o "meio ambiente", a paisagem "natural" ou historicamente construída pelo homem (incluindo o que pode ser considerado como "patrimônio histórico e cultural" em suas acepções mais amplas)" (LOPES LEITE, 2006:36). Dessa forma, ninguém consegue saber mais do que uma pequena fração da sociedade bem treinada dos perigos ou dos riscos que se encontram em seu redor.

A existência do quilombo contrasta com a paisagem do poder daquela vizinhança, que apregoa uma defesa mista de interesses, por um lado a defesa de seus direitos individuais e seus interesses como uma classe social e por outro lado seus difusos interesses coletivos para a proteção ao meio ambiente. Nesse sentido, não é um exagero argumentar que a defesa do parque tem se tornado na última ponta de lança contra a permanência da família Pinto na ladeira Sacopã, dirigida pela mesma elite de antanho, mas agora metamorfoseada numa cidadania aflita com a degradação da natureza.

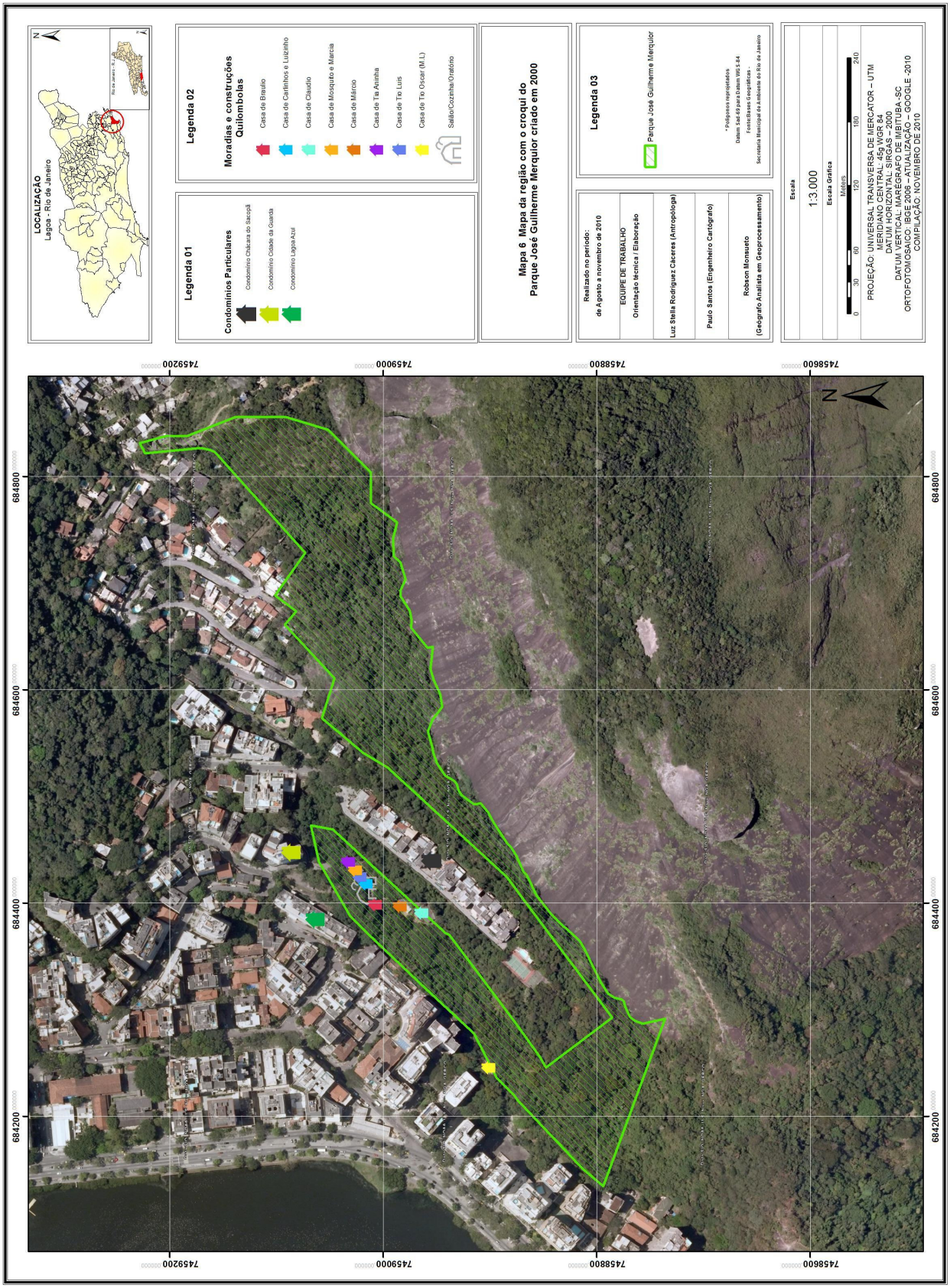
Voltando ao assunto da demarcação do PJGM, como unidade de proteção ambiental integral que impossibilita a presença humana no local, uma das primeiras coisas que chamou a nossa atenção, ao fazer as oficinas da cartografia social, foi o seu traçado na fotografia aérea. Já que seu polígono excluiu condomínios e construções que foram feitas depois do próprio assentamento da atual família quilombola e não inclui importantes elementos da conformação geológica da região como os cumes dos morros e suas partes mais inclinadas.

A silhueta do parque em formato de "U", contornando condomínios como Chácara de Sacopã e Cidade da Guarda, deixa na ilegalidade unicamente à família quilombola, apelando a uma estratégia que bem poderia se chamar de criminalização ambiental das diferenças sociais, com a que se procuraria legitimar a retirada de grupos sociais das áreas ambientalmente valorizadas e assim permitir a abertura parques, caminhos e demais bens de uso coletivo.

A lógica de uma parte da elite local interessada na área poderia se resumir como "já que aquela área não será para nós, também não será deles". Pelo menos assim podem se definir os termos nos que se deram a construção de esta área ambiental (ver mapa 6).

No levantamento dos dados, entrevistei a Jorge Antônio Pontes, um funcionário da Gerência de Unidades de Conservação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Quando lhe pedi dados referentes ao parque, ele respondeu que existia pouca informação a respeito porque era uma área pequena demais e de pouco interesse ambiental. Na sua opinião, a área não merecia ser parque pois carecia de importância biológica para a secretaria, com pouco orçamento e atarefada com parques e áreas ambientais maiores que enfrentavam problemáticas mais serias. A demarcação do parque, confirmou, foi feitas às pressas e sem nenhum inventario prévio de flora e fauna[70].

70 Entrevista realizada a Jorge Antônio Pontes em 11/03/2010.

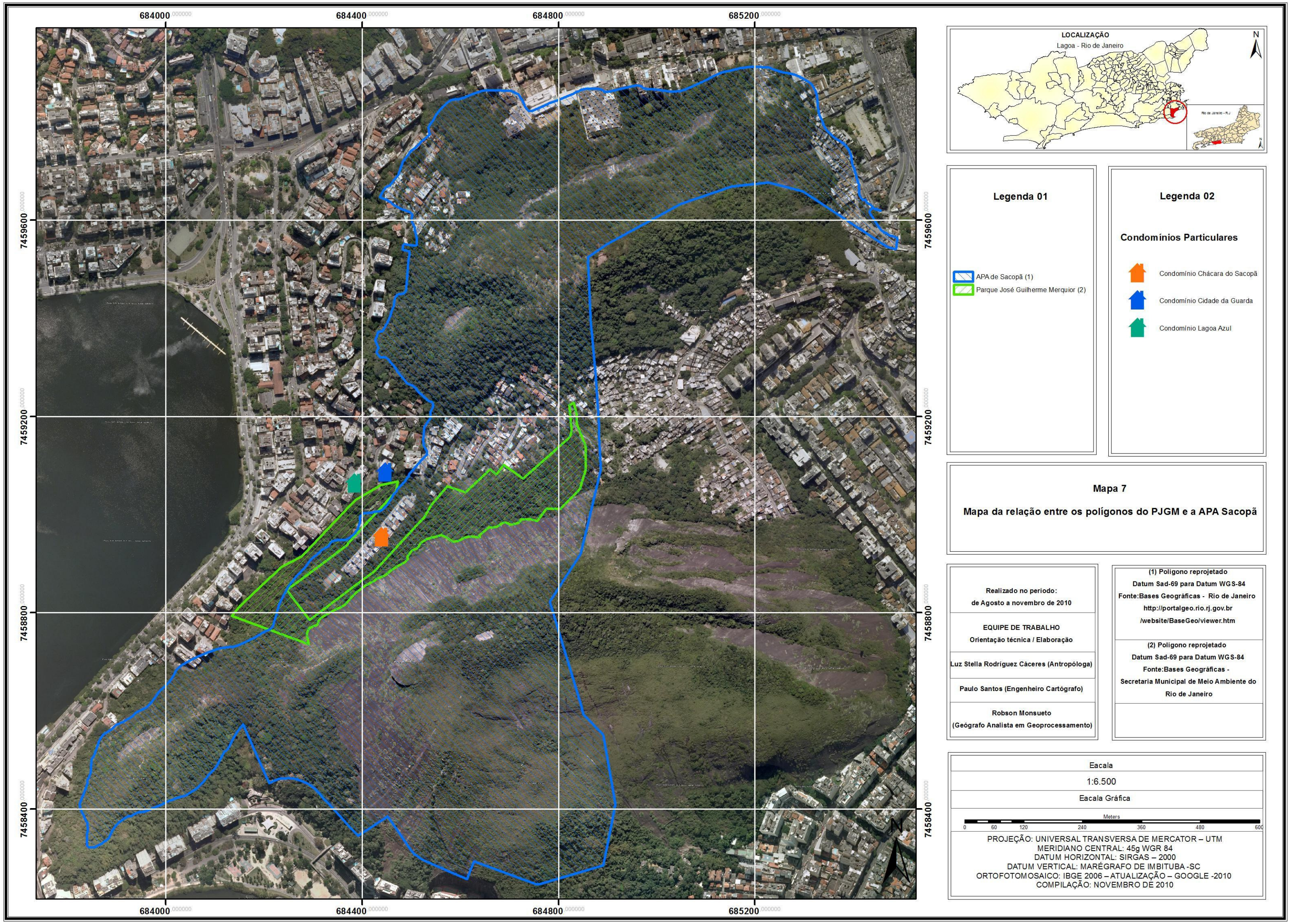

LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
Legenda 01
Condomínios Particulares
Condomínio Chácara do Sacopã
Condomínio Cidade da Guarda
Condomínio Lagoa Azul
Legenda 02
Moradias e construções Quilombolas
Casa de Braulio
Casa de Carlinhos e Luizinho
Casa de Claudio
Casa de Mosquito e Marcia
Casa de Márcio
Casa de Tia Aninha
Casa de Tio Luis
Casa de Tio Oscar (M.L)
Salão/Cozinha/Oratório
Mapa 6 Mapa da região com o croqui do Parque José Guilherme Merquior criado em 2000
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropologa)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Legenda 03
Parque José Guilherme Merquior
* Polígonos representados
Datum Sad-69 para Datum WGS-84
Fonte:Bases Geográficas -
Secretaria Municipal de Ambiente do Rio de Janeiro
Escala
1:3.000
Escala Gráfica
Metros
0 30 60 120 180 240
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS – 2000
DATUM VERTICAL: MAREGRAFO DE IMBITUBA -SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2008 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
N
7458600
7458800
7459000
7459200
684200
684400
684600
684800

Com respeito ao tamanho dá área do PJGM, os dados são contraditórios e a secretaria não possui informação unificada. Enquanto em algumas bases de dados aparece com um tamanho de 6,360 $mts_{2,}$ em outras mede 8.290 $mts_{2.}$

Ao perguntar pela incoerência a Federico Eugenio Rosas Moraes e Márcia Giannini, funcionários da mesma unidade, ambos coincidiram em que a sua demarcação carecia de pontos georeferenciados pois foi um esboço feito *"a olho"* sobre a própria fotografia aérea, nos espaços "vazios" que a fotografia aérea expunha. Ambos os funcionários reconhecem que a criação do parque deveu-se mais a uma forma de contenção das construções na área que à conservação de uma área com um valor ambiental extraordinário [71]

Para demonstrar que o PJGM foi criado às pressas e sua demarcação sem os requerimentos formais da técnica cartográfica, o mapa 7 ilustra como o PJGM não tem relação de pertinência à APA Sacopã, ou seja a sua definição não considerou a precedência das APAs

71 Entrevista realizada a Federico Eugenio Rosas e Márcia Giani em 19/11/2010).


684000
684400
684800
685200
7459600
7459200
7458800
7458400
LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
N
Legenda 01
APA de Sacopã (1)
Parque José Guilherme Merquior (2)
Legenda 02
Condomínios Particulares
Condomínio Chácara do Sacopã
Condomínio Cidade da Guarda
Condomínio Lagoa Azul
Mapa 7
Mapa da relação entre os polígonos do PJGM e a APA Sacopã
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropóloga)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
(1) Polígono reprojetado
Datum Sad-69 para Datum WGS-84
Fonte:Bases Geográficas - Rio de Janeiro
http://portalgeo.rio.rj.gov.br
/website/BaseGeo/viewer.htm
(2) Polígono reprojetado
Datum Sad-69 para Datum WGS-84
Fonte:Bases Geográficas -
Secretaria Municipal de Meio Ambiente do
Rio de Janeiro
Eacala
1:6.500
Eacala Gráfica
Meters
0 60 120 240 360 480 600
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS – 2000
DATUM VERTICAL: MARÉGRAFO DE IMBITUBA -SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010

Tais inconsistências no cotejo dos mapas nos conduzem a pensar que este se configura um caso de racismo ambiental, definido por Herculano e Pacheco (2006), como a situações nas que existe uma grande desproporção social da carga dos danos e custos ambientais sobre as populações vulneráveis ou de baixa renda, transferindo os males, riscos e danos ambientais dos empreendimentos, para os mais desprotegidos.

A criação do PJGM trouxe à família prejuízos ao seu modo de vida, limitando meios de subsistência, trabalho e produção das suas tradicionais relações sociais e econômicas, das quais foram usurpados em nome dos interesses da sociedade urbano-industrial. Que propicia a desigualdade ambiental, ao concentrar, para uma minoria, os benefícios do desenvolvimento urbano (HAESBAER, 2006). Hoje a família carrega com o titulo de "depredadores ambientais", por ter a ousadia de viver numa "natureza" tornada monumento. E certamente, o monumento é a morada onde habita a família, onde se cria seu espírito coletivo e onde se constrói o seu tempo e lugar.

A persecução da família quilombola caracteriza o racismo ambiental quando se comprova que situações parecidas de "ocupação" irregular na mesma área de reserva florestal, por parte de construções de alto investimento; mas somente a permanência da Família Pinto é combatida por todos os meios possíveis e divulgada amplamente nos meios de comunicação.

De fato, dita área florestal tinha sido totalmente esquecida por parte do poder público que mostrou total descaso e desinteresse, enquanto projetos imobiliários tomaram conta de grandes porções. Se a cessão de uma área para parque foi feita em 1935 em meio de outros terrenos privados só foi 65 anos depois quando mediante o decreto 19.143 se cria o parque José Guilherme Merquior.

Um dos casos mais conspícuos de invasão de dita área pública foi a construção do *Condomínio Chácara de Sacopã*, cujos pilotis de sustentação não só invadiram a posse da família Pinto, senão que também ocupou a área destinada à pavimentação pública, estreitando a rua e ampliando a área do condomínio para a construção de piscina, quadra de esportes e estacionamento. Luiz lembra-se de como o desenho da rua

terminou por se modificar e é ciente de como as influências sociais tem um efeito sobre o domínio do público

> [...]que era para não ser construída assim, pois na época foi proibido. Nós lembramos como esse projeto de arruamento da Sacopã mudou, pois era para a rua sair lá pela rua Tabatinguera e não para a Vitoria Regia, que como se vê não comunica no seu final com outras ruas. No Governo de Chagas Freitas, foi criada uma lei segundo a qual não se podiam abrir ruas acima dos 60 metros.
>
> Chagas Freitas morou na rua por mais de 40 anos e o construtor que fez a Chácara tinha aquela intimidade com o governador e foi assim de um momento para outro que o governador liberou o terreno para o seu amigo construtor, cuja empresa se chamava ASTURIAS EMPRENDIMENTOS. A empresa era gerida pelo falecido Roberto Campos, aquele que foi ministro na ditadura. Ele foi quem construiu isto aqui e com financiamento da Caixa Econômica, mas foi seu genro que gerenciou o projeto, isso foi no ano de 1978. Ainda parentes dele moram na Chácara de Sacopã[72].

A imagem 5, mostra a modificação do original PAL 2462 para permitir o empreendimento imobiliário. Aqui se a modificação do plano original com a que empresa Astúrias Empreendimentos S/A não só avançou sobre a posse da família Pinto, senão também sobre parte do terreno doado ao município, nos fundos da Rua Vitória Régia, onde se construiu o condomínio Chácara do Sacopã. Para isto locou os lotes 140, 144, 146 a 148 do PA 2462, e ainda, os lotes 128, 130, 132, 136, 138, 150, 152, 154, 156, 160 e 161.

Não seria a primeira nem a única vez que casas e condomínios de classe média e alta são construídas ilegalmente em encostas e áreas de preservação ambiental acima da cota e sem licença ambiental. Entretanto os empreendedores destes projetos sempre terminam obtendo com maior facilidade a permissão de ficar e legalizar as construções. Foi na década de 1980, que a prefeitura do Rio regularizou a situação do condomínio Chácara Sacopã, ao considerar que a extensão da área construída no espaço destinado ao arruamento público, tratava-se de área privada, e sanando-se, assim a ocupação irregular expandida até então sobre uma área pública. Dentro dessa lógica, afirma Luiz Sacopã, *- o rico pode invadir, desmatar, poluir, grilar, especular e vender; o pobre não pode morar. É a legitimidade herdada do Brasil - Colônia com carimbo da ditadura.*

72 Fala de Luiz Sacopã em 19/06/2010

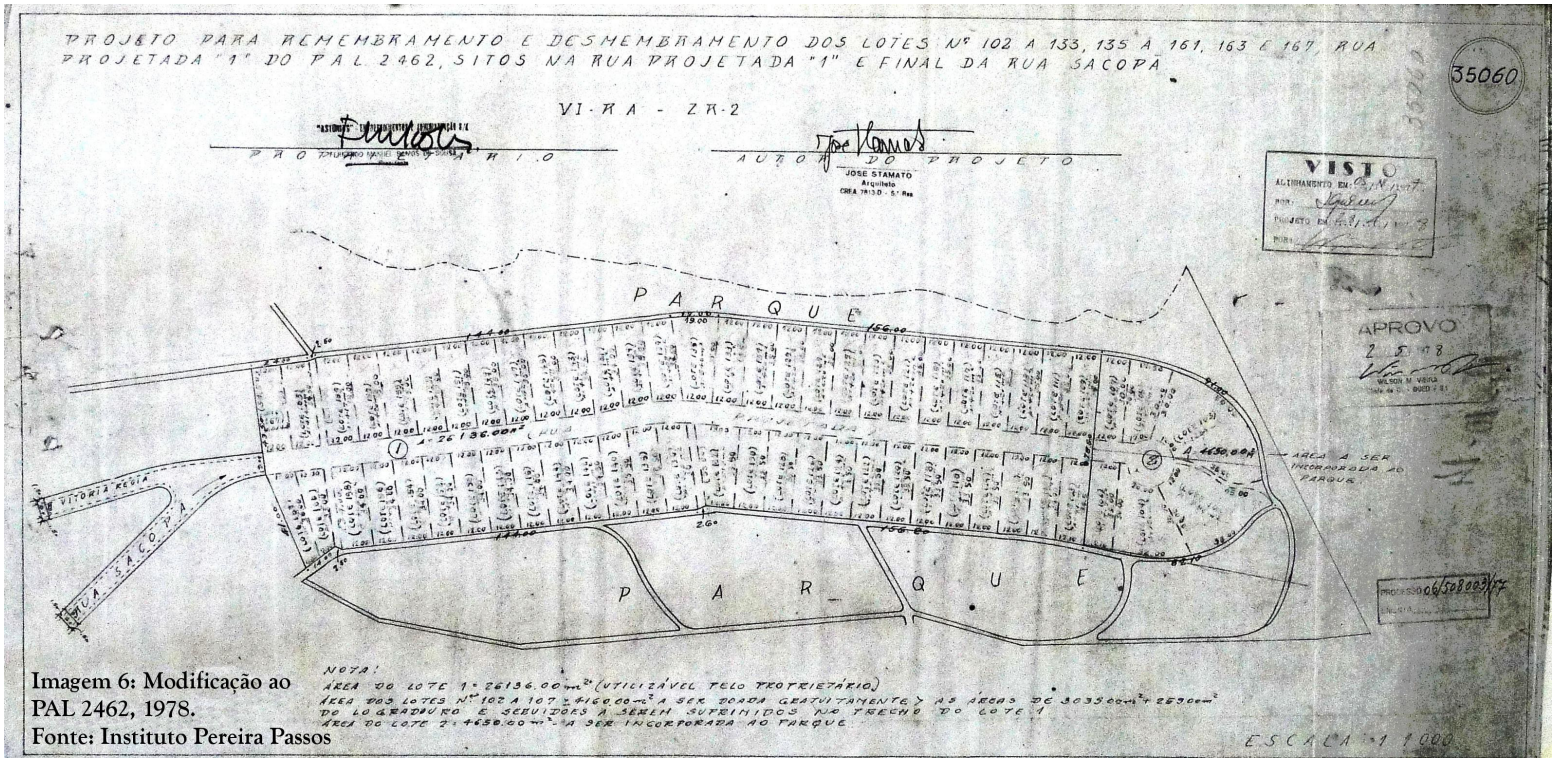


Imagem 6: Modificação ao PAL 2462, 1978.
Fonte: Instituto Pereira Passos

Não foi somente o poder público o que poupou de constrangimentos ao condomínio Chácara de Sacopã. A construção tinha sido alvo das críticas de AMOFONTE e um dos motivos principais para que a atual presidenta decidisse retomar os rumos da associação em 1999, que nessa época se achava desativada, contudo seus moradores, não foram mais perturbados. Do mesmo modo passam-se por alto irregularidades de construções de alto padrão em ruas como Vitória Régia, Casuarina, Tabatinguera. Deixando de lado os moradores pudentes, as labores de AMOFONTE se concentraram em vigiar os "perigos da favelização",

A família de Luiz Sacopã tem clareza das implicações desse discurso ambientalista com que pretendem cercear a sua liberdade de agir no espaço, onde cada vez mais se encontram confinados. Para eles, os marcos ambientais das APA e PJGM caracterizam mais uma das estratégias ensaiadas pela elite local para os tirar do local. Nesse sentido, vale a pena resgatar aqui a apreciação de Lopes Leite, que considera que

> [...] à medida mesmo que a temática (ambiental) se impõe e o movimento avança, os empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da critica à sua atuação e procuram usá-la a seu favor (2006 : 32).

Se a preocupação ambiental fosse central, Cláudio opina que - *eles garantiriam a preservação da área nos deixando ficar, pois é nós que temos cuidado disto daqui desde sempre. Duvido que a gente saindo daqui, eles vão plantar arvore, com tanto olho gordo encima desta porção aqui*[73].

Referindo-se à própria construção da Chácara de Sacopã, e consciente de que com a criação do parque o conflito central ente a família e a vizinhança apenas mudou de gramática , o filho de Luiz se pergunta:

> Onde esta a consciência ecológica deles, onde que está o lado ecológico dos caras que fizeram este prédio aqui (Chácara de Sacopã,) cheio de encosta caindo, pois para o construir o condomínio foi muito grande o desmatamento, eles que desmataram, sem contar a grande parte da pedra que foi quebrada com explosivos, ainda lembro do som das explosões, muitas pedras caíram encima da gente na época da construção da Chácara. Tínhamos muita mais água, água pura que escorregava desde a pedra, antes deles

73 Fala de Claudio em 19/06/2010

> virem aqui, a água acabou, agora cai barreira, cai árvore, cai encosta, e esse é um desequilíbrio criado por eles mesmos nesta mata Atlântica[74].

As contradições dessas pregações ecológicas leva os membros da família a refletir sobre como a construção do entorno do que hoje é Sacopã e o aterro para a construção de várias ruas que rodeiam a Lagoa Rodrigo Freitas foram em si mesmas um atentado ao meio ambiente que hoje a vizinhança se propõe defender. As lembranças das obras da rua e dos condomínios nos anos recentes deixam sobressair a indignação dos membros da família. Segundo Mosquito:

> Sacopã foi uma rua aberta aos poucos e muito dura de abrir, tiveram que ser contratadas muitas pessoas. Todos os dias chegava um caminhão às 4 horas da manhã com os operários. A rua não foi aberta direta não, senão por trechos por causa das pedreiras e das muitas detonações. Tinha um operário especialista no manejo da pólvora, fazia um buraco, botava o pó e logo tinha aquele fio para explodir, nem todo mundo sabia mexer com isso. Mas era muita a pedreira a que aqui tinha.
>
> Tudo era pedreira por exemplo ali onde morava Vanilton perto da jaqueira ate onde morava Renata era tudo pedreira, depois terra e depois onde começa o conjunto da Chácara de Sacopã ai, tinha 3 tipos de pedreira os operários ficavam dias e dias, espalhados por grupos batendo no chão no mesmo ponto e depois despejavam só com pólvora. A colocação dos paralelepípedos demorou muito tempo. As vezes a explosão não dava certo e caiam pedras para o nosso lado[75]

Como é que se faz e permite um loteamento em cima de uma pedreira? Se perguntava Carlos diante da colocação do Mosquito.

> A construção da Chácara mexeu com tudo, muitos estudiosos não imaginam, mas quem nasceu neste lugar sabe o quanto esta área perdeu de qualidade natural; e foi assim, igual, com a construção desses prédios 232 e 236 eram explosões o dia todo seguidas, parecia que o mundo ia acabar. Uma vez caíram umas 5 toneladas no meio da rua e foi um problema danado, as explosões nem sempre eram controladas, eles erravam muito. Houve outra ocasião na que uma pedra acabou com o caminhão e acabou com a escavadeira. O prédio 250 não teve esse problema porque era chão de terra e não tinha pedra mas o do lado, Cidade da Guarda tinha muita pedra, ao igual que o 274, o 300 e o 226, foi assim que se fez esses prédios, tudo por aqui[76]

Pela sua parte, Sueli Feijó, presidente de AMA-Fonte em 1991 quando o parque nem estava nos planos da prefeitura da cidade, chegou a declarar:

---

74 Fala de Luiz Pinto, filho em 19/06/2010

75 Fala de Mosquito em 19/06/2010

76 Fala de Carlos em 19/06/2010

> Sinceramente não entendo como é que reclamam tanto de uma simples pensão alimentícia quando muitos dos prédios da Sacopã também foram construídos ilegalmente. O último condomínio da rua, por exemplo privatizou parte do parque da Fonte da Saudade[77].

Em síntese, a defesa do PJGM se agrega como elemento de corte ambientalista, contra a permanência da família no local, argumento que tem encontrado seus ecos e apoios na classe média da cidade. Por essa via, a família se tornou invasora de uma área protegida, acusação que não atinge do mesmo jeito aos conjuntos residenciais vizinhos construídos no final dos anos 1970 e 1980.

Desta maneira, o discurso ambientalista legitimado pelas agendas globais mascara o incômodo que suscita entre as elites locais uma comunidade negra que ao resistir à remoção dos favelados quebrou a lógica de "cada um no seu lugar" (HAESBAER 2006) e contestou a reclusão territorial que foi imposta de cima para baixo à população negra no Rio de Janeiro, e que indica o lugar certo a ser ocupado por grupos e classes.

A chamada reclusão territorial que caracteriza a atual cidade capitalista, se dá não só pela atual auto-segregação das elites, materializada na forma de condomínios fechados e na proliferação de shoppings em detrimento do espaço público[78]; senão que também se manifesta na regulamentação do acesso às amenidades ambientais na cidade. Haesbaer (ibid) apela ao conceito de reclusão para se referir aos territórios nos quais se bloqueia o uso, a ocupação e a circulação humana.

Dita restrição está baseada tanto na separação homem-natureza que enclausura e objetifica a natureza para a sua preservação, como na própria concentração dos bens de uso coletivos nas áreas nobres, e a exclusividade que rende a proximidade da natureza. Percebe-se uma restrição ao uso social de "áreas naturais", mas não qualquer uso social, senão o uso dos grupos sociais que em muitos casos produziram esses espaços.

---

77 Jornal O Globo 26/10/1991

78 Essa forma de auto-reclusão intimamente associada com a desterritorialização das condições de habitabilidade em bairros tradicionais, se explica pela necessidade de uma diferenciação social que brinde exclusividade social, a procura de amenidades naturais que proporcionem qualidade ambiental e a busca de proteção frente a fatores objetivos como violência, criminalidade e narcotráfico (SOUZA 2000 apud HAESBAER 2006) .

Chega-se também à auto-coerção, como táctica para garantir a permanência. Em vários comunicados públicos e entrevistas os membros da família repetem frente às acusações que não são desmatadores, que não mexem com a natureza. Estas afirmações se plasmaram, finalmente com a assinatura de um termo de responsabilidade. Numa tentativa de conseguir uma definitiva legal frente á instabilidade que tem caracterizado o cotidiano da família durante as ultimas décadas. A família assinou um *Termo de Compromisso de Preservação Ambiental,* o qual é uma auto- restrição das construções e usos do espaço. Nele, a família declara:

> Nós quilombolas de Sacopã, temos mantido durante anos a mata preservada, e queremos que assim continue. Não derrubamos arvores e não pretendemos a derrubada de arvores nem prejuízo da fauna que habita o local . Não cedemos nem cederemos às pressões para invasões ou construções de espigões na nossa área. Solicitamos ao INCRA a titulação do quilombo e assumimos o compromisso de ocupar o território preservando o meio ambiente, e propomos um limite Maximo para as edificações, conforme abaixo:
>
> **Habitações:**
>
> Habitando no local: 9 famílias,
>
> Famílias que virão: 4 famílias
>
> Previsão Futura: 7 famílias
>
> Total: 20 unidades habitacionais
>
> **Outros tipos de ocupação**
>
> Espaço cultural Tia Neném para o pagode tradicional
>
> Restaurante como tradição e fonte de renda
>
> Estacionamento como fonte de renda

Mais do que um compromisso com o meio ambiente, esse manifesto contém um limite onde o gozo do bem é também uma renúncia a sua autonomia como grupo social. Porém, essa carta de responsabilidade com o meio ambiente é um dos argumentos chave com o que o INCRA acompanhou e sustentou a segunda demarcação. De qualquer forma, com a segunda demarcação feita pelo INCRA, o PJGM continua se sobrepondo ao território do quilombo Sacopã, como o mostra o mapa 8 onde se mostram as duas demarcações do INCRA e a delimitação do PJGM.

A apreensão com a preservação da área natural convocou a mobilização de vários cidadãos que tem se sentido chamados a proteger o patrimônio ambiental[79]. Um exemplo é o biólogo Celso Sanchez, que mostrou-se constrangido com a transformação de uma área pública em privada e os riscos que isto implica para o meio ambiente. Se referindo a permanência da família afirmou:

> Não sabemos como essas pessoas, no âmbito privado, vão conseguir dar conta da preservação dessa área, que é muito grande. Se o próprio poder público tem dificuldade para fiscalizar, imagina a responsabilidade que tem pessoas particulares para fazerem essa fiscalização. É um problema grave[80]

Os preocupados vizinhos com a área tem se organizado e pedem de maneira reiterada que a área seja cercada como forma de conter as ações dos "criminosos" como inúmeras vezes têm chamado a família em entrevistas concedidas. Por exemplo, em recente depoimento, a advogada da AMOFONTE, Regina Carquejo indicou que foi "para impedir a destruição daquela mata, que é nosso patrimônio ambiental, entramos com uma ação sob a alegação de crime ambiental" [81]

Certamente, poucos conseguem enxergar que se esse pedaço de mata se encontra preservado, é justamente pela presença e práticas territoriais da família Pinto, e que outra seria a sorte daquela área em mãos dos vários empreendedores imobiliários, dos que a família tem recebido ofertas de compra, com a esperança de explorar a área.

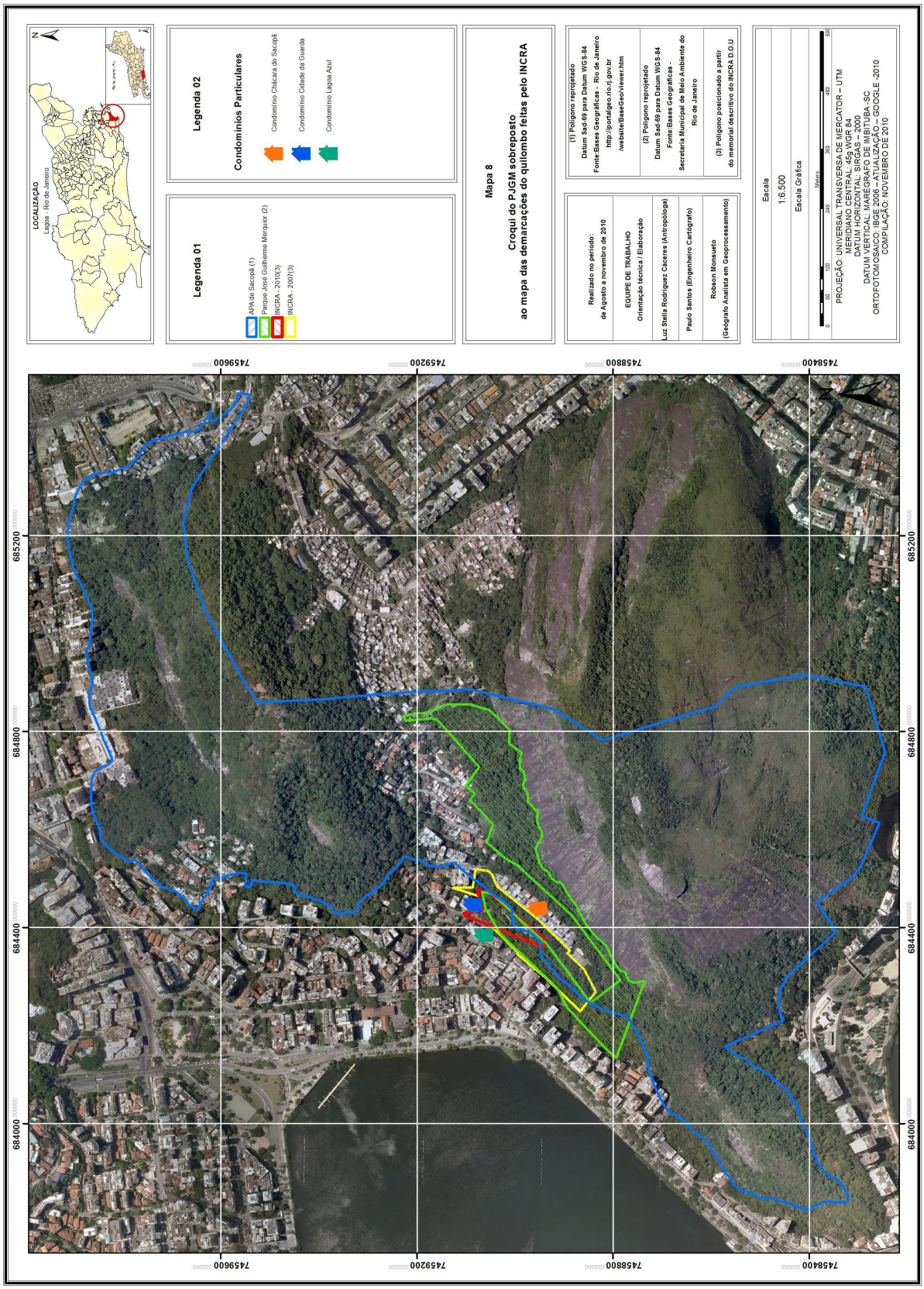
A ação civil contra a família vem a confirmar também como as "amenidades naturais" viraram um privilégio para as classes favorecidas e que o dito "natural" contém um status de exclusividade e luxo, do qual têm de ser excluídos os que por ele não podem pagar.

---

79 Certamente o temor dos moradores de condomínios vai além da presencia do quilombo, estendendo-se à ao crescimento da favela no Morro dos Cabritos e na Ladeira dos Tabajaras

80 O Globo em 10/03/2008

81 O Globo em 01/07/2010


LOCALIZAÇÃO
Lagoa - Rio de Janeiro
Legenda 02
Condomínios Particulares
Condomínio Chácara do Sacopã
Condomínio Cidade da Guarda
Condomínio Lagoa Azul
Legenda 01
APA de Sacopã (1)
Parque José Guilherme Merquior (2)
INCRA - 2010(3)
INCRA - 2007(3)
Mapa 8
Croqui do PJGM sobreposto
ao mapa das demarcações do quilombo feitas pelo INCRA
(1) Polígono reprojetado
Datum Sad-69 para Datum WGS-84
Fonte:Bases Geográficas - Rio de Janeiro
http://portalgeo.rio.rj.gov.br
/website/BaseGeo/viewer.htm
(2) Polígono reprojetado
Datum Sad-69 para Datum WGS-84
Fonte:Bases Geográficas -
Secretaria Municipal de Meio Ambiente do
Rio de Janeiro
(3) Polígono posicionado a partir
do memorial descritivo do INCRA D.O.U
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação tecnica / Elaboração
Luz Stella Rodriguez Cáceres (Antropóloga)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Ronsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Escala
1:6.500
Escala Gráfica
Meters
0 60 120 240 360 480 600
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS – 2000
DATUM VERTICAL: MAREGRAFO DE IMBITUBA -SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
7458400
7458800
7459200
7459600
685200
684800
684400
684000

Moraes (2004:21) analisa que outra das dimensões operadas pelo posicionamento do ambientalismo, tem a ver com a emergência da natureza como produto e não mais como produtos naturais. Quer dizer, os próprios ambientes tornaram-se mercadorias, seja enquanto bens materiais (porções de espaços naturais), seja enquanto bens simbólicos, alimentando um mercado que se sustenta na ideia de natureza e também na necessidade da sua proteção. Nesse sentido, Scifone (2008) reconhece que a ideia de patrimônio ao valorizar uma área também fomenta novas perspectivas de exploração econômica.

Hoje em dia, a família Pinto encontra-se sob várias restrições que interferem no uso costumeiro do seu próprio território. De autonomia cerceada, os membros da família estão impedidos de derrubar ou podar árvores e de fazer qualquer cultura de plantas. A isto se soma a implicância, como já foi apontado, com o funcionamento de uma oficina de mecânica que prestava serviços aos moradores, à realização do pagode e a venda de comida na pensão sob os argumentos do caráter residencial e não comercial do bairro. Outro tanto aconteceu com a cria de porcos e galinhas, atividades que também foram suspensas pelos protestos "higienistas" sobre maus cheiros e proliferação de insetos.

Como se trata da guarda de um monumento, há uma fiscalização constante por parte dos vizinhos aflitos com a degradação ambiental da área; os quais não duvidam em alertar aos organismos de controle ambiental ante qualquer poda de árvore, som de serra ou machado. Em função desta repentina solidariedade com o mundo natural, a família é permanentemente vigiada e monitorada. A própria verticalidade dos prédios que rodeiam o terreno da família termina cumprindo uma função panóptica (FOUCAULT, 2004) permitindo que desde a altura possa se ter um controle sobre as atividades realizadas no terreno que esta mais em baixo. É fácil achar nos blogs da internet, fotografias postadas com as podas de árvores, a coleta de material "natural". Como afirma, Luiz, *não podemos nem pegar num tronco para fazer uma conserto em casa, por que já estão em cima da gente*. Também se encontram nesses sites da rede, denúncias sobre a chegada de material de construção como areia, cimento e tijolos, os quais ratifica Luiz, *foram comprados para conter a encosta que após as chuvas tinha começado a desabar*. Impossível não pensar aqui nas reflexões de Foucault (ibid) sobre a função da máquina

policial, que é fazer com que o detento tenha total consciência de que pode estar sendo vigiado permanentemente, pois ao saber que tem alguém o vigiando e que será punido se faltar com a ordem, ele não irá infringir nenhuma norma dentro da prisão que se encontra.

Essas imagens e comunicados que acusam a família por desmatamento, colocam e descoberto a vigilância permanente que existe sobre o espaço familiar. As preocupações de atenciosos vizinhos e grupos de discussão de internautas da Lagoa, circulam nos blogs[82], inquietados com o que os Pinto "*estarão tramando esta vez*". Ao respeito, a presidente de AMOFONTE confirmou:

> Temos uma lista de mais de 2000 emails. A gente se fala no telefone, nós somos terríveis, estamos em comunicação permanente, seja pelo telefone, seja pela internet. Todos os vizinhos estão conectados, o que acontecer numa ponta a gente já esta sabendo na outra. Todos nos conhecemos, a gente pede socorro e apoio, nas nossas lutas temos solidariedade não só em termos ambientais, pois a segurança é também uma coisa que nos preocupa[83]

Em consequência, a família que continua a crescer está inibida de fazer qualquer modificação ou ampliação física no local, tampouco reformas nas suas propriedades, nem acrescentar cômodos ou outro tipo de espaços. A consequência visível à impossibilidade de que todos os membros da família possam viver no local. De fato, vários membros da família moram fora de Sacopã em outros lugares da cidade como Mangaratiba, Marechal Hermes, Niterói e Rio Comprido[84].

---

82 Para exemplo veja-se: http://www.amajb.org.br/2010/07/comunicado-da-amofonte-sobre-os-parques-municipais-jose-guilherme-merchior/

83 Entrevista a Ana Simas em 09/03/2010

84 Por questões metodológicas, deixei fora do analise as pessoas da família que não moram no lugar. Tampouco foram exploradas aqui as disputas internas e especialmente os deslocamentos temporais e definitivos dos moradores para outras áreas da cidade ou inclusive para outras cidades. De fatos, das narrativas familiares, relatos de viagens, mobilidades e trajetos veem sendo apagadas ou suprimidas.

Isto pode se dever a duas razões, por um lado, as contestações elaboradas pelos advogados da vizinhança usaram repetidamente como o objeção à presença da família fatos como viagens e permanências temporais para desvirtuar a continuidade ininterrupta da família na área. Nesse sentido, o matrimonio do primeiro casal (Eva e Manoel) acontecido em Nova Friburgo, ou as estâncias temporais de Manoel em lugares como Vilar dos Teles foram sendo suprimidas das narrações familiares, ao tempo que tinham sido usadas como indícios de não permanência ou continuidade no território, por parte dos advogados contratados pelos condomínios contíguos.

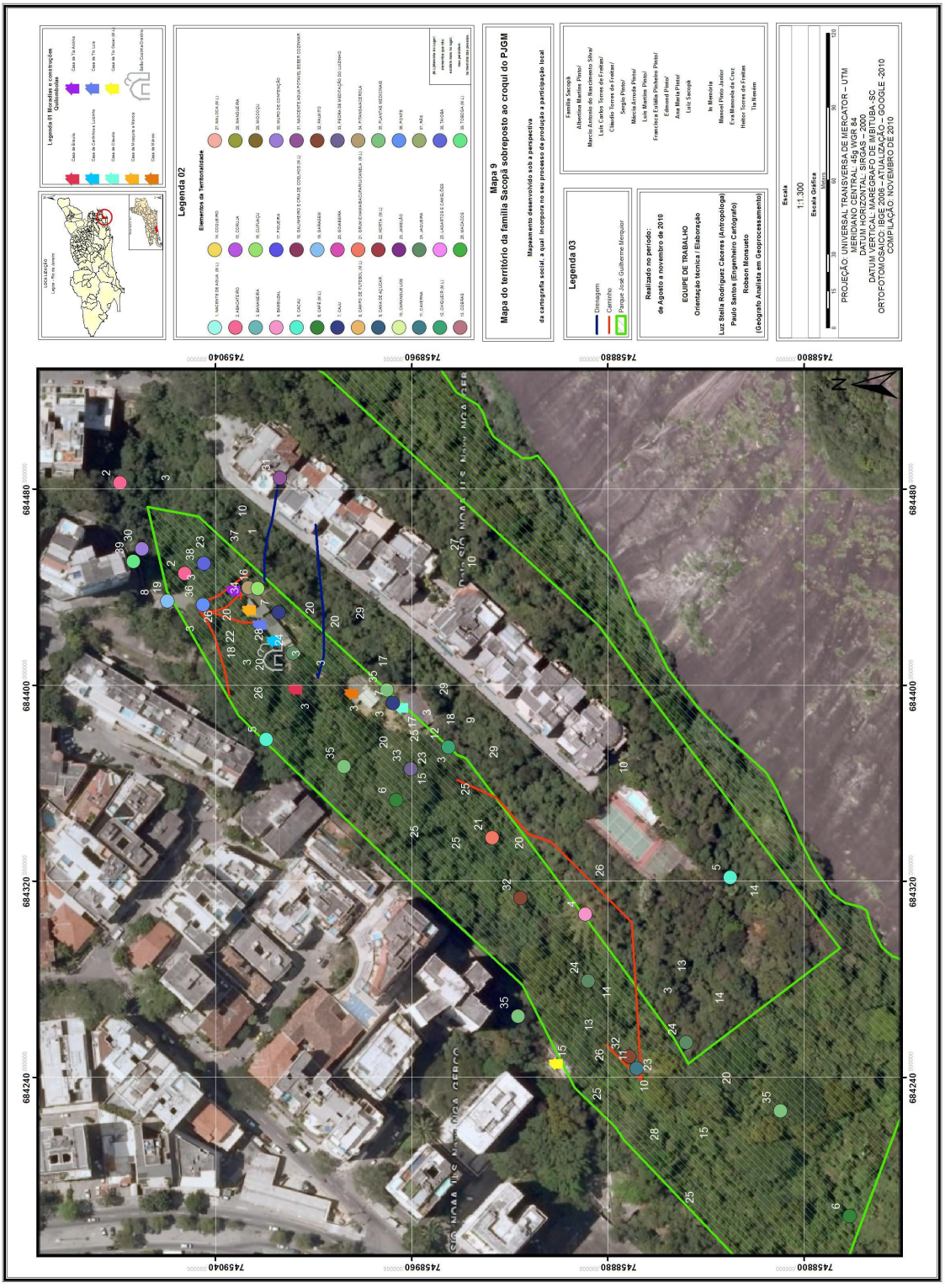
Em síntese, trata-se de uma situação na que a vizinhança não consegue ver uma harmonização entre o ambiental e o cultural e onde a defesa da natureza parte do afastamento da intervenção humana; no caso concreto, não se trata de qualquer intervenção antrópica, senão especificamente a da família Pinto.

Neste ponto é interessante retomar os argumentos da primeira sentença referente ao processo de usucapião, que a família ganhou na primeira instância. Nela, o juiz determinava que a existência de uma reserva florestal não impedia a aquisição da propriedade, e que a existência desta apenas restringia "o uso e gozo da coisa". Segundo a sentença "Embora o exercício do direito de propriedade sobre terras localizadas em áreas de reserva florestal seja notavelmente limitado, isso não implica que não possam ser as mesmas usucapiadas se a Fazenda Pública não provou seu domínio"[85].

Esse ponto vem nos falar de uma base para a harmonização possível entre ambas as categorias em disputa: Quilombo Sacopã e PJGM. O mapa 9 dá elementos para pensar nessa possibilidade, pois ao sobrepor a territorialidade da família com a demarcação do parque, se vê como uma parte significativa da primeira se encontra inserida na segunda. É um mapa que junta percepções heterogêneas, uma recebida de uma tradição e outra produzida pela observação de uma "técnica".

De outro lado, pode se pensar que a família têm suprimindo estes fatos, talvez inconscientemente, como um modo de se conciliar melhor com os modelos de etnicidade arraigada que imobilizam às pessoas, as localizando em espaços discretos, objetiváveis e descritíveis que tem caracterizado o modo hegemônico da produção da diferença.

85 Processo 75.001.500034-3 Poder Judiciário Estado do Rio de Janeiro Segunda Vara da Fazenda Pública.


Mapa 9
Mapa do território da família Sacopã sobreposto ao croqui do PJGM
Mapeamento desenvolvido sob a perspectiva
da cartografia social, a qual incorpora no seu processo de produção a participação local
Legenda 01
Legenda 02
Elementos do Territorialidade
Legenda 03
Drenagem
Caminho
Parque José Guilherme Merquior
Realizado no período:
de Agosto a novembro de 2010
EQUIPE DE TRABALHO
Orientação técnica / Elaboração
Luiz Stella Rodriguez Caceres (Antropóloga)
Paulo Santos (Engenheiro Cartógrafo)
Robson Monsueto
(Geógrafo Analista em Geoprocessamento)
Escala
1:1.300
Escala Gráfica
Metros
PROJEÇÃO: UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR – UTM
MERIDIANO CENTRAL: 45g WGR 84
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000
DATUM VERTICAL: IMBITUBA – SC
ORTOFOTOMOSAICO: IBGE 2006 – ATUALIZAÇÃO – GOOGLE -2010
COMPILAÇÃO: NOVEMBRO DE 2010
N
7458040
7458960
7458880
7458800
684480
684400
684320
684240

Essa harmonização entre direitos ambientais e direitos culturais, vem sendo explorada sem muito sucesso desde dezembro de 2009 quando começou uma tentativa de articulação na Câmara dos Vereadores a partir da proposta da recategorização do PJGM como reserva de desenvolvimento sustentável, um tipo de unidade de conservação que permite a moradia de comunidades tradicionais cuja existência se fundamenta em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um papel na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (art. 20, SNUC). Por outro lado, a recategorização de propriedade para a proteção da natureza possibilita a compatibilização da proteção ambiental com a propriedade privada, ou existência de territórios demarcados para grupos étnicos.

Como já é sabido, a Constituição Federal e seus respectivos regulamentos garantem uma série de instrumentos visando garantir a preservação das condições de vida destas comunidades e o reconhecimento e demarcação de seus territórios. Entretanto, quando se tratam de áreas localizadas no meio urbano, costuma-se esbarrar nas limitações da legislação tipicamente municipal que, muitas vezes, não está desenvolvida para recepcionar tais procedimentos, normalmente atrelados às áreas rurais, que tradicionalmente têm concentrado maiores interesses ambientalistas.

Uma outra possibilidade contemplada é a realização da emenda do artigo 52 do Plano Diretor da Cidade através da instituição das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social e Cultural (ZEIS e ZEIC). Trata-se de um instrumento que permitiria a regularização fundiária com base em padrões urbanos diferenciados e adequados à realidade das comunidades com padrões culturais de interesse de preservação.

Desta forma, se regista como o Plano Diretor teria uma preocupação com a proteção do patrimônio cultural, a qual se manifesta mediante a declaração de "sítio cultural", um espaço da cidade, de domínio público ou privado, que por suas características e por sua história, se refere ao modo de vida carioca. O sítio cultural constitui um local de significativas manifestações culturais, ou ainda, possui bens imateriais que contribuem para perpetuar sua memória. É possível inseri-lo ou sobrepô-lo às unidades de

conservação da natureza, às áreas de preservação permanente, às áreas de proteção do ambiente cultural ou às áreas do entorno de bem tombado (P. Único, art. 103).

Foi pensando na afetação que esse tipo de emenda promete para sobre os Sítios Culturais que o vereador Eliomar Coelho do PSOL, propôs o Projeto de lei nº 1092/2011 para a criação da AEIC SACOPÃ, aprovado em 1a e 2a votação na Câmara do vereadores durante o ano 2012, mas vetado pelo Prefeito no 01.de julho de 2012. Contudo, o argumento dado para o veto do Prefeito, seria a inconstitucional do legislativo de propor ações que gerem gastos ao poder executivo. Isto pese a que numa reunião entre COMDEDINE, o quilombo Sacopã e o prefeito Eduardo Paes, este último tinha se comprometido a sancionar esse projeto. O seguinte fragmento do ofício n.º 519/CMRJ de 31 de maio de 2012 exibe os argumentos do prefeito Eduardo Paes para seu veto.

> Apesar de louvável o seu escopo, o Projeto apresentado por essa egrégia Casa de Leis não poderá lograr êxito, por força dos vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade que o acometem.
>
> Inicialmente, cabe registrar que a Constituição Federal, no artigo 216, impõe ao Poder Público o encargo da promoção e da proteção do patrimônio cultural brasileiro, prevendo diversas formas de acautelamento e preservação como, por exemplo, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, dentre outras.
>
> Ocorre que a criação da Área de Especial Interesse Cultural pretendida acabaria por gerar aumento de despesa pública, constituindo violação ao artigo 71, II, "c" da LOMRJ, segundo o qual, compete privativamente ao Chefe do Executivo Municipal a iniciativa dos projetos de lei desta natureza.

Esta outra tentativa para garantir a permanência da família soma-se às outras estratégias e recursos, que apesar de caminhar a um passo para o cumprimento dos anseios de permanência no lugar termina ficando numa espécie de limbo e nublando de novo o horizonte de expectativas do grupo familiar. Amplia-se assim, na sua trajetória de luta o número de possibilidades, tácticas e ensaios nos que especialmente se treina a espera e a paciência.

Até aqui, têm sido explorados os diferentes significados que se sobrepõem sobre o mesmo espaço que abriga um quilombo, um parque, três APAS e até uma tentativa de "sitio cultural" cada um sobre a competência de diferentes esferas do Poder Público. Ao revelar os dinâmicos e múltiplos sentidos do lugar, se corrobora a dificuldade de pensar

em demarcações territoriais definitivas ou simbolicamente fixas. Como o centro de acirradas disputas, Sacopã é um espaço de permanente negociação de sentidos, onde a atribuição de significados é variável, dados os diferentes atores que têm participado na construção do lugar. O cotidiano é feito e refeito permanentemente num movimento de continuidade e descontinuidades, e ao mostrá-las aqui, aponta-se para revisão do lugar como algo pronto e acabado. Esses significados, como vimos têm criando também uma dimensão afetiva com um forte poder de identificação e agenciamento.

A permanência do lugar, assim como o seu caráter distintivo advém das atividades das pessoas que moram, ou não, nele, lhe dando forma e construindo instituições, formas de organização e relações sociais dentro ou ao redor de um domínio circunscrito, onde a memória coletiva liga o lugar a uma noção de pertencimento. Mas como se entende esta particularidade no contexto urbano de um modo geral? O seguinte aparte, caminha para uma reflexão ao respeito que por sua vez é uma antessala para o próximo capítulo.

9. O que representa Sacopã na cidade

Proponho para finalizar uma leitura ao significado deste quilombo na metrópole carioca. O quilombo Sacopã comporta uma identidade coletiva que recompõe o espaço urbano a partir da sua resistência pela permanência no lugar. O caso bem pode ser lido como um reflexo das contradições sociais do Brasil e dos grandes debates nacionais, por isso não é estranho que a questão quilombola que revira o Brasil rural, também aconteça agora na metrópole.

Em termos étnicos, a experiência da Família Pinto não comporta um caso de continuidade ininterrupta, desde um passado remoto no mesmo espaço, senão que se explica no seio das contradições dos processos históricos e políticos produtores tanto da cidade como da diferença.

Na reflexão sobre constituição deste quilombo no espaço urbano, uma característica sobressai. Se trata da centralidade do local onde a família reside, um lugar que nada tem de marginal ou isolado e que está longe de acompanhar plenamente os argumentos

generalizantes, que procuram explicar a etnicidade no espaço urbano, a partir de uma certa localização periférica que se resiste a ser englobada aos poucos pelo crescimento urbano das cidades e municípios.

Muito pelo contrário, a ladeira Sacopã localiza-se numa das paisagens mais emblemáticas de Rio de Janeiro, um dos cartões postais da cidade, e não por acaso objeto dos maiores movimentos especulativos do capital imobiliário. A Lagoa Rodrigo Freitas se constituiu um local privilegiado para as elites cariocas, com um dos mais elevados custos por metro quadrado, e caracterizado com orgulho pelos seus moradores como uma das áreas da cidade com maior IDH.

Nesse sentido, a territorialidade da família Pinto no espaço urbano encarna uma resistência à especulação imobiliária, opondo sua paisagem vernacular às paisagens do consumo e do mercado. Neste lugar a paisagem dá forma material a uma assimetria entre o poder econômico e o cultural e reflete as desigualdades drasticamente produzidas. Em consequência, aquela marcante dicotomia entre o atual quilombo e a vizinhança em torno exemplifica como do lado das imponentes e majestosas paisagens do poder sempre estarão as criações despretensiosas e autoconstruídas.

Para Zukin (2000) as resistências às múltiplas perspectivas da paisagem de consumo estão encarnadas por aqueles que não participam dos modos dominantes do consumo visual, aqueles que permanecem vinculados ao lugar, apesar das forças do mercado, por fortes vínculos sentimentais e históricos e até também por falta de outras opções. Contudo, ao reconhecer a oposição entres as paisagem do poder e as paisagens vernaculares temos que evitar a armadilha de ver cada uma como paisagens homogêneas e coerentes em si mesmas, alheias de dissidências, contestações ou de tensões sociais e relações discordantes. Tanto numa como na outra são encontrados os fios das contradições humanas.

Em princípio, o que transmite a oposição das duas paisagens presentes na Lagoa são as singularidades a respeito dos usos do espaço urbano. Num começo tinha me parecido

oportuno o cotejo com o binômio refletido por De Certeau (2009) para a compreensão da vida cotidiana, composto por "estratégias" e "tácticas".

De acordo com ele, as estratégias articulam espaço e poder, e desde uma estabilidade espacial conquistam para si tanto autonomia, como um lugar para si. Tal e como poderia se enxergar no fato das elites cariocas tomarem para si, deslocando aos antigos favelados a área em torno da Lagoa Rodrigo Freitas. Com isto, uma demarcação física permitiu a vitória do espaço sobre o tempo ou a emergência de uma "paisagem de poder", nos termos de Zukin (2000). A chamada estratégia é definida como o

> [...]o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir de um momento em que um sujeito de querer e poder, pode ser isolado de um "ambiente". A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (DE CERTEAU, 2009:93).

Em contraposição, a tática seria a arte de fazer, determinada pela ausência de poder e de lugar, a qual depende do tempo e da astúcia. Usada com habilidade, ela estaria à espera de "dar um golpe" guiada pelo "senso de ocasião" e oportunidade. Aqui, certamente, poderíamos detectar as ações da família para permanecer no local mediante o uso ao seu favor dos instrumentos e mecanismos judiciais atuais. De Certeau a define como a

> ação calculada que é determinada pela ausência de um "próprio", então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia, a táctica não tem por lugar senão o do outro, e por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha é movimento dentro do campo de visão do inimigos. Como táctica, não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global, nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivàvel, (2009:94).

Embora, esta dicotomização entre dominadores e subalternizados colocada por De Certeau é questionável. Doreen Massey (2008:77) a objeta porque pese a que sua utilidade para a análise ela se vê fragilizada nos seus próprios termos, enquanto as estratégias são dadas em termos de *espaço*, as tácticas seriam interpretadas em termos de *tempo,* mantendo assim, a associação do espaço com o poder, a fixação e a coerência e atribuindo ao tempo mobilidade, dinamismo e capacidade de mudança.

O outro problema desse binarismo é a superestimação da coerência dos poderosos e a homogeneidade da ordem produzida, assim como a redução do potencial dos "fracos". Luiz Sacopã também chamou atenção para isto, um dia que conversávamos sobre o

avanço da tese e eu expus o "achado" das ideias de De Certeau para ilustrar a situação da família. Gastei vários centos de palavras para explicar porque me parecia que poderíamos enquadrar a paisagem da Lagoa como uma "estratégia" versus a paisagem da família como o produto de uma "táctica". Depois de uns minutos Luiz respondeu,

> Pelo que estou entendendo, eu até concordo em que a legislação atual tenha sido uma *oportunidade* e que ao conseguir titular acabaríamos dando esse *golpe* do que fala seu *amigo*. Mas não me cabe na cabeça essa história de que nós não tenhamos um lugar "próprio". Stelinha temos sim um lugar, e é este nosso território verdinho como você o vê com nossas casas simples e é este o lugar que nos é disputado, então a gente sim fala desde um lugar. Já do tempo e a paciência como nossa arma, pois eu acho que o tempo é o que não esta nos sobrando mais, são muitos anos nesta luta, e eu não vejo o dia de acabar. Todos os dias me pergunto se será que eu vou morrer sem ver isto resolvido.

A reflexão do Luiz agrega uma outra nuance à oposição absoluta, entre tácticas e estratégias, que literalmente negaria o lugar "próprio" à família. O que é inadmissível para Luiz é que desde essa ótica, o espaço da experiência vivida termina sendo anulado pelo horizonte das expectativas, a esperança de um futuro. Por outro lado, nesse tipo de binarismos tampouco poderíamos encaixar, a multiplicidade dos processo de dominação e resistência como a rede de apoios (intelectuais e artísticos) construída pela Família Pinto, assim como a heterogeneidade de vozes dentro da vizinhança e as idas e vindas de AMOFONTE.

Contudo, teríamos que admitir que a política quilombola brasileira pode estar longe de comportar os traços estratégicos de uma ação autônoma. Ao menos ao rever o caso em questão se reconhece que mesmo a família tenha um espaço que lhe é próprio ou propriamente delimitado, o fato de se tornar em quilombo encarna uma auto-reclusão como mecanismo de proteção, resistência e coesão. A garantia da sobrevivência material e simbólica do grupo se encontraria, seguindo o raciocínio de Haesbaer (2004), pelo fechamento e o estabelecimento de limites. Decididamente, se trata de uma tática que assume um caráter ambivalente, pois comporta as pressões de "fora para dentro", tanto quanto reflete as decisões tomadas de baixo para cima.

Contudo somos chamados a ver que o quilombo Sacopã representa a constituição de um espaço a margem da cidade "limpa", oficial e "planejada". Sendo que desde a colônia e durante a conformação republicana existiu – e persiste-, um certo tipo de

geografia racial que distribuiu e confinou em espaços definidos às pessoas de acordo com sua procedência étnico/racial; (GUSS, 2006).

Se a segregação espacial tem sido um meio de reafirmar a hierarquia de valores que estrutura a sociedade brasileira para impedir o acesso de determinados grupos aos benefícios e oportunidades da urbanização. A resistência do grupo quilombola de Sacopã contesta o papel assignado a uma parte das camadas populares nos processos de construção dos espaços; condenados a permanecer na esfera do clandestino, na medida em que como afirma Santiago (2003) os habitantes desse espaço não são reconhecidos como verdadeiros atores, senão como cidadãos de segunda categoria cuja visão do mundo não é sempre levada em consideração.

Pensando no processo de produção do espaço urbano, o caso representa uma resistência ao modelo de cidade que especialmente tem guiado a construção do Rio de Janeiro como metrópole, cujo modelo urbano de tendências homogeneizantes tem se caraterizado pelo permanentemente combate dos desvios (ABREU, 1988).

Esses desvios podem estar compreendidos pelos assim chamados "territórios negros", cuja definição, acolhida por vários pesquisadores, designa os locais onde se reconhece a presença continua de grupos negros em virtude da sua ocupação residencial (ROLNIK,1989, LEITE, 1990 e RAMOS 2007), mas que representaram, na visão conservadora e higienista dos planejadores, um obstáculo ao desenvolvimento urbano.

De fato, em função de viabilizar várias das reformas que deram forma à cidade, as classes mais pobres, compostas por negros na maioria das vezes, foram desterritorializadas[86] e removidas dos lugares que tinham habitado (ABREU, 1988).

---

86 De acordo com HAESBAER, a desterritorialização compreende a perda de controle do território e a precarização sócio-espacial, e [...] deve ser aplicada a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (2004:312).

Chalboub (1996) coincide nesta ideia ao descrever a "cidade negra", formada pelo cortiço, a favela e a rua; espaços desprestigiados por se oporem aos valores das classes dominante e desqualificados por abrigarem os excluídos. As expressões dessa "cidade negra" e seus territórios transgrediram a ordem da cidade idealizada, primeiro senhorial e depois republicana. Para atender os interesses dos grupos socialmente dominantes e os apetites do capital, esses territórios negros foram desmantelados sob os argumentos de segurança, higiene, saúde, funcionalismo urbano, e como no caso estudado, por motivações ambientalistas.

O Estado como definidor dos diversos usos do solo urbano criou uma legalidade urbanística correspondente aos desejos das elites, condenando as outras formas de apropriação do espaço. Sem propor soluções verdadeiras para os setores mais oprimidos. A história das reformas urbanas cariocas é também a história do desmonte dos territórios negros estabelecidos nos locais centrais da cidade os tornando alvo dos projetos desenvolvimentistas e deslocando os produtores desses espaços para morros e periferias.

Se afirma que em nome do melhoramento urbano, os integrantes desses territórios negros foram impedidos de permanecer por longos períodos em uma parcela do solo urbano e assim estabelecerem uma identidade sócio-espacial de longo prazo (LEITE, 1990).

Embora, levando em conta a crítica a respeito dos binarismos absolutos, a anterior afirmação merece ser matizada. Ela nega o conflito ao interior dos atores que partilham uma mesma identidade, e subestima as capacidades de recomposição identitária e cultural dos grupos subalternos e suas competências criativas, expressadas nas solidariedades horizontais contidas nas mais diversas formas de organização social de tipo religiosa, recreativa, de corte trabalhista, ou associações de bairro, para mencionar alguns exemplos. Por outro lado, o argumento também compromete a identidade a um espaço fixo e delimitado e restringe ao lugar a aptidão para estabelecer laços além do pertencimento local. Contudo, estas análises sobre os desequilíbrios do desenvolvimento urbano também têm sido apropriadas e refletidas por coletivos e

organizações sociais de base para fundamentar suas demandas, tal e como será evidenciado na análise do próximo caso.

FOTOS DO CAPITULO II

Foto 1: Família Pinto em 2004
Fonte: INCRA

Foto 3: Entrada ao salão do pagode a às casas do Quilombo Sacopã
Fonte Autora (2009)

Foto 2: Cláudio e suas duas avós
Fonte: Cláudio Torres (sem data)

Foto 4: Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas desde o Quilombo Sacopã
Fonte: Autora (2010)

`

Foto 5: Vista do Morro Sacopã desde a Lagoa Rodrigo Freitas
Fonte: Autora (2009)

Foto 7: A família nos preparativos da feijoada
Fonte: Feijoadas Cariocas (2010)

Foto 6: A tradicional feijoada
Fonte: Feijoadas Cariocas (2010)

Foto 8. A feijoada na cozinha antes de ser servida
Fonte: Feijoadas Cariocas (2010)

Foto 9: As passistas do Bloco Rola Preguiçosa
Fonte: Autora (2010)

Foto 11: Capa do CD gravado por Luis Sacopã
Fonte: Luiz Sacopã (2010)

Foto 10: Oratório da escrava Anastásia
Fonte: Autora (2011)

Foto 9: Luiz Sacopã cantando no pagode
Fonte: Autora (2010)

Foto 12: Participantes das rodas de samba
Fonte: Ariel Subira (2011)

Foto 13: Os músicos do pagode
Fonte: Autora (2010)

Foto 14: As passistas do pagode no meio do público
Fonte: Autora (2010)

Foto 15: Oficina de Cartografia Social
Fonte: Autora (2010

Foto 16: Mosquito falando durante a oficina
Fonte: Autora (2010)

Foto 17: Márcia e Luizinho localizando pontos no mapa durante a segunda oficina de cartografia social
Fonte: Autora (2010)

Foto 18 e 19 Policias fechando o portão de acesso ao Quilombo em julho de 2011
Fonte: Fabio Reis Motta (2011)

É impróprio afirmar: Os tempos são três pretérito: presente e futuro.
Mas talvez fosse próprio dizer:
os tempos são três: presente das coisas passadas,
presente dos presentes, presente dos futuros.
Existem pois estes três tempos na minha mente
que não vejo em outra parte: lembrança presente
das coisas passadas, visão presente das coisas
presentes e esperança presente das coisas futuras.

Santo Agostinho

A memória é uma paisagem contemplada de um comboio em movimento. Vemos crescer por sobre as acácias a luz da madrugada, as aves debicando a manhã, como a um fruto. Vemos, além, um rio sereno e o arvoredo que o abraça. Vemos o gado pastando lento, um casal que corre de mãos dadas, meninos dançando o futebol, a bola brilhando ao sol (um outro sol). Vemos os lagos plácidos onde nadam os patos, os rios de águas pesadas onde os elefantes matam a sede. São coisas que ocorrem diante dos nossos olhos, sabemos que são reais mas estão longe, não as podemos tocar. Algumas estão já tão longe, e o comboio avança tão veloz, que não temos a certeza de que realmente aconteceram. Talvez as tenhamos sonhado. Já me falha a memória, dizemos, e foi apenas o céu que escureceu.

José Eduardo Agualusa - *O vendedor de passados*

CAPÍTULO III

PEDRA DO SAL: O PATRIMÔNIO E AS ARMADILHAS DA POLÍTICA DA MEMÓRIA

1. Fazer campo no monumento

A primeira vez em que estive na Pedra do Sal foi na noite de uma quarta feira de abril de 2006, quando assisti a uma animada roda de samba para comemorar um aniversário. Nesse momento, eu não sabia que esse seria o meu campo e nada em especial sabia sobre o lugar, como estrangeira no Rio de Janeiro, as minha primeiras impressões, antes de qualquer trabalho de campo, eram as de estar escutando samba de graça num lugar cuja a alma era de uma grande festa no meio de uma área antiga, muito abandonada e mal iluminada dentro da zona portuária do Rio de Janeiro.

O Largo João da Baiana,[87] onde está situada a Pedra de Sal, é um espaço a céu aberto, rodeado de casas antigas deterioradas; ao lado, um grande prédio branco e no fundo, uma enorme pedra. A pedra é íngreme, escorregadia e lisa e no meio dela foram esculpidas umas escadas que se perdem no escuro. Depois fui descobrir que as escadas na pedra não eram apenas uma das subidas ao Morro da Conceição, senão um dos principais monumentos dedicados à memória afrodescendente da cidade.

Duas ou três vezes por semana, o conjunto da pedra e os prédios ao redor abrigam rodas de samba que por centro têm uma mesa retangular, enquanto pessoas provenientes de muitos cantos da cidade dançam e cantam.

---

87 João Machado Guedes (1887-1974), sambista e estivador de origem baiana, morador da área do Porto, conhecido como o filho de Persiliana, conhecida tia baiana.

Dois anos após a minha primeira visita, soube, por uma nota no jornal, que aquele lugar da roda de samba era tombado e que este era também o centro de uma disputa entre o quilombo da Pedra do Sal e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), ordem religiosa ligada à Igreja Católica.

Uma das primeiras noticias publicadas no "Observatório Quilombola" em 26/2/2007 se intitulava *Comunidade luta pela permanência no centro do Rio. Despejos e luta pela permanência no centro do Rio de Janeiro*. Cito:

> Situado ao pé do Morro da Conceição, no Bairro da Saúde próximo à praça Mauá, o quilombo da Pedra do Sal é formado por famílias descendentes de negros escravizados, oriundos da Bahia e da África. O bairro da Saúde reunia toda infraestrutura do comércio de escravos durante os séculos XVIII e XIX. Após o período escravista, os negros continuaram vinculados ao local próximo ao porto do Rio de Janeiro. A área foi apropriada como espaço de sociabilidade para prática de rituais, cultos religiosos, batuques e roda de capoeira. A cultura popular carioca floresceu em torno da Pedra do Sal e sambistas tradicionais buscavam inspiração na comunidade. Além de Donga, Pixinguinha e João da Baiana, Machado de Assis também viveu no bairro. O terreno estava localizado à beira mar e recebeu esta denominação por ser o ponto de desembarque do sal comercializado no mercado da capital. Nessa mesma zona portuária foi formada a "Pequena África no Brasil", área de convergência de negros que fugiam do "bota abaixo", programa de reforma urbana implantado por Pereira Passos nas primeiras décadas do século XX. A comunidade da Pedra do Sal foi oficialmente reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares através da Portaria 02, de 17 de janeiro de 2006. Entretanto, desde 2005 os quilombolas sofrem ameaças sistemáticas de despejos em função de projetos de revitalização urbanística implantados no bairro. Além disso, pequenos estabelecimentos comerciais do bairro estão sendo fechados. Atualmente, a comunidade espera que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio de Janeiro (INCRA/RJ) constitua uma equipe de pesquisa para elaborar o relatório antropológico de caracterização histórica, econômica e sociocultural do território quilombola, de acordo com a Instrução Normativa 20/2005, deve ser feito por uma equipe especializada composta por antropólogo, historiador e geógrafo.

Eu encontrei a notícia algum tempo depois e chamou tanto a minha atenção que voltei ao lugar, em um dia de semana, com o intuito de fazer uma sondagem. Nesse momento, não tinha nenhum contato com alguém da área e, sem hora marcada, tomei um ônibus que me deixou na Praça Mauá. Daí fui caminhando um pouco sem rumo no bairro que não conhecia, que me pareceu abandonado à sua sorte e à dos próprios moradores. Após uma breve caminhada eu encontrei a Igreja de São Francisco da Penitência e as casas coloniais do seu adro, cujo conjunto branco, recém restaurado, sobressaía no resto de edificações ao redor, bastante deterioradas, quando não abandonadas, mas não por isto sem moradores ou sem uma vida social. Esse mesmo panorama caracterizava as casas e sobrados, cujas fachadas indicavam ruas como a Travessa do Sereno, o Largo de São

Francisco e São Francisco da Prainha, que termina na Rua Argemiro Bulcão, onde começa a Pedra do Sal.

À luz do dia, minha visão do lugar foi a do cotidiano. Sem a atividade festiva da noite e as pessoas que ali se divertiam, identifiquei aquele prédio branco como sendo da CEDAE[88], mas o espaço da Pedra do Sal era uma garagem a céu aberto, ocupada por vários carros, por meio dos quais mal se podia transitar. Entre as escadas, montanhas de lixo se acumulavam. Enquanto isso, várias crianças brincavam se escorregando pela pedra. Mal podia imaginar que alguma vez o mar havia chegado até ali, pois hoje, da rua Sacadura Cabral adiante, é tudo aterro nessa região.

Do lado do bar, fechado no dia, um restaurante se aprontava para servir almoços. Um detalhe chamou minha atenção nessa visita: numa grande casa amarela de frente para Pedra do Sal, havia um pôster branco que em letras azuis dizia *Projeto humanização do bairro - VOT*. Na frente desse cartaz, havia um outro com a ilustração de Sinhô, afamado sambista, que dizia: *Projeto Sal no Samba*

Sem contato nenhum, voltei para a casa e passaram-se alguns meses até eu voltar a me preocupar em estabelecer contato com as pessoas do lugar. Em dezembro de 2007, chegou a mim um convite pela internet para participar do *Projeto Mauá*, uma série de eventos culturais que começavam no bairro da Saúde, em 8 de dezembro, com a missa e a procissão em homenagem à Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Morro, na igrejinha dedicada à Santa, na Rua do Jogo da Bola. No marco da festividades haveria uma mostra coletiva dos trabalhos dos artistas plásticos do Morro da Conceição e vários ateliês dos artistas estariam de portas abertas para visitação. Haveria também shows gratuitos de chorinho e samba de raiz.

88 Companhia Estadual de Águas e Esgotos

Além disso, se ofereciam visitas guiadas pelo Morro da Conceição ao sábado pela manhã. Foi assim que conheci o Morro da Conceição. O grupo formado para a visita tinha umas 35 pessoas e creio que eu era a única estrangeira. Na visita guiada pelo professor de Arquitetura Antônio Agenor Barbosa e Marcelo Abreu, professor de História, ambos moradores do morro, passamos pelas ruelas do bairro, fomos informados da história do local e de sua herança lusitana.

O Morro da Conceição é um dos núcleos iniciais da colonização da metrópole lusitana, onde se encontram os antigos símbolos do poderio religioso, militar e administrativo dos portugueses, como o antigo Palácio Episcopal da Cidade, hoje pertencente ao Exército, o Observatório do Valongo, onde é ministrado o curso de Astronomia da UFRJ, e a igreja de São Francisco da Prainha.

Meses depois, eu falava com minha amiga Leinimar Pires sobre o meu tema de pesquisa e a falta de contato com alguém do caso Pedra do Sal, e sua resposta foi uma oportuna coincidência: *Stella, meu compadre, Luiz Torres é um dos quilombolas, eu te passo o contato.* Passou algum tempo antes de que pudéssemos falar, mas, enquanto isso, fiquei sabendo do calendário de eventos no morro da Conceição e na Pedra do Sal e me propus a assistir a vários deles. Foi muito depois, num seminário realizado em Sacopã, que conheceria pessoalmente Luiz Torres e Damião Braga, líderes da organização quilombola.

A partir de frequentes visitas à Pedra de Sal comecei a estabelecer contatos com algumas pessoas que cotidianamente transitam, vivem, frequentam e compõem o lugar, que se distingue do resto do bairro da Saúde e do próprio Morro da Conceição pela diferença que lhe imprime a presença da grande pedra mas, principalmente, pelos usos políticos e culturais, baseados na memória do lugar e os significados que lhe são atribuídos pelas pessoas e coletivos, que além do Quilombo da Pedra do Sal, vivenciam ou reivindicam o lugar, tais como os jovens do Morro da Conceição, que se reúnem para fazer churrasco e escutar funk aos sábados, as crianças que ali se divertem todos os dias à saída da escola e os grupos musicais que realizam rodas de samba semanalmente.

Como tantos outros no meio do espaço urbano, a Pedra do Sal é um lugar, plurisituacional, isto é, um lugar cujas dinâmicas urbanas são transformadas diariamente, dependendo da hora do dia ou da noite e dos dias da semana. Ao estar inserida nas complexidades do meio urbano e dos fenômenos de fragmentação e universalização de universos sociais inerentes à cidade, Pedra do Sal abriga múltiplos usos, e seus significados são disputados pelos seus protagonistas. Inicialmente, o lugar se mostrou adequado para a pesquisa pela presença de um auto-atribuído grupo quilombola, cujo conflito exporei em seguida. Porém, a busca pelo entendimento do conflito levou a pesquisa para além da luta pelo direito à moradia até a compreensão das implicações da patrimonialização do lugar, colocando em evidência os dilemas de grupos e camadas sociais, e as diversas visões de mundo que, dependendo de particulares trajetórias sociais, vêm configurando um espaço que reúne o cotidiano e o monumental simultaneamente.

2. Memória e objetificação do lugar

Na Pedra do Sal, os discursos da memória sobre a herança africana e o seu posterior tombamento têm assumido um papel importante no destaque e visibilidade que o lugar vêm alcançando nas últimas duas décadas, assim como na mobilização de processos identitários baseados na presença afrodescendente na zona portuária do Rio de Janeiro.

Apesar dos discursos que tentam propor a delimitação de universos separados, a Pedra do Sal é parte do Morro da Conceição. Ainda que cada um se invista de significados culturais diferentes, ambos partilham processos de patrimonialização que necessariamente passam pela objetificação da história e da cultura. Esses discursos têm estado bem presentes nos últimos anos em vários pontos e edificações do Morro da Conceição, e várias são as pesquisas, filmes e narrativas que têm se debruçado sobre as especificidades do lugar, construindo e desconstruindo os patrimônios, seus habitantes e seu legado português. Eu não me deterei nesta pesquisa sobre o Morro da Conceição, mas é necessário apontar a similitude das gramáticas usadas pelos atores em ambos contextos, se é que é procedente fazer essa separação entre o Morro da Conceição e a Pedra do Sal.

Assim, estamos frente a uma região altamente permeada pelos discursos do patrimônio que nos remete a essa inflação da categoria patrimônio enunciada por Choay (2001) Não é de estranhar que essa objetificação da história e da cultura esteja também presente nas atuações e discursos de atores como a VOT, o comércio e o Estado, que mesmo perdendo a exclusividade das políticas do patrimônio e vendo fragmentadas suas grandes narrativas apela , como os outros atores, ao uso da memória para sustentar suas atuações.

Se o Morro da Conceição já foi largamente abordado pela sua influência portuguesa, não é demais afirmar que nos encontramos frente a um ciclo de pesquisas e eventos que levantam a relevância da cultura negra. Na Pedra do Sal, que é o foco deste capítulo, emergem apropriações e práticas dos significados atribuídos ao lugar que partem da seleção de elementos culturais e fragmentos históricos em detrimento de outros, para construir um "discurso da negritude" que se alimenta das seguintes vertentes:

a) a busca pelas raízes emolduradas num passado africano e de escravidão;

b) a expressão de manifestações festivas como o samba, o carnaval e expressões gastronômicas afrobaianas;

c) a exaltação da tradição religiosa do candomblé e

d) a memória das lutas no passado pelos direitos civis e sociais, solidificada em revoltas históricas; a organização dos primeiros sindicatos na área portuária e a luta pela moradia entre outros eventos históricos.

No entanto, esse "discurso da negritude" não é homogêneo frente ao conjunto total de práticas sociais e às distintas leituras que cada uma dessas "vertentes" lhe imprimem ao lugar. A heterogênea natureza de cada um dos coletivos[89] que sustentam variados

[89] A principio, como parte da metodologia analítica eu distingui vários grupos, para dar conta das diferentes intervenções sobre o espaço, e entendo o risco dessa separação, na medida em que não posso assegurar plenamente que cada um dos apresentados aqui se assuma a si mesmo como um grupo ou coletivo distintivo e separado dos demais. Com certeza, minhas contingentes observações, ancoradas em um momento específico do campo, deixaram de lado outros tecidos das relações entre eles.

discursos junto a suas práticas cotidianas de apropriação do lugar, é fonte de confrontos, que expressam o desafio de administrar heranças e gerir a memória.

Isto obedece a interpretações diversas e conflitantes sobre o lugar e o patrimônio, relacionadas a como proceder para ocupar o lugar, exaltar a memória e estabelecer limites de ação e pertencimento. Contudo, contradições e disjunções ocorrem frequentemente nos diferentes momentos de construção do lugar, e a "lealdade" ao lugar pode ter um poderoso significado político, inclusive quando as práticas cotidianas das pessoas no local mostram poucas coisas em comum ou até gritantes contradições políticas (HARVEY, 1996: 322).

Por outro lado, como parte do conflito entre a ARQUIPEDRA e a VOT, discursos de memória, do legado português do lugar e da própria presença histórica da Ordem Terceira no Morro da Conceição e do seu patrimônio reconhecido pelo Estado começaram a ser usados para contestar a memória negra do local, levantando uma autêntica "guerra" das memórias do lugar e dos lugares depositários de experiências e memórias afro-brasileiras, com uma avançada preocupação pelo lugar da cultura e a cultura do lugar, como será explorado mais adiante.

Ainda é preciso detalhar o trânsito da Pedra do Sal de patrimônio imaterial a quilombo e o passo do local cotidiano a monumento da memória africana na cidade, vinculado às práticas dos visitantes, transeuntes e os que se consideram seus herdeiros e detentores. Antes do processo histórico de interação cultural que atualizou o patrimônio imaterial, é preciso levar em consideração a objetificação da diferença cultural em torno de um lugar a partir do samba, do candomblé e do trabalho no porto como identidade étnica.

A ideia da objetificação refletida por Richard Handler (1984, 1988), inspirado nos trabalhos de Bernard Cohn e Benjamin Lee Whorf, para analisar a tendência ocidental de transformar em coisas ou objetos físicos categorias como cultura, sociedade, grupo, nação etc. No sentido comum, uma coisa ou objeto é absoluta, bem definida e delimitável; tem continuidade no espaço e no tempo e é suscetível de ser caracterizada com qualidades e propriedades, igualmente objetivas. Vemos este processo da

objetificação cultural no modo como realidades humanas adquirem uma forma imaginária em um discurso baseado no conceito de cultura (HANDLER,1984: 56).

Assim, as pesquisas antropológicas e das instituições de memória e documentação possuem um caráter consagrador que tende a cristalizar a cultura, caindo na "coisificação" de culturas e de tradições, ou seja, uma certa tendência em pensar as culturas como coisas, em representá-las a partir de determinados bens materiais, como edificações, paisagens ou objetos museológicos cuidadosamente selecionados e retirados de seus contextos originais para serem (re)significados em outros, especialmente em modernos contextos nacionais, para serem usadas nos processos de construção do Estado–Nação na pretensão de delimitar uma cultura nacional, tal como foi registrado por Handler (1988) para aproximar-se da ideologia nacionalista e de seus suportes culturais em Quebec.

Eu hesitei em analisar o caso de Pedra do Sal por essa via, mas percebi que o caso apresentado reitera o fato de que as gramáticas empregadas pelos grupos étnicos não necessariamente tomam distância das empregadas pelos Estados, e a tendência é expressar sua distinção mediante símbolos e ideologias similares (PARSONS apud HANDLER, 1984). Por outro lado, essas práticas de objetivação da cultura e da memória para sua proteção são amplamente usadas pelos demais atores sociais, estatais e privados que agem nessa região.

Embora as ciências sociais venham confrontando a noção de sociedades e culturas como entidades, cada vez mais enfrentamos experiências nas quais as pessoas que compõem nossos estudos se envolvem num exame autoconsciente da sua identidade cultural, além dos laços emocionais e afetivos que formam a base especifica da similitude. Precisamos considerar, por exemplo, como identidade e cultura são possuídas e ostentadas, mais do que vividas, e mesmo assim traçam caminhos para as pessoas se pensarem e se organizarem.

Não é de admirar que os líderes políticos e culturais em todos os lugares tenham aprendido a linguagem da identidade para reivindicar reconhecimento nacional e

internacional (HANDLER, 1994, KUPER, 2002), especialmente quando a identidade veio proporcionar uma espécie de âncora em meio das águas turbulentas da globalização, e o conceito antropológico de cultura já não é mais distinguido da ação política.

Tratando-se de espaços, esta objetificação sobre a qual vinha refletindo poderia resultar mais óbvia devido à materialidade que fisicamente compõe lugares e territórios, que certamente são medíveis, suscetíveis de descrição, delimitação, inventário e preservação. Assim, a expressividade de um lugar é dada materialmente. Porém, de acordo com Lefebvre (1991), os lugares encontram seu apelo no entrecruzamento de práticas materiais, de representação e imaginação que em conjunto dão forma a relatos, ideologias, construções simbólicas e memórias coletivas, nos quais podem operar a mesma lógica de objetificação que enuncia fatos culturais e históricos como absolutos, permanentes e delimitados.

É por essa razão que qualquer política de mobilização feita através da construção do lugar deve o seu sentido, necessariamente, à coerência construída no plano simbólico e representacional (HARVEY 1996). Daí a minha proposta de entender também o caso da Pedra do Sal, como parte de um processo que passa pela objetificação do lugar e da cultura: operando desde uma seleção de passados usáveis e traços culturais destacáveis.

3. Quilombo da Pedra do Sal versus Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Penitência

Para compreender a disputa entre o Quilombo da Pedra do Sal e a VOT, me propus a entender primeiro as motivações de ambos os atores. Pela dificuldade de estabelecer contato com ambos os protagonistas do conflito, recorri a fontes secundárias, as quais se bem limitaram as possibilidades de réplicas e essencialmente a compreensão de como foi o processo de constituição dos sujeitos quilombolas, abriram as possibilidades de entendimento da construção do lugar. Os documentos consultados indicam, além do conflito particular, as memórias e representações que concorrem no lugar para dar validade às reivindicações, assim como também às suas respetivas contestações.

A querela que dá origem ao Quilombo de Pedra do Sal se apresenta, inicialmente, como um conflito de tipo fundiário, envolvendo inquilinos e ex-inquilinos de imóveis de propriedade da VOT, nas imediações da Pedra do Sal, na parte baixa do Morro da Conceição. Naquelas ruas, antigos moradores foram paulatinamente expulsos, ao longo de uma década, pela mudança dos contratos de aluguel que incrementavam significativamente os preços dos aluguéis e por meio de ações de reintegração de posse promovidas pela VOT.

Em entrevista informal, Mauricio Hora[90] corroborou que até o fim da década de 1980, os antigos inquilinos pagavam à entidade católica aluguéis muito baratos, quase simbólicos, que oscilavam entre 40 e 100 reais, até que a VOT decidiu reajustar o valor ao preço do mercado. Deste modo, o perfil dos moradores foi mudando, pois os antigos moradores não puderam pagar o reajuste e foram embora, enquanto outros tantos teriam sido despejados. Sobre aqueles moradores que teriam sido expulsos não obtive maior rastro, e pouco mais que isto logrei acrescentar.

Após o despejo, Damião Braga e sua esposa Marilúcia decidiram ocupar e habitar um imóvel fechado, onde ainda moram até hoje em precaríssimas condições materiais. Para evitar episódios desta natureza, a VOT tirou o telhado de casas fechadas e mobilizou uma ação policial contra o casal. Estes fatos teriam dado início à ideia de organizar um movimento quilombola para enfrentar a VOT e, assim, lutar pela titularidade de vários imóveis no bairro da Saúde.

Desse modo, os dados obtidos nos levam a pensar que a origem da Associação Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal (ARQUIPEDRA) é uma ocupação liderada por Damião Braga, que na década de 1980 tinha sido presidente da Associação de Moradores e Amigos da Saúde, AMAS (MATTOS e ABREU, 2007). Assim, a respeito da conformação do quilombo e a constituição dos sujeitos em quilombola, as informações são precárias.

---

90 Entrevista realizada a Mauricio Hora em 12/04/2011, fotógrafo do Morro da Providência, reconhecido pelo engajamento com as causas sociais da área portuária. Decidi entrevistá-lo já que, em intervenções públicas, ele se apresenta como quilombola.

3.1 A VOT e sua obra

A Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência foi fundada em 1619 e é conhecida nos dias de hoje pela sua obra filantrópica e de assistência social na área portuária e outras regiões da cidade e do Estado do Rio de Janeiro. Se trata de uma intervenção de corte social e caritativo para comunidades carentes, que se expressa em serviços de saúde, educação e abrigos. Na área do Morro da Conceição, a VOT dirige a *Escola Padre Dr. Francisco da Motta*, fundada em 1897 e o *Colégio Sonja Kill*, construído em 2005.

Nestas duas instituições estudam, pagando preços baixos, cerca de 2.000 crianças da região, definida pela VOT como um lugar onde "a criminalidade, a prostituição, as drogas, o consumo de bebidas alcoólicas, o comércio de armas e drogas fazem parte da rotina das crianças e o perigo de seguir o mesmo caminho é maior do que em qualquer outro ambiente" [91]. Deste modo, a VOT apresenta como seu grande mérito misericordioso a salvação das crianças pobres e faveladas de um destino fadado ao fracasso, oferecendo-lhes uma alternativa à criminalidade ou à pobreza.

Não é de estranhar que a VOT se apresente a si mesma como a instituição que ocupa o lugar do Estado, oferecendo toda a infraestrutura que um bairro precisa ter (TEIXEIRA e MEDAWAR 2007: 124). Assim, não se poderia falar da região portuária sem mencionar o papel da VOT na história e no cotidiano das pessoas, já que no bairro centenas de pessoas estudam ou estudaram nas escola da VOT, trabalham ou já trabalharam para ela, moram nas suas casas e são beneficiários de seus serviços. Indiscutivelmente a Ordem religiosa sabe como cultivar lealdades no bairro.

Em 1987, o Frei Eckart Hermann Höfling Ofm, de origem alemã, assumiu a função de superintendente-geral da VOT e de seus respectivos centros sociais. Desde então, muitas obras foram iniciadas em vários dos imóveis da ordem para ampliar os serviços oferecidos à comunidade, entre eles o *Projeto Humanização da Zona Portuária*, iniciado em

91 http://www.vot.org.br/hafenschule.php

2002, cujo objetivo seria o ensino básico profissionalizante,[92] com cursos em eletrônica, pintura, marcenaria, artesanato, padaria, gráfica, entre outros.

No seu portfólio de atividades, a VOT afirma prestar serviços como atendimento médico, pediátrico, psicológico e odontológico. Além da sua função beneficente, a VOT é também conhecida por ser uma das maiores proprietárias de imóveis no Rio de Janeiro, só no Morro da Conceição, a entidade possui 130 imóveis localizados em torno da Igreja de São Francisco da Prainha[93], de cujos aluguéis usufruiu desde o começo do século passado, quando começou a parcelar lotes para a construção de pequenas residências com o propósito de alugá-las a pessoas de baixa renda[94] (Ver imagem 1). Segundo Zilberg (1996) essa foi uma vocação tradicional econômica da Ordem, dado que

> [...] as encostas de morros se apresentavam como alternativa numa época em que a crise habitacional se aprofundava. A constante aquisição de lotes e imóveis pela Ordem parece refletir isto, bem como o seu empenho em prolongadas questões judiciais em torno do seu direito sobre as terras da Prainha e do morro que concluíram garantido-lhe o recebimento do foro de todo o morro. Não sabemos quantos dentre os 169 imóveis da Ordem se localizavam nele. Certamente eram alugados a trabalhadores das áreas próximas e do antigo centro comercial (idem: 34)

Conforme esta autora, o patrimônio da Ordem corresponde em parte à herança deixada pelo padre Francisco da Motta em 1704, que por sua vez teria recebido de um particular a encosta do morro e a área litorânea. Por outro lado, em 1821, um alvará do príncipe regente Dom Pedro I concederia outros terrenos à beira-mar, perpetuando o foro daquela área a esta instituição e aumentando a extensão das propriedades da VOT a

---

92 São parceiros financeiros desse projeto a Comunidade Europeia, Missioszentrale der Franziscaner, Caritas Internacional da Alemanha, Rotary Clube de Brasil, Rotary Foundation, Ministério de Desenvolvimento Social da Republica Federal da Alemanha, Ministério de Assuntos Sociais do Estado da Baviera e a Associação de Amigos Peter Eckart da Alemanha. Informações de acordo ao site da VOT www.vot.com.br, consultado em 12/10/ 2009

93 Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938, Processo 0022-T-38 (IPHAN/MinC).

94 Anotações sobre a ordem em 1895 enunciam essa vocação: "[...] é de todos nós conhecido o morro de São Francisco da Prainha (...) cujos prédios em toda sua extensão, os que não são propriedade da Ordem, lhe são foreiros, e sabe-se também que as pessoas que neles habitam são em sua totalidade pobres proletários, cujos filhos, especialmente de sexo masculino, se empregam durante dias nas oficinas do Arsenal, na casa Maior e outras, sendo em sua maioria analfabetos [...]" (MACHADO, 1905 apud ZYLBERG (ibidem: 34)

terrenos que bem poderiam pertencer à União e sob os quais se encontra o nó da disputa com o Quilombo da Pedra do Sal.

As sucessivas administrações da Ordem preocuparam-se com a ampliação do patrimônio constituído por terrenos, prédios e foros em vários pontos da cidade. Em 1905 a desapropriação do trapiche localizado no que hoje é a Praça Mauá rendeu-lhe uma grande indenização, já que aquela era a maior das propriedades da Ordem. Além das doações feitas por irmãos, há registros de aquisições regulares, bem como de reformas e reconstruções de imóveis visando a sua valorização (Ibid: 71). A imagem 1, mostra um plano indicando as propriedades da VOT.

Os direitos da Ordem sobre essas terras envolveram desde muito cedo longas demandas judiciais. Em 1942, depois de muitos anos de controvérsia, a prefeitura do Rio de Janeiro forneceu à VOT uma planta autenticada e uma certidão relacionando os imóveis da Ordem (idem). No entanto, esses documentos não põem fim às duvidas suscitadas em relação ao patrimônio da ordem franciscana e não comprovem a propriedade de muitos dos imóveis em disputa, já que não existe um registro específico para cada imóvel, como prevê a legislação atual.

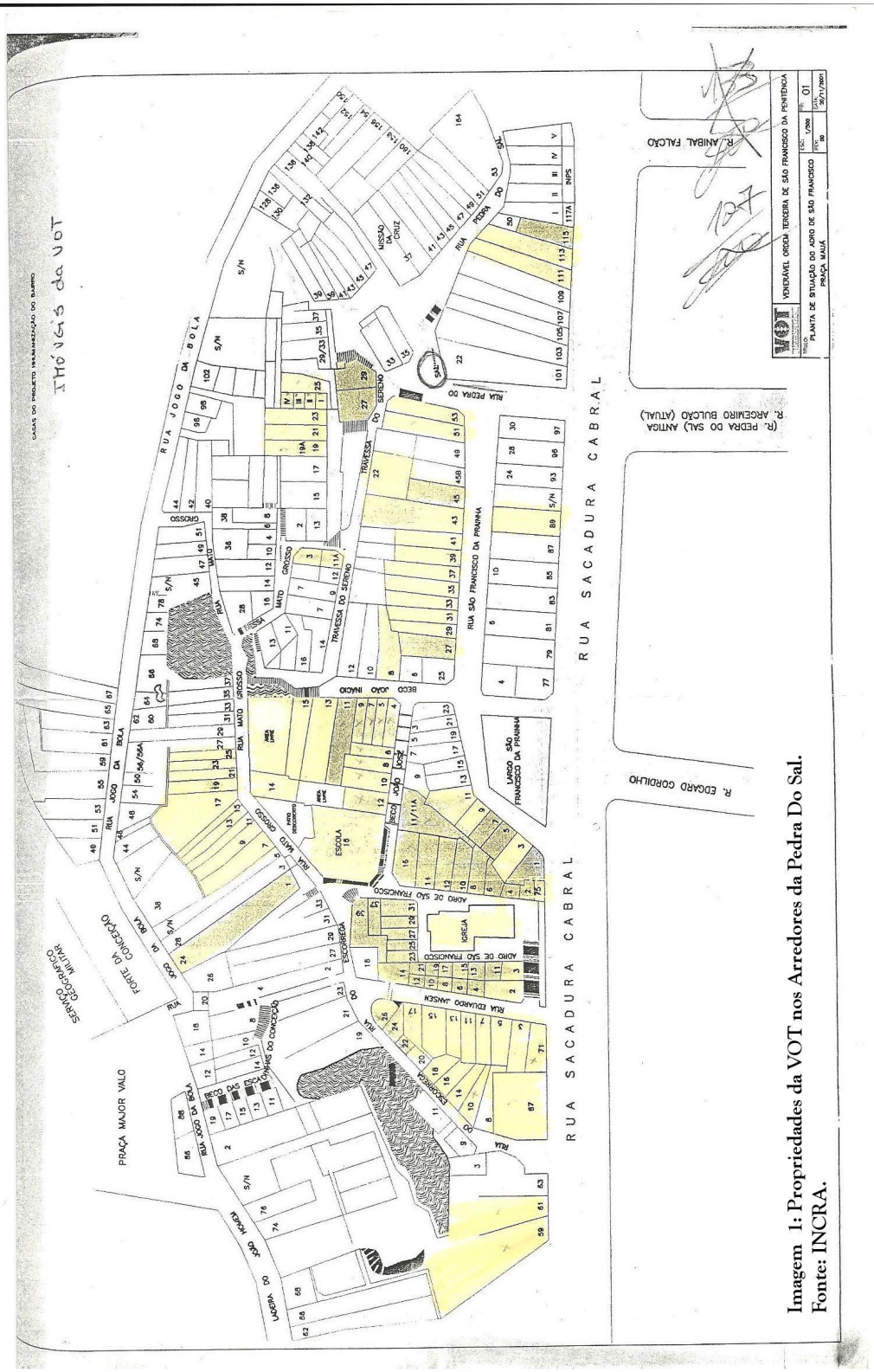


Imagem 1: Propriedades da VOT nos Arredores da Pedra Do Sal.
Fonte: INCRA.

Muitos desses imóveis se encontrariam em terrenos da Marinha, de modo que pertencem à União (CIMIERI, 2007). Nesse sentido, Sigaud e Pinho (2000) também detectaram falta de clareza na questão fundiária nessa área da cidade:

Atribui-se essa deficiência na informação ao fato de o Morro ter sido ocupado, desde o século XVIII, através de incertas e não comprováveis condições de propriedade, por estarem situados em antiga área foreira (parte à União, outra à ordem dos Beneditinos, e outra ainda à Ordem Terceira da Penitência). Inúmeros imóveis não possuem registro no cartório. [...] Nem sempre os registros de propriedade são encontrados. Nesta situação encontram-se inclusive imóveis pertencentes às grandes instituições presentes no morro. Já nos casos onde foi prevista desapropriação por interesse público, necessária à viabilização de alguns projetos, foram acionadas medidas judiciárias específicas cabíveis; que se revelaram bastante lentas (SIGAUD e PINHO, 2000: 46).

É bem provável que o esclarecimento sobre as propriedades da VOT termine num marasmo burocrático. Por enquanto, a Ordem decidiu ampliar suas atividades também para o âmbito da cultura, em sintonia com os circuitos culturais que vêm tomando conta do bairro e como forma de continuar com o protagonismo que a tem caracterizado no bairro. Em 2006, e decorrente do conflito com a ARQUIPEDRA, foram inauguradas a Biblioteca Comunitária e a Escola de Música Popular, com cursos de instrumentos populares e coral. Além disso, se aguarda a inauguração do Teatro e Centro de Convivência, segundo *flyers* que a própria VOT distribui na saída das escolas.

A Casa da Cultura, localizada no Adro de São Francisco, também foi fundada em 2006 e promove exposições temporárias sobre a história e a tradição do bairro e a cultura da região, o que pode ser lido como uma das estratégias de contestação à ARQUIPEDRA baseada, por sua vez, numa política da memória que se vale da sua histórica presença no Morro da Conceição, história feita, também, através de um recorte altamente seletivo de fatos e datas. Finalmente, a VOT também recorre à exaltação do seu patrimônio arquitetônico, tombado pelo IPHAN. Trata-se da Capela da Prainha, na Praça Mauá, construída em 1696 pelo benfeitor Francisco da Motta e reconstruída em 1741 após a invasão francesa ao Rio de Janeiro.

3.2 A política da memória da ARQUIPEDRA

Foi em dezembro de 2005 que a Fundação Cultural Palmares (FCP) outorgou reconhecimento como quilombo à Pedra de Sal. Cinco pessoas assinaram a certidão: Damião Braga e sua mulher Marilúcia da Conceição Luzia, o irmão dela, Felipe Feraz Luzia, Israel dos Santos Filho e Luiz Torres.

Segundo a certidão da FCP e o Relatório Antropológico contido no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do INCRA, a base da comunidade quilombola é formada pelo círculo de parentesco de Luiz Torres e sua mãe Dona Iraci, moradores no Morro da Conceição, mediante contrato de aluguel com um particular (e não com a VOT), e por Damião Braga e Marilúcia Luzia, os dois com mandato de despejo para desocupação dos imóveis que ocupam na Travessa do Sereno e na Rua de São Francisco da Prainha. Todos eles são militantes negros e participantes ou fundadores de movimentos comunitários na região portuária, mas nenhum deles nasceu na área reivindicada, confirma o Relatório Antropológico e, à exceção de duas pessoas, os demais chegaram à área há menos de 6 anos, com relação à escrita do relatório

No Relatório Antropológico, elaborado pelas historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu em 2007 é brevemente exposta a trajetória de vida de dez das pessoas que teriam se associado a ARQUIPEDRA. Resgato aqui os extratos de algumas dessas histórias de vida, levantadas pelo relatório como um ponto de partida fragmentário para expor suas relações interpessoais e com o lugar.

Dona Tereza, por exemplo, tinha no momento da realização do relatório. 80 anos. Ela veio da Baixada Fluminense morar com a avó e a tia em uma casa na Rua Mato Grosso, próxima à Pedra, quando tinha 19 anos. Diante do aumento do preço do aluguel, indica o RTI, incorporou-se à luta quilombola após um mandato judicial de despejo ser-lhe entregue em 2006.

A sua tia trabalhava para a VOT e morava de graça na referida casa. Quando a tia faleceu, dona Tereza foi procurada pelos advogados da VOT que lhe pediram para sair do imóvel, mas lhe ofereceram um outro lugar de moradia no entorno da Pedra, mediante um contrato. Mudou-se para a Rua São Francisco da Prainha onde viveu até morrer no ano passado [95].

O caso de José Marcos Evangelista, mais conhecido como Marquinhos, é outro. Veio do Ceará quando tinha 18 anos e desde então tem trabalhado como camelô no Rio de Janeiro.

> (...) Se vinculou a ARQUIPEDRA após morar numa casa abandonada da região que sofreu um incêndio, foi levado pelos vizinhos para a casa onde hoje mora. Algum tempo depois, foi procurado pelo advogado da Ordem Terceira e concordou em pagar um aluguel simbólico, que logo se tornou impraticável. Ameaçado de despejo, assumiu-se como quilombola e hoje é uma das figuras mais mobilizadas do grupo[96].

Outra das pessoas que se identifica como membro é Rafael dos Santos, filho de João Gabriel dos Santos, sambista da Império da Tijuca, e de Enea Alves dos Santos.

Rafael nasceu em 1982, em uma das casas da VOT, bem perto do Adro, cedida à sua mãe pouco antes dele nascer, em função de relações de proteção estabelecidas enquanto enfermeira no Hospital da Penitência. Depois ela fez da casa uma pensão para estivadores, mantendo a tradição negra da região de reunir trabalhadores do porto nas refeições e no lazer. Sua mãe faleceu, seu pai casou-se de novo e foi morar em um prédio próximo, também da VOT, o Palácio das Águias, de onde foi despejado e agora mora no Valongo.

> Ele e os irmãos permaneceram na casa. Estudou no colégio do Adro até a quarta série e depois foi para o Colégio Estadual Licínio Cardoso onde terminou o primeiro grau. Hoje é portuário, ajudado pelas relações familiares, onde trabalha como conferente.[97]

---

95 (MATTOS e ABREU, 2007:43)

96 (ibid: 49)

97 (ibid: 47)

Já dona Iraci (mãe de Luiz Torres), nascida em 1941, passou a sua infância no Morro da Providência e se tornou a primeira presidente da Associação de Moradores do Morro da Providência nos anos 80. "Segundo ela, na sua infância, as mulheres do Morro da Providência trabalhavam quase todas como lavadeiras, enquanto os homens estavam inseridos no trabalho portuário no desembarque do sal, do café, do minério de ferro, etc.[98]"

Por sua parte, Luiz Torres nasceu na Gamboa, filho de dona Iraci, é historiador formado na UERJ e sambista. Atualmente atua como professor da rede estadual de ensino e se apresenta como neto de um dos fundadores da histórica Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, que trabalhou na finalização da construção do porto atual, em 1906.

Por outro lado, a família de Marilúcia chegou à área nos anos 1980. Segundo seu depoimento e de sua mãe (moradora na Rua da Prainha, n.41), sua bisavó, de nome Margarida da Conceição, foi escrava e após receber a carta de alforria foi morar no bairro de Olinda, perto de Anchieta. Uma parte de sua família está lá até hoje, mas ela nasceu no Meyer em 1958. Mudou-se para o Beco João Inácio, na parte baixa do Morro da Conceição, com a mãe, que tinha amigos na área, porque o aluguel era barato e mais perto do trabalho[99].

Já Rico (Israel dos Santos Filho) mora com elas na casa da Rua da Prainha. Amigo de infância de Marilúcia, filho de um antigo funcionário do Lloyd, participou ativamente dos movimentos negros dos anos 70, bem como frequentou os bailes "soul" e o movimento "black power" que marcaram o Rio de Janeiro da época.

Damião Braga Soares dos Santos nasceu na Rua João Álvares, na Gamboa, em uma casa onde moravam seu pai, sua mãe, seus irmãos e primos, somando cerca de 17 pessoas. Sua mãe chegou à região portuária nos anos 1950, vinda do Norte Fluminense, já com

98 (ibid: 43)

99 (ibid: 45)

cinco filhos, quando se casou com o estivador Damião Braga, vindo de Minas na década do 1930, com quem teve mais 3 filhos (Damião e duas irmãs).

Damião começou sua vida de militante comunitário ligado à questão urbana na pastoral de jovens da Paróquia da Sagrada Família, quando começou a discutir a questão da moradia no bairro, na nascente Associação de Moradores da Saúde (AMAS) e no Centro Cultural José Bonifácio, nos anos 1980. A sua militância se alimenta também da sua experiência no sindicato portuário e da sua participação em um curso de "regularização fundiária em assentamentos informais urbanos", na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

A partir dos dados fornecidos pelo Relatório Antropológico, é pouco o se que consegue sondar a respeito das relações interpessoais dos associados a ARQUIPEDRA e da sua relação mais cotidiana presente ou anterior ao surgimento da organização com o lugar. Mais que fornecer um panorama etnográfico atual focado na identidade e organização do grupo a sua territorialidade e religiosidade, o laudo privilegia informações históricas sobre o lugar; se aproximando ao que Pollak (1992) denominou como um trabalho histórico de "enquadramento da memória".

As informações subministradas no laudo não nós falam de um presente etnográfico que permita saber do *ethos* de vida do grupo e seu vínculo ao lugar e sua territorialidade, ou dados de como chegaram na área e se integraram, mas uma exposição generalizante da história e dados referentes às atividades do passado das pessoas ou dos seus ancestrais relacionados com a cultura, presença e ação do negro na área do porto, como o trabalho na estiva, o papel central dos negros na formação dos sindicatos ou sua participação em expressões culturais tradicionais da região portuária como ranchos, rodas de samba e capoeira.

Durante o trabalho de campo, eu não consegui recolher dados etnográficos ricos que me permitissem reconstruir a relação do grupo quilombola com o lugar. Nesse momento, os signos visíveis da presença da ARQUIPEDRA na Pedra do Sal foram a suas participações em comemorações festivas, e o estabelecimento de uma barraca, na qual as

esposas de Luiz Torres e Damião vendiam bebidas e comidas algumas vezes nos shows noturnos e que, com o tempo, adquiriu um cartaz de preços intitulado *Sabor Quilombola*. Outras vezes se encontravam na Pedra cartazes que expunham comunicados com os avanços do processo judicial, documentos oficiais, cartas e ofícios com informações a respeito do processo, além de recortes de jornal ou pôsteres maiores com mensagens como *Quilombos: Titulação já*,

Em termos da organização interna do grupo, o laudo menciona que em 2004. Damião, Luiz e Marilúcia criaram o projeto Sal do Samba para resgatar as tradições negras inscritas no tombamento da Pedra do Sal, com homenagens a João da Baiana, João Alabá, Donga e às crenças religiosas vivenciadas no passado na Pedra do Sal.

De acordo com o laudo, a fundação da ARQUIPEDRA reuniria a revitalização da memória negra do lugar, expressada no projeto *Sal no Samba* e fusionada ao que seria um movimento de resistência às desapropriações efetuadas pela VOT. Com respeito ao processo de formação do grupo, sabe-se que logo após fundada, a ARQUIPEDRA convocou para uma reunião os demais moradores da área ameaçados de despejo, para compor um projeto de propriedade coletiva e vida comunitária, baseado no compromisso de preservação da memória negra na região. Afirma o RTDI que, embora alguns tenham se aproximado, "a obrigatoriedade da propriedade coletiva e o dever de memória negra como finalidade fundamental restringiram consideravelmente a amplitude das adesões"(2007:48) [100]. Pode-se afirmar então que a salvaguarda desta memória afro-brasileira não compunha um traço de força suficiente e ao mesmo tempo comum a todos os despejados pela VOT. Assim, reivindicar uma identidade étnica na que África e a salvaguarda da sua memória é o eixo da identificação, é legítimo como ferramenta política, mas não necessariamente eficaz ao não ser a única forma de reconhecer-se como negro e agir politicamente e em consequência, de fato esse tipo de

[100] Gilroy (2007) e Harvey (1996) concordariam com a dificuldade de construir futuro a partir de uma sequência teleológica estritamente étnica ou racial. De fato, memórias fortemente ancoradas a lugares não são facilmente partilhadas por outros, posto que a questão da origem é inacessível, quando não irrelevante.

insistência bem pode bloquear o mensagem político e mobilizar maior quantidade de pessoas.

Neste ponto se ressalta que estamos lidando com a promessa de dotação de direitos e territórios como marco de um Brasil que se pretende multicultural em meio a grandes desequilíbrios econômicos. Restringindo sua capacidade de mudança estrutural, estes direitos se definem por restritos critérios, ligados a um tipo de territorialidade e identidade. O caso expõe a criação de uma instável combinação de lógicas de inclusão e exclusão, que permite que uma porção de pessoas se sentam respaldados pela legislação e ao mesmo tempo uma grande proporção de famílias que, igualmente afetadas, não se sentam representadas.

Não se pode ignorar que as políticas de reconhecimento étnico têm se materializado num momento de agravamento das persistentes desigualdades sociais, crise econômica e conflito político. Se o seu impacto sobre os coletivos beneficiados é ainda duvidoso, muito pouco tem sido dito sobre aquelas populações que não foram favorecidas pelas políticas multiculturais. Estas promovem sistematicamente alguns direitos enquanto proscrevem outros.

Ao pensar na virada multicultural que, no Brasil, se materializaria numa aparentemente "ampla" dotação de direitos, territórios, não se pode passar por alto que estes são definidos por critérios taxativos, ligados a uma certa forma de territorialidade de rígidos critérios. Perpetua-se o paradoxo e, enquanto não se resolve de forma concomitante a extensão das políticas de redistribuição para os outros setores (as maiorias) cada vez mais pobres, o pluralismo focado para as minorias étnicas se torna um pluralismo restritivo.

A ARQUIPEDRA seria o único porta-voz visível daquelas famílias expulsas pela VOT, fato não negado pela instituição religiosa, pois na contestação apresentada ao INCRA, a VOT reiterou que era necessário retirar as pessoas para poder fazer a ampliação da obra social e ocupantes de muitos anos das casas foram submetidos a despejo judicial quando se negaram a negociar a desocupação do imóvel. Para eles, esta reforma "foi

fundamental para o resgate de uma verdadeira revitalização sociocultural da região" (MEDAWAR e TEIXEIRA, 2009).

Porém, não se sabe quantas foram as famílias despejadas, pois a especificidade do movimento - restrita à finalidades de preservar a memória negra do lugar - limitaram, certamente, o número de famílias afetadas que poderiam ter se associado ao movimento. No mesmo sentido, o número de famílias beneficiadas com uma possível titulação também é incerto.

No cadastro elaborado pelo INCRA, aparecem 25 famílias registradas, as quais somariam 93 membros. Enquanto uma matéria publicada no site R7 Noticias, em 06/08/2010, afirma que 17 famílias seriam beneficiadas com a titulação[101], pela sua parte, o Centro da Mídia Independente, em 25/10/2005, indica que seriam 30 as famílias[102]. Quando foi publicado o RTDI no final do 2010, em uma declaração à CEDEFES em 12/05/2011, Damião Braga afirmava que as famílias chegariam a ser 60[103].

O território reivindicado pelo quilombo é de 3534.1 m^2, distribuídos em 24 imóveis: o lado ímpar do número 25 ao 53 da rua São Francisco da Prainha, os números 11, 22, 27 e 29 da Travessa do Sereno, o número 35 (bar) da rua Argemiro Bulcão, os números 111, 113, e 115 da rua Sacadura Cabral, e o número 9 da rua Camerino, destinado ao Bloco Afoxé Filhos de Gandhi, grupo aliado da ARQUIPEDRA na região portuária (ver mapa).

Pela sua parte a VOT apresentou como parte da sua defesa um inventário de 94 imóveis da sua propriedade, com o histórico de ocupação e contratos de aluguel desagregados entre unidades residenciais, comerciais e as destinadas aos serviços sociais

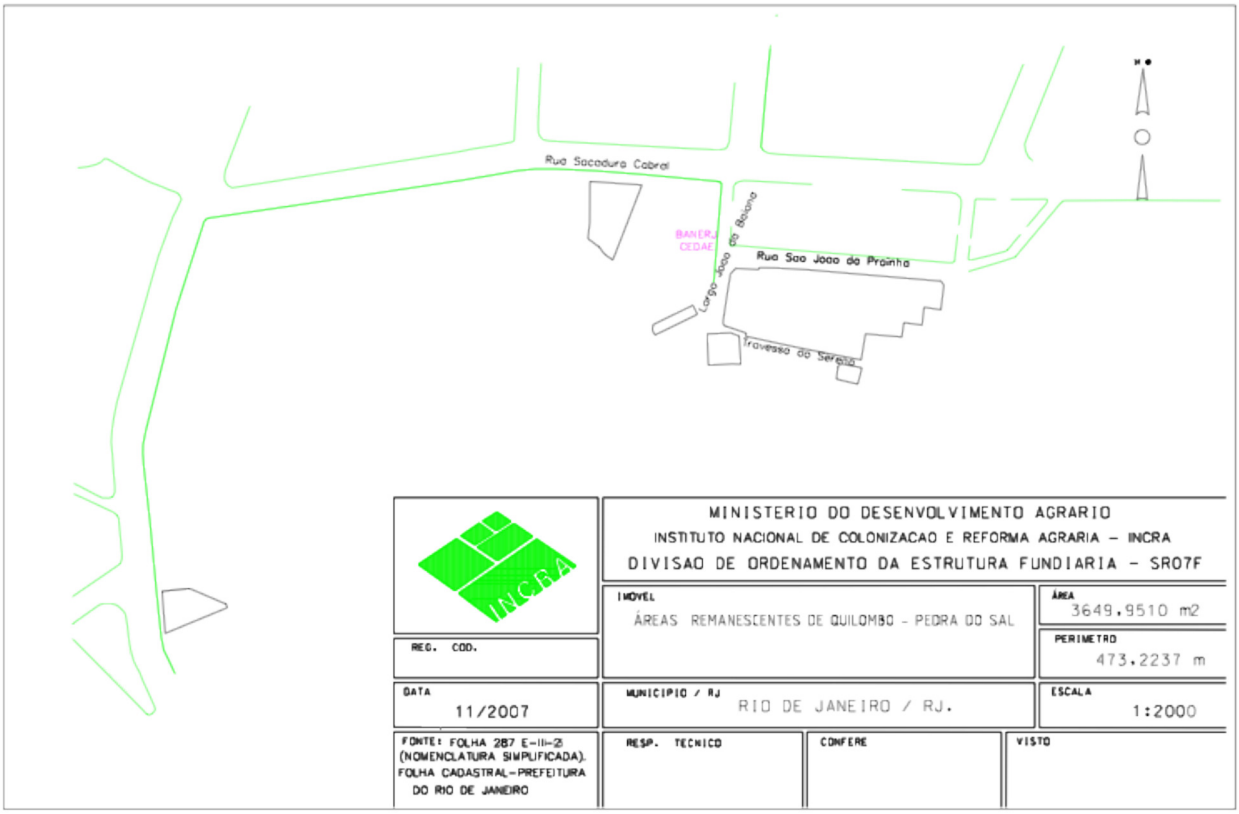
---

101 http://noticias.r7.com/cidades/noticias/descendentes-de-escravos-brigam-com-igreja-por-posse-de-imoveis-ha-200-anos-no-rio-20110720.html

102 http://www.midiaindependente.org/es/red/2005/10/334090.shtml

103 http://www.cedefes.org.br/index.php?p=afro_detalhe&id_afro=5629

providenciados pela instituição religiosa. Frente à demanda material da ARQUIPEDRA, a VOT respondeu que, das 25 cabeças de família cadastradas junto ao INCRA, 14 morariam em imóveis que não pertencem à VOT e que não ficam próximos de São Francisco da Prainha nem da Pedra do Sal; 5 seriam ex-inquilinos, e apenas a senhora Eunice da Conceição Luzia, sogra de Damião Braga, possuiria contrato vigente com os administradores da ordem. (MEDAWAR e TEIXEIRA, 2009)



A partir das discrepâncias no número de pessoas, dos retalhos das histórias de vida coletadas no RTDI e da própria análise proposta pelas historiadoras que elaboram o laudo pericial, foi difícil entender as relações comunitárias e o cotidiano dos já dispersos moradores expulsos pela VOT e os associados à ARQUIPEDRA.

Pode se dizer, emprestando as palavras de Harvey (1996:321), que a comunidade imaginada para suportar o lugar como lócus de poder político não foi convenientemente

forjada. Não porque as relações cara a cara sejam mais legítimas e autênticas, senão pela falha na construção de consenso no projeto político proposto. Como o expressaria Anderson (1983), o propósito não é julgar a falsidade/genuinidade da comunidade, senão o estilo em que foi imaginada, onde o cotidiano das pessoas aprece eclipsado frente a monumentalidade da história e do lugar.

De certa forma, a ARQUIPEDRA representa um desafio para a trilogia identidade, comunidade e território na que se baseia a política quilombola brasileira. Pois coloca em evidência os seus limites teóricos e operativos, especialmente frente à apreciada territorialidade e o poder aglutinador da terra compartilhada, tão cara à política quilombola no âmbito rural. Na medida em que o território é uma das formas mais clássicas de definir o enraizamento, o caso em questão leva a pensar na maneira de subverter esse postulado e problematizar, assim, a espacialização da identidade e a ontologização do lugar.

Paradoxalmente, apesar de que as interpretações sobre política quilombola no Brasil nos levam a pensar no alargamento das possibilidades de definição de quilombo, a partir do princípio de auto-reconhecimento, o caso em questão parece se dirigir para um certo engessamento. Se a ressemantização do quilombo se despoja de qualquer lista de requerimentos restritivos, priorizando o componente político-organizativo, como aglutinador e articulador da capacidade mobilizadora do grupo (ALMEIDA, 2002), como pode se compreender o caso de uma organização que se restringe às origens, içando, mais que a sua legítima luta pelo direito à moradia e permanência no lugar, a bandeira da memória do passado e da ancestralidade? Isto, levando em conta a Almeida, que sugere que ao se definir quilombos existe um repertório de ações coletivas e "um elenco de práticas que asseguram vínculos solidários mais fortes e duradouros do que a alusão a uma determinada ancestralidade" (2002:74).

Na linha interpretativa de O'dwer (2005) e Almeida (2002), na análise da constituição de quilombos, seria o componente político-organizativo que demanda condições para a reprodução econômica e cultural do grupo o que funciona como aglutinador e explica a

capacidade mobilizadora do mesmo, mais do que uma continuidade histórica e a constrastividade cultural.

O arraigo no passado, de fato, lhe outorga uma perspectiva política à demanda do quilombo analisado. Passado e tradição são lugares de refúgio frente às instabilidades reinantes do presente e, de acordo com Gilroy (2001), a opção pela ética tradicional resulta conveniente para mobilizar sujeitos submetidos à discriminação racial e denunciar os silenciamentos aos que as culturas negras foram submetidas por muito tempo. No entanto, a ênfase na memória e o exclusivismo étnico-racial podem ser tácticas deficientes, se tomadas como base principal para a formulação de estratégias políticas de impacto num lugar atravessado por múltiplas lógicas identitárias, culturais e de classe.

No mesmo sentido, Hall (1993) apontou que as políticas da identidade, capazes de rearticular diferenças sob rótulos viáveis politicamente, no sentido de propor ações antidiscriminatórias, não conseguem dar conta da tensão interna que lhes é constitutiva e que se refere à relação entre os planos subjetivos e coletivos que envolvem tais projetos e formas de participação.

Uma vez apresentados os elementos que configuram o conflito inicial, que me levou à Pedra do Sal, estes ainda seriam insuficientes para abordar as complexidades do lugar, o qual navega entre a confiança no passado e as inseguranças do futuro. Assim, dois marcos situados em temporalidades diferentes molduram o caso: de um lado, o resgate do passado da memória afro-brasileira e, do outro, a revitalização da área do porto projetada, dentre outras razões para as futuras olimpíadas em 2016.

A razão pela qual estas duas temporalidades se cruzam seja o fato de que a memória do passado é, a sua maneira, uma esperança sobre o futuro. Ela vive de crer nos possíveis e, vigilante, os aguarda. Harvey (1996) corrobora que sempre há um elo entre esperança e memória, o que nos faz supor que o cenário da memória, mercantilizado ou não, é favorecido pela necessidade crescente de reforçar referências identitárias em um contexto de instabilidade simbólica e, evidentemente, material. Porém, teríamos que

concordar com Huyssen que afiançar "o passado não é uma tarefa menos arriscada do que assegurar o futuro" (2000:36).

4. Projeto Porto Maravilha

A atual conjuntura do Rio de Janeiro se apresenta num marco definido por vários estudiosos como uma política do "marketing urbano", destinada a ativar a competição interurbana para atrair investimentos internacionais.

Frente ao antigo porto, agora ocioso e obsoleto pelas mudanças no setor portuário, foi anunciada publicamente a revitalização da área pelo prefeito Eduardo Paes em 24 de junho de 2009, é uma iniciativa que reúne as três esferas do poder executivo e o setor privado, que prevê um investimento de recursos de R$ 374 milhões na zona portuária e bairros adjacentes, com vistas a sua revitalização, restauro e modernização. Assim, uma zona abandonada por décadas pelo poder público vêm à tona e, como se de um espaço vazio se tratasse, se propõe uma operação ao melhor estilo *tábula rasa.*

A estratégica localização da área próxima ao mar da baía de Guanabara e ao centro da cidade, também está caracterizada pela existência de equipamentos urbanos, a preservação de um considerável patrimônio arquitetônico e a subutilização de amplas áreas ligadas à atividade portuária, desvalorizadas simbólica e economicamente prontas a emergir "como laboratório para experiências urbanísticas visando o desenvolvimento de atividades econômicas e implantação de novas funções em uma tentativa de restituição da centralidade" (SANTOS 2005:2).

Esta seria a mais recente de uma serie de intervenções projetadas e anunciadas para a área desde a década de 1970, as quais não tinham se concretizado pela falta de integração e confluência de interesses políticos e econômicos. A cooperação entre os três níveis de poder, representados pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o prefeito Eduardo Paes e o governador Sérgio Cabral, tornou possível o projeto numa conjuntura que mergulha a cidade na globalização através do apetite do capital imobiliário.

A revitalização do Porto do Rio de Janeiro é considerada como um passo concreto para a realização dos Jogos Olímpicos 2016 e fez parte do Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro, entregue ao Comitê Olímpico Internacional[104]. A realização do mencionado projeto está em consonância com o que Souza (2002) e Sanchez (2003 apud SANTOS, 2005) chamam de planejamento "mercadofílico", dirigido não tanto ao ordenamento do espaço, mas ao aumento da competitividade econômica da cidade.

Para esses autores, o que se valora nesse tipo de planejamento é a capacidade da cidade de atrair investimentos, a partir de uma oferta extraordinária de infraestrutura para serviços culturais e turísticos, e para que a cidade possa ser vendida e consumida como um produto de alta qualidade no mercado mundial por investidores, turistas e todos aqueles que possam pagar por ela. Corroborando que a direção da política urbana é o "marketing urbano" orientado para o redesenho dos espaços urbanos com vistas à sua espetacularização (idem), o então secretário geral do Comitê Rio 2016, Carlos Roberto Osório afirmou que: "Estão previstas melhorias estruturais e instalações para os navios de cruzeiro, com foco no turismo. Toda a área do porto, com seus prédios antigos e docas históricas, se tornará uma nova atração, cheia de vitalidade, no coração do Rio"[105].

Vários autores (SANTOS, 2005; RIGOL 2003, GARCÍA, 2001; ZUKIN, 2000; BONNET e NAYAK, 2002) concordam que o problema desse tipo de empreendimento não é só o desvio da atenção aos problemas sociais para dar visibilidade econômica e turística à cidade, senão a exclusão dos benefícios para os moradores tradicionais das áreas a sofrer intervenção e o seu consequente deslocamento, pois em função da "revitalização" se redefine o perfil econômico do morador.

---

104 De acordo com o Comitê Rio 2016, será construída, na região, uma Vila de Acomodações com 1840 quartos. Se espera habilitar o local para o recebimento de navios que também serão utilizados para hospedagem. O projeto "Porto Maravilha" inclui a reurbanização da Praça Mauá, a construção de uma garagem subterrânea para 1000 veículos, a criação de 499 novas residências, a recuperação de imóveis antigos; a implantação da Pinacoteca do Rio, para exposições de arte; e a construção do Museu do Amanhã, para exposições interativas e projeções científicas.

105 Site Oficial da candidatura acessado em 23 junho de 2009

Não pretendo fazer aqui uma análise exaustiva sobre este tópico, amplamente pesquisado no âmbito acadêmico nacional e internacional, mas a sua menção é necessária não só porque o marco de intervenção geográfica da atual política do chamado *Projeto Porto Maravilha,* atinge a área em questão, senão também porque este vem sendo um tema analisado, conhecido e estudado pelos próprios atores e protagonistas do lugar e frente ao qual se assumem posturas e se tentam criar oposições e identidades.

É assim que a chamada gentrificação do espaço se tornou moeda corriqueira ou categoria local nos discursos locais e também de ARQUIPEDRA, que assegura que o embate com a VOT começou a se acirrar desde 1999, quando o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, também anunciava o projeto *Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro*.

Mas a gentrificação não pode mais ser encarada como fenômeno ou processo a ser aplicado em cenários, ancorado em um juízo de valor, já que vários estudos vêm apontando o conceito de gentrificação como um fenômeno caótico (BEAUREGARD, 1988), ou melhor, uma categoria de transformação onde um padrão não pode ser estendido a todos os contextos, embora possa ser tomado como marco referencial. Ou seja, precisa-se a análise *em situ* para captar as formas que esta assume.

Não entrarei aqui no mérito de problematizar o uso da categoria, pois esta escrita não se centra sobre esse extenso debate; porém recorro a ela apenas para dizer que junto com alguns analistas e ativistas, os atores locais denunciam, não sem razão, que este tipo de intervenção deixaria nas mãos do mercado a resolução de sérios problemas sociais, especialmente os relacionadas à moradia de interesse social.

Muitos presumem a repetição do projeto disciplinador do espaço e segregador da pobreza, da fórmula já implantada no começo de século por Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal no começo do século XX (SODRE, 1992; ABREU, 1988) e por outras reformas levadas a cabo na cidade, como a construção da Avenida Presidente Vargas,

que extinguiu a Praça Onze de Junho nos anos 1940, e os impactos suscitados pela criação da Cidade Nova no fim da década de 1970.

Os promotores dessas reformas urbanísticas já feitas estavam respaldados por um discurso de fundo positivista, estabelecendo como prioridade a erradicação de tudo o que significasse atraso, colonialismo, escravidão, etc Tanto as epidemias e os cortiços quanto a miscigenação e a cultura popular foram associadas à decadência e empecilho ao progresso sonhado. Nessa medida, confirma Mauricio Abreu (1988) criou-se uma disposição hierárquica geografizada da população, isolando as classes desprivilegiadas nos subúrbios e nas encostas dos morros.

4.1 O patrimônio e os impasses da memória nas fissuras do presente

Apresentei sucintamente o contexto de dinamização e modernização pelo que passa a atualmente a região portuária como um todo, impulsionado pelo *Projeto Porto Maravilha* e o marco de temor e inquietação que desperta dados os efeitos sociais esperados, baseado em experiências de reurbanização no século passado. A zona portuária passa, sem dúvida, por um grande momento de reordenação espacial que acentua desigualdades e heterogeneidades sociais.

Daí, se desprende uma legítima preocupação por variados setores com respeito ao futuro das camadas populares nas agendas globalizantes da cidade e se perfilam as diferentes táticas para enfrentar as pretensões do projeto e assim lidar com as instabilidades econômicas e culturais que ele provocará. As táticas são tão diversas quanto numerosos os possíveis afetados pelo avanços do projeto. Não poderia abordar aqui as formas de resistência assumidas por todos os atores na região e apenas darei ênfase às maneiras enfrentadas pelos atores dos que me aproximei.

No caso de ARQUIPEDRA, é claro que a ênfase está nos traços afro-brasileiros do lugar, ressaltando a presença e participação do negro no forjamento da área portuária e apontando para uma manutenção e revigoramento desta memória marcada pelo samba,

pelo candomblé e pelo trabalho do negro na estiva do porto. Não muito longe desta proposta memorialista se encontra também o trabalho empreendido pelo Centro Cultural Pequena África.

Assim, à diferença de outras organizações e movimentos populares que atualmente lutam na área portuária pelo direito à moradia, como os movimentos dos sem teto ou os resistentes às remoções, ou aqueles que desenvolvem trabalho cultural, ARQUIPEDRA propõe como objetivo primordial salvaguardar o patrimônio cultural imaterial herdado de antepassados escravos e africanos nessa região.

Foi em meados de maio de 2010 que consegui entrevistar a Torres, e a sua fala corroborou a impressão historicista que tive lendo o laudo, de um vínculo ao lugar gerado especialmente pela memória. Sua exposição começou com uma recapitulação detalhada sobre a história da presença negra no lugar, iniciada com a chegada de escravos ao cais do Valongo. A narração de eventos históricos sobre o lugar com uma ordem sequencial foi uma constante durante o trabalho de campo na Pedra do Sal.

Esses relatos, como veremos mais adiante, têm se tornado numa realização do espaço, onde o recontar e narrar as gestas das personagens que construíram o lugar e forjaram a sua história fazem parte da sua própria invenção e representação política. Bruner (1990) lembra que as narrativas são formas de mediação com as quais os seres humanos negociam e renegociam significados a partir, entre outros componentes, de uma ênfase na ação humana e na capacidade de obrar para alcançar seus objetivos.

Após a exposição feita por Torres, eu comecei a fazer algumas perguntas. Antes de responder, ele me advertiu que a sua resistência a conceder entrevistas era consequência das más interpretações de jornalistas e pesquisadores que não compreendiam o sentido do lugar. Talvez a minha seja mais uma dessas más interpretações, porém depois de

inúmeras tentativas, nunca mais consegui ter outra conversa com Torres[106]. Reproduzo aqui um recorte da entrevista realizada em 18/05/2010.

> Stella: Então qual é mesmo o sentido da Pedra do Sal, o que é tão difícil de entender que os pesquisadores terminam mal interpretando?
>
> Torres: Pedra do Sal é a luta pelo reconhecimento do negro na região portuária. Na verdade, é errado falar de Pedra do Sal como apenas este lugar onde está a pedra, pois nossa história vai desde a Praça Mauá até a Providência, a Pedra do Sal é apenas o centro simbólico de uma área maior.
>
> Stella: Desde que comecei o trabalho de campo me pergunto pela apropriação que vocês fazem deste lugar e não a encontro[107].
>
> Torres: Não há apropriação por que isto ainda não é nosso, por que não têm nós deixado, mas estamos esperando o título para poder nos apropriar deste espaço aqui, que nos pertence.
>
> Stella: Pensava na territorilidade, sabe? Nas coisas que as pessoas fazem para se apropriar dos lugares. Então, o que vocês fariam para se apropriar deste lugar?
>
> Torres: Se titulados, planejamos captar recursos para o desenvolvimento de oficinas de capoeira, artesanato e danças afros. Pretendemos criar e manter em funcionamento um centro cultural e ainda recuperar a sede do Afoxé Filhos de Ghandi. Planejamos ainda desenvolver parceiras com órgãos do poder público para o funcionamento de um colégio de ensino médio e até para a criação de uma Universidade Quilombola, em associação com a presença da UFRJ no observatório do Valongo.

Durante a entrevista, insisti a Luiz Torres que me interessava saber como é que chegaram a se organizar num quilombo, queria detalhes da expulsão provocada pela VOT, assim como o número de famílias afetadas e as condições específicas nas que se encontravam, e em fim informações sobre como foi que eles finalmente se transformaram em sujeitos quilombolas. Ele me respondeu dizendo que o cadastro de famílias era manejado só por Damião Braga. Sobre isto, argumentou não saber muito porque mora nas adjacências do Morro da Conceição, num prédio que não está diretamente envolvido no conflito com a VOT.

Inicialmente, eu imaginava que cada um dos que compunham ARQUIPEDRA teriam alguma relação de moradia com a VOT, então perguntei como foi que ele terminou se associando, ao que Luiz me respondeu: *se equivoca quem pensa que Pedra do Sal é apenas*

---

106 A última vez que falei com Luiz Torres, fiz uma ligação com o intuito de marcar um novo encontro. Ele me respondeu que estava distanciado de ARQUIPEDRA, por discordar de alguns procedimentos. Não me deu muitos detalhes, porém agregou que continuava sendo quilombola.

107 Na medida em que as pessoas que lideravam o processo eram cientes das noções da acadêmia eu me permiti formular as perguntas nessa sintonía.

uma questão de moradia, eu não estou lutando por moradia e sim pelo resgate da memória dos meus ancestrais. O seu argumento traçava, assim, os critérios político-organizativos que norteiam sua mobilização e forjam a coesão em torno de uma certa identidade.

Assim, a memória social do espaço pelo que luta ARQUIPEDRA, parte dos *fatos vividos por tabela*, definidos por Pollak (1992) como os acontecimentos vividos pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencer. Estes fatos prevalecem sobre a memória genealógica e pessoal ou aquela diretamente vivida, e se constituem num elemento definitivo na identidade pessoal e do coletivo, onde a individualidade é dissolvida num todo mais amplo representado no grupo racial e na sua memória. Em outras palavras a cotidianidade pessoal é absorvida pela monumentalidade da história social e coletiva.

A memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. Para além da formação da memória, Halbwachs aponta que as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. Criam-se representações do passado assentadas na percepção de outras pessoas, no que imaginamos ter acontecido ou pela internalização de representações de uma memória histórica.

> "a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada" (HALBWACHS, 2004: 75-6).

As lembranças podem ser simuladas quando ao entrar em contato com as lembranças de outros sobre pontos comuns em nossas vidas acabamos por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo.

Também importante neste processo, assinala Halbwachs, são as percepções acrescentadas pela memória histórica.

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos *vividos por tabela* vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma

pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK 1992: 15).

Quiçá este caso comporte um dos traços das chamadas "culturas da memória" do nosso tempo, estudadas por Huyssen, e caracterizadas por um historicismo expansivo, consequência, em parte, da atrofia das tradições e a entropia das experiências de vida estáveis na modernidade (LUBBE apud HUYSSEN 2000: 27).

O que foi uma constante no trabalho de campo na Pedra do Sal foram as repetidas referências orais sobre fatos históricos. Era como se o lugar ganhasse relevância simbólica e representação política ao se narrar a história. Cada vez que eu tentava saber sobre as lógicas atuais de apropriação, a escolha do lugar, o processo de formação dos grupos, as práticas sociais e suas relações atuais, eu me encontrava escutando as histórias das personagens históricas que constituíram o lugar. Era como se a "escassez" de presença (ou presente) no caso de ARQUIPEDRA levara a seus membros a um excesso de memória e de passado. Como diria Agualusa para se referir a um certo povo nômade de Angola, estamos frente a "gente com muito passado pela frente e todo o futuro pelas costas".

No laudo antropológico, estes dados do presente etnográfico do grupo também não aparecem e, em vez deles, a análise parte para a premissa weberiana de comunidade baseada na crença subjetiva de uma procedência passada comum, suficiente para a propagação de relações comunitárias e onde dito sentimento de pertencimento levaria a uma ação política comum.

Quanto as ações políticas e alianças de ARQUIPEDRA, a associação cumpre um papel indiscutível de liderança na política da Associação de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro – AQUILERJ que articula uns 30 quilombos do Estado, pela sua capacidade de gestão, ARQUIPEDRA é uma das organizações que mais se projeta no plano extra-local, chegando a representar às comunidades quilombolas fluminenses mais afastadas ou sem

recursos para os deslocamentos, em importante reuniões em Brasília, Rio de Janeiro e outras cidades.

No plano local o principal aliado é o Bloco Carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi[108]. Porém, a articulação com outros coletivos negros que se apropriam da Pedra do Sal ou os que têm demandas concretas por moradia na região não é uma prioridade para os seus dirigentes[109], pois o que mais conta é a interlocução direta com o Estado. Uma vez reconhecida a associação como quilombo, é ante ele que se legitimam e apresentam-se as demandas. Assim, o princípio classificatório que fundamenta a existência do grupo emana da construção de um repertório de ações coletivas e de representações frente ao Estado, mais que ante outros grupos locais.

Para Barth (2005), quando um grupo reivindica um pertencimento étnico, relacionado à cultura, à questão racial, inserido em um contexto específico em que o Estado passa a reconhecer identidades diferenciadas, o que pode ocorrer, é a afirmação dessa etnicidade, a partir das práticas culturais diferenciadas em relação aos "outros". Assumir uma identidade cultural diferenciada implica declarar para o grupo do entorno que se é diferente, isto é, declara-se o não-compartilhamento do mesmo olhar em relação ao mundo que o cerca. Uma vez que ocorre essa "delimitação" de fronteiras culturais, é preciso especificar o que constitui as diferentes culturas, seus pontos de contato e de divergência.

Em certa forma, as relações com os outros grupos são conturbadas pelas divergências de opinião e ação, onde a salvaguarda da memória negra dirige os projetos e usos possíveis

---

108 Mais informações sobre o Afoxé Filhos de Gandhi podem ser consultadas na pesquisa de Roberta Guimarães (2011)

109 Um exemplo claro disto é a sua falta de participação, apesar de ter sido várias vezes convocada, no Fórum Comunitário do Porto, que desde finais do 2010 vêm reunindo pessoas e movimentos da região afetados pelas obras do *Projeto Porto Maravilha*. Ali, apoiados por ativistas e acadêmicos, os movimentos sociais e as pessoas cuja moradia sofre algum tipo de ameaça expõem os problemas e procuram estratégias coletivas para a ação.

para o lugar. A entrevista a seguir ilustra este tipo de confronto e permite introduzir uma reflexão respeito dos dilemas dessa salvaguarda da memória.

> Stella: Nos meses que eu levo vindo aqui a fazer pesquisa, tenho visto outros coletivos negros fazerem um aproveitamento da área, há várias apropriações que são bem interessantes como Samba na Fonte ou ainda Batuque na Cozinha, que chegam a lotar o lugar. Fico muito impressionada com esse movimento cultural na rua.
>
> Torres: Isso ai é divertimento para brancos, sem conteúdo, sem proposta política claramente definida.
>
> Stella: Qual acha que seria o diferencial da proposta que ARQUIPEDRA tem para Pedra do Sal, o que deveria ser feito aqui?
>
> Torres: Nós queremos fazer principalmente o Museu do Santo, a nossa memória tem que ser resgatada, exaltada e propagada.

Dentro das respostas de Torres chamou a atenção a ideia da criação de um museu sobre o candomblé numa região na que o *Projeto Porto Maravilha* esta projetando o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio MAR e a Pinacoteca Escola do Olhar. O desejo de construção de um museu do candomblé em si, expressa a busca do reconhecimento e da procura para posicionar na área uma outra visão do mundo.

Regina Abreu (2008: 54) afirma que as práticas musealizantes podem reunir acervos de sociedades ameaçadas de extinção ou, ainda, cristalizar percepções sobre a vida social e, assim, fazer com que grupos sociais subordinados "aprendam mais sobre si próprios" para reconstruir modos de vida desaparecidos e reforçar os sentimentos de pertencimento étnico. Há certamente uma dimensão geopolítica do patrimônio na que as sociedades propugnam pelo reconhecimento de seu acervo cultural enraizado no lugar, o tempo e o espaço (PIAZZINI, 2008).

Porém, o risco de separar o patrimônio imaterial da materialidade e dos sistemas socioeconômico é a musealização das pessoas que habitam os espaços, e cair na exotização da diferença induzindo à performance dos sujeitos. Para Lubbe (apud HUYSSEN, 2000) a musealização é uma prática que se faz cada vez mais presente para compensar a perda das tradições. Contudo, a crença de um ressarcimento e reparação a partir de um projeto de musealização, tem como paradoxo ser ao mesmo tempo um projeto que também pode representar um "divertimento para brancos", parte do circuito turístico que já se vislumbra para o lugar, como o mostrarei mais adiante.

A esse respeito, David Harvey adverte que a reelaboração das tradições é uma tendência que apontam para a construção de um passado ilusório transformável em mercadoria, pois:

> [...] a tradição histórica é reorganizada como cultura de museu, não necessariamente de arte modernista, mas de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito tempo perdida e com frequência romantizada (1992: 213).

É necessário esclarecer que essa especificidade, referente a uma memória negra na região, não é exclusiva de ARQUIPEDRA, pois outros coletivos aos que me referirei mais adiante se mobilizam sob o mesmo precedente de visibilizar a presença dos negros na região. São vários os sujeitos e coletivos sociais, políticos e culturais que se identificam como herdeiros desse patrimônio e têm em comum a partilha de uma performance pública: músicas de ritmos percussivos, rituais de religião afrodescendente e oferta de comidas associadas à culinária afro-carioca. Além desses movimentos e grupos sociais e culturais, tampouco pode se passar por alto o elevado simbolismo metafórico referente à luta negra e a resistência cultural contido nos nomes elegidos pelas organizações dos movimentos sem teto, que, não sendo exclusivamente negras, vêm ocupando prédios abandonados na região portuária e batizando suas ocupações com nomes como *Chiquinha Gonzaga* (70 famílias) na rua Barão de São Felix, *Machado de Assis* (200 famílias), na rua da Gamboa, *Ocupação Quilombo das Guerreiras* (100 famílias), na Francisco Bicalho e a recém levantada *Zumbi do Palmares* (130 famílias), na Avenida Venezuela.

Os movimentos culturais baseados em expressões musicais negras são em certa forma responsáveis pela reativação na última década, atividades culturais na área, a partir de rodas de samba que, provenientes de vários lugares da cidade, se encontram em lugares como o Largo de São Francisco da Prainha e a Pedra do Sal. Alguns são muito mais antigos na região, como os tradicionais blocos de carnaval Afoxé Filhos de Gandhi[110] e

110 Fundado em 1951, por iniciativa de trabalhadores e moradores da zona do Cais do Porto do Rio de Janeiro, influenciados e sob orientação de alguns integrantes do Ijexá Filhos de Gandhi, fundado em Salvador, em 18 de fevereiro de 1949.

Escravos de Mauá[111], enquanto outros carregam atividades mais programadas e dirigidas para grupos específicos, como o Centro Cultural Pequena África, que partem também de uma discussão sobre os significados e os usos do patrimônio histórico e cultural negro.

De certo modo, estas outras expressões culturais e sociais enumeradas acima recolhem um consenso sobre o legado de presença, luta e resistência do negro na zona portuária do Rio Janeiro, assim como a sentida necessidade política de que este seja reconhecido e valorizado como patrimônio histórico e cultural da cidade.

Em consequência, pode-se apontar que nada resultou mais oportuno que o tombamento da Pedra do Sal em 1987, quando ela foi reconhecida oficialmente como patrimônio material do Estado do Rio de Janeiro. A sua distinção como patrimônio teve o que Gonçalves (2005) tem denominado como *ressonância*, e no caso encontrou eco e respaldo dentro dos setores dos movimentos negros e culturais da sociedade que acharam no tombamento da Pedra do Sal a convergência dos esforços coletivos e simbólicos para se afirmar identidades e reconhecer os aportes dos afrodescendentes à construção da cidade.

Porém, a Pedra do Sal não seria o único lugar depositário da memória afro-carioca na região portuária, já que ela estaria espalhada em muitos outros "lugares da memória", como o Cemitério dos Pretos Novos[112] e o Centro Cultural Municipal José Bonifácio,[113]

---

111 O bloco Escravos da Mauá foi criado no Carnaval de 1993 pelo irmãos Eliane e Ricardo Sarmento Costa, funcionários do Instituto Nacional de Tecnologia INT, nos arredores da Praça Mauá. A agremiação hoje reúne cerca de 20 mil pessoas por desfile. Já os ensaios juntam duas mil por edição no Largo da Prainha.

112 O Cemitério dos Pretos Novos está localizado em uma casa construída no início do século XVIII, na Rua Pedro Ernesto 36, no bairro da Gamboa. No inicio dos trabalhos de remodelação realizado pelos proprietários, Mercedes Guimarães e seu marido Petruccio, em 1996, foi encontrado um sítio arqueológico enterrado as seus pés. Embaixo da estrutura do prédio havia um cemitério secular onde eram enterrados os negros vindos da África que não resistiam à viagem e morriam antes de serem comercializados. É o cemitério dos que escaparam para sempre da escravidão. Junto aos entulhos, foram encontrados fragmentos de crânios e ossos humanos dentre artefatos de cerâmica, vidros, metais e outras evidências arqueológicas.

Desde então, o Departamento Geral de Patrimônio Cultural, da Secretaria de Cultura da Prefeitura tem acompanhado o caso, ao lado do Instituto de Arqueologia Brasileira. O local foi transformado em sítio arqueológico e, em 2006, em Centro Cultural, visando manter viva a história da cidade do Rio de Janeiro, como também a do Brasil e da África.

localizados na rua Pedro Ernesto, a casa de Machado de Assis, na ladeira do Livramento, a Cidade do Samba, o cais do Valongo e a rua Barão de São Felix, onde moraram os baianos João de Alabá e Dom Obá II, príncipe de África, figuras promitentes da Pequena África. (ver imagem 4 e 5). Guimarães (2011) definiu como o "mito da Pequena África", essas formas específicas com que alguns grupos de moradores e usuários se apresentam e representam suas "tradições" e "memórias", relacionadas a uma autoproclamada "ancestralidade africana"[114].

Contudo, se a patrimonialização da Pedra do Sal encontrou, nos termos de Gonçalves (2005), ressonância pelo seu poder de evocação, a sua transformação para quilombo foi diferente e não encontrou o mesmo eco, do que se deduz que a eficácia simbólica não garante, necessariamente, eficiência política. A ARQUIPEDRA suscita fortes contestações, não apenas dos seus opositores por antonomásia – a VOT, senão também de intelectuais comprometidos e de setores dentro do mesmo movimento negro, como será levantado mais adiante[115].

---

http://www.pretosnovos.com.br/cemiterios.html

113 O Centro Cultural Municipal José Bonifácio funciona como sede do Centro de Referência da Cultura Afro-brasileira, único no gênero na América Latina, num prédio tombado renascentista, erguido em homenagem ao patriarca da Independência José Bonifácio na rua Pedro Ernesto 86. O prédio foi construído para abrigar uma das primeiras escolas públicas da cidade. O ginásio foi posteriormente extinto e o prédio permaneceu desocupado até 1977, quando a Biblioteca Popular Municipal da Gamboa foi instalada no palacete histórico. Em 1994, houve uma grande reforma e foram instaladas esculturas de inspiração africana e as diversas unidades do centro receberam nomes de personalidades-símbolos da cultura afro-brasileira. O centro cultural tem uma biblioteca especializada com um acervo de mais de 750 títulos sobre o tema e costumava realizar atividades cotidianas de oficinas, cursos, espetáculos e exposições, as quais se encontram paradas devido às precárias condições do prédio, que deve passar por uma reforma estrutural nos próximos meses. http://noticiascultura.rio.rj.gov.br/principal.cfm?sqncl_publicacao=497

114 Dentro dos grupos que compõem o circuito de herdeiros da Pequena África, Guimarães incluí além da ARQUIPEDRA, os idealizadores do Instituto Pretos Novos, cujo centro de memória e pesquisa da escravidão foi criado em um sobrado da rua Pedro Ernesto após seus proprietários descobrirem a existência de um cemitério de escravos; os diretores do Instituto Batucadas Brasileiras, uma escola de musica localizada na área do Valongo; e os integrantes do grupo de carnaval Afoxé Filhos de Gandhi, cuja sede esta ao lado do Jardim Suspenso do Valongo e que se apresentam além do Carnaval em eventos políticos, culturais e religiosos com músicas e coreografias referenciadas nos rituais do candomblé.

115 Um dos manifestos públicos e de apoio explícitos para a ARQUIPEDRA é o do vereador Eliomar Coelho (PSOL), que, junto ao seu gabinete de assessores, é um dos principais apoiadores e incentivadores do Fórum Comunitário do Porto. Para ressaltar seu apoio à ARQUIPEDRA, em agosto do 2011 o vereador propôs à Câmara dos Vereadores o projeto de lei Nº 1091/2011, para criar a área de especial interesse cultural[115] (AEIC) do Quilombo Pedra do Sal, nos termos da Lei Complementar 111 de 2011 (A qual dispõe sobre a Política Urbana e

Mas voltemos à análise das diferentes ressonâncias que comportam o tombamento e a conformação de um quilombo. Ainda que a ARQUIPEDRA apresente uma linearidade histórica no seu processo político, a transformação do patrimônio para uma organização quilombola não é apenas gramatical ou do uso de um recurso narrativo para acionar determinadas acepções de tempo, cultura e identidade. Esses termos –patrimônio e quilombo- indicam um processo histórico de construção de novos fenômenos, associados a uma interiorização de categorias pelas pessoas e pelos grupos sociais.

Porém, os cruzamentos de conceitos e linguagem, como o exemplo que cito a seguir, não nos falam tanto das interpretações nativas das categorias ou da sua extrema relativização, mas das disputas internas dos grupos pela memória, o lugar e seus significados, junto à implosão de uma multiplicidades de esferas subjetivas de existência e participação. Como tem refletido Gonçalves (2008: 10) "os patrimônios deixam de se configurar como um consenso (o que nunca foram) e exibem-se como fragmentários e divididos contra si mesmos. Sua unidade parece constituir-se em uma promessa jamais cumprida, uma realização constantemente adiada".

A entrevista com Iêre Ferreira, um conhecido fotógrafo, militante do movimento negro e morador do entorno da antiga Praça Onze, foi exemplo esta fragmentação. Conversamos sobre a movimentação que Pedra do Sal tinha adquirido nos últimos anos

---

Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências) Esta área estaria constituída pelos imóveis demarcados pelo INCRA para a ARQUIPEDRA (I – Rua São Francisco da Prainha, lado ímpar, do n° 25 ao n° 53; II – Travessa do Sereno, nºs 11, 22, 27 e 29;III – Rua Argemiro Bulcão, nº 35; IV – Rua Sacadura Cabral, nºs 111, 113 e 115; e V – Rua Camerino, nº 9.)

A justificativa para o projeto de lei seria que os espaços dedicados à cultura indígena e os sítios de interesse arqueológico não podem ser considerados meras "peças de museu". Por isso "é necessário que o zoneamento urbano reconheça e fortaleça o caráter de formador do próprio espírito carioca conforme nos mostram inúmeros trabalhos acadêmicos e marcos históricos em toda a nossa Cidade" ver http://www.eliomar.com.br/, acessado em 10/08/2011)

Na ementa publicada no site oficial do vereador do PSOL há uma preocupação sobre como, na segunda maior cidade escravista da história, existem ainda "famílias descendentes diretas dos negros escravos fugidos, alforriados ou libertos, que não têm seu lugar garantido na cidade" (ibid). Em razão deste argumento, a proposta parlamentar visa garantir um zoneamento urbano, necessário "para fortalecer e preservar as condições de vida e a herança cultural que esta comunidade trouxe para a história da cidade, ajudando a forjar o espírito carioca".(idem) . O mesmo esforço foi levado a cabo para dar respaldo ao caso da família Sacopã.

nas noitadas cariocas[116], e eu lhe perguntei se não seria isto uma consequência da patrimonialização do lugar, frente ao que me respondeu: *- Se este lugar fosse patrimônio, outro seria o tratamento que receberia, há que ver quanto lixo, ninguém cuida mesmo. Acho que este movimento cultural é consequência do seu tombamento como quilombo.*

Eu questionei se não estaria se confundindo, pois o lugar tinha sido tombado como patrimônio em 1987, enquanto o quilombo ainda não tinha sido titulado e seu processo estava em andamento. Ao ver que ele se mantinha no seu argumento inverti a pergunta: *-Então o que é quilombo para você?* Ao que Iêre respondeu: *- Quilombo é um lugar onde os negros podemos se reunir e expressar à vontade.* Quando lhe perguntei pela sua relação com ARQUIPEDRA, Iêre objetou: *-Não tem que ser parte de um grupo para sentir como próprio o lugar. A Pedra do Sal parece sorrir com nossa presença. É na pedra que nos encontramos para cantar as histórias e nos encantamos com a batucada deixada pelos negros que tanto peso tiveram que carregar nas costas para que hoje tenhamos esta comunhão.*

Um outro caminho interpretativo sobre esses conflitos, se encontra no cruzamento que ambas categorias –quilombo e patrimônio, encerram com respeito à dicotomia entre a materialidade e imaterialidade do lugar. Por uma lado, a atual política quilombola se dirige à permanência, existência: as comunidades, irmanadas por uma mesma herança cultural e histórica, que é imaterial, mas formadas por pessoas, que têm sua materialidade e se localizam em um espaço geográfico também material, onde o objetivo da política é dar suporte jurídico a essa materialidade através da posse da terra.

Já o tombamento está regido pelo valor cultural e imaterial que bens e coisas, materiais ou não, podem ter para a sociedade como um todo, tanto como um objeto de valor excepcional ou como um elemento com características que o insiram em uma categoria cuja preservação seja considerada necessária. No caso estudado, duas políticas estatais recaem sobre o mesmo espaço, uma com miras à preservação de um bem imaterial e outra elaborada para suportar a materialidade na que se sustenta um grupo social, o quilombo. Há então nesse conjunto de concepções jurídicas que atingem Pedra do Sal

116 Entrevista realizada em 24/08/2010

uma separação da materialidade/imaterialidade que divide o cultural (imaterial) do patrimônio material, e que o grupo quilombola tenta juntar.

Em outras palavras a fragmentação da relação indissolúvel entre universos estéticos e simbólicos e sistemas socioeconômicos e entornos biofísicos, como campos separados com processos argumentativos, hermenêuticos e de validação específicos, como descritos por Latour (1994). Pode-se distinguir a separação natureza e cultura, quando o patrimônio ambiental e cultural são naturalizados a tal ponto como monumentos ou objetos que falam por si mesmos que contem informação suficiente, gerando a ilusão de que não têm sido obra humana. O risco é a redução do patrimônio a expressões mortas embalsamadas propensas à sua disseção e museificação. Quando práticas, saberes, destrezas, receitas e cosmovisões são alienadas da experiência econômica social e cultural, são também monumentalizadas e afastadas da cotidianidade, matéria prima da encenação do espetáculo da natureza e da cultura.

De tal modo, a intencionalidade do grupo quilombola de se autodenominar como o monumento, marca uma relação de fundamento que se deseja estabelecer com o monumento. Yori (2002: 9) ressalta que um monumento se constitui num sintagma de ordem, "em signo caligráfico, e pelo mesmo, numa determinada maneira de nomear que nomeia a quem de tal forma lhe da nome"[117]. Assim, ao nomear o que se coloca em jogo é a forma da relação. Já que a patrimonialização da Pedra do Sal tem tido um papel predominante da constituição de uma comunidade quilombola que a partir dele se reinventa, exporei a seguir o contexto do tombamento da Pedra do Sal para explicar a relação entre patrimônio e quilombo.

5. Patrimonialização, ressacralização e ritualização da Pedra do Sal

Os patrimônios têm um caráter social; a sua construção coletiva ou representativa é intencionalmente formulada de acordo com interesses políticos conjunturais. De acordo com Prats (1997), é por isto que estes são mutáveis, estratégicos e constantemente

117 tradução livre do espanhol.

adequados às novas circunstâncias. Já para Gonçalves (2007), os patrimônios prometem uma realidade ausente e distante, trazendo uma promessa de totalização. Estas ideias são ponto de partida, para expor o contexto social que levou ao tombamento de Pedra do Sal. A apresentação dos elementos contextuais que emolduraram a patrimonialização da Pedra do Sal contribuem para a compreensão da sua construção e dos agentes mediadores, envolvidos no processo.

A Pedra do Sal, como patrimônio, não é apenas uma realidade direta, desprovida de intervenções. Desde a sua origem como patrimônio imaterial até hoje vemos as práticas que têm acrescentado força ao monumento. O tombamento da Pedra do Sal está diretamente relacionado com a política pós - ditadura municipal e estadual que caracterizou os anos 1980 no Rio de Janeiro, como foi levantado por Mariza de Carvalho Soares (1999) na sua análise sobre a instalação do monumento a Zumbi dos Palmares em 1986.

O período em questão corresponde ao governo de Leonel Brizola, considerado como um político de corte popular socialista, o primeiro governador eleito democraticamente no Estado do Rio de Janeiro depois da ditadura militar. Sua eleição foi marcada, também, pelo retorno dos exilados, entre eles Darcy Ribeiro, cujo papel será chave no incentivo à participação popular e à recuperação da cidadania nos centros metropolitanos (ibid).

A vitória brizolista permitiu que determinados grupos históricos da luta social organizada no Rio de Janeiro ingressassem no governo e apresentassem propostas socialistas de mudanças para a gestão do estado. Um desses grupos foi o Movimento Negro do Rio de Janeiro, que havia efetuado uma aliança pré-eleitoral com Brizola, a qual levou, após a vitória, os membros do movimento a ocupar diversos cargos no primeiro escalão do governo (ibid).

Segundo Soares (1999), o governo do Estado do Rio de Janeiro também apresentava, na época, uma preocupação com a monumentalização do espaço urbano, expressa nos debates concernentes ao levantamento da cabeça de Zumbi dos Palmares, o mítico herói

do Quilombo dos Palmares na Serra da Barriga e a inovação da Praça da Apoteose na rua Marquês de Sapucaí, com o desenho da Passarela do Samba, projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Ambos os projetos se cruzam com o "discurso da negritude". Assim, houve uma certa consagração simbólica expressada em monumentos, lugares e datas[118], facilitada pela favorabilidade de Darcy Ribeiro à patrimonialização de bens representativos da cultura popular (SOARES, 1999).

As entrelinhas e divisões no interior da política local e do (Movimento Negro) MN que precederam o levantamento da cabeça do Zumbi dos Palmares explica, de certa forma, o aparecimento da Pedra do Sal na arena política da cidade. O plano inicial de uma homenagem ao herói quilombola tinha sido autoria do deputado negro José Miguel em 1982, que tinha conseguido um número significativo de votos, mas não possuía vínculos estreitos com as lideranças do MN. Inicialmente, houve um descaso inicial da proposta do deputado, o que não significou, em palavras de Soares, "uma desatenção do governo em relação à negritude, mas uma aliança da governadoria com outros setores do movimento", mais explicitamente ligados a Abdias Nascimento (ibid: 124).

Por outro lado, a inauguração do sambódromo se ergueu, de acordo com Soares (1999), sobre uma visão futurista do Carnaval, mais do que sobre seu passado e seu indubitável vínculo com a negritude. De lá para cá, o Sambódromo representou a inovação da modernidade no mundo do samba e uma aliança popular com o brizolismo, embora o desfile das escolas de samba tenha afastado a população em geral como assistente e se tornado um espetáculo turístico de grande investimento financeiro (NOBRE, 2011) .

Essa inesperada separação de negritude e carnaval se relaciona com o debate centrado, naqueles dias, sobre o "lugar" geográfico da negritude na cidade, e ainda não superado, como mostrarei mais adiante. Se o Sambódromo era o lugar do Carnaval e este não era

---

118 Porém o MN não era unânime, homogêneo, nem alheio de contradições internas, nos diz Soares, e, em consequência, aquela aliança era cheia de fraturas e divisões refletidas no andamento de vários projetos. Mesmo assim, esta época se caracterizaria pela consagração do Zumbi dos Palmares como herói da raça negra, decapitado na luta contra a escravidão. E há também a significativa mudança de comemoração da negritude. Denunciando os limites da abolição, o 13 de maio é substituído pelo 20 de novembro, aniversário da morte do guerreiro, tornado Dia Nacional da Consciência Negra.

mais uma referência exclusiva ao mundo negro, precisava-se, então, de um lugar simbólico para a negritude, muito mais se a instalação do monumento a Zumbi ainda aguardava por outra conjuntura política.

A Pedra do Sal foi, então, candidatada a lugar da negritude. A proposta se alimentou também de uma controvérsia - que continua viva entre os memorialistas dos lugares - referente à localização do "berço do samba". Em vários debates a respeito, o bairro da Saúde disputava esse titulo com a Praça Onze[119], por ser o local dos primeiros ranchos carnavalescos e o lugar de animados encontros dos renomados sambistas João da Baiana, Donga e Pixinguinha.

Com as transformações realizadas pela reforma de Pereira Passos, entre 1903 e 1906, empreendeu-se uma cirurgia da área central do Rio de Janeiro, que buscava apagar as marcas da antiga cidade colonial. Segundo o geógrafo Mauricio Abreu (1988), a partir das mudanças suscitadas pelas transformações arquitetônicas e urbanísticas, numerosas pessoas de baixa renda foram desalojadas desses bairros para outros morros e para a Praça Onze na Cidade Nova, onde os moradores haviam feito do bairro o palco das festas populares como o carnaval e onde o samba continuou a se desenvolver (MOURA, 1995; ZYLBERG, 1996).

Esses argumentos alimentaram os debates políticos e culturais que caracterizaram o panorama de meados dos anos 1980. Chegar-se-ia a um aparente consenso: se a Praça Onze era o lugar do Carnaval, a Pedra do Sal, na Saúde, seria então seu precursor, reconhecido assim e a partir desse momento como o lugar de negritude (SOARES, 1999:125).

---

119 A Praça Onze, homenagem a vitória brasileira na Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, ficava à esquerda da entrada do Sambódromo e ia até o Canal do Mangue, que divide a Presidente Vargas em duas pistas. Em volta dela, as ruas tinham traçado regular, e as mais movimentadas, Senador Eusébio e Visconde de Itaúna, paralelas ao Canal do Mangue, desapareceram com o surgimento da avenida. A região foi povoada por famílias burguesas que, no fim do século XIX, se mudaram para a orla da Baía de Guanabara e alugaram seus palacetes para os imigrantes pobres que chegavam ao Rio em grande quantidade. As pessoas moravam lá amontoadas em cortiços e casebres, às vezes com oficinas no térreo.

O local foi proposto como bem suscetível de tombamento pelo Instituto Estadual de Patrimônio e Cultura (INEPAC, 1984)[120] com o qual se iniciava a sua construção como um "marco da africanidade". A iniciativa foi do historiador e ativista negro Joel Rufino dos Santos, que elaborou uma biografia social do lugar:

> Os pretos da Saúde, e suas tias, participaram dos principais eventos da cidade: a Abolição (1888), a Revolta da armada (1891-1893), as greves de 1903, a revolta contra a Vacina Obrigatória (1904), a Revolta contra a Chibata. Participação amplamente documentada, embora subestimada pela história conservadora. Já não existe Praça Onze, nada sobrou das pensões onde nasceu o samba. Boa parte da Saúde, da Gamboa, da Conceição, da Providencia e do Estácio que a prolongavam, se descaracterizou. Ficou como raro testemunho da cidade negra, a Pedra do Sal.

Se tratou, sem lugar a dúvidas, de um fato inovador e até precursor em matéria de patrimônio cultural, que respondeu às propostas de exaltar no espaço público as memórias e histórias dos grupos subalternos, como proposto por Hayden (1997).

A iniciativa para a patrimonilização de bens imateriais ligados às tradições culturais populares, reponde ao acolhimento da UNESCO das recomendações emergidas na Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972. Não conformes com as políticas de patrimônio centradas em bens arquitetônicos e sítios ecológicos, representantes dos países do terceiro mundo solicitaram naquela oportunidade a inclusão das culturas tradicionais entre as competências do Patrimônio Mundial da Humanidade (BO 2003 apud OLIVEIRA 2008).

Isto levou a uma democratização da noção de patrimônio e em consequência a um alargamento do público atingido pelas suas iniciativas, já não mais ligado e exclusivamente às narrativas da identidade nacional. Nesse sentido, o tombamento de Pedra do Sal implicou, em palavras de Eucanãa Ferraz (1997), uma mudança na política de preservação, pois levantou uma nova hierarquia nos valores vigentes que até ai guiavam a preservação de bens culturais, inclusive no próprio Morro da Conceição. Estabelecia-se assim, um alinhamento político mais preciso dirigido à preservação da memória de um dos, assim chamados, "grupos formadores" da nacionalidade brasileira -

120 Processo E-18/300048/84 do INEPAC

a população afrodescendente, que só se afiançaria juridicamente, mais tarde, no artigo 215 e 216 da Constituição de 1988.

Foi no discurso de ocasião para o tombamento do primeiro monumento à história negra que o então vice-governador Darcy Ribeiro deu "ao berço do samba o caráter de trincheira da resistência negra" assegurando que

> (...) a Pedra do Sal, localizada no bairro da Saúde, abrigou aos escravos que ganharam a liberdade depois da Abolição, em 1988. Estamos assistindo ao despertar de um negro que sabe que a Abolição não foi dádiva de uma princesa (RIBEIRO, 1984 cf Revista Isto É, apud SOARES,1999: 125).

Em principio pode se anotar que com o reconhecimento da Pedra do Sal como monumento, o poder público estadual reconstituía simbolicamente a Pequena África, que foi dizimada pelos processos remodeladores da ocupação do território urbano, dos que já temos referências. Porém, os bastidores políticos que precederam o tombamento da Pedra do Sal evidenciam as intrigas da política local, além da homenagem simbólica. Para Soares, o tombamento de Pedra do Sal representou:

> (...) um nítido descomprometimento do Governo do Estado com o projeto do deputado José Miguel (referente ao levantamento da cabeça de Zumbi no Parque de Flamengo) já aprovado e transformado em lei. Mas esta tão famosa Pedra que lá está até hoje tem tanto de história para contar quanto de segredos a esconder. Seu acesso é difícil e são poucos os que vão até lá visitá-la. Por isso a tentativa de monumentalização da negritude começa a ser repensada pelo Governo do Estado e pelas lideranças do Movimento Negro e a ele ligadas. É então que o imaginoso professor Darcy Ribeiro, entusiasta do tombamento da esquecida Pedra, vai buscar na lei da Assembleia Legislativa do Estado a inspiração para a construção de um monumento. (ibid : 126)

Além do fundo político por trás da patrimonialização, estavam os fatos históricos e culturais que foram selecionados, eliminando ambiguidades, para consolidar a Pedra do Sal como um monumento à afro-brasilidade. A ressonância que suscitou o tombamento obedece ao acúmulo, ao longo dos anos, de camadas de experiências e significados históricos, culturais e religiosos, que em conjunto lhe conferem uma densidade simbólica referida à presença negra na cidade, reunindo no mesmo ponto um monumento cultural e religioso. Construiu-se, assim, uma ligação com o núcleo fundador, a qual é tida como a permanência de uma tradição atemporal sem interrupção, onde a história passou a ser vista como um movimento de restauração da integridade perdida. Deste modo, se reitera que a patrimonialização é uma estratégia mediante a qual os grupos sociais buscam um lugar público de reconhecimento.

O tombamento da Pedra do Sal apontou para o início de um investimento coletivo para a construção dos significados do lugar, com base em uma experiência social objetiva partilhada, de interpretação subjetiva, onde os fatos históricos ganharam uma fronteira nitidamente delimitada, e um contorno que os objetificou e os apresentou como uma cadeia escatológica de sucessos que representam uma continuidade: a presença do negro na área do porto.

O leque de eventos significativos narrados começa pelo funcionamento do mercado escravista do Valongo (ver imagem 3), que, a partir de 1770, em pleno auge do tráfico negreiro, foi local designado para a negociação dos negros vindos da África como escravos, cujo desembarque acontecia, até então, no trapiche da Alfândega, na Praça XV e na rua do Mercado. Foi assim que ali, numa área fora da cidade, se ergueram galpões para o trato de escravos.

A recente descoberta do Cemitério dos Pretos Novos[121], localizado no subsolo das ruas Pedro Ernesto, Leôncio de Albuquerque e do Propósito, ruas estas que delimitam histórica e cartograficamente o cemitério na Gamboa, onde eram enterrados os escravos que tinham morrido na travessia marítima, viria a confirmar o caráter do Valongo como cais negreiro.

---

[121] No período compreendido entre os anos de 1824 à 1830, o porto do Rio de Janeiro recebeu, segundo levantamento feito por Fragoso e Florentino, 236.960 cativos. Dentre esses, desceram à sepultura 6.119 escravos que ainda não haviam sido vendidos no mercado do Valongo. Os corpos eram inumados em um pequeno cemitério próximo ao próprio mercado.

Segundo Brasil Gerson (2000), 40 anos após a abertura do porto, funcionavam na área quatro trapiches onde o sal era descarregado por escravos. Se tratava dos trapiches de Bastos, o do Cleto, o da Ordem e da Pedra do Sal, o qual terminou atribuindo seu nome à grande pedra, antes conhecida como da Prainha ou da Quebra-Bunda.

Já na virada do século XIX para o XX, após a abolição da escravidão, a Pedra do Sal seria o local de chegada dos migrantes afro-baianos e dos retornados da guerra contra o Paraguai.

Imagem 3: Plano da Cidade, de 1791.
Fonte: Biblioteca Nacional.

Com a progressiva diminuição de africanos pelo fim da trata e com a mistura entre negros, mulatos, caboclos e portugueses nos bairros populares, a cidade tinha se tornado um pouco mais misturada. Porém, a população negra, entretanto, voltaria a crescer com a decadência do café no Vale do Paraíba e com as chegadas sistemáticas dos forros baianos. O grupo baiano iria situar-se nessa parte da cidade, onde a moradia era mais

barata, perto do cais do porto, onde os homens livres obtinham vagas nas docas e trapiches construídos em meados do século, os quais absorviam a mão-de-obra barata de estivadores, fazendo com os baianos se concentrassem nas ruas e ladeiras das vizinhanças da Pedra da Prainha (CCC, 2007).

Eram tradicionais, na ladeira da Pedra do Sal, as casas alugadas por baianos e africanos para abrigar as levas de recém-chegados. Estas eram conhecidas como zungus, casas coletivas ocupadas por negros escravos e forros, onde cada indivíduo ou família se apertava em seu cubículo, partilhando os banheiros e às vezes a cozinha coletiva (CCC, 2007).

O agrupamento desta população no bairro da Saúde e arredores permitiu a concentração de expressões e manifestações culturais como os ranchos carnavalescos. Na Saúde, sobressaiu-se o Rancho das Sereias. Na Pedra também proliferaram a capoeira e os primeiros batuques de samba e choros, interpretados por negros baianos ou filhos de baianos que ali se encontravam. Eram frequentadores do espaço Donga, Pixinguinha, Heitor dos Prazeres e João da Baiana (MOURA; 1983), em cuja homenagem se rebatizou a base da pedra como Largo de João da Baiana, anos antes do tombamento de Pedra do Sal.

Outro importante marco no que se refere ao tombamento de Pedra do Sal é o fato da Mãe Aninha ter fundado a primeira casa de Ilê Axé Opô Afonjá, no bairro da Saúde, em 1886, antes de se deslocar para a Bahia. Também se conta como relevante a presença do terreiro de João de Alabá, localizado na rua Barão de São Felix, 174, próximo à Central do Brasil. Fundado por Bamboxé Obticô, foi uma das primeiras casas de santo da cidade, visitada pelas tias baianas como Tia Amélia, Tia Perciliana, Tia Bebiana e Tia Ciata, em cujas casas e pensões da Praça Onze se criou a nova geração livre de negros no Rio de Janeiro. Essa população marginalizada se reuniu na região conhecida como Cidade Nova e aí, em torno da casa da baiana Tia Ciata, formou um poderoso núcleo de resistência cultural, cuja produção vigorosa começou a furar o bloqueio social, econômico e geográfico das reformas urbanas do começo de século XX,

Esses espaços irradiavam sua influência a toda a área constituída pela Gamboa, Saúde, Praça Onze e Estácio. Numa era em que o samba e o candomblé eram objeto de perseguição policial, esses lugares eram os principais pontos de encontro e se tornaram locais de referência para a gente negra, tendo um papel fundamental na sobrevivência física, cultural e afetiva em torno de lideranças religiosas e de artistas conhecedores das comemorações representativas de certas nações. Segundo Moura (1983), esse convívio foi suficiente para que o território fosse se estendendo ao bairros em torno ao cais do porto que formam a chamada "Pequena África", como ficou batizada pelo sambista Heitor dos Prazeres, a região que hoje abriga os bairros do centro como Saúde, Gamboa, Santo Cristo Praça Onze e Estácio.

Dentro dos eventos narrados tem um cabimento especial as reformas urbanísticas realizadas pelo prefeito Pereira Passos na virada do século XX, o qual produziu o deslocamento habitacional desses migrantes baianos e africanos para a Cidade Nova e para as primeiras favelas e subúrbios da cidade (ABREU, 1988).

Uma das principais razões argumentadas para o tombamento da Pedra do Sal por parte de Joel Rufino dos Santos, é sua sacralização como ponto de rituais e cultos aos orixás por parte das afamadas tias baianas do terreiro de João Alabá de Omulu.

Essa consagração se encontra baseada principalmente no depoimento de Carmen Teixeira da Conceição, conhecida como Carmen de Xibuca, irmã da famosa Tia Ciata. Recolhido por Roberto Moura (1984)[122] no seu livro *Tia Ciata e a Pequena África*, a declaração de dona Carmen, a única conhecida sobre essa prática religiosa, afirma:

> Tinha na Pedra do Sal, lá na Saúde ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era de um africano, ela chamava Tia Dada e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar. (MOURA, 1983.28)

Estas palavras, reiteradas em vários textos e contextos têm se transformado num dos pilares da sacralidade da Pedra do Sal. Guimarães (2011:45) considera a obra de Moura

[122] A obra de Roberto Moura é publicada em 1983, resultado de um concurso de monografias sobre personalidades ligadas à música popular brasileira realizado pela FUNARTE, órgão ligado ao Ministério da Cultura. (GUIMARÃES, 2011)

como um produto fundador que organiza a dramatização do mito da Pequena África. A inserção da anterior citação no manifesto escrito por Joel Rufino dos Santos (1984), fundamenta a resacralização da Pedra do Sal como um monumento religioso do "povo do santo"[123] carioca.

> (...) Na virada do século, a Saúde, como velho centro do Rio, enxameava de templos afrobrasileiros; iaorixás, cambonos e alufás em cada quarteirão. Os templos católicos foram tomados e preservados. Nenhum afrobrasileiro. Na Pedra do Sal se faziam despachos e oferendas a Obaluaiê, Xangô, Ogum, Exu, Iansã e outros orixá; se despejavam trabalhos. Era e é local consagrado. À sua volta, convergindo nela, ficavam densas "roças", hoje desaparecidas, reduzidas ou transferidas para o subúrbio e o Grande Rio.

A grosso modo, estes foram os elementos históricos considerados para o tombamento da Pedra do Sal como monumento histórico, cultural e religioso ao mesmo tempo que também contribuíram com uma positivação de um espaço fortemente associado à malandragem, prostituição, o tráfico de drogas e o abandono do generalizado do setor público.

O diretor do Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (INEPAC) na época, Ítalo Campofiorito, qualificaria, e não sem razão, o tombamento da Pedra do Sal como um processo de conteúdo extremamente inovador dentro da tradição do patrimônio no Brasil:

> Trata-se de preservar, de reconhecer oficialmente, o valor simbólico de uma pedra, de um simples pedaço de chão, mas que é testemunho cultural mais que secular da africanidade brasileira. A pedra do Sal que foi o Quebra-Bunda e da Prainha, além de espaço ritual consagrado é o mais antigo monumento que se pode vincular à história do samba carioca. (...) De agora em diante, levanta-se uma nova hierarquia de valores no morro da Conceição. Não são os entornos do Palácio Episcopal, da Fortaleza da Conceição, da Igreja de São Francisco da Prainha- bens tomados pela sua glória superior- que garantem o velho casario: de baixo para cima, é o monumento negro que protege o resto (CAMPOFIORITO, 1984).

Mas se as razões históricas para o tombamento da Pedra do Sal são abundantes, a verdade é que pouco sabemos do clima vivido entre os tempos dos primeiros sambistas nas décadas iniciais do século XX e os meados da década dos anos 1980, quando a Pedra do Sal é revivida. Imediatamente após seu tombamento alguns investimentos foram praticados pelo setor público, como a colocação de um piso na rua Argemiro Bulcão e a instalação de bancos e mesinhas, o que nos vêm falar da reunião e presença de sambistas e frequentadores dos bares nesses dias. Porém o famoso Bar João da Baiana

---

123 Categoría para os practicantes de candomblé

fechou em 2001 e a Pedra do Sal passou alguns anos sem qualquer encontro de sambistas e fregueses.

É pertinente agregar que a circulação da Pedra do Sal nos discursos sobre patrimônio não termina com seu tombamento estadual em 1986, pois ela figurou como parte importante na recente candidatura para a patrimonialização do samba carioca como bem imaterial da nação. Em 2007, o Centro Cultural Cartola, CCC, apresentou ao Conselho Consultivo do IPHAN o *Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro*.

Seguindo a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais, o dossiê reúne argumentos e documentos que permitem defender a importância do samba carioca para a cultura nacional e, assim, reclamar sua inclusão entre os bens históricos e artísticos do país. Nele, a Pedra do Sal é considerada uma dessas matrizes históricas do samba. Já no seu primeiro parágrafo o texto enuncia:

> Tendo como marco a localidade denominada Pedra do Sal, no morro da Conceição, na zona portuária do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, o samba carioca se apresenta desde sua origem como um elemento de expressão da identidade cultural da população negra. Naquele momento decisivo em que o negro acabava de conquistar o direito de vender sua força de trabalho, foi determinante a formação de uma rede de solidariedade e sustentação que resultou num contato cultural enriquecedor e na miscigenação das várias etnias que aqui vieram ter e conviveram. (2007:13)

Ao congregar aquela diáspora negra, a Pedra do Sal é na opinião dos autores um marco de uma das expressões culturais mais marcantes da cidade, como é o samba. Tombada nos termos apresentados, ela se torna um inspirador símbolo de resistência e ARQUIPEDRA se intitula como guardiã dessa herança, ou seja é na custodia dessa memória que o quilombo se constitui. É assim, os próprios agentes sociais se definem e representam em face dos grupos sociais e agências com que interagem.

Quando se pensa na relação entre patrimônio material e a emergência do quilombo, a ideia de percurso ganha força, levando-nos a ver o primeiro como agenciador do segundo, como se um dos efeitos do tombamento tivesse sido o de "produzir" uma comunidade emergida da pretensão da sua salvaguarda. Como tem afirmado Reginaldo Gonçalves "Transformar objetos e estruturas arquitetônicas e estruturas urbanísticas em

patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de "representação" que funda a memória e a identidade" (2002: 121).

Nesse sentido, os patrimônios não somente são produzidos, mas também são produtores de identidades pessoais e coletivas (GONÇALVES, 2002, 2007). O tombamento da Pedra do Sal teve uma eficácia simbólica que se irradiou além da proposta de salvaguardar a memória de um passado negro, inspirando um tipo de organização social. Não é descomedido pensar que a sua patrimonialização propiciou e condicionou uma autoconsciência individual e coletiva, na medida em que sua defesa e preservação foi incorporada como um elemento definidor da identidade pessoal e proposta como a identidade coletiva para um quilombo. É aqui onde se compreende melhor a agência do lugar. Vejamos a seguir como tem se dado esse particular processo de produção a partir do lugar.

Leite (2007: 304) considera que as sociabilidades públicas ganham o caráter de ritual "quando reafirmam códigos comuns de conduta, incidindo sobre o espaço resinificado como lugar". Para reivindicar a Pedra do Sal como um espaço de celebração, convivência afro-brasileira e sociabilidade pública, a ARQUIPEDRA vem tentado organizar celebrações periódicas para as comemorações de datas significativas para a cultura afro-carioca, como a Festa de São Jorge comemorada na cidade em 23 abril e o Dia Nacional do Samba, em 2 de dezembro, talvez em decorrência de uma herança política que recorreu à mobilização, politização e conscientização da população através da "cultura negra" como estratégia (CUNHA, 1998).

Esta ritualização do espaço se emoldura num processo de autoafirmação que começou a ser proposto desde 2004, com o *Projeto Sal no Samba*, conseguindo uma certa regularidade, sempre sujeita a contingências, mas que bebe de um princípio de "resistências contra a opressão" que tem colocado a "cultura negra" como algo a ser "resgatado", "valorizado" e "divulgado" (CUNHA, 1998: 339). Em outro sentido, Sodré (1992) e Lopes (2005) (apud Oliveira 2008:125) descrevem a militância em torno da preservação das rodas de samba como uma reação política iniciada por um público

consciente da necessidade de salvaguardar a "vivência artesanal" mediante estratégias que se distinguem de uma mera comercialização.

A organização dos eventos culturais exige da ARQUIPEDRA a gestão cultural institucionalizada e a participação de atores do Estado para o arranjo de recursos econômicos para pagar, entre outras coisas, o aluguel do som, barracas, cadeiras, assim como o transporte e lanche para os participantes que moram em outros lugares, como vários dos participantes do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi que moram na cidade vizinha de Itaboraí, do outro lado da Bahia de Guanabara, pois só alguns líderes moram na área portuária, daí a necessidade de transporte até a Pedra do Sal.

A programação dessas festas é iniciada com uma lavagem da pedra, a qual se propõe essencialmente como um rito de purificação. Para isto é convocada a participação do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi, que após a lavagem simbólica e ritual da Pedra faz outras interpretações do afoxé.

A performance do ritual é acompanhada por um repertório de música afoxé, uma dança-cortejo ligada ao candomblé, de ritmo percussivo composto por atabaques, chocalhos, reco-recos e agogôs. Os seus integrantes homens costumam vestir roupas nas cores azul e branca e usam um turbante na cabeça e colares de contas. Cantam às vezes em português e às vezes em ijexá, na língua Iorubá enquanto a música é tocada. Durante o ritual de lavagem o pai de santo vai respingando água de cheiro e perfume de alfazema com as folhas de plantas, enquanto um séquito de mulheres vestidas de baianas vai dançando e cantando atrás dele.

O público assistente não é somente local ou do bairro e sempre assistem pessoas de vários pontos da cidade, mas o fluxo das mesmas depende, em grande medida, da capacidade de divulgação prévia ao evento. Nessas comemorações, a ARQUIPEDRA costuma colocar uma barraca para vender refrigerantes, cervejas e comidas típicas da gastronomia afro-carioca como caldinho de feijão e frango com quiabo.

Em várias ocasiões, os meios de comunicação e programas de televisão vinculados à Rede Globo foram convocados para documentar o festejo. Nas vezes em que eu assisti, a chegada dos jornalistas era esperada para dar inicio à lavagem, seguida da música de afoxé e consecutivamente pelas rodas de samba com exibições de habilidosos dançarinos do ritmo vestidos à moda antiga, que provenientes de vários pontos da cidade se sentem convocados à comemoração.

Decididamente, esses códigos discursivos, corporais, indumentários, gestuais e festivos são símbolos que se reafirmam ritualmente sobre as possibilidades de entendimento no espaço, e os quais ocorrem somente, quando há uma convergência entre os sentidos atribuídos aos lugares (LEITE, 2007). Esta condição bem que se cumpre na Pedra do Sal, mas temos que acrescentar que também essas práticas rituais locais se desenvolvem como um discurso de representação que vai além das declarações verbais com as que o grupo se coloca frente ao próprio processo de globalização cultural da cidade. Deste modo, cabe nos perguntar se a exotização que induz os sujeitos à performance e à representação icônica da cultura, tem alguma relação com os processos mais gerais e espectacularizantes que definem a atual condição urbana de Rio de Janeiro. Ou, se por outro lado, é o resultado da separação que media a relação entre os patrimônios culturais e a cotidianidade, onde experiências, saberes e práticas além de promoverem um sentido de pertencimento e identidade; também são, paradoxalmente, alienadas para induzir às comunidades, que aparecem como depositárias dessas práticas, à encenação das mesmas.

Por outro lado, retomando a análise de Prats (1997) sobre o caráter conjuntural e político sobre o qual se fundamenta a construção patrimonial, entende-se que este também se materializa sobre valores e signos difusos, genéricos e relativamente partilhados que podem ser interpretados como um processo consciente de "invenção da tradição" (HOBSBAWM, 1984), para a auto-representação. Por outro lado, essa performance pode obedecer também ao enfoque imaterial do patrimônio que uma vez situa no circuito do patrimônio uma prática ou tradição, pretende exercer um poder evocador e gerar em outros sujeitos, alheios ao coletivo que inspirou dito patrimônio,

sentimentos, pensamentos e atitudes relacionados com o respeito e valoração da diferença cultural.

Associada a tal entendimento, a análise sobre a consolidação desses rituais desvela um movimento interno às dinâmicas sociais e uma rede de negociações entre variadas instâncias locais, extra-locais e institucionais, conformando um circuito de deslocamentos e recontextualizações reconhecido mais nas formas de reordenação dos signos do que nos elementos simbólicos em si mesmos.

6. Os outros, muitos e heterogêneos protagonistas do lugar

A ritualização da Pedra do Sal proposta pela ARQUIPEDRA corresponde a datas comemorativas e requer uma gestão institucional para a obtenção dos recursos necessários. Enquanto isso, o lugar vêm sendo objeto de outras apropriações não territorializadas, aquém de uma pretensão de titularidade. Há uns oito anos, a Pedra do Sal vem se transformando em parte visível de uma série de circuitos e, pela via do mercado, se inseriu dentro das dinâmicas de lazer e turismo alternativo que acontecem na região portuária como um todo. A Pedra do Sal não é alheia à prática do consumo de lugares que a tem colocado em "circulação". Não à toa foi que a "pop-star" Beyoncé em parceria com Alicia Keys gravou ali o videoclipe *Put it in a Love song* durante a sua visita no Rio de Janeiro em fevereiro de 2010.

De um lado, a Pedra do Sal é parada obrigatória nos roteiros das visitas guiadas, sejam estas com fins turísticos, acadêmicos ou de apreciação estética – eu mesma já participei desta atividade, uma vez como assistente e outra vez como palestrante convidada. Durante o meu trabalho de campo reparei que as visitas ao Morro da Conceição e adjacências acontecem várias vezes ao mês e se constituem num meio ativo na construção da rede de significados associada ao lugar. A Pedra do Sal é, agora um dos lugares com maior visibilidade no bairro, sem ter passado ainda por processo algum de "embelezamento".

As visitas guiadas são motivadas pela fascinação que promete a experiência de visitar o "monumento" e se transportar a um passado materializado fazendo o reconhecimento de "uma pérola da cidade", ou uma raridade "incrivelmente" desconhecida pelos cariocas, como é apresentada a Pedra do Sal e também o Morro da Conceição aos visitantes. Não é demais asseverar que a tendência ao consumo, cada vez mais massificado, do lugar reforça o seu aspecto monumental.

Por outra parte, a Pedra do Sal é, literalmente, tomada por grupos de samba que ali realizam suas rodas. A organização dessas práticas começou de uma forma que, *a priori*, poderia se classificar como mais "espontânea", mas cuja consolidação terminou por fundar uma nova paisagem sonora nas noites da Pedra do Sal. Quem frequenta as rodas não é apenas um receptor passivo dos discursos fornecidos pelas visitas guiadas, pois a vivência da roda de samba lhe outorga um nível de interação imediata e de participação mais ativa no local.

Esses encontros musicais têm dependido da capacidade dos seus criadores para divulgar e atrair público e criar uma regularidade no calendário; assim como da habilidade para negociar com os donos dos bares ou camelôs para garantir a venda de comida e bebida e o fornecimento de mesas e cadeiras. No começo, nem sempre os grupos conseguiam se fixar. Além das brigas e rupturas internas, houve uma alta rotatividade de grupos, até alcançar uma certa consolidação no espaço que embora tenha sido alterada pelas obras de engenharia, requereu da habilidades dos empresários e publicidade paga, como a que uma vez circulou no caderno Rio Show do jornal O Globo.

Por exemplo, os tradicionais marcos comerciais da Pedra do Sal, *Bar da Budega* (antigo boteco *Armazém do Sal)* e o Restaurante *Alho* Poró, na Argemiro Bulcão, foram recentemente remodelados por André Peterson, um empresário, sócio e novo proprietário dos dois estabelecimentos, que terminou organizando e coordenando os eventos de samba das sextas-feiras, quando se apresenta o Grupo Samba de Lei.

Enquanto isto, as rodas de samba são assistidas por um público descontraído, nem sempre "ciente" do lugar ou da sua "carga simbólica", que ali se encontra para beber, dançar, cantar e se divertir. Essas participações musicais praticam uma apropriação do lugar e o realizam de uma forma diferente. As dinâmicas corriqueiras e de lazer cotidiano não estão, necessariamente, sob a sombra do monumento, mas também não independem completamente dele, já que tocar ai para os músicos tem se colocado como um verdadeiro prestígio. Eventualmente, os cantores e músicos enunciam, entre aplausos, sua homenagem ao lugar, a sua história e ao misticismo que o envolve.

Concomitantemente, ao lado das práticas cotidianas e dos moradores que ainda conseguem transitar ou agendar um churrasco na Pedra do Sal, aparecem também outros atores que combinam sua presença, menos regular, mas não por isto menos intensa com a política e a gestão de inúmeros projetos de corte produtivo, artístico, pedagógico e de assessoramento, os quais tornam a Pedra do Sal e seus arredores num campo sob densa intervenção.

Me refiro aqui apenas às ingerências suscitadas como estratégias frente ao *Projeto Porto Maravilha*, das quais se deduz uma resistência suportada por uma rede de atores externos, críticos e opositores ao projeto, ativistas e intelectuais de Ongs que oferecem apoio e assessoria aos movimentos sociais da área. Não me deterei em descrever as suas intervenções, pois, apesar do intenso convívio que tivemos nos últimos tempos em reuniões e espaços de encontro, nunca os abordei para os fins da pesquisa. De qualquer forma, seu papel é uma temática interessante a se desenvolver.

Por outro lado, o capital cultural e simbólico construído na Pedra do Sal também tem sido usado para respaldar campanhas eleitorais. Durante as passadas eleições de 2010, um dos candidatos a deputado federal do PMDB patrocinou shows de samba na Pedra de Sal, com direito a feijoada.

Farei uma descrição da dinâmica das rodas de samba e destes atores, mas antes disto apresentarei as ações do comércio da região e suas estratégias na busca de uma revitalização econômica da região a partir da exploração do turismo e de outros tipos de

intervenções simbólicas, e que sob essa ótica também se apropriam do lugar alimentando-se e promovendo os discursos do patrimônio.

A diversidade de atores interagindo em Pedra do Sal reiteram assim, a complexidade dos discursos do patrimônio, tanto como suas ambiguidades e paradoxos. Como tem refletido Gonçalves (2008: 14),

> Os patrimônios ora servem aos propósitos da indústria turística em escala planetária; ora servem às estratégias identitárias e à formação de subjetividades individuais e coletivas; ora servem a reinvindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais; ora servem a política do Estado.

6.1 Banhos de história, consumo cultural e gastronômico do lugar

Eu não teria percebido a atuação do Polo da Nova Rua Larga, não fosse pela programação cultural lançada entre os dias 17 e 26 de setembro de 2010, intitulada *Banho de Cultura*. A programação incluía, além de descontos e promoções nas lojas associadas, manifestos públicos para a reurbanização da área e visitas aos ícones da região, tais como o Colégio Pedro II, a Igreja de Santa Rita, o Palácio de Itamaraty e a Pedra do Sal. As visitas incluíam pedidos formais às autoridades, como segurança e limpeza, apresentações musicais e a "lavagem" da pedra.

Voltarei sobre o ato de lavagem mais adiante, mas por enquanto é preciso adiantar que meu contato com o presidente do Polo, Milton San Roman, me permitiu direcionar o olhar a outros tipos de agentes que também mediam a relação com o patrimônio, e cujos desempenhos são menos evidentes, mas não por isto neutro ou isento de motivações e consequências, pois se evidencia neste aparte a dimensão econômica da construção do patrimônio, nem sempre considerada nas análises do mesmo.

O Polo Empresarial da Nova Rua Larga é um polo de comércio multissetorial criado pelos empresários da Avenida Marechal Floriano - antigamente denominada Rua Larga- e adjacências, respaldados pela Fecomércio-RJ a Senac-Rio – e o SIMERJ, que se organizaram a fim de encontrar novas estratégias para incrementar o comércio local, revitalizar e recolocar em uma posição de destaque a que consideram uma das áreas mais significativas áreas da cidade, porém pouco explorada pelos próprios cariocas.

A fundação do Polo Empresarial da Região da Nova Rua Larga foi em setembro 2008, e de acordo seu atual presidente, um uruguaio residente no Brasil há mais de 20 anos, os polos são iniciativas privadas para o melhoramento do entorno comercial. No caso em questão, já são vários os resultados positivos das ações empreendidas pelo grupo[124]. Essas conquistas no plano do urbanismo são um indicador de como o setor empresarial da região tem se tornado o principal interlocutor do poder público.

O propósito desta iniciativa privada é buscar modelos de gestão modernos e eficientes para trazer agilidade ao comércio local, criando alianças com atores institucionais locais e valorizando, em palavras de San Roman, os aspectos tradicionais dessa região. Trata-se, sem dúvida, de estratégias para ativar o comércio, valendo-se de um marketing cultural que se sustenta na criação de uma imagem positiva do setor em plena transformação, e querendo se liberar dos estigmas sociais (prostituição, malandragem, etc). Em consonância com este propósito, o Polo é um dos principais patrocinadores de um tabloide do instituto Light (empresa de energia) de circulação gratuita, chamado *Folha da Rua Larga.* Nesse jornal são divulgados os eventos apoiados pela Light e pelo Polo e as ações concretas de investimento da prefeitura no entorno.

San Roman sabe muito bem que os investimentos públicos e privados em cultura geram expectativa de público, confiança na dinamização das economias e no potencial multiplicador das ações de mecenato. O presidente do polo explicou que a sua proposta é alargar o eixo de ação, além da rua Marechal Floriano, para criar uma ligação entre o coração da cidade e o mar, e abraçar uma área que ficou por muito tempo à margem das transformações e modernizações que ocorreram em boa parte do Centro da cidade a

---

124 Em associação com o programa Meu Bairro Minha Vida; o polo enumera na sua gestão os seguintes alcances: recuperação do piso das calçadas de pedras portuguesas, poda de árvores, limpeza de galerias de águas pluviais; revisão da iluminação pública, retirada de árvores mortas ou condenadas, recuperação do asfalto, principalmente no entorno do Palácio Duque de Caxias, reposição de tampa de ralos, recomposição de sarjetas nas ruas, reforma de canteiros - Programa Meu Bairro Minha Vida; recuperação do Espaço Rio Branco (Praça em frente ao Palácio do Itamaraty); organização de cursos para trabalhadores do Polo da área gastronômica, participação do workshop Arrumando a Casa, sobre a Revitalização da Rua Larga, coordenação e execução do evento Encantos de Natal, realizado em frente ao Colégio Pedro II, policiamento mais ostensivo na Região e instalação de câmeras de segurança, monitoradas pelo 5° Batalhão da PM.

qual começou a decair a partir da criação dos shoppings que acabaram com o comércio de rua provocando um esvaziamento natural da área.[125]

Cada polo tem uma "vocação" que pode ser cultural, gastronômica e comercial. San Roman descreveu a região da Marechal Floriano como um lugar de comércio variado, onde é possível encontrar centenas de profissionais livres, casas de secos e molhados, pequenos e médios negociantes varejistas de eletrônicos, ferragens, sapatos e instrumentos musicais, entre outros, que garantem, até hoje, a multiplicidade do comércio estabelecido por essas ruas. .-*Temos boas opções gastronômicas e centros culturais espalhados por todo o polo oferecem lazer a muitos cariocas que já redescobriram, por exemplo, as rodas de samba da Pedra do Sal*[126]. Daí sua tentativa de posicionar este polo como o único que alcança as três vocações na cidade.

Este é o mais novo polo empresarial da cidade e pretende tornar-se uma opção de comércio, serviços, lazer e cultura, mantendo viva sua memória, pois aqui, - *há muita história para contar* afirma San Roman, que é também proprietário do Restaurante *Sono Velho*, na rua Marechal Floriano. - *Muitas dessas histórias fazem parte de um passado de curtumes, trapiches e pequenas gráficas. Hoje a história é outra. Como na Lapa, a renovação se deve à verve carioca e à iniciativa privada.*

Para reforçar o propósito de agitar a vida cultural da região da Avenida Marechal Floriano, a Light, através do seu Instituto, a Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, a Folha da Rua Larga e o Instituto Cultural Cidade Viva e o Polo Empresarial da Nova Rua Larga vem realizando várias atividades de cunho cultural com vistas à implantação de programas e eventos dirigidos à preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural da região. Deste modo, a oferta patrimonial e festiva de uma região suscita o que Tolila (2007 APUD OLIVEIRA 2088) reconhece como a "mais-valia cultural". Incentivando as identidades tradicionais e reforçando as imagens

---

125 Entrevista realizada em 29/9/2010

126 ibid

multiculturais, as ações de patrimônio estimulam o turismo e a formação de "roteiros patrimoniais".

É o caso do roteiro da Pequena África[127],apresentado por Luiz Carlos Prestes Filho no "III Encuentro internacional de Gestores Culturales" levado a cabo em Cali (Colômbia), na sua apresentação intitulada "La Pequeña África. Turismo y Desarrollo en la zona portuária de Rio de Janeiro". O foco da discussão se centrou na recuperação do patrimônio cultural da área portuária carioca e nas vantagens econômicas da sua exploração[128]. Ideia embrionária das propostas da prefeitura que como veremos mais adiante já estão se concretando.

Outro incentivo às visitas guiadas, e de cunho mais local, é o Projeto *Animando a Rua Larga*, por exemplo, envolve uma série de atividades como apresentações de dança de salão e choro no Beco da Sardinhas, exposições itinerantes nas estações de trem, e projeções temáticas na fachada da Igreja de Santa Rita. No meio dessas atividades se desenvolve o programa *Roteiro Observador Atento*, que inclui as oficinas de história e visitas guiadas pela Rua Larga e pelo Morro da Conceição.

Para a realização das oficinas de história e as visitas guiadas se planejaram em 9 edições por ano, sempre aos sábados, entre abril e julho. O ponto de encontro é o Centro Cultural Light, onde os interessados participam de oficinas preparatórias de história para o passeio aos principais pontos da Rua Larga, como o Itamaraty, o Beco das Sardinhas e o Colégio Pedro II. A outra parte do itinerário é no Morro da Conceição, para percorrer o casario colonial, a Pedra do Sal, a igreja e o largo de São Francisco da Prainha, os ateliês de artistas, os bares e os outros bens tombados.

---

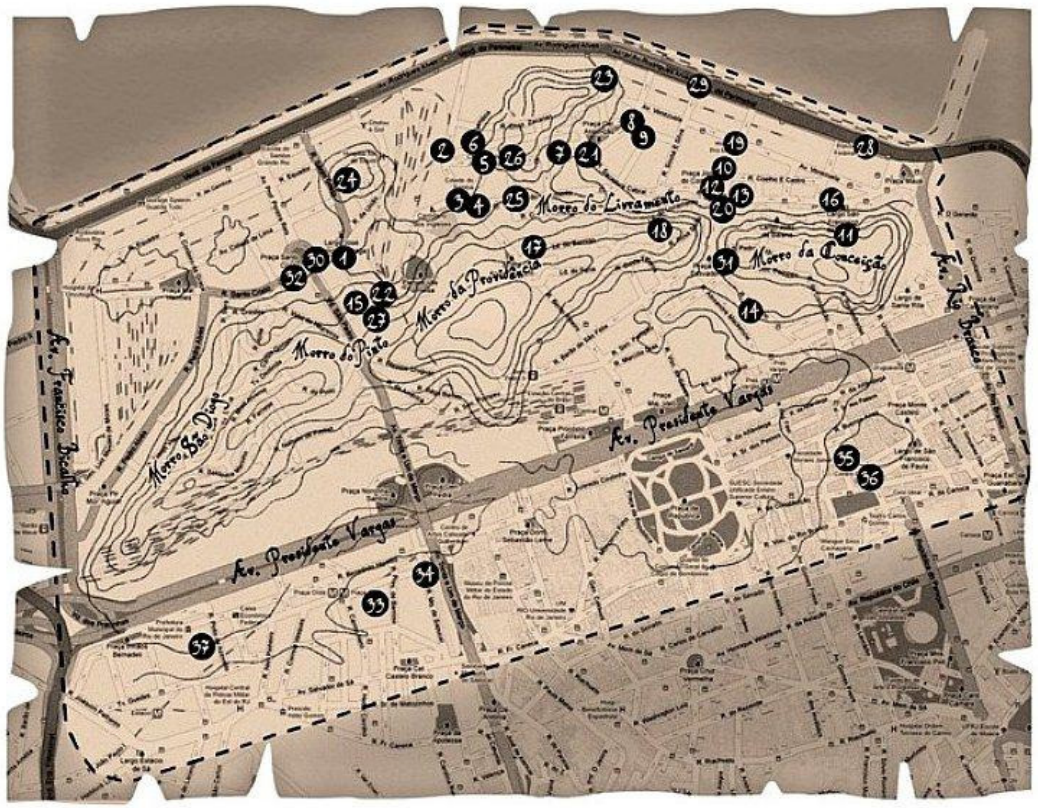
127 Encontrei este roteiro numa viagem a Colômbia em 2011, quando uma colega sabendo da pesquisa de doutorado, organizadora do evento me contou da participação de Luis Carlos Filho.

128 O mapa dessa apresentação foi um achado, pois estávamos por construir um mapa representando os pontos de cultura negra da região, já mencionados acima. O interessante foi ver como o roteiro construído incluía muitos outros bens culturais, além dos que seriam correspondentes ao Patrimônio da Pequena África, mas ampliando assim os pontos que poderiam ser visitados. De qualquer forma, a circulação dessa imagem, reproduzida a seguir, dá um reforço ao "mito" da Pequena África, sugerido por Guimarães (2011).

As visitas guiadas ao Morro da Conceição e à Pedra do Sal não são nenhuma novidade. Pelo contrário, outros atores e instituições, tais como o *Projeto Mauá*, escolas de fotografia e professores de arquitetura, história e geografia, entre outros, vêm promovendo visitas guiadas ou aulas externas na região de forma esporádica[129].

Imagem 4: A Pequena África.
Fonte: Luis Carlos Prestes Filho.

129 Certamente tem sido muito pouco explorado o papel e alcance, digamos pioneiro, de redescoberta e reconhecimento da área dessas visitas acadêmicas ou de turismo local no atual processo de revitalização da região. Provavelmente, ao lado do desempenho dos promotores das visitas, poderia também se colocar a atuação dos artistas, pois eles certamente também têm tido uma função que não deveria ser subestimada, mas da qual não me aproximei.



1 - Casa de Ernesto Nazaré
2 - Cemitério dos Ingleses
3 - Cruzeiro de Canudos
4 - Caixa D'água (séc XIX)
5 - Edifício Jornal do Comércio (obra de Oscar Niemeyer)
6 - Centro Cultural José Bonifácio
7 - Cemitério dos Pretos Novos
8 - Armazém projetado por Antonio Rebouças
9 - Porto do Valongo (Cais da Imperatriz)
10 - Pedra do Sal
11 - Fortaleza da Conceição
12 - Casa do Bispo
13 - Observatório do Valongo
14 - Conjunto Arquitetônico e Paisagista do Jardim e Morro do Valongo
15 - Igreja de São Pedro
16 - Igreja de São Francisco da Prainha
17 - Reservatório do Livramento
18 - Escadaria
19 - Painel de Mosaico de Paulo Werneck
20 - Fundição Manoel Lino Costa
21 - Estátuas: Efemines e Atalanta - Fonderie Du Val D Osne
22 - Galpões da Estrada de Ferro Central do Brasil
23 - Igreja Nossa Senhora da Saúde
24 - Hospital Nossa Senhora da Saúde
25 - Sede da Revista "O Cruzeiro"
26 - Estátua: Negra, 2 estátuas com Lampião e 4 estátuas: A Arte, A Ciência, A Indústria e A Navegação - Fonderie Du Val D Osne
27 - Vila Operária Da Gamboa
28 - Antiga Superintendência Regional da Polícia Federal
29 - Galpão: antiga Sede da Companhia Nacional de Navegação Costeira
30 - Trapiche Modesto
31 - Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários em Transportes Urbanos
32 - Chafariz: A Fonte da Criança
33 - Estátua de Zumbi dos Palmares
34 - Sambódromo - Marquês de Sapucaí
35 - Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia
36 - Igreja Nossa Senhora Lampadosa
37 - Antiga região do Mangue

Imagem 5: A Pequena África e seu Patrimônio.
Fonte: Luis Carlos Prestes Filho.

Nesse sentido e de forma mais programada, *Rios de História* tem consolidado um segmento de mercado. Criada por Raul Melo[130] e sua esposa Priscila Melo[131], a empresa de turismo histórico surgiu com a proposta de realizar atendimento a turistas "que buscam aliar suas viagens ao Conhecimento, Cultura e História", oferecendo aos clientes a oportunidade de entretenimento conhecendo a cultura e o passado da cidade, segundo informa seu site[132].

Os passeios são especialmente produzidos para cariocas que nunca tiveram a oportunidade de visitar locais bem especiais da cidade, como o Mosteiro de São Bento, Ilha Fiscal, Morro da Conceição e outras "atrações surpreendentes" para o visitante local ou de outras cidades. Os guias são preparados para apresentar os locais visitados de uma "forma interessante e divertida", rompendo, de acordo com eles, com a visão tradicional da história.

Os serviços da *Rios de Histórias* são oferecidos, geralmente em parcerias com empresas e hotéis. A sua participação no projeto *Animando a Rua Larga* é resultado da parceria com o Centro Cultural da Light e o Polo Empresarial da Nova Rua Larga. O diferencial deste projeto foi o de ser gratuito para os visitantes, que em troca do roteiro a pé, percorrem os pontos históricos em dois jipes da empresa Jeep Tour. Cada sábado, um grupo de, no máximo, 20 pessoas podem participar da visita ganhando bolsas, camisetas e chapéus brancos tipo safári. Os agendamentos são concorridos; na única vez em que tentei me cadastrar havia 1100 pessoas na frente.

Com respeito ao crescente negócio da visitas guiadas, me chamou a atenção uma nota publicada na seção de *Negócios e Cia* de *O Globo*, em 23/03/2011. Nela, a colunista

---

130 Administrador, pós-graduado em Marketing, historiador, guia de turismo - integrante do Laboratório de História do Esporte da UFRJ.

131 Historiadora, professora do Cieth (Centro Integrado de Estudo em Turismo e Hotelaria), pós-graduada em História da África e do Negro no Brasil.

132 www.riosdehistória.com

Flavia Oliveira destacava como a instalação de UPP no Rio de Janeiro tinha permitido a *Rios de Histórias* a realização de roteiros turísticos por Babilônia e Chapéu Mangueira, os quais lhe vinham representando 35% do faturamento mensal. Mas é a sua participação intensa no centro da cidade a que promete mais ganhos:

> A UPP da Providência vai permitir visitas à 1ª favela do Rio, festeja Raul. Os bairros do centro dão partida aos projetos corporativos da Rios de História, que aposta elevar em 50% o faturamento. O primeiro deles é um roteiro pela antiga Rua Larga, já nas cercanias do Porto Maravilha. Feito sobre encomenda da Light, integra investimento de R$ 405 mil num conjunto de ações no local.

Por outra parte, se a memória é um ativo, também é verdade que nem todas as visitas fazem parte de grandes negócios e há vários cursos sobre a região e sua história, ministrados em lugares como o Instituto Pretos Novos e o SESC[133], os quais também incluem roteiros com visitas à Pedra do Sal.

Não se pode excluir desta onda a fundação da Casa da Cultura do Morro da Conceição pela VOT no Adro de São Francisco, em 2006 a qual também abriga exposições temporárias sobre a história e tradição do bairro. Nem a Universidade foge das possibilidades de desenvolvimento social a serem exploradas mediante o turismo. No final de 2011, um projeto apoiado pelo edital Prioridade Rio 2010, da FAPERJ, foi desenvolvido pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social[134]. Em parceria com o Exército, o projeto visava beneficiar os guias recém-formados pelo curso de Turismo do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior.

Como resultado desse planejamento, o projeto ofereceu, de 3 de outubro a 8 de dezembro de 2011, 64 visitas guiadas gratuitas ao Palácio e à Fortaleza da Conceição, de segunda a quinta-feira, nos turnos da manhã e da tarde. O cartaz promovia a participação das visitas com o seguinte convite: "Invasões, Piratas, Inconfidentes, Mapas, Tecnologia, Ateliês, artistas, jogos e muitas histórias sobre Rio!"

---

133 Na sede Madureira do SESC se oferecia, em novembro de 2010, o curso "Viagem Literária: Pequena África". Por 25 reais o público tinha direito, além da aula, a feijoada e show de samba.

134 Pertencente ao Programa de Engenharia de Produção do Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

Para os organizadores da proposta, Marisa Egrejas e Roberto Bartholo, o projeto vai ajudar a popularizar a memória do lugar, ao mesmo tempo em que visa inserir no mercado profissionais recém-formados pelo curso de Turismo do Colégio Estadual Antônio Prado Júnior, que vão trabalhar como guias (FAPERJ, 2011)[135].

Um exemplo de como estas visitas estão ligadas à revitalização e urbanização da área com demandas concretas foi a programação do evento *Banho de Cultura* em setembro de 2010, o qual durou três dias, nos que se deu, diferencialmente, uma ênfase ao cultural, o gastronômico e o comercial. Cada dia esteve focado num ponto da região, com atividades políticas e culturais reivindicando mudanças na segurança, limpeza e reurbanização das áreas mal cuidadas ou degradadas.

Os pontos selecionados foram o Palácio Itamaraty, o Beco das Sardinhas e a Pedra do Sal. Apenas descreverei a programação levada a cabo na Pedra do Sal, a qual começou com a colocação de uma placa de homenagem numa das paredes que contorna a Pedra de Sal, com menção de reconhecimento à liberdade do povo negro na Pedra do Sal[136]. Em seguida, houve a lavagem simbólica da Pedra do Sal feita pelo Bloco Afoxé Filhos de Gandhi, a qual terminou com a apresentação do movimento de compositores de *Samba na Fonte*, sobre o qual me referirei mais adiante.

A ideia de fazer uma demanda concreta sobre a limpeza da Pedra do Sal foi de Milton San Roman, o presidente do Polo. A primeira vez que ele foi na Pedra do Sal, foi após tomar fotos do Morro da Conceição, uma vez no lugar ele não teve nenhuma impressão especial, mas após assistir a uma roda de samba com um amigo, se interessou pela

---

135 Boletim FAPERJ http://www.faperj.br/home-boletim83B.phtml?ctx_cod=1.6.397 15 a 21 de setembro de 2011.

136 A placa instalada contem a seguinte legenda: "Moção de Reconhecimento Eduardo da Costa Paes, na qualidade de Prefeito da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, proclama a quem quiser saber, de livre e espontânea vontade, o seu desejo de homenagear, com muito respeito a esse povo, digno de profunda admiração, outorgando-lhe com consciência o seu verdadeiro valor histórico. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2010. Eduardo da Costa Paez Prefeito da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro Thiago Barcellos dos Santos Subprefeito do Centro e Centro Histórico"

história do lugar, ele diz que sentiu - *essas energias complicadas e entreveradas do local com relação ao samba, mas difíceis ao saber do passado do local, foi uma mistura entre alegria e dor.* Para o presidente do Polo da Nova Rua Larga, a intervenção na Pedra do Sal tinha

> o objetivo de fazer um ritual que era a lavagem de esse símbolo que é Pedra do sal, porque se diz que é ali onde começou o samba no Brasil, tem muitas histórias nesse sentido, de músicos famosos que se reuniam para tocar aí. É um lugar muito sofrido, porque no passado funcionava o mercado de escravos que vinham da África. Se saíam 100, morriam 40 no caminho. Os mortos eram devorados pelos tubarões, os que sobreviviam eram engordados. É um lugar muito sofrido. Nosso objetivo era fazer um reconhecimento a esse povo sofrido e colocamos uma placa simbólica. Tivemos o apoio da prefeitura e houve uma limpeza da COMLURB. Já viu como é sujo o lugar? É porque a gente do morro da Conceição deixa lixo em baixo pois os carros não podem passar. Esse dia não foi permitido deixar lixo ali. Logo houve a lavagem espiritual, contatamos Afoxé Filhos de Gandhi, um grupo muito interessante, também convidamos a igreja católica para também fazer algo mais ecumênico, embora não tivemos resposta. Alcançamos o objetivo, a homenagem foi feita pelo sub prefeito Thiago Barcellos. Fizemos uma limpeza física que se precisa bastante e também espiritual, por que me parece que é um lugar muito sofrido, mas hoje irradia alegria pelo samba, mas não se pode esquecer o passado. E foi bonito e interessante documentar essa memória numa placa, pois a gente passa por aí e nem sabe que foi um mercado de escravos.

Milton San Roman justificou a lavagem da Pedra do Sal porque o entorno permanece sujo: a limpeza da COMLURB é muito superficial, afirma. Tratava-se de um banho físico, mas também de um banho de cultura, onde se juntou a história e a limpeza, uma prática inspirada na tradicional lavagem feita pelo povo do candomblé na Igreja do Senhor do Bonfim em Salvador, na Bahia.

Aquele dia, com exceção da pontualidade dos eventos, tudo aconteceu como foi previsto. Os Filhos de Gandhi fizeram a lavagem da Pedra, um pai de santo se encarregou de passar uma vassoura e depois borrifou água com perfume de lavanda, enquanto as baianas dançavam atrás dele ao som das batidas dos músicos que tocavam sem sair do pequeno largo que há na Pedra do Sal. Eu cheguei cedo para ver os preparativos e vi a chegada das mulheres do bloco. Enquanto elas se arrumavam lhes perguntei o que era que estava sendo comemorado. Elas nada sabiam da homenagem, nem do Polo, estavam ali por um compromisso com bloco de Afoxé Filhos de Gandhi, certamente as gestões administrativas não corriam por conta delas.

Foi um evento pouco concorrido, talvez pela hora ou pela divulgação, ou sem dúvida pelo próprio caráter marcadamente comercial do mesmo, havia ali mais jornalistas, fotógrafos e pesquisadores do que o público corriqueiro de outras rodas de samba.

Também não identifiquei moradores, nem os quilombolas. No entanto havia, pessoal de segurança, assim como carros blindados e alguns engravatados que não me eram familiares. Ao vê-los perto de San Roman, adivinhei alguma relação comercial ou executiva.

Terminada a lavagem da pedra, uma comissão presidida por Milton descobriu a placa que tinha sido instalada num dos muros que rodeiam a Pedra do Sal, enquanto as pessoas do bloco iam chegando, durante a lavagem, a placa permaneceu coberta com um pano de saco branco. No momento da descoberta, apareceram personalidades como o subprefeito Thiago Barcellos e outras mais que deduzi importantes pela vestimenta e a segurança que as rodeava. Houve apenas aplausos, nenhuma palavra e muitas fotos, muitos fotógrafos e muitos pesquisadores.

Em seguida, às 6 da tarde, os músicos de Samba Na Fonte começaram a chegar e se organizar para o seu encontro semanal. O público foi chegando junto e foi curioso que, apesar de figurar na programação oficial do polo e de haver *flyers* que divulgavam o evento, os organizadores de Samba na Fonte não sabiam o que acabara de acontecer. Tampouco tinham sido oficialmente convidados, embora sua tradicional presença no lugar fosse anunciada como parte da programação oficial.

O presidente do Polo empresarial nunca tinha ouvido falar do Quilombo Pedra do Sal, e esta era sua terceira vez no lugar; contudo conhecia ao atual presidente de Afoxé Filhos de Gandhi, Carlos Machado, da época em que este era candidato a deputado e tinha pedido o seu apoio, segundo ele mesmo me confirmou. As outras pessoas que o Polo contatou para a homenagear o lugar foram a associação de moradores do Morro da Conceição, o conselho comunitário de segurança, a igreja e o batalhão do exército. Porém, foi com Machado que San Roman acertou a logística para trazer desde Itaboraí os 18 participantes da Lavagem. Dafe Comércio pagou o transporte e o polo ofereceu um lanche aos participantes. Avaliando o investimento, Milton apontou : *-foi irrisório frente ao resultado que esperamos ter, há uma publicidade implícita, queremos divulgar o polo e que nos identifiquem, para que saibam de nós.*

Pese ao esporádico que possa resultar esta apropriação da Pedra do Sal feita por parte do polo empresarial da Nova Rua Larga[137], esta não pode ser vista meramente como um ato publicitário ou um fato isolado. A intervenção empresarial no espaço responde a uma preocupação com o entorno dos lugares de negócios, num momento caracterizado por Harvey (1996) e Zukin (2000) como de concorrência dos lugares por desenvolvimento econômico, o qual se baseia, em grande medida, na criação de distinção e diferença dos lugares. O mercado pela sua parte, se nutre, em grande medida, da "ressonância" (GONÇALVES, 2002) suscitada pelo tombamento de bens culturais.

Nessa medida, a Pedra do Sal e seu entorno não fogem da lógica e são também "uma oportunidade" de negócios que oferecem como traço diferencial a experiência de visitar um lugar que representa a "alegria e sofrimento" dos negros, e onde suas tradições são recriadas para conferir um "charme" à zona portuária.

O poder de atração das culturas locais é imenso no atual contexto econômico e cultural da globalização e, por isto, de acordo com Anna Paula Oliveira (2008), cada vez fica mais difícil isolar as políticas culturais das atividades do turismo e do setor econômico. Em termos econômicos, há na região uma clara expectativa dos pequenos e médios empresários com respeito ao novo público consumidor noturno que ainda se deseja atrair mediante a apresentação da cultura local, a promoção de shows e uma gastronomia típica. Há bares que, para aproveitar o movimento, só abrem à noite nos dias de shows e ensaios. Desta forma, as novas cotidianidades estão dadas por práticas invariavelmente ligadas ao consumo do lugar que cresce à sombra da sua monumentalização.

---

137 Vale a pena destacar que, estimulado pela promessa de um "novo Rio", a partir das obras de revitalização da Zona Portuária, os comerciantes e executivos estabelecidos na Avenida Marechal Floriano, resolveram se organizar e lançar o novo Polo Região Portuária, instituição de interesse público que substitui o Polo Empresarial Nova Rua Larga, a partir do 15 de maio de 2012. A decisão foi comunicada em reunião solene realizada no Velho Sonho Espaço Gastronômico, com a presença de autoridades e convidados especiais vinculados ao Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana. Entre os convidados figuravam Giovanny Harvey; o deputado Zaqueu Teixeira, o pesquisador e jornalista Rubem Confete, mentor do Centro Cultural Pequena África (CCPA), o repórter Miro Lopes (CCPA), a artista plástica Tia Lourdes, Maurício Nolasco (do Batucada Brasileira), arquiteto Alberto Silva (do Porto Maravilha), Orlando Santos Diniz (Fecomercio), mais e mais.

Após a revitalização da Lapa, que se povoou de casa noturnas voltadas para um público de classe média e já entrou no roteiro turístico da cidade, o entorno da Gamboa e da Praça Mauá vêm se perfilando como os próximos lugares para o divertimento noturno. Ali a restauração da arquitetura colonial por parte de alguns estabelecimentos comerciais faz do bairro um espaço propício para a comercialização de tradições musicais. Comerciantes se vangloriam da descoberta de novos espaços e da formação de *points* alternativos em prédios tombados pelo IPHAN (AUTRAN, 2007).

Um indicativo da expectativa é o crescimento do público assistente às rodas de samba, o qual só tem aumentado, assim como o aparecimento de novos botecos ou a remodelação de antigos "pés sujos". Outro indicativo que não pode ser desprezado é o destaque que vem sendo dado à região e seus cantos gastronômicos e culturais no Caderno Rio Show, do Jornal O Globo. No último ano, 2011, pelo menos 5 matérias foram dedicadas à Pedra do Sal e seu entorno. Uma das primeiras matérias a que tive acesso se perguntava o porquê do charme da região portuária e em seguida respondia:

> A Zona Portuária deve seu charme único a histórias mais antigas. Vejamos: na Rua Camerino havia um mercado de escravos que, libertos, foram ficando pelas redondezas mesmo. Daí, tempos depois, na Pedra do Sal, nascia o samba, (é, o samba!). Era lá também que imigrantes portugueses, mal desembarcados dos navios, encontravam trabalho e moradia barata, transformando a área numa espécie de filial tropical da terrinha. E era (ainda é, especialmente nesta temporada de transatlânticos) por ali que marinheiros de todo o planeta matavam o tempo entre um porto e outro e, obviamente, a presença deles gerou todo tipo de comércio dedicado a homens que passam meses e meses sem ver terra firme, comidinha caseira e mulheres (LESSA, 03/02/006).

Desta forma, as matérias no cadernos de eventos para o fim de semana têm contribuído também para a circulação do lugar. As matérias podem ser encomendadas, mas há também as críticas e referências dos colunistas especializados em caçar "novos" lugares para lhes dar uma qualificação.

Outro evento que tem dado uma agitação à área é o cada vez mais famoso concurso gastronômico *Comida di Buteco*. Na versão de 2011, foram três os restaurantes do bairro que participaram: o recém inaugurado *Imaculada*, na ladeira João Homem, e dois nas imediações da Pedra do Sal: O *Gracioso* (fundado por um espanhol em 1963) e o *Angu do Gomes* (fundado por um português em 1955).

Embora haja uma tradição de culinária portuguesa expressada em alguns antigos restaurantes da área, há também uma verve econômica na região que pode ser rastreada desde o 2004, com a criação do "Trapiche Gamboa", um dos pioneiros desta nova onda que caracteriza a região. Fundado pelo casal Cláudia Melo Alves e Clevison Homero num antigo casarão de 1867, o lugar começou abrindo só nas noites de sexta-feira, mas virou um cultuado templo do samba que funciona de terça-feira a sábado, sempre lotado e que hoje se dedica às rodas de samba e às especialidades de botequim. Hoje em dia, existe um programa de televisão (TV CULTURA/ Rede Brasil) apresentado pelo cantor Diogo Nogueira chamado *Samba na Gamboa*. Este programa semanal é gravado no Trapiche Gamboa.

Há empreendimentos mais "badalados", como a boate GLS de alto padrão *The Week*, localizada no número 154 da rua Sacadura Cabral. Ela pertence aos mesmos donos da *Privilège*, de Búzios, e ocupa três imóveis antigos cujas fachadas não foram alteradas mas cuidadosamente restauradas. Já por dentro, o ambiente é extremamente moderno. Pelo patamar dos preços, sabe-se que o público alvo, certamente não é local.

Durante os meus dois últimos anos de pesquisa, foram abertos na mesma rua vários novos locais, entre os que se destacam o *Sacabral Art Galery* pelas suas apresentações de jazz em parceria com os artistas do morro para exibir ali suas obras de arte. O *Rio Park* e o *Restaurante Porto Maravilha*, que misturam na sua estética elementos arquitetônicos dos antigos casarões com traços mais modernos, se distanciando do estilo dos tradicionais botecos da área. Com isto, se vê como a expectativa não é só noturna, pois além do pessoal que trabalha nos escritórios e empresas da área, também se espera atrair todos os executivos vinculados às obras do *Projeto Porto Maravilha* e os cada vez mais frequentes turistas. A previsão é que para o ano de 2012 sejam abertos ainda restaurantes de categoria e tradição na zona sul do Rio como Siri Mole e Devassa.

Este reconto das atividades ligadas ao comercio local e o turismo bem se emoldura na estratégia que se dá a partir de uma apropriação cultural das marcas históricas para transformá-las em grifes de consumo (ZUKIN, 2000). Com a abstração do valor cultural, o mercado opera uma mudança no significado social dos lugares, produzindo espaços

que podem ser comprados visualmente, inclusive ao custo dos que reivindicam a memória dos lugares ou apesar deles. Mas não se trata de uma acusação e sim de uma constatação, pois a relação entre mercado, consumo e patrimônio sempre foi estreita (GONÇALVES; 2007).

6.2 Reinventando a roda: renovando o samba

À época do trabalho de campo tinha na Pedra do Sal, ao menos três rodas de samba semanais e outros formatos do gênero que alteraram a paisagem sonora da parte baixa do Morro da Conceição e que têm afirmado um ponto na atual cartografia musical do Rio de Janeiro. Esse esquema pode ter variado, mas eu o mapiei assim: Segunda - feira é o dia de *Batuque na Cozinha*, uma roda que leva mais de 8 anos no lugar e é uma das mais populares e concorridas, a cada dia conquistando mais público, chegando a superar a capacidade da Pedra do Sal. Uma noite cheia pode atrair mais de 1000 pessoas. Nessa roda, ARQUIPEDRA costuma participar vendendo bebidas e comidas como caldo de feijão e frango com quiabo.

O espaço das sextas é para o *Samba de Lei*, cujos integrantes, liderados por Thiago Torres, são de Niterói. O grupo completou dois anos de apresentação e veio substituir o antigo *Samba de Arruda*. As sextas feiras são os dias mais complicados para fixar uma roda, pela concorrência que existe com outros locais na Sacadura Cabral e na Lapa. Numa breve troca de palavras, Thiago Torres refletiu que o sucesso da Pedra estava no pessoal frequentador, caracterizado por - *uma galera mais alternativa de jovens universitários e gringos, e não pelo sambista nato*.

Além disso estão os esquemas internos que cada boteco maneja ao se critério, por exemplo durante o 2011 todas as quintas feiras tinha, dentro do bar O *Gracioso* um grupo de samba pagado pelo dono do bar. Um incêndio destruí o local em novembro de 2011. Embora, outros pagodeiros já tem tomado o boteco em frente como local de novo encontro.

Toda quarta-feira, a partir das 6 da tarde, é a vez de um grupo de compositores chamado *Movimento dos Compositores Samba na Fonte*, que se destaca pela proposta criativa e autofinanciada. O projeto é definido pelos seus criadores como um movimento cultural que surgiu da necessidade de criar um espaço para que os compositores mostrassem suas composições, uma oportunidade para divulgar e gravar os trabalhos que antes ficavam nas gavetas.

Desde 2007, o grupo liderado por Haroldo Cesar, compositor e morador de Engenho da Rainha, congrega entre 25 e 30 compositores do Rio de Janeiro que vão pontualmente ao encontro para se divertir e deleitar seus constantes visitantes: amantes do samba, curiosos, transeuntes inadvertidos, turistas e trabalhadores da CEDAE, INCT, informais e do porto e, eventualmente, alguns moradores da região, que junto chegam a somar em noites cheias cerca de 100 pessoas.

Samba na Fonte é antes de tudo um espaço de criação e renovação, que torna realidade o sonho de divulgar as composições de muitos compositores cariocas. *Samba na Fonte* abre espaço para que trabalhos novos sejam apresentados, testados e aprovados pelo público presente. As tendências escutadas ali são muito variadas, tem o samba de partido-alto, o samba canção, o samba de terreiro e até samba enredo.

Tornar uma composição conhecida é o primeiro passo para que seja gravada por um grande artista e, em seguida, veiculada pelo meios de comunicação. Mas o primordial, disse Haroldo, *- é alimentar o samba, é promover aquela coisa que te dê vontade de fazer outros e outros, sem que fiquem apenas guardados nos cadernos, pois não há nada pior que estar fazendo sambas para você mesmo* [138].

A principal condição para participar do grupo é que os sambas sejam composições inéditas, já que nas rodas de samba mais tradicionais *- o que o pessoal quer, é ouvir o que está passando na rádio, e quando você chega a cantar uma coisa diferente, nego torce o nariz, já o dono da roda não gosta, uma vez que outra deixa cantar uma ou outra, então não tínhamos*

138 Entrevista a Haroldo Cesar 03/03/2010

aquele espaço. Afirma Haroldo. Quando um samba é gravado não pode ser mais cantado na roda. Só se canta se for um disco independente que não saiu na rádio ou não se divulgou muito bem no mercado.

A ideia de abrir espaço para sambas inéditos surgiu em 1994 na birosca que Haroldo tem no Engenho da Rainha. Ele e mais 4 companheiros tinham a ideia de gravar e de fazer - *um movimento de resistência, ou seja. de não deixar morrer nossa vontade de fazer música*. Nesse bar eles faziam o mesmo que se fazem agora na Pedra do Sal, - *ou seja. cantar nossas próprias músicas*.

Samba na Fonte funciona como associação, cada um dos compositores paga uma mensalidade, pois é preciso pagar a impressão das letras que se repartem entre o público, a manutenção do site da internet[139] e principalmente os 9 músicos fixos: 3 no violão, 2 com cavaquinhos, um banjo, um surdo, um cantor e um pandeiro, fora o pessoal que acompanha no ritmo com pequenos instrumentos de percussão. Alguns dos compositores de *Samba na Fonte* já tiveram sambas gravados por cantores como Zeca Pagodinho, Jorge Aragão, Beth Carvalho, quem de quando em quando aparece por lá e fica às horas escutando as músicas.

Alguns dos músicos também são componentes do movimento apenas dois dos músicos não têm nada a ver com o movimento, mas todos recebem dinheiro pela sua participação. Outra forma que o grupo usa para se financiar é com uma pequena loja ambulante nos dias da apresentação, onde se vendem camisetas, CDs dos compositores de *Samba na Fonte* ou gravações independentes.

Se tivermos apoio para pagar os músicos já seria uma boa e assim diminuir a quota, mas tem que pagar um pouquinho para poder valorizar, tudo o que é de graça vira uma bagunça. Você paga para ter a certeza de ter o cara tocando ali, o fracasso anterior foi porque gente não pagava, então o músico ia mas não recebia. E o que mais queremos é gravar um CD ou um DVD que deve ser 50.000 ou 60.000, para registrar o movimento

139 http://www.sambanafonte.com.br/

e contratar um produtor e músicos profissionais, queremos gravar um apanhado das músicas que já passaram pelo movimento, as que mais se sobressaíram[140].

Para ter direito a cantar, o associado tem que estar em dia com a conta. Ele canta dois sambas na quarta e dois na quinta-feira num bar chamado Vaca Atolada situado na Lapa. Para Haroldo *- é uma coisa prazerosa, na verdade não se paga para trabalhar, senão para ver a própria música se propagar.* Também há espaço para quem não é sócio: *- a ideia é que o movimento não seja excludente, justamente para não acontecer com outras pessoas o que aconteceu com a gente e que nos levou a montar o movimento*. Assim, em cada apresentação há cinco vagas para quem vêm de fora.

A chegada de *Samba na Fonte* na Pedra do Sal foi através do grupo *Batuque na Cozinha*, liderado por André Pressão, com quem alguns membros de *Samba na Fonte* tinham gravado uma vez. Numa certa segunda-feira, André abriu espaço para as composições novas de Vantui e Haroldo, os dois fundadores de Samba na Fonte, o que foi atraindo outros compositores que frequentavam essa ronda. Em palavras de Haroldo *- a gente sentiu que tinha público que gostava ouvir samba inédito, nem todos sempre querem ouvir o samba que toca na rádio.*

Quando apareceu a possibilidade de tocar às quartas-feiras na Pedra do Sal, *Samba na Fonte* estava tocando no *Clube dos Fumagueiros* na Tijuca, mas o local não era apropriado. Ao perguntar a Haroldo porque escolheu a Pedra do Sal, este afirmou que:

> A Pedra do Sal tem um lado místico, vamos dizer assim, porque ali foi o primeiro local de samba do Rio de Janeiro, aquela história do pessoal dos navios que paravam ali no porto, fazia-se o comércio do sal ali, e depois que terminava o comércio do sal começava o samba, que na aquela época era proibido. Então é uma coisa muito mística. Muitos nomes conhecidos hoje como Pixinguinha, João da Baiana faziam samba ali nessa época. É praticamente o primeiro local onde se fez samba desse tipo, tanto que ali é tombado como patrimônio histórico. Com nossa música prestigiávamos o lugar. Aqui é um lugar que dá certo, é central e o acesso é fácil para todo o pessoal. O pessoal se sente muito bem, a única coisa de ruim dali é ficar na dependência do tempo, se chover quebra tudo, choveu ferrou. Dependendo da intensidade da chuva, se for antes, podemos nos acomodar no bar. Se for corrido, não tem como, mas também acontece de chover a semana toda e não chover na quarta-feira, mas tem períodos que toda quarta-feira chovia, a gente fazia lá encima dentro do bar[141].

---

140 Entrevista a Haroldo Cesar 03/03/2010

141 ibid

Para dar início à roda de quartas-feiras, Haroldo acertou com o dono de *Bodega do Sal* para ele manter aberto o local enquanto acontecia a roda. *- Aí o rapaz do bar deixou, nosso compromisso era a gente só se encontrar para cantar nossos sambas, e as pessoas que viam era nossa família, nossos amigos, mas aí coisa começou a crescer e deu um público legal, é um público legal.*

Haroldo define a Pedra do Sal como um lugar especialmente aconchegante e, para ele, não há como sair dali, mesmo que os dias de chuva ameacem as rodas, pois há um público consolidado que alimenta o esforço dos sambistas. Ele me narrou como num momento teve um problema com o dono do bar e começou a procurar um lugar diferente, mas não achou um lugar melhor. Segundo ele, o lugar possui um misticismo grande, que se manifesta em fatos como ter tido muitos obstáculos para gravar um CD, e as coisas começarem a funcionar no dia em que decidiram gravar na própria Pedra do Sal. Uma vez mais a agencia do lugar se manifesta. Haroldo resume assim sua relação com o lugar:

> Pedra do Sal é, utopicamente falando, como se as almas de Pixinguinha, João de Baiana, esses primeiros sambistas, as almas deles estivessem aí trabalhando para que a gente não saísse dali. Quando eu pensasse assim: ah eu vou falar com fulano para ver se eu marcar a gravação pra lá, é como se eles estivessem indo lá e botassem alguma coisa e quando chegasse naquele encontro não dar. É assim que eu falo, os deuses trabalhando para que a coisa não aconteça lá e aconteçam aqui. Por que foi fato, eu não conseguia fechar. Pô!, há meses adiando a gravação, tudo estava dando certinho e só faltava isso e nada, aí aparecia outro lugar e nada, nem mesmo falando com o dono de espaço. E não conseguia fechar, até, chega, puxa! Já está encima do barulho e tivemos que fazer, aí a coisa acaba te fazendo ficar ali. Como da outra vez que a gente tentou sair, tentou sair e nada, arrumei não sei onde, aqui e acolá, nada ficava conclusivo. Só saiu este novo negócio de Vaca Atolada porque eu não saí da Pedra do Sal, se for o caso de sair de lá, aqui não ia dar certo. Esse é o misticismos de que eu falo.[142]

Retomando as ideais de David Harvey (1996), temos que compreender que a força dos lugares e a memória para a sua mobilização não é um poder causal que por si mesmo atrai, envolve e engaja as pessoas. Desse ponto de vista, a força do lugar se interpreta como um investimento afetivo e coletivo de modo permanente para transformar o lugar um *lócus* institucionalizado de poder social. Assim o corrobora o tom de uma matéria de jornal produzida pelo fotógrafo Iêre Ferreira na qual o fotógrafo instigava aos leitores a

142 ibid

participar dos encontros de samba, mas advertindo o encontro como um espaço sagrado e de dor:

> Mas venha com o coração aberto para sentir de perto toda a energia que emana dos ritos que consagramos a este solo sagrado. Assim a alma desta pedra vai te aquecer e te fazer esquecer os problemas da vida, mesmo que por alguns momentos, pois saberás que tua carga é leve, quando lembrares que por aqui sangraram nossos ancestrais. É a presença dos ritmos que sempre embalaram o vigor desta pedra, sua resistência, sua força física, sua energia que é a energia de um solo sagrado e consagrado pela negritude! Axé Pedra do Sal[143].

Porém, esse misticismo também se faz presente através da alegria, da musicalidade e da cadência que se manifestam nas rodas de samba e que se refletem em vários depoimentos, como por exemplo, o de Alberto Machado, conhecido como BM, outro dos participantes do Samba na Fonte, que me falou da "captura" que viveu na Pedra do Sal:

> Sou funcionário da mãe d'água (CEDAE) e era representante sindical. Estava aqui fazendo um ato público, reivindicando meus direitos em cima do carro de som, quando vi o pessoal chegar com violão, percussão e tal. Eu ia para Campo Grande com o sindicato, mas falei para o motorista: pode ir embora...Vim fazer política e caí no samba[144].

As rodas de samba, em suas diferentes modalidades de aliança, são, em síntese, responsáveis pela musicalização itinerante da Pedra do Sal, que não está à margem do comércio e do lazer. Ao fim das contas, o consumo também gera possibilidades de interação e a troca de significados (APPADURAI, 2010), diversificando os sentidos do lugar.

A partir desses discursos sonoros, pode enxergar-se um papel da Pedra do Sal que vai além do entretenimento, criando um espaço de sociabilidade, multilocalizado, no sentido em que expressa significados de lugar polissêmicos para diferentes usuários (RODMAN, 2003) e não excludente, cujos laços ultrapassam a realização festiva e musical do lugar. Em outro sentido, eles consolidam formas de apropriação e produção do espaço, que de certa forma cria sociabilidades temporárias e permanências efêmeras ou não. Se reinventa a Pedra do Sal quando multidões efusivas se fundem nas suas

---

143 Agito Rio, maio/junho 2009

144 Conversa informal na Pedra do Sal em 05/08/2010

pequenas ruas mal iluminadas e sujas, e o som e a festa ameaçam subir o Morro da Conceição, tornando a Pedra do Sal um pedaço para o laser próprio.

Por outro lado, é necessário destacar que as atuais rodas de samba, apesar de serem recentes, são práticas sociais anteriores ao recente interesse que se despertou na área com o início das obras do *Projeto Porto Maravilha*. Assim, essas expressões musicais e sociais não são uma consequência direta da valorização da área, pois o lugar já vinha sendo apropriado por coletivos e indivíduos; do mesmo jeito em que relações identitárias com esse espaço e com a própria imagem da cidade vêm sendo estabelecidas há muito tempo; porém esses fenômenos podem se constituir num valor agregado aos empreendimentos em curso.

6.3 A arte de sonhar com o lugar: Centro Cultural Pequena África

Até agora temos visto o perfil e ações dos atores que com suas intervenções são assinalados pela movimentação econômica, cultural e política da Pedra do Sal e seu entorno nos últimos anos. Todos eles são atores que, a partir das suas práticas, conflitantes ou em aliança, constroem o lugar e usufruem do seu passado presentificado a través da sua patrimonialização. Contudo, esse leque não estaria completo sem abordar as atividades do Centro Cultural Pequena África (CCPA), uma entidade sem fins lucrativos que iniciou suas atividades num sobrado do Largo de São Francisco da Prainha, entre a Pedra do Sal e a Praça Mauá. Seus fundadores partilham, de certa forma, da mesma gramatica usada por outros coletivos negros na região para publicitar-se, a projeção de músicas afro-brasileiras, com ênfase no samba, ligados ao "povo do santo" e às tradições culinárias que envolvem o candomblé. O propósito deste coletivo viria não só a completar senão a ressoar o mito da Pequena África explorado por Guimarães (2011).

A proposta do CCPA, fundado há cinco anos, é pesquisar, registrar e promover a história dos movimentos socioculturais dos afrodescendentes que se estabeleceram na região portuária do Rio de Janeiro.

Os seus gestores são Dalva Mariana, Mãe Celina e Rubem Confete; este último jornalista, compositor, cantor, ativista e estudioso das questões dos afrobrasileiros, que trabalha na Radiobrás. Confete é autoridade no culto dos Orixás e também um sambista na acepção mais radical da palavra: *- sambista que faz samba ou dança samba, que organiza samba, que respira o samba*, como Rubem se define assim mesmo. Por sua parte, Celina Rodrigues, atual presidente do CCPA, é também da tradição do candomblé, *mamadiquese* da nação Angola.

Celina e Rubem definem seu trabalho como o resgate e preservação dos valores históricos e culturais da Pequena África, através da celebração de algumas personalidades que foram vitais nas questões da ancestralidade, solidariedade e cidadania do lugar. Ambos se apresentam como:

> produtores culturais e ativistas na preservação da memória e na renovação da autoestima afrodescendente na região, e impulsionadores de uma arte e de uma cultura profundamente enraizadas naqueles ambientes cariocas, onde as expressões mais legítimas da cultura afro-brasileira vieram se encontrar para amalgamar e expandir [145].

Confete é um conhecedor da região portuária; ele possui um vasto e detalhado conhecimento histórico dos lugares que se pôs a reluzir quando expus minha intenção de pesquisa. Confirmando que relatos também fazem o espaço, Rubem apresentou uma por uma as histórias negras da região portuária como as razões de ser do CCPA. Com habilidade, narrou durante a entrevista eventos como a Revolta da Armada, as greves operárias contra os maus tratos e pela redução da jornada de trabalho, a Revolta da Chibata e a Revolta da Vacina, entre outros. Acrescentou que o caráter negro e revolucionário da região se teceu com os escravos que participaram do levante dos Malês, singular acontecimento que teve lugar na Bahia em 1835, a instalação na rua Barão de São Felix de um grande contingente de negros que participaram da Guerra do Paraguai, encerrada em 1870, e os egressos do massacre de Canudos, que se estabeleceram no Morro da Favela, hoje mais conhecida como a Providência.

---

145 Entrevista realizada a Celina e Rubem em 27/08/ 2010.

Porém, mais que fatos, eles destacam a presença de personalidades históricas que são influência e inspiração do trabalho do CCPA. Imediatamente após mencionar os protagonistas da história do lugar, Rubem fez uma referência ao projeto *Porto Maravilha* e agregou: *- não podem deixar que esta história desapareça* [146]. Por essa convicção tem aceitado o convite do prefeito Eduardo Paez a participar do desenho e implementação do circuito da herança africana, o qual será exposto mais adiante.

O CCPA pretende implantar um centro de convivência para recuperar, em palavras dos seus idealizadores, "a autoestima" da população local com atividades de arte-educação, lazer, saúde preventiva e qualificação profissional. Porém, uma vez que a expressão artística mais significativa da Pequena África era a musicalidade, Celina define a missão da sua organização assim:

> Somos uma O.N.G, ou uma instituição ligada a uma questão de cidadania, é o que todas as ONGs fazem, mas nosso foco mesmo é a música, a musicalidade, entendeu? O resgate da história da música. Através da música conseguimos chegar às pessoas, não só nas redondezas.

As palavras de Celina me punham de novo frente à objetificação do lugar monumentalizado, onde a história tem a função de fazer o presente mais seguro e a nostalgia é a estratégia para que demandas sociais obtenham legitimidade cultural (HERZFELD, 1991).

> Celina: Estamos ao lado da Pedra do Sal, onde João da Baiana e outros bambas, como Donga e Pixinguinha criaram o samba carioca. O samba, por exemplo, não existiria tal como é se não fosse o envolvimento negro e mestiço. Não por acaso o marco do nascimento desse gênero é também o ponto onde o sal era descarregado pelos escravos. O samba de raiz é que é o nosso foco. Não é uma música qualquer, a gente tocando a música do tempo da Tia Ciata, que fazia os saraus na casa dela, e eles iam lá tocar e faziam aquelas coisas bem enraizadas que só eles tinham na época, entendeu? É basicamente isso, é resgatar, é revitalizar mesmo, e trazer a comunidade até a gente, sabe? Contar história pro povo. Tem gente que mora ali e não sabe o que é aquilo ali, o que significa aquilo ali, tá ali por estar, então é muito fácil passar o trator e acabar com tudo aquilo ali, só nos resta aquilo ali.
>
> Stella: Vocês estão falando de todo um contexto que existia na época das tias baianas. Hoje em dia fica o quê?
>
> Celina: Fica tudo o que restou, as ideias, a vontade de trabalhar e resgatar mesmo, nos museus lá da vida, das bibliotecas lá da vida e catar aquela história toda. Mas nossa tarefa não é fácil, nem todo mundo entende. Temos que explicar o tempo inteiro o que significa ancestralidade, é meio cansativo, meio estafante, porque não é todo mundo que acompanha essa batalha nossa.

146 Entrevista realizada a Celina e Rubem em 27/08/2010.

A expectativa de Celina e Rubem é ter um ponto de cultura com teatro multiuso, um centro de documentação e pesquisa, salas de aula, centro de informática e internet, cine clube, galeria de arte e um restaurante. Outra das projeções do CCPA é oferecer oficinas de música, de conto e criar alianças com uma fábrica de cavaquinho e bandolim para ensinar arte à comunidade. No entanto, o mais importante para o CCPA é:

> priorizar aquilo ali, pra eles saberem a importância que é aquela região ali, a história que é aquilo ali, onde tudo que você imaginar aconteceu ali, era o único lugar de entrada no Brasil, não tinha outro, entendeu? Acho que as pessoas tinham que valorizar aquilo ali, porque se a gente não lutar por aquilo ali, não só aquilo ali, como tinha na Praça Onze, como tinha na Cinelândia, qualquer região no Rio de Janeiro, você começar a cultuar, a valorizar a história de onde você vive. Caramba! A tendência é acabar tudo, porque para os governantes tanto faz como tanto fez, eles vão passando o trator, vão metendo o concreto e acabou, sabe? E a gente vai viver só de livros?

O Centro Cultural Pequena África defende o que eles denominam o "culto à ancestralidade" e reverência a personalidades como Dom Obá II d'África, jornalista, voluntário da pátria e babalorixá, o batuqueiro João da Baiana, o partideiro Aniceto do Império, João Cândido, o Almirante Negro, os sindicalistas Ézio Cruz do Sindicato dos Estivadores e Eloi Antero do Sindicato dos Arrumadores e o fundador da Sociedade dos Moços Pretos Cândido Manoel Rodrigues. Em função dessa pedagogia, se organizam encontros mensais com a finalidade de exaltar as pessoalidades negras que fizeram a história da região, através de rodas de samba, filmes de curta-metragem, convites a renomeados músicos e foros onde as pessoas que conheceram as ações daquelas pessoalidades celebradas ofereciam seus depoimentos.[147]

O CCPA promove entre seus atividades, conversas e oficinas que abordam os mais variados temas, mas sempre desde um foco ligado à ancestralidade. Uma das atividades que mais chamou a atenção foi a programação de uma Roda de Capoeira no largo da Prainha. Um cartaz colocando na porta do CCPA, era o convite à roda e completava a seguinte informação:

---

147 As reuniões promovidas pelo CCPA são comandas por Rubem Confete e animadas pelo grupo *Toca, Canta e Dança*, liderado por Naval, que organiza a programação artístico-musical com a participação de convidados de renome envolvidos com as raízes da cultura popular, como trompetista Darcy da Cruz, os compositores Carlos Negreiros, Flávio Moreira, o saxofonista Nivaldo Ornellas e o flautista Eduardo Monteiro.

> A roda será realizada próximo à Pedra do Sal, ponto de bambas e da nata da cultura carioca do século passado. Por essa razão pedimos a todos que venham para a roda vestidos de roupas casuais e não com uniformes de capoeira de forma a caracterizar uma roda como as que eram realizadas no início do século passado. As roupas que não caracterizam as diversas referências da capoeira no passado são bem-vindas [...]

À roda concorreram mestres da Capoeira que tanto como os inscritos na roda, acataram o pedido de irem vestido com roupas de malandragem à moda antiga. Como em outros eventos, o público participante é na sua maioria de outras localidades do centro e do subúrbio da cidade, os moradores locais tendem a ser minoria nesses encontros. Em geral, as reuniões programadas têm garantida a abundância de comes e bebes. Como a comida faz parte de um conjunto social e cultural, enfatizando as relações sociais e simbólicas em que ela está inserida e nas quais age, nesses eventos, Mãe Celina é também responsável pela cozinha. São comuns os "quitutes da senzala", como bolinhos de feijoada, mocotó, bolinho de jerimum com carne seca, angu frito, além da tradicional feijoada. Há também mostras da culinária afro-brasileira, como a "comida de orixá", tal como caruru, vatapá, omolocum e acarajé, comida sagrada, utilizada em rituais, nos quais é ofertada aos Orixás, mas inserida neste espaço, sem ter necessariamente toda aquela complexidade cosmológica.

A comida de orixá não é fortuita e responde ao vínculo que Confete e Celina têm com o candomblé, ambos iniciados. Rubem é Ogan confirmado no Ilê Obatalá, Casa da Nação Jeje-Vodun e Celina, mãe de santo da nação Angola de um terreiro em São Gonçalo. Antes de cada evento ser iniciado, explica Celina, é muito importante reverenciar os orixás e pedir permissão para a realização do encontro: *- eles conversam com a gente, interagem e dão respostas a todas as nossas perguntas. Não é à toa que em todos os eventos que fazemos aqui haja uma energia tão boa, e que todo mundo saia daqui imantado.*

Celina e Rubem estão em busca de uma casa para poder afiançar a missão proposta. Por enquanto, o atual lugar de encontro é o largo de São Francisco da Prainha, com seis pequenas varandas que permitem apreciar "de camarote" as atrações do Bloco Escravos da Mauá, que se reúne no largo uma vez por mês para ensaiar. A atividade do bloco não impossibilita ao CCPA de realizar sua habitual programação, nem prejudica seu

funcionamento, pois haveria o que Mãe Celina chama de "uma parceria implícita", onde ambos se beneficiam.

Mais além da sede do CCPA, a intenção mesmo é poder ter também um terreiro. Quando lhes perguntei por que escolheram esse lugar como centro da sua ação, Celina respondeu que, além da ancestralidade afro-brasileira que o lugar exsuda por cada poro, estava o fato de se encontrarem numa "terra fria", o que significa que é uma terra espiritualmente boa para trabalhar a ancestralidade e ser solidário, "é algo que só uma mãe de santo pode compreender", mas que se refere à força do lugar.

> Aquela terra ali é fria, minha filha, aquilo ali só serve para cuidar daquilo que passou por ali. Mas antes tem de pedir licença para os orixás. Tem muito defunto enterrado ali, muita gente morreu na construção daquilo ali, né? Por isso nossa! Aquela região ali é muito boa para trabalhar.

Celina mora em São Gonçalo, contudo tem um forte vínculo com o lugar que se manifesta na sua presença contínua na região portuária por mais de 27 anos, assim como Confete, pelo seu trabalho na Radiobrás, localizada no edifício *A Noite*. Contudo, não morar na região não significa não fazer parte dela.

> E a gente tá ali o tempo todo, acho que nós estamos mais ali do que qualquer outro cidadão daquela região ali, a gente tá aqui o tempo inteiro, onde a gente bate-papo, toma cerveja, onde a gente faz roda de samba, a gente sempre tá ali, amanhã mesmo, por exemplo, tenho uma roda de samba pra ir.

Ao reler a entrevista com Celina e Rubem, não podia deixar de pensar que grande parte do que eles têm é um projeto para ser construído no futuro. É um exemplo daquele vínculo existente entre a preservação do passado que legitima a construção do futuro (HARVEY, 1996; YORY, 2002). O CCPA começou aos poucos, dir-se-ia que ainda está na sua fase embrionária, e já são várias coisas concretizadas, mas uma boa parte permanece no plano das aspirações, significando o enlace no abismo entre o que deixou de ser e o que ainda não chega.

Deste modo, eles se constituem não só em fazedores como em "sonhadores do lugar", ao desenhar sobre este projetos de corte produtivo, programas de capacitação, assim como missões pedagógicas sobre a história da localidade para uma comunidade que não é necessariamente local[148].

Essas iniciativas, que não são únicas do CCPA, se baseiam nas imagens de uma vizinhança e uma comunidade local, que parecem articular um anseio por uma escala perdida de sociabilidades e referências simbólicas estáveis. Como diria Yory (2002:9) o que se monumentaliza não é um pedaço do passado senão o conjuntural desejo dele. Por esta razão não é sempre é fácil traçar uma linha clara entre a memória mítica e o passado real. Para Herzfeld (1991: 66), nos defrontamos com uma *nostalgia estrutural,* a qual se tornou uma estratégia chave para conferir legitimidade às demandas sociais.

A esses sonhadores se somam pessoas como Maria Moura, (ex-esposa do falecido maestro Paulo Moura). Eu havia visto Maria em vários eventos na Pedra do Sal, sempre ao lado dos quilombolas Luiz Torres e Damião Braga. Ela sempre chamou a minha atenção pelas belas roupas que vestia, usando um turbante e colares vistosos. Várias vezes tentei falar com ela sem muito êxito, até que finalmente consegui o seu telefone celular. Ela se surpreendeu com a ligação, mas finalmente combinamos um encontro num café do centro, e ali falamos divertidamente por mais de 4 horas acompanhadas por um chope. Foi no final da entrevista que percebi que ela tinha me confundido com uma produtora francesa que faria uma produção fotográfica sobre a Pequena África. Imagino que descobrir que eu não tinha relação com esse projeto tenha lhe incomodado muito, pois nunca mais me cumprimentou ou me reconheceu nos seguintes encontros que tivemos.

---

148 Paradoxalmente, a organização que termina levando a cabo projetos dirigidos à comunidade local é a própria VOT, que por meio de seu ministério pedagógico tem ingerência efetiva sobre a comunidade escolar gestada ao seu redor, e que se constitui no alvo de suas projeções extracurriculares, gerenciadas a partir do *Projeto Humanização do Bairro*, como se mostrou no começo do capítulo.

Maria Moura, como Celina e Rubem, se apresentou como pesquisadora da cultura popular do Rio de Janeiro e em especial dos terreiros de candomblé da cidade. Moradora de Copacabana, Moura me narrou, uma vez mais, os fatos que tinham sido decisivos na história da Pedra do Sal, confirmando uma vez mais como estruturas narrativas têm também um valor de sintaxe espacial e positivação do lugar desde a perspectiva do narrador (DE CERTEAU, 2009).

Maria Moura ressaltou como muito importante para Pedra do Sal a pioneira, embora breve, presença do terreiro ÁSÈ ÒPÓ ÀFÓNJÁ da mãe Aninha e a cultura dos orixás que tinham trazido as tias baianas ao lugar, das quais falou com nostalgia. A elas se referiu de modo familiar e intimo, como se as tivesse conhecido pessoalmente. Como afirma Halbwachs, não há memória que seja somente "imaginação pura e simples" ou representação histórica que tenhamos construído que nos seja exterior, ou seja, todo este processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito (HALBWACHS, 2004: 78; 81). A memória individual não está isolada. Frequentemente, toma como referência pontos externos ao sujeito. O suporte em que se apóia a memória individual encontra-se relacionado às percepções produzidas pela memória coletiva e pela memória histórica (ibid: 57-9).

Maria Moura também ressaltou na sua narrativa que o principal personagem dos primórdios dos ranchos cariocas foi Hilário Jovino Ferreira, um pernambucano criado no meio nagô em Salvador, que chegou ao Rio de Janeiro, indo morar no morro da Conceição, nas vizinhanças no Beco João Inácio, onde já havia um rancho com o nome de Dois de Ouros. Em 1893, ele funda o *Rei de Ouros*, para assim mudar a história musical da cidade, realizando seu desfile no carnaval, em vez sair no dia de Reis, como faziam os outros ranchos, em busca de maior liberdade de movimento e expressão.

Como vários dos meus entrevistados, Moura se queixou do desconhecimento das pessoas do lugar e da cidade sobre a história local e enfatizou a urgente necessidade de criar projetos pedagógicos para ensinar às pessoas sobre as personagens que tinham construído o lugar, antes delas caírem no esquecimento geral.

No momento da entrevista, Maria trabalhava com o Conselho Estadual dos Direitos do Negro, CEDINE. Assim, após o reconto histórico da Pequena África, ela explicou seus esforços para poder gestar projetos a partir do Conselho Estadual dos Direitos do Negro (CEDINE) dirigidos à população negra da área portuária com o fim de gerar renda. Um desses projetos se referia à implantação de oficinas para a formação e capacitação de mulheres como baianas de acarajé. Uma atividade que certamente não está desprovida de significados sociais e simbólicos e cujo oficio foi recentemente registrado ante o IPHAN (BITAR 2007).

A ideia de Maria Moura é ensinar às mulheres - não me especificou quais - técnicas da culinária afro-baiana, pois está convencida do potencial turístico que se avizinha para a área, e do qual as pessoas locais não podem se manter à margem. Este plano seria complementado com a criação de uma rede de mulheres bordadeiras na região. Estas propostas se emolduraram dentro de um projeto maior dirigido a incentivar o que ela perfilou como "turismo étnico".

Com estas palavras Moura definiu o perfil para o rumo que parece estar tomando a Pedra do Sal no meio do *Porto Maravilha*. Para este fim, ela considera necessário definir os critérios para a criação de um corredor cultural, como uma estratégia para participar ativamente desse segmento do mercado. Em consequência, avaliou: *- é preciso recuperar as características originais da Pequena África, organizando a comunidade e, para isto, precisamos do aporte dos intelectuais.*

Se, como vimos, já está em curso o desenvolvimento de um turismo dirigido à monumentalidade da região, não é de se estranhar que as pessoas vinculadas ao local vislumbrem um potencial econômico contido na promoção de um turismo "alternativo". Vários pontos da metrópole carioca já fazem parte de ditos circuitos, animados pela possibilidade de aproximação e consumo dos cotidianos locais que, na sua exotização, são reinventados.

7 Tensões e catarses

Os contextos urbanos estão fundados na massificação como condição das relações sociais, a qual recompõe hierarquias criando, antes que uma ordem homogênea, complexidades em razão da intrincada rede de negociações e disputas. Esta determinação da vida urbana rege não somente as relações entre classes sociais, grupos étnicos e raciais, como também o interior dos mesmos, razão pela qual não poderiam ser mais tomados como grupos homogêneos, apesar da luta travada por alguns para alcançar coesão e unidade simbólica.

Memória e identidade no espaço urbano são sempre elementos que se relacionam pela tensão, já que, segundo o sociólogo Nilson Moraes (2000), a efeméride e a dispersão dos signos se impõem contra o desejo de continuidade e a vontade de coerência. No entanto, a organização de ambas é uma busca por impactar a atrelada realidade e se constituem pelo desejo de se posicionar frente a um discurso oficial; as contendas e tensões também aparecem como parte da memória e a identidade. Somos chamados a ver a diferença no interior da similitude.

Apesar de os grupos e coletivos que constroem e dão sentido à Pedra do Sal se cruzarem no mesmo lugar, se observa que os mesmos se erguem sobre distintas bases, as quais correspondem às diferenças sobre como gerir a memória e administrar o passado. Reiterando assim a ideia de Gonçalves (2008) quanto os patrimônios, que nunca tem sido consenso e em razão a isto demostram-se fragmentários e divididos contra si mesmos.

Por outro lado, poderia pensar-se que as diversas formas de tratamento e relação com o monumento à negritude bem refletem as dimensões "culturalistas" e "políticas" que Cunha (1998) descreveu para outro momento como constitutivas do Movimento Negro.

7.1 Os conflitos pelos usos da memória e o lugar

Os atores que participam na Pedra do Sal, tanto cotidianamente como nas datas especiais, constituem um leque de diversidades e contrastes, que determinam uma variedade de visões e expectativas. Não estranha que as mesmas gerem profundos desencontros, além do conflito entre a VOT e a ARQUIPEDRA. Durante o trabalho de campo, assisti não somente às diferentes apropriações do lugar, senão também às escalas conflitantes dos desencontros dos seus protagonistas com respeito a como ocupar a Pedra Sal. Assim, por exemplo, uma noite de samba esconde por trás alianças entre grupos ou diferenças irreconciliáveis que não são sempre evidentes.

As diferenças envolvem tanto dimensões simbólicas ligadas aos significados atribuídos ao lugar e os direitos da representação e da permanência, como as dimensões materiais e econômicas, por recursos ou lucro, seja na "imaginária" via institucional de incentivo à cultura ou aqueles provenientes da exploração da vida cultural noturna. Obviamente estes conflitos também são mediados pelo carisma e as personalidades dos líderes e demais atores sociais, assim como a sua capacidade de estabelecer alianças e parcerias com outros atores ou instituições do Estado e de convocar meios de comunicação, intelectuais e outro tipo de "assessores externos".

Em alguns momentos, as disputas foram verbalizadas durante as entrevistas. Um elemento que, por exemplo, sempre foi ressaltado nas entrevistas foi a suspeita, infundada na maioria das vezes, de que os outros grupos recebiam, em nome do lugar e de seu patrimônio, apoio financeiro mediante algum projeto estatal ou privado. Nesse sentido, todos ressaltaram que a sua presença e trabalho no lugar era o resultado de um esforço próprio sem nenhum tipo de ajuda, "como a que recebiam os demais". Esse receio frente à transparência na gestão de recursos de origem estatal é fonte permanente de discórdia.

Há no fundo, disputas pelo espaço de representação, nesse sentido é de destacar como fissuras e alianças se evidenciam na disposição espacial e nos arranjos do lugar durante eventos, festas e shows, as quais denotam autênticas práticas de demarcação territorial.

Nesse sentido, o Bloco Afoxé Filhos de Gandhi, um dos principais parceiros e aliados da ARQUIPEDRA, sempre participa de cada evento gerido e proposto pelos quilombolas. De fato, uma das demandas concretas da ARQUIPEDRA perante o INCRA é um terreno na Rua Camerino, o qual seria a sede para o bloco carnavalesco. No entanto, a relação não funciona no sentido contrário, como no exemplo da lavagem feita pelo polo empresarial e outras participações autônomas do bloco como o cortejo à Iemanjá no 2 de fevereiro.

Com respeito ao arranjo espacial, pode se colocar como exemplo a participação de ARQUIUPEDRA, que coloca sua barraca de comidas e refrigerantes às segundas-feiras, quando se apresenta *Batuque na Cozinha,* enquanto está ausente nas apresentações de *Samba na Fonte*, nas quartas-feiras. Sobre isso, Haroldo o homem negro que coordena o projeto Samba na Fonte que se reúne na Pedra do Sal, expressou que conhecia muito pouco a ARQUIPEDRA e nem entendia bem a sua proposta, se referindo ao líder do quilombo, expressou assim:

> Tem um rapaz que faz um trabalho *afro*, realmente tem, esqueci o nome dele. É um trabalho tipo afro, uma coisa assim, como não é muito divulgado, e a gente não participa muito assim diretamente, nem sei dizer diretamente o que é que é. Mas não é muito divulgado esse trabalho, é uma coisa aí entre eles e tal. Nossa relação é difícil, às vezes recebemos convites, mas Samba na Fonte tem dificuldade de se assumir como grupo, porque o pessoal mora em cada lugar, então já temos reservada quarta e quinta-feira para nos encontrar, os outros dias cada um tem que cuidar da sua vida, fazer suas coisas, fica difícil participar do evento deles, eles também não participam do nosso fácil. Com respeito a filhos de Gandhi, eu conheço da Bahia, não sei se é uma filial da Bahia, eles são um pessoal muito fechado, não querem divulgar, nossa intenção é divulgar, fica difícil saber que é o que eles estão fazendo.[149]

As querelas nem sempre são abertas e foi preciso muito tempo no campo para as perceber; elas se apresentam tanto no espacial como no simbólico, em planos onde cada um busca defender o seu domínio e conquistas desde as suas capacidades e tipo de apropriação proposta para o lugar. Esta é a interpretação que emerge a partir da análise da comemoração dos 22 anos da Fundação Cultural Palmares, em 22 de agosto de 2010. Para este fim, a FCP abriu um edital para receber propostas de celebração, cujo tema era *Construindo Redes de Diálogos – Reais e Virtuais – com a Cultura Afro-brasileira.*

149 Entrevista com Haroldo em 03/03/2010

Os interessados em participar deveriam se inscrever dentro de um determinado prazo, a convocatória estava aberta a pessoas físicas, grupos e entidades que atuaram com expressões artísticas afro-brasileiras nas áreas de dança, música, teatro, cultura popular, artes plásticas, além de outras manifestações culturais. Das propostas, uma seria a escolhida e receberia um premio no marco de dita comemoração.

Do jongo ao samba – encontro de baianas, do santo, do jongo e do samba foi a proposta ganhadora, apresentada pelo Centro Cultural Cartola,[150] da Mangueira. O show montado pretendia enfatizar dois relevantes patrimônios culturais: a Pedra do Sal e o Samba, em sua ancestralidade.

O show apresentado pelo Centro Cultural Cartola foi uma performance daquele dossiê, e entre outros elementos a Pedra do Sal fazia parte da apresentação. Para o show gratuito e muito bem assistido, foi reservada a boate *The Week*. No local se encontraram a Velha Guarda das escola de samba Mangueira e Império Serrano, também esteve presente o tradicional jongo do Pinheiral, que foi o convidado de honra, considerado uma matriz poderosa do samba do Rio de Janeiro. Houve também a exibição do vídeo *Matrizes do Samba no Rio de Janeiro* e a degustação de quitutes dos ricos tabuleiros da culinária afro-brasileira. No meio da festa, aconteceu também roda de santo, de samba e das baianas do jongo com saias rodadas, as quais fechariam a cerimônia, com um cortejo que, saindo da *The Week*, se dirigia até a memorável Pedra do Sal, a um quarteirão de ali.

Nos bastidores, uma discussão entre o presidente da ARQUIPEDRA e os promotores da comemoração impediria o cortejo de chegar até a Pedra do Sal, como tinha sido planejado. Na visão do primeiro, nada que tivesse como cenário a Pedra do Sal deveria ter sido planejado sem ter sido conveniado com a ARQUIPEDRA. A FCP esclareceu que o show tinha sido produto de uma convocatória pública aberta, da qual os quilombolas não participaram. Na visão de muitos dos participantes da comemoração

150 De acordo como o texto exibido no site da instituição, o Centro Cultural Cartola é uma associação fundada em 2001 por intelectuais, artistas e produtores que pretende integrar ações culturais a desenvolvimento social (Ver www.cartola.org.br/apresentaçñao.html, acessado em setembro de 2011).

de aniversário da FCP, a Pedra do Sal é um patrimônio de todos os negros e cariocas e não apenas do grupo quilombola.

A briga não foi notada por todos os presentes, mas viu-se como o cortejo das baianas se deteve por vários minutos na entrada da rua Argemiro Bulcão, antes de chegar no largo. Para desfigurar a programação, a ARQUIPEDRA convocou uma roda de capoeira que de fato, acontecia quando as pessoas do cortejo, desinformadas, foram chegando. Para se acomodar no espaço que sobrava tiveram que contornar a roda de capoeira. Para os que a briga passou despercebida, o que acontecia na Pedra eram uma fusão "natural" ou programada do cortejo do CCC com a capoeira da ARQUIPEDRA, porém a roda de capoeira nunca foi programada pelo Centro Cultural Cartola.

Quando o resto do cortejo chegou à rua Argemiro Bulcão os outros participantes e cantores compreenderam o veto à sua chegada, e muitos foram dispersando-se aos poucos. Contudo, na própria Pedra do Sal uma verdadeira festa improvisada reinava, feita pelo público desinformado ou os que não assumiam como própria essa briga e outros participantes e curiosos. Para além da política, o clima de festa pronto se dissipou a tensão (Ver fotos 21 a 24).

Podemos dizer que, para quase todos os atores partícipes da Pedra do Sal, a memória do lugar é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência da pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Mas este sentimento é diversamente construído e vivenciado, e o sentido de sacralização do lugar elaborado por uns vê-se ameaçado pela prática dos outros.

Em alguma ocasião, o líder do quilombo me manifestou seu desconforto com o Bloco de Escravos de Mauá, pelo que ele considera um furto e talvez uma desvirtualização do que significa "escravo", já que os promotores e cantores do bloco, são “brancos”. Em razão disto, ele alega que o bloco deveria se chamar "Eslavos da Mauá".[151]

Em outra perspectiva, menos territorial e mais do âmbito da memória e do simbólico, também se dão desencontros. A objetificação do lugar se dá nos termos de uma linguagem comum baseada na importância dada às categorias de história, memória, reparação e identidade. Porém, há uma divergência que reside no conteúdo e na forma com que cada grupo chega a inscrever nessas categorias.

Exemplo desta ideia é a tensão existente entre os membros fundadores do CCPA com as ideias do presidente da ARQUIPEDRA. Durante a entrevista que fiz com os fundadores do CCPA em 27/08/ 2010, várias críticas ao movimento quilombola floresceram, referidas à legitimidade do grupo e à falta de pessoal que incorporasse uma “comunidade”. Rubem e Celina foram muito enfáticos em condenar a proposta de um movimento cuja simbologia “quilombola” estaria mais próxima da escravidão do que da liberdade, a qual fusionaria uma construção colonial perdurável com uma alteridade radical.

Na sua visão, a Pedra do Sal e a área portuária teriam que ser exaltados, mais do que o cais onde os africanos escravizados chegaram, como os lugares onde os negros tiveram grandes conquistas, desenvolvendo o primeiro trabalho livre e conformaram associações livres, como a estiva e a fundação de sindicatos ligados a este setor.

---

151 Com respeito ao nome, os organizadores do bloco manifestaram que “Ali na rua Camerino ficavam os mercados de escravos nos séculos XVIII e XIX. Mesmo depois da Abolição, os ex-escravos e as colônias de negros baianos que vieram para o Rio se fixaram no bairro da Saúde, em busca de trabalho no porto e moradia barata (aliás, o morro da Favela - atual Providência - emprestou seu nome ao tipo de moradia que hoje se espalha por toda a cidade). O bairro chegou a ser conhecido como a Pequena África no Rio de Janeiro. Como o bloco foi formado por funcionários públicos - isto é, escravos - daí para o nome foi um pulo”. Entrevista disponível em http://www.circuitos-do-rio.com.br/q_somos.htm

A anterior contestação evidencia as lutas pela guarda das fronteiras do que significa patrimônio, quais os valores que entram e o que pode ser feito ou não dentro dele. O exemplo destaca os desafios de uma política da memória, onde cada reorientação ideológica produz reajustes e pode reescrever a história. No entanto, os investimentos são extremamente custosos em termos políticos, pois se coloca em risco a coerência, a unidade e, portanto, a identidade da organização. Para Pollak (1992) "é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo, de memória ou de fidelidade à memória antiga ou de novos agrupamentos".

É claro que, frente às diferentes memórias pessoais e sociais, não existe um passado único que possa fazer justiça a todos nas complexidades das lutas dos cidadãos por reconhecimento. Sabemos, sim, que a história negra tem um lugar na Pedra do Sal, mas que a Pedra do Sal tem seu lugar em muitas histórias. Como expressado por Halbwachs (2004) A memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre no plural (memórias coletivas). Ora, justamente porque a memória de um indivíduo ou de um país estão na base da formulação de uma identidade, que a continuidade é vista como característica marcante.

7.2 As memórias concorrentes: a contestação "anti-afro" da VOT

As disputas pelos usos e significados da Pedra do Sal são o reflexo do ambiente convulsionado em que se encontra o lugar. De acordo com Pollak (1992), quando a memória e a identidade estão suficientemente constituídas e amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização não chegam a provocar a necessidade de efetuar arranjos, nem no nível da identidade coletiva, nem no nível da identidade individual. Mas isso corresponde àquilo que ele chamou de "períodos calmos", nos que a preocupação com a memória e a identidade diminuem.

No caso analisado, é claro que há uma ansiedade com a identidade e a memória do lugar, emanada tanto dos mecanismos políticos, comerciais e culturais que têm colocado a Pedra do Sal em circulação, como de seu questionamento por parte de atores externos à identidade negra, mas não ao lugar. Me refiro à VOT.

Após a publicação do RTID sobre o Quilombo Pedra do Sal, por parte do INCRA, veio a contestação da VOT, encomendada ao antropólogo e historiador Carlos Eduardo Martins Costa Medawar e ao arquiteto Milton Teixeira. Ambos são autores de um documento intitulado *Relatório Antropológico do Quilombo Pedra do Sal no Rio de Janeiro* (2009), cuja meta principal é refutar a presença do quilombo, para isto foi encomendado pela VOT.

É interessante rastrear o caminho optado pelos autores o qual terminou sendo um confronto à memória negra da região, onde em primeiro lugar a Pedra do Sal, como parte do Morro da Conceição, teria uma ocupação que daria continuidade à tradição de migrantes europeus, especialmente portugueses e espanhóis e seus descendentes, antes de uma ocupação especificamente negra (2009:11).

Nesse sentido, para eles, as festas e rodas de samba que vêm acontecendo no lugar seriam apenas uma "invenção manipulada", promovida por lideranças do movimento negro, ONGs e instituições do governo que recriam valores culturais para justificar a presença negra na Pedra do Sal e criar "uma identidade cultural resgatada do imaginário de algumas pessoas ou na tentativa de se impor alguns elementos novos que venham desenhar um determinado perfil cultural da região" (ibid: 114).

Quanto ao trabalho na estiva, propiciado pelo porto durante as primeiras décadas do século XX e que teria vinculado de maneira importante a população negra, os pesquisadores tomam partido pela via da mestiçagem e da mistura cultural e argumentam que a abertura do Porto do Rio atraiu inúmeros migrantes, especialmente do norte e do nordeste. No início do século XX, a Praça Mauá, como área portuária, era a entrada da cidade e reunia, além de músicos, artistas e boêmios, gente de todos os tipos e classes, especialmente marinheiros, prostitutas e comerciantes de todas as nacionalidades, "especialmente espanhóis e portugueses" (ibid).

> Não podemos esperar ali, de uma forma geral, raízes sólidas de famílias centenárias, apesar de grupos residirem na região por longo tempo [...] Difícil seria desenhar um perfil cultural da região, já que, como em qualquer grande cidade, o mosaico multicultural é a marca principal." (IBID : 77)

No entanto, essa constatação do multiculturalismo e da dificuldade de localizar identidades consolidadas se contradiz mais adiante com a afirmação dos autores, segundo a qual o "O Morro da Conceição passou a representar solidamente um dos poucos nichos residenciais, marcadamente ocupados por trabalhadores e comerciantes, quase todos de procedência europeia"(ibid). Uma parte do contra laudo se dedica a explorar a história de Manuel da Silva Abreu, o conhecido malandro "Zica" da Praça Mauá, vindo de Portugal, que durante os anos da segunda guerra mundial foi um conhecido mafioso, protetor dos pobres, cafetão e contrabandista. Isto é um elemento usado pelos autores para enfatizar que a malandragem e a vadiagem não eram apenas uma "propriedade" da gente negra, senão uma característica das pessoas dessa região como um todo, destacada pelas precárias condições de pobreza que afetariam por igual a todo mundo (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 94).

Assim, a características socioculturais da população, descritas no relatório da VOT, estariam dadas pelo segmento português, cujos percursos e relatos de pobreza e duras condições representam "a memória viva da ancestralidade portuguesa na região". Curiosamente é difícil, para os autores, falar de sólidas raízes quando se refere à população negra, mas não é assim para caracterizar as heranças europeias.

Ante a concorrência de memórias, como as qualificaria Harvey (1996), e a polarização das mesmas, fica por saber como foi esse espaço de convivência e integração entre negros e portugueses, à margem das classes dominantes, e entre o alto do morro e sua base, agora negadas por ambas a versões memorialistas do lugar ou, pelo menos, pela seleção das versões recolhidas pelos pesquisadores da VOT, onde os depoimentos coletados entre os moradores se encaminham a recusar qualquer vestígio de cultura negra na área.

Claramente, estas oposições polarizadas levadas à prática provocam fortes confrontos. Como exemplo extremo dos radicalismos que podem alcançar estão os sentimentos e temores dos moradores e, especialmente, dos beneficiários dos serviços da VOT. Quando a ARQUIPEDRA recebeu a certificação da FCP, a VOT circulou entre os alunos e pais o seguinte comunicado:

> Em dezembro de 2005, a VOT recebeu, com surpresa, a informação de que um grupo de cinco pessoas estava reivindicando parte de suas terras na Praça Mauá, mesmo local onde há 388 anos, realiza a totalidade de seu trabalho educacional e social. Trabalho este que beneficia direta e indiretamente mais de 40 mil pessoas da Zona Portuária e que será prejudicado, caso esse grupo consiga a posse dessas terras.
>
> Essas pessoas afirmam serem descendentes de um quilombo que teria existido junto à Pedra do Sal, na Praça Mauá, sem apresentar nenhuma documentação que comprove tal afirmação. A área que o grupo reivindica é composta por imóveis localizados no entorno da Igreja São Francisco da Prainha, tombada pelo IPHAN, e suas proximidades. Ao se autointitular descendentes de quilombola, o grupo, teve o pedido acolhido pela Fundação Cultural Palmares, instituição ligada ao Ministério da Cultura, e deu prosseguimento ao processo no INCRA.
>
> Em sua defesa, a VOT possui os documentos que comprovam que é a legitima proprietária das terras e dos imóveis que estão sendo reivindicados.
>
> O historiador Milton Teixeira, profundo conhecedor da história do Brasil, afirma ser impossível que um quilombo tivesse existido nessa área, porque, no local, além do comércio de mercadorias, existia o Palácio Episcopal e a Fortaleza do Exercito (prédio que existe até hoje).

A publicação desta carta teve sérias consequências para a segurança do líder quilombola Damião Braga. Sem compreender os alcances da figura do quilombo, muitos rumores circularam sobre o risco que corria a educação promovida pela ordem religiosa e os pais de família começaram a sentir vulneráveis o acesso à educação dos seus filhos, numa região que, como tem sido anotado, sofre de várias carências nesse aspecto. O líder da ARQUIPEDRA chegou a receber ameaças contra a sua vida, presumivelmente de traficantes do Morro da Providência. Por esta razão, Mauricio Hora, o conhecido e estimado fotógrafo, morador da Providência, começou a chamar a si mesmo como quilombola em eventos públicos. Era uma forma de oferecer proteção a Damião Braga.

Voltemos às arguições levantadas pelo contra laudo encomendado pela VOT, o qual conta a história da Pedra do Sal desde outro ponto de vista. A narração começa por situar a Pedra da Prainha, como também era conhecida a Pedra do Sal, dentro das terras adquiridas, no século XVII, pelo padre Francisco Vaz da Mota, e doadas à Ordem em 1704. Em outra palavras, a Pedra do Sal pertenceria à VOT, muito antes de qualquer manifestação cultural negra florescer ali. Se diz que a pedra era um entrave à comunicação pois, sendo colada ao mar, cortava o caminho que levava ao Morro da Conceição. No começo do século, alguns cortes foram feitos para fazer possível o seu contorno.

Os autores do contra laudo destacam que, por um Alvará de 1821, foi concedida à Ordem, de forma perpétua, o foro "em 26 braças e dois palmos 57.66m de terreno que ela já possuía e mais 16 braças e meia 36,3m de terreno à beira-mar, fronteiro às casa da dita Ordem" (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 61). Seria em 1840, com a construção de um trapiche para o desembarque de sal, propriedade de Manuel da Silva, que os degraus que tornaram a pedra como zona de passagem, foram encravados. Em 1905, a pedra foi novamente cortada e aterros foram feitos na orla da Prainha, com o que a Ordem perdeu o trapiche, sendo por isto indenizada. Em razão dessas funções comerciais, a Pedra do Sal também teria sido tombada por ser um "ícone comercial" (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 67) representativo das atividades ali desenvolvidas. Por isto os autores do contra laudo ressaltam que a mensagem contida na placa comemorativa instalada num dos muros do bar, descreve o descarregue do sal como o objeto do tombamento por parte do INEPAC.

> "PEDRA DO SAL". NESTE LOCAL O SAL ERA DESCARREGADO DAS EMBARCAÇÕES. PASSOU DEPOIS A PONTO DE ENCONTRO DE SAMBISTAS QUE TRABALHAVAM COMO ESTIVADORES". SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E ESPORTES DSP. GERAL DE PATRIMONIO CULTURAL

As arguições da VOT sobre as características socioculturais se encontram acompanhadas de dados estatísticos, os quais foram levantados por uma enquete, parte do texto escrito por Milton Teixeira e Carlos Medawara (2007). A meta do questionário era qualificar a contestação mediante a verificação da dinâmica organização sociocultural e a estrutura populacional, religiosa e econômica do Morro da Conceição para, assim, estabelecer o que eles consideram um perfil "mais preciso" da composição étnica, religiosa e cultural da região.

Para este fim, a VOT mobilizou a sua "comunidade" para participar do questionário, o qual continha 19 perguntas. Em 2007, foi aplicado a 730 pessoas, que corresponderiam a 33,4% dos 4000 moradores que se lhe atribuíam à região em 2000. No entanto, a amostra não foi exatamente aleatória, pois o questionário foi aplicado nas escolas e no centro comunitário administrados pela VOT. Ou seja, os entrevistados possuíam, com a ordem religiosa os vínculos estabelecidos pela educação e outros serviços proporcionados diretamente aos entrevistados ou a seus filhos e netos. Os resultados da

enquete, da qual me referirei apenas a alguns dos itens, são considerados pelos pesquisadores como um "reflexo do perfil definido para a realidade nacional," (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 104).

Entre algumas das questões levantadas aparecem a distribuição de pessoas pelo tempo de moradia na região e o de seus antepassados. O resultado, de menos de 20 anos de moradia no bairro para a grande maioria, conduz os pesquisadores a denotar a alta rotatividade de moradores que caracteriza o bairro.

Porém, a pergunta central do questionário se direciona para a distribuição dos moradores pela auto declaração da cor; da que se deduz que 41,92% da população é branca, 43,42% da população é parda e 12.74% de população é negra. Daí, eles reconhecem que pardo tem tanto ascendência negra como europeia, mas "prepondera sem sombra de dúvidas a etnia branca, em larga escala em detrimento das demais." (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 104)

O questionário incluiu também um item que procura a distribuição por "auto declaração de origem étnica", cujas categorias propostas pela enquete mesma conduzem ao seguinte resultado: 12,74% da população tem origem indígena, 21, 23% portuguesa, 7, 26% africana, 1,10% tem origem espanhola e 3,15% teria origem italiana. Menos do 1% da população teria origens alemã, holandesa, francesa, inglesa e asiática e a origem árabe corresponderia a 4,38% da população. Os dados instigantes são que o 16% manifestou ter uma origem desconhecida, o 10% teria outras origens não especificadas e um 21,23% teria mais de uma origem étnica. A análise dos pesquisadores se detém em analisar como 1/3 da população expressa ser descendentes de europeus e, considerando a aqueles de dupla origem, 50, 68% da população teria assim uma origem europeia (ibid 106).

Outras perguntas do questionário se dirigem a estabelecer o tipo de atividades culturais, a existência de atividades dirigidas para o resgate de raízes culturais e as instituições (públicas, privadas ou religiosas) que as respaldam. Finalmente, há também uma preocupação com a construção de um índice da distribuição das pessoas de acordo com

a religião praticada e a localização, na cidade, do templo religioso frequentado. De acordo com seus resultados, 77,12% da população entrevistada é católica, 1,51% é maometana, 2,88% é espírita kardecista, 15,07% é evangélica e só 0.82% da população prática religiões afrobrasileiras como o candomblé e a umbanda, cujos templos, a diferencia dos católicos, estão fora do bairro. Estes dados também seriam, de acordo aos autores, uma expressão da realidade nacional, se cotejados com o censo do 2000 do IBGE (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 108).

Respaldados pelos dados levantados pela enquete, os pesquisadores concluem que "o grupo que se autodeclara remanescente de quilombo não tem qualquer representatividade na região, seja étnica ou cultural, seja na atualidade ou nos inexistentes laços de ancestralidade" (ibid: 107). O caminho escolhido pelos autores é muito muito desacertado, já que, por objetarem a existência do quilombo, terminam negando a presença geral do negro na região portuária.

7.3 Da cultura do lugar ao lugar da cultura

Entre outros elementos contestatórios, o relatório da VOT, afirma que, em termos religiosos, a Pedra do Sal não passou de ser um lugar como qualquer encruzilhada de caminhos no Rio de Janeiro onde se fazem despachos e oferendas aos santos e orixás. Para os autores Pedra do Sal teria sido tombada como "ícone religioso afro-brasileiro", apenas na função de amostra representativa de tantos outros lugares onde este tipo de rituais se efetuam, o qual ganhou um significado simbólico antes de comprovado e que poderia estar localizado em qualquer canto da cidade. (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009: 68).

O relatório da VOT rejeita a existência plural de terreiros na área adjacente à Pedra do Sal, como foi justificado no texto do historiador Joel Rufino dos Santos que dá origem ao tombamento, e indica que o único existente foi o de João de Alabá (ibid: 63). Em relação à ocupação do Bairro da Saúde por migrações de negros desde 1870, como o sustenta o historiador Joel Rufino dos Santos, no mesmo documento apresentado no INEPAC, os autores do relatório rebatem este argumento, pois:

> De acordo com o relato de moradores antigos e documentos históricos, a região sempre foi foco de ocupação por portugueses e espanhóis. Os negros forros que retornavam da Guerra, sobretudo dos Canudos, a partir de 1897, passaram a ocupar áreas da Praça Onze e do Morro do Livramento. (ibid: 64)

A alegação usada pelos autores do contra laudo continua para uma desmistificação do lugar e objeta a continuidade da presença negra na área, já que, segundo eles, pouco importa se João da Baiana e outras ilustres personalidades negras moraram o fizeram sambas na Pedra do Sal, pois o importante seria se aquelas tradições foram mantidas por gerações e gerações de negros no lugar.

> O que importa é se a Pedra do Sal se caracteriza como um local de manutenção das raízes sociais, da cultura religiosa e do modo de vida da etnia negra de forma especial, marcando-se como um local de verdadeira resistência cultural, e isso, realmente, não foi encontrado. (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009:65).

Segundo os autores, só seria em 1950 que o lugar teria tido um desenvolvimento cultural ligado ao samba, quando uma carvoaria desativada foi reaberta como bar, o qual se tornou ponto de encontro de sambistas, liderados por João da Baiana e atraindo sambistas de lugares como Vila Isabel e a Mangueira (ibid: 61).

O documento também explora o lugar da origem do samba carioca e conclui que o berço do ritmo e das memórias vinculadas às tias baianas era a Praça Onze. Não deixa de ser interessante que a contestação da VOT tenha investido tanto nos elementos jurídicos e históricos dos imóveis de sua propriedade, como também na preocupação pelo lugar da cultura, ao ponto de levar os autores do contra laudo a explorar também a localização geográfica da Pequena África localizada, segundo eles, na Praça Onze e no Morro da Providência (idem).

Deste modo, os autores encaram o velho debate sobre o possível local onde estaria o berço do samba carioca, o qual estaria, de acordo a sua versão, no bairro Estácio de Sá e na Praça Onze, lugar da "malandragem" e da passagem de todos os grandes sambistas e, depois, no Morro de São Carlos, na Praça da Bandeira e na Mangueira, e não na Pedra do Sal, para assim afirmar que as pretensões da ARQUIPEDRA estão "fora do lugar" (MEDWARA e TEIXEIRA, 2009).

A obsessão com a localização da origem das expressões culturais, assim como com o "local do trauma" da escravidão parece que se tornou uma questão fundamental para conceder ou negar direitos territoriais. Porém, a apreensão da VOT com a cultura vai além do lugar da cultura, e se dirige, ainda, para a atual cultura desenvolvida no lugar, pois as recentes expressões musicais e culturais são tomadas pelos autores do contra laudo como meras manipulações em prol do quilombo, sem no entanto, atentar para o fato de que aquelas expressões têm dinâmicas próprias ligadas a circuitos turísticos, de patrimônios etc, e que este circuito musical se vale de maneira importante do interesse crescente das classes médias e do mercado de cultura que exploram este filão da música popular.

Mas por que há essa apreensão com a localização do local onde nasceu o samba? E porque a questão é tão central à questão da identidade da Pedra do Sal? A resposta pode estar na compreensão de que o samba é um riquíssimo campo simbólico brasileiro, nada neutro e sobre o qual se exercem enviesadas e ideologizadas discussões, assim como rigorosos patrulhamentos sobre o que deve ser a sua função social, (OLIVEIRA, 2008)[152].

Foi interessante vislumbrar como a preocupação pelo berço do samba continua vigente, embora tenha sido reiterado inúmeras vezes que o gênero musical não se limitou a um lugar único para a sua manifestação, e que a demarcação do território da cidade pelas culturas negras criou uma cartografia de afetos que terminou por identificar várias áreas de domínio das culturas negras como redutos de sambas e batuques. Foram essas áreas as que seguramente constituíram a Pequena África, a qual poderia ter sido, não um território de fronteiras estáveis, mas um circuito cultural multicêntrico de limites porosos.

---

152 Respeito ao momento de consolidação do samba urbano carioca, Oliveira (2008) nos lembra que este é contemporâneo às medidas sanitaristas e repressoras das culturas populares do inicio do século passado. Nessa medida, às músicas produzidas pelas culturas negras como o samba foram definitivas para a afirmação de identidades reprimidas, cujos efeitos denunciam a incorporação de um processo de resistência às marcas de dominação cultural.

Mas, se uma memória cartográfica inscreve a história do samba nos espaços subalternos da cidade, subsiste a ideia de que a essência das músicas populares se localiza em sua origem social e está circunscrita a um domínio territorial específico (IBID). Não pretendo navegar profundamente nas águas da música popular, mas foi curioso ver como a VOT se posiciona, assumindo uma constante do pensamento crítico da música popular brasileira em primeiro lugar e da "cultura negra" em segundo lugar, referente a que o espaço social onde se cria e recria o samba é sinônimo de luta, de resistência, com um incrementado valor de autenticidade (CALDEIRA 2007 apud OLIVEIRA 2008).

Enquanto essas disputas se tecem, tanto no palco como por trás dos bastidores *in situ*, outro tipo de comunhão lhe dá contorno à Pedra do Sal, tricotando uma rede com pontos de conexão que vão além da fronteira local. Esta metáfora se inspira na experiência dos compositores de Samba na Fonte, provenientes de diversos lugares da cidade e às vezes do Estado de Rio de Janeiro. Com duas exceções, nenhum dos integrantes é morador do morro da Conceição, nem das adjacências da Pedra do Sal ou sequer do centro da cidade.

Na medida em que o seu trabalho se tornou uma referência, *Samba na Fonte* conseguiu atrair músicos e compositores de lugares como Salgueiro, Engenho da Rainha, Campo Grande, Niterói, Gamboa, Estácio, Bangu, Penha, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Engenho Novo, Tijuca, Água Santa e Catumbi. Também vêm compositores de fora do Rio de Janeiro, de Itaboraí, de Macaé e até de São Paulo e Minas Gerais. Já houve, também, a inesquecível participação de um japonês, que tocava cavaquinho com grande destreza, embora ninguém compreendesse o que cantou. Nesse sentido, experiências desse tipo constroem um circuito cultural complexo que transforma um padrão concêntrico simples em uma teia constituída através de múltiplos pontos de intersecção e disseminação.

Este tópico não expressa apenas uma multilocalização das práticas culturais, mas indica os fluxos e múltiplas conexões da cultura através do espaço formando redes, onde a Pedra do Sal é um nó dessa dinâmica cultural.

Do mesmo modo, poderíamos ler o pertencimento "não arraigado" que caracteriza à maioria dos membros do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi, dos organizadores das rodas de samba, dos fundadores da ARQUIPEDRA, que também não são oriundos do local, dos criadores do Centro Cultural Pequena África e dos participantes do Bloco Escravos de Mauá, que se congregam a celebrar, entre outras coisas, o lugar e com grande poder de convocatória. Essa prática multilocalizada de culturas musicais funciona como base para decompor os discursos que estabilizam a associação entre cultura e lugares fixos, a partir da agência de atores desestabilizadores dos signos enraizados.

Sob essa ótica, a Pedra do Sal cumpriria uma função mais diaspórica, no sentido proposto por Gilroy (2001), de perturbar a explicação mecânica de pertencimento enraizado ao lugar pela via dos laços entre o território e a identidade. Ao valorizar parentescos supralocais, práticas como a de *Samba na Fonte*, por exemplo, descentram a Pedra do Sal, criando uma ruptura entre o lugar da residência e o lugar do pertencimento permitindo exercer sua influência além das fronteiras micro-locais.

Estas experiências musicais geram um lócus de cultura menos essencializado, que abre as portas aos que quiserem participar e propõem uma apropriação multilocalizada. Certamente, o papel político das culturas musicais que acontecem na Pedra do Sal merece uma análise muito mais apurada, que vai além dos alcances previstos para esta pesquisa. No entanto, não se pode passar por alto o fato de que no meio dos discursos sobre o passado e o futuro, a performance musical (a parte de qualquer ideologização) seja uma das práticas que presentificam o lugar, libertando-o do tempo e definindo uma afeição ao mesmo baseada na experiência própria real e não apenas na nostalgia do passado. A concorrência dos atores sobre o mesmo espaço abre caminho para uma concepção complexa de similitude e para versões de solidariedade que não precisam reprimir as diferenças para o interior.

Sem desconhecer o papel do mercado do lazer na dinamização da Pedra do Sal, a vitalidade dessas expressões estão além dos absolutismos, dos projetos institucionais e das oposições entre passado e futuro. As rodas de samba permitem uma fuga da contemplação para um espaço de ação. Como diria Gilroy (2001:165), talvez os usuários

e produtores musicais possuam um papel decisivo, porque sua identidade e prática política e cultural do presente se distancia da dialética entre devoção e culpa.

A permanência do lugar, assim como o seu caráter distintivo advém das atividades e ações das pessoas que morando no local ou não, lhe dão forma construindo formas de organização e relações sociais dentro ou ao redor de seu domínio. Ao desvendar os dinâmicos e múltiplos sentidos que se possam sobre Pedra do Sal, se reitera-se a dificuldade de pensar em demarcações territorial e simbolicamente fixas, dados os diferentes atores que têm participado na construção do lugar. A convergência de sentidos ligados à memória coletiva de uma matriz africana têm criado uma dimensão afetiva, um forte poder de identificação e agenciamento pelas implicações de uma noção de pertencimento; contudo é tensionada pelas vivencias cotidianas múltiplas num movimento de continuidade e descontinuidades. Ao mostrá-las aqui, aponta-se para revisão do lugar como algo pronto e acabado.

8. O Memorial da Diáspora Africana: preservando o passado, aniquilando o presente

Quando me aproximei do conflito VOT-ARQUIPEDRA, o *Projeto Porto Maravilha* era apresentado como o grande vilão. Paradoxalmente, o link entre passado e futuro também vem sendo pautado pelas obras por ele implementadas. A um quarteirão da Pedra do Sal, um elo com o passado e a memória do passado escravocrata da área tem reluzido com a recente escavação do cais do Valongo e da Imperatriz, na atual rua Camerino.[153]

Assim, as obras de drenagem do *Projeto Porto Maravilha* estão integrando, no mesmo ponto, o símbolo da diáspora africana e a globalização econômica da cidade. O debate suscitado pelo seu descobrimento coloca em evidência a relação ambivalente entre os salvaguardas da memória e o mundo empresarial, representado pelas obras do *Projeto Porto Maravilha*, frente ao qual se manifestava hostilidade, mas cujas ações possibilitam também a celebração da memória.

---

153 A rua do Valongo, que hoje é a rua Camerino, foi chamada Rua da Imperatriz

O cais do Valongo foi o ponto de desembarque de escravos africanos que, até final do século XVIII, chegavam na Praça XV. O auge do cais do Valongo coincide com o momento em que a descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais demandava mão de obra escrava. Um dos mercados negreiros estava localizado muito perto dali, na atual rua Barão de Tefé.

Segundo o historiador Cláudio de Paula Honorato,[154] o Valongo recebia uma média de 35.000 escravos anuais. Mas em 1831, começa a existir uma repressão ao tráfico negreiro e se dá uma parcial desativação oficial do mercado do Valongo, embora a prática tenha continuado por muito tempo clandestina. Foi para apagar a marca do tráfico que o cais foi reinaugurado com o nome de *Cais da Imperatriz*, em 1843, em homenagem a Dona Teresa Cristina Maria, esposa do Imperador Don Pedro II, que ali desembarcou em setembro desse ano.

O projeto foi realizado, na época pelo arquiteto Grandjean de Montigny que, com a queda de Napoleão, se exilou no Rio de Janeiro. Assim, as escavações dos cais revelam uma história estratificada que expõe as camadas materiais de uma parte da história social da cidade.

Uma equipe de arqueólogos e historiadores coordenada pela Professora Tânia Andrade Lima, do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi formada para estruturar as buscas arqueológicas que resultaram, além do cais, na descoberta das peças africanas do século XIX.

Os arqueólogos encontraram objetos da vida cotidiana das classes dominantes do império e dos negros escravizados, como búzios, cachimbos africanos, pedrarias, material de artesanato e confecção. De acordo com Tânia de Andrade, há uma superposição de um cais sobre o outro, sobre o qual se construiu uma praça municipal com jardins

---

154 Declaração no vídeo *Cais do Valongo: Porto Maravilha traz a história do Rio de volta à superfície.* www.riocidadeolimpica.com

durante a Reforma Pereira Passos, que por sua vez pretendia apagar a marca do Império na cidade[155].

A recente descoberta do sítio arqueológico do Cais do Valongo soma-se às escavações do Cemitério dos Pretos Novos, e se tornaram numa espécie de Comissão da Verdade que coloca à luz os crimes da escravatura. As escavações possuem um importante elemento emocional e a popularidade da causa resultou num exercício que reposicionou a vários coletivos sociais politicamente. Inicialmente se constituiu uma comissão para dialogar com as autoridades sobre a construção de um Memorial da Diáspora Africana. "O Sítio Arqueológico do Valongo dá mais uma prova da Zona Portuária como porto de entrada da maioria dos africanos, nas Américas", argumentou Benedito Sérgio, representante regional da Fundação Cultural Palmares, no Rio de Janeiro.

Por sua parte, Giovani Harvey, Diretor-executivo da Incubadora Afro-brasileira e membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE), afirmou que se bem a "descoberta" do Cais do Valongo não era objetivo central do projeto Porto Maravilha, as obras de reurbanização permitiram o resgate do sítio arqueológico. "Hoje, o *Porto Maravilha Cultural* nos dá a chance de iniciar essa obra de extrema importância."[156]

O prefeito Eduardo Paes não tardou em assumir a reivindicação do Movimento Negro como a oportunidade de transformação do Valongo em um monumento a céu aberto e pronto manifestou interesse para que o cais seja patrimonializado no âmbito internacional. Para o mandatário

> É uma ousadia com grande relevância para a memória da África [...] Se os postos de saída dos navios negreiros em Dakar e Cabo Verde são reconhecidos como Patrimônios da Humanidade, o Cais do Valongo certamente preenche todas as condições para ser reconhecido pela UNESCO [157]

---

155 ibid.

156 http://portomaravilha.com.br/conteudo/ccjb.aspx

157 ibid

Enquanto isso, se comemoram as coincidências, como o fato de que a escavação e a redescoberta do Cais do Valongo, em meio às obras de requalificação da Região Portuária, aconteceram no mesmo ano em que este ponto de chegada dos escravos completou 200 anos. Tânia Lima, a arqueóloga que coordena a escavação, opina que

> O sítio arqueológico tem uma importância social extraordinária para a autoestima da comunidade afrodescendente e para a construção de sua identidade. É uma feliz coincidência que o Cais do Valongo tenha sido trazido de volta precisamente 200 anos após o início de sua construção. A data é emblemática também porque coincide com o ano internacional contra a discriminação racial.[158]

Através de sua representação no Rio de Janeiro, a FCP tomou a vozeria para garantir a construção do Memorial, que deveria se localizar entre o Hotel Barão de Tefé e o Hospital dos Servidores. No dia 21 de março de 2011 houve o lançamento da *Pedra Fundamental do Memorial da Diáspora Africana*, numa data que marca O *Dia Internacional pela Eliminação do Racismo*. Na ocasião, representantes das organizações governamentais e não governamentais promoveram um ato simbólico no sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

No dia 13 de maio aconteceu na região portuária a *Caminhada pelo Memorial da Diáspora Africana no Porto Maravilha*, quando representantes de várias ONGs, sindicatos, do Movimento Negro e de órgãos públicos[159] promoveram uma caminhada seguida de feijoada, a fim de convocar a população para o debate em torno do *Memorial da Diáspora Africana* na região.

---

158 idem

159 Cedine (Conselho Estadual do Direito do Negro), Ceppir (Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura do Rio de Janeiro), Fundação Palmares do Ministério da Cultura, Instituto Pretos Novos, Projeto Comunicar, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Comdedine (Conselho Municipal do Direito do Negro da Prefeitura do Rio de Janeiro), IPCN (Instituto de Pesquisa de Cultura Negra), Assores (Associação Cultural República do Samba), Estimativa, Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas), Centro Sócio-Cultural Zé Ketty, Centro de Produção Fotográfica Quilombo 32, CUT (Central Única dos Trabalhadores), Incubadora Afrobrasileira, IPDH (Instituto de Palmares de Direitos Humanos), Afro-Brasil Turismo, Gabinete do Deputado Gilberto Palmares, ARQUIPEDRA (Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal), Unegro, 100% África, Centro Afrocarioca de Cinema, Suppir (Superintendência de Promoção da Igualdade - Secretaria de Direitos Humanos).

A concentração foi marcada para as 17 horas, na Praça Jornal do Comércio, na rua Barão de Tefé. Na ala de Frente ia o Bloco Afoxé Filhos de Gandhi seguido dos demais convocados e curiosos. A caminhada se dirigiu da Rua Barão de Tefé em direção à Rua Pedro Ernesto, onde se encontram o Instituto Pretos Novos, IPN, e o Centro Cultural Jose Bonifácio, que também abrigam patrimônio imaterial afro-brasileiro. No final da caminhada, foi repartida uma feijoada entre o público na Praça da Harmonia.

À medida em que as obras para a revitalização da área portuária avançam, também tomam rumo os planos sobre como será projetado o memorial. Além do memorial, se rumora que haverá um centro de referência e um museu para os objetos encontrados nos dois antigos ancoradouros, desde já se presume que o local para este projeto seria a Casa da Guarda no Jardim do Valongo. As ideias sobre os projetos possíveis estão no ar. O prefeito Eduardo Paes declarou:

> Fiquei absolutamente chocado. Vou fazer uma praça como em Roma. Ali estão as nossas "ruínas romanas" (...) Vou fazer um concurso público para isso. Será algo mais bonito e simbólico do que a estátua de Zumbi, na Avenida Presidente Vargas. (*O Globo* em 01/03/11)

A empolgação do prefeito suscita uma necessária reflexão sobre qual o rumo que podem tomar os processos de memorialização e patrimonialização. Com os antecedentes descritos, e retomando o rumo pela inquietação inicial desta pesquisa, cabe se perguntar a estas alturas se os sujeitos das demandas étnicas estão ganhando reconhecimentos ou se suas resistências estão sendo neutralizadas. Será que ideias de reconciliação e sincero tributo aos ancestrais e vitimas da escravatura com suas consequências guiam estas ações? Certamente, símbolos são necessários, mas a sua importância não deveria afastar-se de ações para a superação das desigualdades em termos mais concretos.

No atual momento político de internacionalização e gerenciamento da cidade como um espaço de negócios, no qual o Estado não oculta os seu próprios interesses econômicos, cobra força a preocupação que Rogerio Leite manifestava frente ao turismo cultural do projeto *Monumenta*, no contexto de revitalização da área portuária de Recife, e que poderia ser estendido ao contexto do *Projeto Porto Maravilha*:

> Para essas minorias, parece uma triste sina sair do patronato do Estado para o mecenato do mercado: o primeiro deixou–as à margem das políticas de patrimônio, porque se voltou predominantemente para as edificações que representassem os símbolos de ideias de nação branca e católica, o segundo, ávido pelo retorno de cada dólar que investe, não se interessa nem mesmo por esses símbolos dominantes, caso não apresentem retornos de investimentos (2007:77).

Não se nega aqui a importância contida na descoberta do cais do Valongo e na construção de um memorial sobre a trata escravista. Trata-se de um antídoto contra o esquecimento da traumática experiência de um episodio onde houve sequestro, tortura, assassinato, deslocamentos forçado. Uma tragédia que afetou indivíduos, povos e nações, cujos efeitos persistiram ainda após da abolição.

Aprender do passado e buscar maneiras simbólicas de evitar o esquecimento deveria ser a base de qualquer processo de reconciliação e reparação. Se entende como tal a restauração de uma relação entre indivíduos e grupos que se ha deteriorado por que uma das parte causou dano à outra[160]. Certamente requer-se chegar a acordos, desenhar mediações e implementar estratégias que permitam uma inclusão e construção mais equitativa da sociedade. Qual é o papel de símbolos como o memorial da diáspora africana neste contexto? Que pode se acrescentar respeito a políticas de inclusão nos níveis de educação, moradia, trabalho e justiça?

Evidentemente, o estilo de recordação sempre será uma questão crítica e sensível e, sob a atual lógica de investimentos e retornos que cinge a região, corre-se o risco de que a desumana história da escravidão seja minimizada pelos poderes públicos em favor de uma comemoração trivial.

O geógrafo Maurício Abreu[161], em uma das suas últimas declarações públicas, considerou a descoberta das estruturas dos cais do Valongo e da Imperatriz como fatos de grande importância para o resgate e a manutenção da memória da cidade, pela coincidência dos diferentes tempos do porto carioca. Para o geógrafo, a questão sobre

---

160 No casos das relações que envolvem descendentes de escravos, parte-se de uma relação de desigualdade, de um grupo que se acha superior e com direitos sobre a vida de alguém que não foi considerado como ser humano, senão uma mercadoria. Após a abolição a relação continua sendo desigual e marcada por pautas racistas expressadas de diferentes modos.

161 Em entrevista concedida a O Globo, 10/03/2011.

como expor e integrar tais estruturas na área, teria que envolver a ação e o debate multidisciplinar de áreas como a história, geografia, arqueologia, arquitetura e paisagismo, para que não fosse apenas mais um monumento. Segundo ele, esses fragmentos do passado deveriam ser expostos de forma a induzir a reflexão sobre as transformações da cidade e da sociedade.

Mas antes que contemplar essas considerações, ou inclusive antes do concurso ser anunciado pelo prefeito, o Subsecretário Municipal de Patrimônio Cultural e também arquiteto, Washington Fajardo, se adiantou e apresentou um projeto do memorial de 1.350 metros. Se for aprovado pelo IPHAN, ele prevê que os pavimentos históricos tanto do Cais da Imperatriz como do Cais do Valongo permaneçam a céu aberto onde haveria um espelho d'água simulando o mar (aterrado). Duas arquibancadas, uma em frente a outra, dariam diferentes perspectivas para contemplar o memorial[162]. Nesse sentido declarou:

> Não queremos fazer um cercado, queremos que as pessoas façam uma imersão, que entrem no espaço e desçam por ele para observar, isto é necessário para sensibilizar e emocionar e compreender melhor o que era isso. (O Globo, 10/03/11)

Deste modo, as projeções para a construção do futuro *do Memorial da Diáspora* se apresentam como uma viagem possível ao passado, onde se pretende que o novo monumento, uma ruina arqueológica, faça aos visitantes habitarem a história e o tempo antes que o próprio espaço.

A opinião de Claudio Honorato[163] é que os cais descobertos representam uma síntese da formação do povo brasileiro e o "grande lance" é que o *Projeto Porto Maravilha* esta tendo um papel fundamental no resgate dessa memória. O achado das ruínas que tinha sido um acaso, se tornou um eixo de muita importância, por um lado as obras tiveram que contornar sua existência e por isto foram redimensionadas, mas por outra parte sua

---

162 O memorial contará com duas salas com mais informações sobre os dois cais e a evolução urbana da Região Portuária. Ali, haverá maquetes expondo essas diferentes fases do Porto. O memorial terá ainda iluminação à noite.

163 Declaração no vídeo *Cais do Valongo: Porto Maravilha traz a história do Rio de volta à superfície.* www.riocidadeolimpica.com

descoberta, inventario e proteção tem sido a maior publicidade que o *Projeto Porto Maravilha* encontrou para autopromover-se, pois por esta via adquiriu o papel de salvaguarda de um símbolo de síntese nacional que sobrepõe sobre o mesmo espaço da cidade o escravismo (Cais do Valongo), o Império (Cais da Imperatriz), a República (Reforma de Pereira Passos) e a cidade de hoje, submetida à logica dos negócios e a concorrência internacional (Porto Maravilha). Assim noções de arqueologia, modernização urbana, mercantilização e demarcação da memória afro-brasileira encontram convergência e se articulam sobre o mesmo espaço.

Não surpreende que o empresário Eike Batista, tenha recebido a sugestão, por parte do prefeito, de comprar o Hotel Barão de Tefé, justo em frente da descoberta arqueológica, cujo requintado estilo *art-déco* ficará mais valorizado com as primeiras obras na região, as quais já garantem que dita esquina virara o novo cartão-postal do Rio (O GLOBO 28/06/ 2012).

Neste ponto vale a pena destacar que enquanto Huyssen (2004) se pergunta se as culturas da memória podem ser mais reativas à globalização da economia, Harvey (1996) não tem dúvida a esse respeito. Após ver o material disponível e as discussões suscitadas sobre o projeto do memorial, cresceu a sensação de que o lugar para as culturas negras na área portuária será o de festejar e enfeitar a revitalização econômica que propõe o *Projeto Porto Maravilha*.

Como no exemplo levantado por Leite, no caso da revitalização do Pelourinho (2010: 264), a tendência é a de que a cultura negra seja apropriada para legitimar as intervenções no porto "explorando e pasteurizando turisticamente a imagem da negritude", tornando-se apenas atrações do espetáculo urbano que se pretende imprimir no espaço.

A confirmação dessa tendência é, sem sombra de dúvida, o anúncio da criação do *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana*, dentro do programa *Porto Maravilha Cultural*. Segundo foi dado a conhecer pelo prefeito Eduardo Paes no 11 de novembro do 2011 o circuito estará sob a coordenação da Subsecretaria de

Patrimônio, e estará constituído por um conjunto de locais marcantes para a memória da cultura afro-brasileira que inclui o Cais do Valongo, os Jardins do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito e o Instituto Pretos Novos, além do Centro Cultural José Bonifácio pelo que já tem se destinado um orçamento para as obras de restauração deste ultimo lugar.

Para este fim constituiu-se o Grupo de Trabalho Curatorial do *Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.* Fazem parte dele Washington Fajardo, Alberto Silva, Amaury Silva, Dulce Vasconcellos, Amaury Mendes Pereira, Tania de Andrade Lima, Giovanni Harvey, Joselina Silva, Vailson Silva, Rubem Confete, Alberto da Costa e Silva, Mãe Beata de Iemanjá e Daniel Pereira.

O grupo de trabalho que estrutura o circuito convidou aos pontos do *Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana* no dia 11 de maio de 2012 à Mãe Beata, Mãe Edelzuita e à Mãe Celina do Centro Cultural Pequena África, com o propósito delas fazerem uma leitura energética desses locais marcados pela ancestralidade. A sugestão de examinar energeticamente a região foi de Rubem Confete do Centro Cultural Pequena África. Para ele as outras experiências urbanísticas que não levaram em conta a ancestralidade e os pontos energéticos e sagrados têm hoje problemas de violência "A ajuda das mães pretende proteger essas áreas para evitar que se repita o que aconteceu em Praça XI ou em Pelourinho, áreas públicas que não receberam a atenção devida sob o aspecto energético".

As líderes religiosas identificaram os pontos sagrados e definiram aspectos simbólicos envolvidos nesses espaços da região portuária. Washington Fajardo, pela sua parte, garantiu que as sugestões das líderes religiosas serão consideradas no projeto urbanístico[164]. "A preocupação da prefeitura não se restringe aos aspectos arqueológicos ou históricos, mas também levam em conta o sagrado".

---

164 Uma recomendação de Mãe Beata, Mãe Edelzuita e Mãe Celina por exemplo, resolveu o debate técnico arrastado há meses por arquitetos, arqueólogos e historiadores da equipe. A dúvida era: como cobrir as janelas arqueológicas que expõem as ossadas do Cemitério dos Pretos Novos? Segundo elas, uma forma de pirâmide em vidro, prisma regular permite que as ossadas sejam visualizadas com um simbolismo associado a boas energias.

A ideia do roteiro é destacar os marcos históricos da memória da África na cidade, transformados em áreas de visitação com informações para turistas e alunos de escolas públicas e privadas. Se sua "criação" recolhe o sentimento de vários setores do movimento negro, também é certo que ao recriar esse roteiro se "refundam" oficialmente os caminhos de uma antiga geografia, não enunciada tão explicitamente antes.

Mas tal parece que num momento de reformas estruturais e econômicas neoliberais profundamente radicais para a região, que advertem igualmente mudanças sociais, traços culturais tradicionais resultam mais que convenientes para o projeto modernizador da área do porto, ávido por atrair investimentos de todo tipo, inclusive o do turismo de corte étnico-cultural.

Para concluir este capítulo surgem antes que certezas muitas dúvidas. Permitam-me então alguns interrogantes. Será que com estes atos se supera a constituição de uma memória que tem imobilizado as histórias étnicas, localizando-as em espaços discretos, imutáveis e prístinos, os quais caracterizam o modo de produção hegemônica da diferença, como ressaltam Gupta e Fergunson (1992)?

Demarcar um "espaço da diferença" não termina sendo uma maquiagem adequada para atrair um turismo alternativo e cultural, que oculta a inexistência de ações de inclusão para a população atingida pela política de remoções ou de atenção às demandas das organizações sem teto? Não seria um indicador desse multiculturalismo empresarial o fato de que haja mais preocupação com a identidade que com a concessão real de direitos sociais para todos os moradores da área?

Enquanto se planeja como resgatar a memória africana da região portuária, os moradores tradicionais, pobres na sua maioria e sem nenhuma *griffe* étnica, continuam a serem tratadas como coisas, transpostas de um lugar a outro, como efeito das remoções ou de uma política digna destinada à população sem teto que mora na apetecida área central carioca.

Em consonância com Huyssen (2000:36), teríamos que concordar que a memória não pode ser um substituto da justiça e da reparação. Não se questiona aqui a proteção da herança histórica nem o resgate das memórias do negro na cidade, mas é preciso ressaltar que, com as obras do *Projeto Porto Maravilha*, não é o passado dos afrodescendentes o que se está destruindo, senão o presente de várias de famílias, muitas delas negras, que sofrem os rigores da mercantilização da cidade.

FOTOS DO CAPÍTULO III

Foto 1: A Pedra do Sal
Fonte: Autora (2010)

Foto 2: Sobrado na Rua Argemiro Bulcão
Fonte: Autora (2010)

Foto 4: Sobrado sem telhado na Rua Argemiro Bulcão
Fonte: Autora (2010)

Foto 3: Rua Argemiro Bulcão com alguns dos imóveis demandados por ARQUIPEDRA
Fonte: Autora (2010)

Foto 5: Passistas caracterizados no Dia Nacional do Samba
Fonte: Autora (2010)

Foto 6 Integrantes do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi no Dia Nacional do Samba
Fonte: Autora (2010)

Foto 7 Passista caracterizado no Dia Nacional do Samba
Fonte: Autora (2010)

Foto 8: Músico do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi
Fonte: Autora (2010)

Foto 9: Músicos do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi
Fonte: Autora (2010)

Foto 11: Venda de Acarajé no Dia Nacional do Samba
Fonte: Autora (2010)

Foto 10: Baianas na organização do Dia Nacional do Samba
Fonte: Autora (2010)

Foto 12: Baianas aprontando-se
Fonte: Autora (2010)

Foto 13: Baianas aguardando a apresentação de Afoxé Filhos de Gandhi
Fonte: Autora (2010)

Foto 14: Roda de Samba
Fonte: Autora (2010)

Foto 15: Vista sobre a Pedra do Sal
Fonte: Autora (2011)

roda de samba da Pedra do Sal

Foto 17: Logomarca das Rodas de Samba

Centro Cultural PEQUENA ÁFRICA

Foto 16: Logomarca do Centro Cultural Pequena África

Foto 19: Colocação da placa de Homenagem auspiciada pelo Pólo Empresarial da nova Rua Larga
Fonte: Autora (2010)

Foto 18: Fotógrafos aglomerados no dia de instalação da placa de homenagem
Fonte: Autora (2010)

Foto 20: Lavagem da Pedra do Sal no marco do evento "Banhos de Cultura" promovido pelo Pólo Empresarial da Nova Rua Larga
Fonte: Autora (2010)

Foto 21: Lavagem da Pedra
Fonte: Autora (2010)

Foto 22: Discurso de Homenagem
Fonte: Autora (2010)

Foto 23 Milton San Roman, presidente do Pólo Empresarial da Nova Rua Larga, o sub prefeito Thiago Barcelos, o pai do santo e membros do Bloco Afoxé Filhos de Gandhi no dia da instalação da placa comemorativa.
Fonte: Autora (2010)

Foto 24: Cortejo do Centro Cultural Cartola na comemoração da FCP caminho à Pedra do Sal
Fonte: Autora (2010)

Foto 25: Roda de Samba na Pedra do Sal no local onde iria chegar o cortejo do Centro Cultural Cartola
Fonte: Autora (2010)

Foto 26: Cortejo à espera de terminar a roda de capoeira para entrar na Pedra do Sal
Fonte: Autora (2010)

Foto 27: Cortejo se integra à roda de capoeira promovida por ARQUPEDRA
Fonte: Autora (2010)

O monumento
é de papel crepom e prata
os olhos verdes da mulata
A cabeleira esconde
atrás da verde mata
o luar do sertão
O monumento não tem porta
a entrada é uma rua antiga
estreita e torta
e no joelho uma criança
sorridente, feia e morta
estende a mão

Caetano Veloso - *Tropicalia*

CAPITULO IV

NARRATIVAS DA MONUMENTALIDADE E DO COTIDIANO NOS ÂMBITOS DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL

1. Tempo e discursos: Os cronotopos do lugar

Os dois casos de quilombos no Rio de Janeiro apresentados nos capítulos anteriores funcionaram como um zoom sobre dois lugares na cidade, que descritos como o foram, nos levam de volta ao ponto de partida proposto por David Harvey (1996:294) para compreender os lugares como construções sociais, internamente heterogêneos com configurações dialéticas e dinâmicas de "relativas" permanências dentro dos processos sócio-ecológicos e as dinâmicas sócio temporais.

O anterior enfoque se impõe nitidamente nas lógicas expostas por Sacopã e Pedra do Sal, mas seria improdutivo apenas concluir que ambos os casos cumprem a cabo com essa definição de lugar. Ao final o grande desafio é comparar os lugares desses quilombos nas suas respectivas particularidades e dentro do contexto urbano carioca. E qual seria o ponto de referência para realidades dissimiles, a parte de confrontar o fato de que em ambos os casos os grupos orientam suas ações no propósito da aplicação do preceito constitucional do Artigo 68 do ADCT da Constituição de 1988, dirigido para comunidades quilombolas?

Certamente, é na vigência de uma legislação específica, que o Estado coloca no mesmo patamar lugares como Pedra do Sal e Sacopã regidos, como vimos, sob suas próprias lógicas e analisados aqui enquanto às dinâmicas que os distinguem entre si e de outros lugares no espaço urbano. Pode-se aprontar que a experiência do quilombo da família

Sacopã se encaixa num arquétipo de luta que gera apelo e encontra sentido, quase que imediato, na aplicação da norma pela que clama, enquanto os fatos ligados à Pedra do Sal exacerbam as contradições da política multicultural no espaço urbano. Desde a ótica própria dos grandes modelos explicativos sociolñogicos, ambos os casos reúnem, entre outros denominadores comuns, a convergência dos remanescentes das políticas de remoção de favelas dos anos 1970 e os remanescentes das antigas áreas, abandonadas por décadas das intervenções públicas, e hoje alvo das politicas do urbanismo competitivo, mas isso é ainda pouco para resolver nossa inquietação sobre a logica da sua construção como lugares sociais.

Nesta análise, Sacopã alcançou sua singularidade como lugar nos termos "heideggerianos", pela resistência palpável que se urde desde as performances operacionais cotidianas das pessoas que o habitam e o modelam com sua particular forma de organização. Além disso, as relações sociais são estabelecidas internamente e com a natureza em um domínio espacial, relativamente delineável. O caso cria um apelo imediato a nosso sentido de lugar fechado com uma comunidade arraigada, e nos conecta ao imaginário do pertencimento, mas nem por isto podemos idealizar Sacopã e o colocar além de suas contradições, mascarando as fissuras e os desequilíbrios. A explicação desse apelo pode residir na tendência intrínseca que leva a definir identidade como a constância em si mesmo, isto é previsível ou ao menos inteligível (BORDIEU, 2006).

Possivelmente, um fator que tem influído na solidificação das relações no interior do grupo é a sua escala familiar. O tamanho da família facilita a troca efetiva e as interações "cara a cara", permitindo que Sacopã como lugar seja também o *locus* da comunidade. Uma, claro está, que transita mais facilmente pelas mediações do tempo e o espaço. Será sempre um incógnito o perfil que poderia ter adquirido o espaço se tivesse que negociar arranjos, por exemplo, com as outras famílias que no seu momento foram despejadas.

Mas não é com as hipóteses contratuais que interpretamos a realidade e antes de conjeturar precisamos explorar as potencialidades analíticas que, enquanto à construção de lugares, são suscitadas pelos casos.

Deste modo, me aparto da responsabilidade de analisar os labirintos da política quilombola no Brasil, e opto então por refletir sobre as formas discursivas que também tecem os lugares, as quais prometem render uma discussão que está aquém, ao nos deter apenas nos conteúdos expressos nos discursos ambientais e nos discursos do patrimônio que se vivenciam em ambos os casos. A intenção é colocar em discussão a interferência contínua de outras falas e posições construídas sob pontos de vista subjacentes, nem sempre explícitos ou necessariamente subjetivos, mas que borram qualquer quadro centrado na polarização.

Ao longo da exposição dos casos quilombolas no Rio de Janeiro foram recorrentes as expressões referentes ao patrimônio e o meio ambiente, ambas imbricadas, desde suas próprias índoles, aos discursos da preservação, tanto da memória, quanto da natureza, mas em todo caso sob a ótica do risco da perda ou de ameaça de desaparecimento. Deste modo, preservação e salvaguarda ao lado do risco se tornaram categorias cotidianas, e porque não dizer nativas, com qual ambos os quilombos cariocas tiveram que efetuar negociações, ora para confrontá-la, ora para se sustentar nela.

Desde a perspectiva da organização do espaço urbano pelo Estado, que tende a rotular e estabelecer zoneamentos, os casos expostos se definem também como lugares onde proliferam astúcias e combinações de poderes que fogem dos enquadramentos e desafiam as classificações propostas oficialmente para o espaço urbano. Conforme ressaltou alguma vez De Certeau, se descobre "um enorme resto, feito de sistemas culturais, múltiplos e fluidos, situados entre as maneiras de utilizar o espaço e o planejamento do Estado": o qual manifesta "um fluxo de murmúrios /ruídos frente à organização" pretendida (1995:234).

Os lugares dos quilombos urbanos do Rio de Janeiro expressam claramente uma tensão entre o espaço geometrizado e "controlado" próprio do zoneamento espaço-temporal urbano idealizado e os lugares socialmente produzidos e vividos pelos atores. A linguagem do poder "se urbaniza" mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que compensam e se combinam fora do poder panóptico (DE CERTEAU, 2009:175).

Com respeito às classificações espaciais propostas pelo Estado, vemos que ao partir do desejo de executar um ordenamento "racional" do espaço, ás vezes baseados em modelos abstratos, tão bem expressos nas práticas do urbanismo, ditas classificações nem sempre guardam uma relação intrínseca com as práticas sócias cotidianas. Até que ponto a assunção das categorias ambientais e patrimoniais, na gestão do espaço urbano, nos termos da preservação não seriam uma neutralização desses ruídos, ou ainda se agiriam como um disciplinamento do espaço, quando incorporados em discursos e estratégias do Estado, na medida em que são capazes, segundo De Certeau (2009:87) de produzir, mapear e impor?

Não sei se terei ainda uma resposta para esta inquietação, e talvez sua solução exija de análises separadas para o ambiental e o patrimonial. Por enquanto volto aqui ao propósito inicial, referente à abordagem do discurso, contido nas políticas da preservação ambiental e patrimonial, com o ânimo de estabelecer um diálogo a partir da experiência empírica, exposta ao longo deste trabalho.

Para encaminhar-nos para esse propósito, tem que se reiterar que o "discurso" como categoria seja na sua modalidade escrita ou oral, não corresponde apenas ao sentido formal da linguagem, mas especialmente às visões concretas de mundo que contêm concepções de tempo e espaço, percepções e modos de representar que partem de um autor posicionado e se dirigem a outros devidamente localizados (GONÇALVES, 2002). De acordo com De Certeau é "no espaço da língua que uma sociedade explicita melhor as regras formais do agir o os funcionamentos que as diferenciam" (2009: 47). É por isto que uma teoria do relato é indissociável de uma teoria das práticas sociais, na medida em que não existem visões de mundo isoladas dos discursos que as transmitem.

Tendo em conta a ligação que une discursos narrativos com os eventos espaço-temporais, resulta útil a ideia de lugar exposta por Harvey (1996: 294), que descreve o caminho mediante o qual os lugares são construídos na geografia histórica humana, inspirado no sentido variado e múltiplo dos "cronotopos". Se bem Bakhtin os achou uteis para analisar o romance, Gonçalves (2002) Harvey (1996) e Piazzino (2008) os encontram úteis para imbricar espacialidades e temporalidades. O próprio Bakhtin

também considerava que sua análise dos gêneros discursivos poderia se estender além da literatura, para outras interpretações; já que a organização do tempo e do espaço em unidades coerentes e carregadas de sentido se realiza do mesmo modo na vida social.

O cronotopo é o ponto no qual os nós da narração se atam e se desatam. É a eles que pertence o sentido que dá forma à narração. Desde um ponto de vista artístico, o cronotopo faz que os eventos narrativos se engrossem e encarnem tornando o tempo efetivamente palpável e visível, enquanto o espaço penetra no movimento do tempo ficando carregado e sensível aos movimentos de enredo, tempo e história. (BAKTHTIN 1981 apud HARVEY 1996).

Massey (2008:2001) se aproxima dessa consideração ao contemplar o lugar como a integração espaço temporal que transforma o aqui e o agora numa eventualidade, que permite que as narrativas espaciais que tem suas temporalidades se encontrem mediante conjunturas de trajetórias, acumulando tramas e encontros para formar uma história. Deste modo, a totalidade da narração é formada por uma conexão intrínseca entre relações espaciais e temporais. Por esta razão, o cronotopo seria a coluna vertebral de toda narração[165].

Em consonância com essa sugestão de analisar narrativas sociais, Reginaldo Gonçalves propôs compreender os patrimônios culturais em termos de gêneros de discurso, partindo do pressuposto de que os "patrimônios culturais não são apenas coleções de objetos e estruturas materiais que existem por si mesmas, mas que são na verdade, discursivamente construídos" (2002:111).

Para este objetivo, Gonçalves (ibid) também se remeteu a análise sugerida pelo escritor russo e dividiu a sua interpretação das narrativas dos patrimônios entre aquelas que se organizam ao redor do princípio da "monumentalidade" e as que se fundamentam no princípio do "cotidiano". Trata-se de uma oposição criada a partir dos cronotopos que gestam os gêneros literários da épica e o romance, estudados por Mikhail Bakhtin, e que

165 Bakhtin propunha que à diversidade de gêneros correspondia uma diversidade de cronotopos, tais como o cronotopo folclórico, o do romance e o da épica, entre outros.

servem para direcionar a compreensão das fronteiras entre “bens patrimoniais” e “bens “culturais”.

O cotidiano e a monumentalidade ancoraram-se também como princípios, “bons para pensar” os discursos que norteiam as lógicas de apropriação dos lugares nos casos quilombolas abordados. Não se trata de transpor aqui a interpretação dos patrimônios de Gonçalves às formas como são vivenciados pelos atores os lugares estudados, senão de entender como uma ou outra modalidade discursiva aparece com mais ou menos força, retroalimentado o “interior” e “exterior” das práticas sócias e cotidianas e os conflitos que atravessam os lugares.

Em outro sentido, é preciso aclarar que tampouco pretendo estabelecer uma tipologia “cronotópica” de quilombos, nem uma escala classificação de tipo algum, pois isto seria uma redução simplista demais. Nos termos da análise de discursos, pode se dizer que estes nunca são coerentes nem fechados em si mesmos, e que antes que isolados, dialogam uns com outros, criando zonas de contato e transgredindo qualquer tentativa de demarcação e isolamento.

Assim, ressalta-se que a validade da análise proposta aqui reside na possibilidade aproximativa de síntese. Funciona como um recurso interpretativo sobre o referente empírico, mas que não pode ser tomado como base para o estabelecimento de um falso dilema sobre maior ou menor legitimidade das demandas dos atores locais.

Para explicar os discursos da monumentalidade e do cotidiano, Gonçalves se remete às características da épica e do romance, exploradas por Bakhtin. A narrativa épica tem como tema central o passado histórico nacional. É a referencia a um mundo feito por fundadores e pioneiros, os grandes homens que deram origem a uma linhagem ou a uma coletividade num espaço que poderia ser definido como natal ou pátrio.

Mais que o tema, o essencial à épica é que o mundo representado se remete ao passado absoluto, sagrado e congelado sobre o qual se tem uma atitude reverente. O passado é um espaço intransponível e absoluto que inspira tradições, norteando o presente e o

futuro como fonte de identidade. Como toda narração de gesta épica, o enredo, linear e unidirecional, é conhecido por todos. Não existem, assim, incertezas sobre o que acontecerá, pois o final está previamente determinado.

No gênero narrativo da épica há uma preocupação por torná-lo razoável e extrair dai uma lógica que ao mesmo tempo é retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância para estabelecer relações de efeito e causa, origem e fim entre capítulos sucessivos, a fim de constituir uma certa coerência, e seguramente gerar sentido.

As personagens históricas, protagonistas destas narrativas, são um tipo de heróis conhecidos por suas ações exemplares, suas participações decisivas e importantes na "origem" e gestação do lugar. Porém, deles se desconhece sua história de vida pessoal e sentimental e as contingências do seu cotidiano.

O passado é, portanto, narrado com base no que é transmitido por essa tradição e não com base na experiência pessoal "[...] É na verdade a memória (transmitida pela tradição), e não o conhecimento (possibilitado pela experiência pessoal), que serve como fonte do impulso criador" (GONÇALVES 2002:112).

Esse passado é separado do presente, inacessível à experiência individual e cotidiana, em outras palavras, se encontra distanciado no tempo e no espaço do lugar onde estão situados o narrador e seu interlocutor. Em função disto, o passado, assim representado, possui uma dimensão monumental e a relação com o cotidiano tende a ser policiada, existindo um patrulhamento sobre os comportamentos que possam chegar a corromper ou deixem eivada a monumentalidade.

Na medida mesmo em que essa narrativa se fundamenta numa visão hierarquicamente valorizada do passado, este deve ser defendido de qualquer tentativa de relativização que possa partir de indivíduos e grupos sociais situados na realidade cotidiana (2002:120).

Pela sua parte, o cronotopo ligado ao cotidiano não se conforma com a "ilusão retórica" do relato coerente. "O real é descontinuo, formado por elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e difíceis de serem aprendidos porque surgem de modo

incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório" (ROBBE GRILLE,1984: 208, apud BORDIEU: 1986). O romance é o zoo da práticas cotidianas, quere dizer, é ante todo uma pluralidade temporal atravessada por várias perspectivas que podem ser tão díspares, quanto complementares (DE CERTEAU, 2009:141).

Assim, o gênero do romance teria um caráter eminentemente dialógico, do qual brota o confronto permanente entre diferentes pontos de vista e subjetividades. Antes que uma reivindicação do passado, o romance valoriza o presente, e a relação com o passado encontra-se mediada pela experiência pessoal.

> [...] A memória, quando é tematizada, é a memória de indivíduos ou de coletividades individualizadas, é a memória autobiográfica, não a memória heroica da narrativa épica. O passado na medida em que é aproximado da contemporaneidade, da experiência pessoal, torna-se um objeto familiar passível de investigação, não é um passado que ilumina o presente de maneira exemplar. (GONÇALVES 2002: 115)

Em consequência, o passado ao interior do romance é relativo, se desenvolve de acordo aos diferentes pontos de vista individuais e coletivos, que podem ser contrastantes pelo fato de não existir um único passado, senão vários. O cronotopo do romance não tem como se evadir do presente, pois permanece em contato com a realidade contemporânea que é o espaço da ação, dai a possibilidade de uma consciência metalinguística que estabelece contatos entre as narrativas e a realidade contemporânea.

No romance, prevalecem os espaços, os tempos, os personagens e a linguagem da realidade cotidiana. A ênfase se estabelece especialmente no dia a dia, e isto o torna um relato em aberto, devido à sua maleabilidade frente às circunstancias do momento, às transformações dadas pelo tempo e às incertezas que proponha o devir. Do mesmo modo, o futuro não é uma projeção da tradição, mas uma construção baseada na experiência própria, que torna o presente é inconcluso, já que nunca se sabe o que vai acontecer (GONÇALVES, 2002).

A partir dessas análises, Gonçalves estabeleceu a dialógica entre monumentalidade e cotidiano a partir da discussão de três oposições: 1) o passado e o presente, 2) a tradição e a experiência e 3) a narrativa e a realidade contemporânea. (ibid:117). Tendo em conta

estas dimensões do binômio, podemos passar a percorrer os discursos de monumentalidade e cotidiano que ligam Sacopã e a Pedra do Sal.

Indiscutivelmente, a relação entre monumentalidade e cotidiano se fundamenta nos eixos do tempo, mediando entre o eterno e o perene. Dessa relação se estabelece uma distinção entre o que é ordinário e o que é o extraordinário, e o jogo de oposições se estende entre o permanente e o efêmero, outorgando ao primeiro um lugar que transpassa a escala humana, e ao segundo o caráter de passageiro, volátil aos embates do dia a dia, nos termos do que é comum e corriqueiro.

Desta forma, se estabelece uma tensão entre os dois termos, onde permanece o que é estável e imutável que adquire uma dimensão memorável e excepcional frente aquilo que muda na cíclica sucessão dos dias. Nesse sentido, a monumentalidade tem como papel o de proporcionar certo tipo de respaldo material e memorável a distintos processos de identificação social dos indivíduos.

A monumentalização é a preservação material de amostras de dadas classes de objetos e é também uma celebração amostral e discursiva destes objetos. As amostras podem ser pedagogicamente utilizadas para guiar o pensar, o sentir e o agir de uma coletividade em relação a uma determinada classe de objetos[166].

De acordo com Cosgrove (1998) a monumentalidade, fortemente aliada à memória, é um exemplo de retórica, isto é de técnicas de argumentação visando convencer e persuadir no espaço público urbano. Ao serem politicamente concebidos, os monumentos são construções sociais portadoras de ambiguidades, e expostos no espaço público. Sempre serão objeto de interpretações populares, amplamente compartilhadas,

---

166 A monumentalidade norteia um tipo de discurso que emerge nos textos, nos ambientes construídos e nas práticas dos contextos estudados. Há também nesta abordagem uma aproximação aos monumentos como formas simbólicas mais além das estatuas, obeliscos colunas e templos que têm guiado tradicionalmente os estudos da geografia cultural. Como objetos e formas discursivas, os monumentos são intencionalmente dotados de sentido político, condensando complexos significados. Para a sua análise, Corrêa (2005) tem proposto ter em conta a localização, a escala e a interconexão de práticas de afirmação ou contestação, e poderíamos agregar as práticas do cotidiano, levando em conta o desenvolvimento acima explorado.

mas também de contestações, assim como de uma pluralidade de significados, devido às diversas e contraditórias leituras a que podem se prestar (ibid). Esses antagonismos são os criadores da plurivocalidade que define aos monumentos, que concentram sobre si opostos como a celebração e a contestação, o que outorga um sentido político ao estudo dos monumentos.

Por outro lado, pela aparente obviedade que a define, a cotidianidade pareceria não requerer maiores justificativas, ao estar mais próxima da vivencia empírica que do discursivo, a cotidianidade se reinventa todos os dias. O cotidiano pertence ao reino do espontâneo mas não por isto é improvisado, pois se entrelaça com a monotonia do repetitivo e o regulamentado, e é sujeito a regras e formalidades. O cotidiano, são as maneiras de fazer, constituídas pelas "práticas pelas quais usuários se re-apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural" (DE CERTEAU, 2009:41).

Porém é do cotidiano, público e privado, que a monumentalidade retira seus significados, e sobre as urgências e contingências do cotidiano que o monumento se ergue. É para o seu caráter amorfo ou do indistinto que se dirigem os discursos plenos de sentido ou se estabelecem diálogos. Em consequência, o monumental, afirma Brandão (2006) não é necessariamente o grandioso ou o excepcional, e a síntese que se torna comum e pública.

O caráter dialógico entre os discursos da cotidianidade e da monumentalidade expressa a permeabilidade da primeira, que absorve e incorpora no seu interior as narrativas da monumentalidade; forjando relações dadas antes que pela veneração, pelo desafio, a insolência ou a burla (GONÇALVES, 2002).

Ao efetuar a exploração das relações entre monumentalidade e o cotidiano nos atuais processos sociais de construção das identidades dos lugares, emoldurados pelo crescente desregulamento neoliberal da economia, não podemos deixar de contemplar as implicações do mercado e suas pautas de consumo como contraponto. E quando se trata de patrimônios, o consumo massificado de paisagens naturais e culturais também cumpre seu papel ao robustecer "os aspetos mais monumentais desses bens, alienando-

os dos seu significados históricos locais construídos pelas práticas cotidianas daqueles que com eles convivem" (LEITE, 2007:60).

Nessa medida, também poderíamos refletir, como os turismos, ditos "alternativos", dirigidos ao consumo das práticas cotidianas locais, levaria estas a uma exotização que as "monumentaliza" no sentido em que objetifica e congela esses cotidianos, re-apropriando -se dos seus significados para que sejam usufruídos e mercantilizados.

A construção do exótico implica um deslocamento simbólico no tempo e no espaço para criar novas experiências pertencentes a lugares e tempos longínquos. Nesse sentido, afirma Auge (2005:101) "a supermodernidade faz do antigo (da história) um espetáculo específico- como o faz de todos os exotismos e particularismos locais". Cabe ainda a provocação, se a cidade terá fôlego para que as pessoas "vivam" da sua própria identidade, produzida como um artigo amenizado pronto para consumir.

Com este necessário preâmbulo, proponho então explorar a forma como as dimensões da monumentalidade e da cotidianidade se fazem presentes simultaneamente na construção discursiva dos lugares, a partir das arengas preservacionistas, tanto ambientalistas, quanto da cultura e da memória que recriam Sacopã e Pedra do Sal como lugares da cidade.

2. A Natureza monumentalizada

Até há pouco tempo a cidade estava associada ao patrimônio cultural e o patrimônio natural ao âmbito rural. A inclusão do patrimônio natural dentro dos debates de desenvolvimento urbano é recente, quando as estruturas ecológicas começam a ser contempladas nos exercícios de planejamento (VAN DER HAMMEN, 2006). A modalidade monumentalista em Sacopã se percebe a partir do discurso ambientalista promulgado pelos opositores à presença da família Pinto nessa rua. Localizamos a monumentalização da natureza nas contestações à presença da família, realizadas por parte da vizinhança e especialmente por AMOFONTE. Ela também está presente nos discursos cartográficos levantados, referentes às áreas de preservação ambiental, os quais

se sustentam na prédica da preservação de um patrimônio natural que deve ser protegido de qualquer depredação[167].

Desde essa ótica, a presença cotidiana da família é colocada como uma ameaça real ao "reino da natureza" e como tal deve ser combatida. Este discurso se fundamenta, por sua vez, na mítica concepção de uma natureza prístina é intocada, tão bem explorada por Carlos Antônio Diegues (1996). Nesse mito urbano, a natureza é objetificada, concebida como absoluta, anterior à própria humanidade e externa a ela, separada da cultura e do cotidiano, e como tal, objeto de total reverência, suscetível de proteção.

Para explicar as ideias que antecedem à criação de parques naturais e reservas ambientais, Diegues (1996) retoma o conceito antropológico de mito[168] e o utiliza como ferramenta para a compreensão das formas como foi consolidando-se no pensamento ocidental o mito da natureza intocada, essencialmente moderno, que se sustenta no imaginário da existência de uma natureza prístina e originaria que não tem sido corrompida pela ação humana.

Este mito emerge do olhar "biocêntrico" de setores conservacionistas, que tem sua origem nas correntes do século XIX, e que conseguem imaginar espaços vazios da presença e livres da ação humana. Em consequência, essa postura vislumbra que a maneira mais adequada de garantir a proteção das áreas naturais é afastá-las da ação humana. O caráter mítico e monumental da natureza se vê reforçado pelo fervor religioso que lhe outorgam os grupos sociais e as instituições que se auto-atribuem o papel de ser seus guardiões. (ibid, 1996)

---

167 A emergência de uma "consciência preservacionista" na esfera ambiental se consolidou na década de 1980, mas essas mobilização não partiu do Estado como ocorreu com o patrimônio histórico durante a evolução Francesa, no século XVIII. Pelo contrario, o movimento em prol da proteção ao meio ambiente se irradiou a través da comunidade científica e de uma mobilização social global difundindo os interesses para reivindicar melhor "qualidade de vida" no planeta entre organizações não governamentais e agencias governamentais (FONSECA, 1996; ULLOA, 2003).

168 Para Diegues o mito não é patrimônio exclusivo de um pensamento mágico/primitivo, pois o pensamento simbólico, é inerente ao ser humano e faz ressurgir mitos no mundo urbano.

Considerando que lugares intocados são raros em termos absolutos (HARVEY, 1996), a ideia de certa originalidade fundamentada na busca por um mundo prístino e puro é persistente em vários contextos, inclusive no urbano. Nesse ponto, têm sido decisivas as agendas ambientalistas globais que acenderam o alarme sobre a falta de originalidade natural e a insuficiência de recursos naturais, que estariam colocando em risco a existência da biodiversidade no planeta. Deste modo, a raridade e a escassez acentuaram-se como medida de valor e tornaram-se um argumento que outorga força e fervor ao "neomito".

O nível já atingido hoje pela antropomorfização do globo leva a que os lugares com quadros naturais "intocados" apareçam na atualidade como residuais e raros em termos absolutos, tornando a originalidade natural um importante atributo de valor (MORAES, 2004: 10).

Estas ideias só se compreendem a partir da invenção do ambientalismo, explicado por Moraes (2004:21) como uma mudança de paradigma, que é estimulada pelas reflexões sobre o empobrecimento dos lugares em termos de suas condições ambientais, da escassez relativa de meios naturais originais e de certos recursos, aliados à deterioração dos ambientes levando à destruição do patrimônio natural[169].

Não seria o caso tentar historiar aqui a invenção do ambientalismo, já bastante mapeada. Porém, vale a pena explicitar que as formas de apropriação da natureza são sempre construções históricas dado que o valor dado à natureza muda continuamente, entre outros tantos fatores, em função da tecnologia, que faz variar os próprios limites naturais para sua exploração (ibid). É claro que antes de que a natureza se transformasse em uma entidade a ser protegida e preservada, como produto das políticas promulgadas

---

169 O patrimônio natural de uma sociedade se define, de acordo com Moraes, pela diversificação natural dos lugares, que se expressa desigualmente fenômenos e processos naturais nos espaços. Essa natureza requalificada pela mediação da sociedade (conhecimento, inventario, exploração) e da técnica circunscreve como riqueza natural o conjunto de recursos naturais de um dado meio e depositada num determinado espaço territorial (2004:3). Assim, o patrimônio está associado ao inventários dos recursos –renováveis ou não–, ás atribuições de valores, aos potenciais de reserva e deposito.

pelas agendas ambientais mundiais, outras óticas tinham se refletido e atuado sobre ela[170].

Em termos gerais, o objetivo destas observações é apenas para insistir que a valorização dos recursos naturais e a própria ideia de "natureza", são elaborações sociais, historicamente construídas, e que transitam essencialmente pelo mundo das ideologias. Deste modo, o valor genérico atribuído à natureza e aos meios naturais, assim como a disposição para preservá-la é uma construção cultural e política, afirmado enquanto valor simbólico .

Como nenhum outro objeto, a natureza, possui uma enorme e complexa carga simbólica. Representada de muitas formas, ela pode ser feminina, estética, harmoniosa, definidora, original, misteriosa, primordial, selvagem oposta à sociedade e à cultura. Objeto a ser dominado, domesticado, explorado, reservado, mas também a ser admirado, protegido e valorado na sua escassez (LOVEJOY, 1948).

Em outras palavras, existe uma natureza que não pode ser aprendida com exatidão pelos discursos sobre ela gerados e, concomitantemente, existem os discursos oficiais e do imaginário popular (monumentalizantes no caso abordado) que têm neste objeto material (a natureza) o referente que lhe confere materialidade ao discurso. Não está seria exagerado reiterar que o conhecimento discursivo atenua as complexidades e reduz o real a uma representação formalizada. Esta compreensão é decisivamente necessária quando se fala de natureza.

Isto apenas para insistir que quando o assunto é a natureza não tratamos apenas de um objeto biológico e geográfico, mas sim de um produto discursivo, oficial ou não, que fundamenta e serve de premissa para outros discursos políticos e econômicos que justificam e normalizam ações materiais e imateriais.

---

170 Na visão marxista, por colocar um exemplo, a natureza substantiva-se no capitalismo como condição e meio de produção, preexistente à cultura. Ao ser transformada pelo trabalho humano, socialmente organizado, a natureza se transforma em "recursos naturais", é dizer em valores de uso para a sociedade mediante o processo produtivo (MORAES 2004).

Quanto maior e mais tangível for um objeto da natureza, melhor sustenta os discursos objetificadores e os conhecimentos sobre ele engendrados bem seja pela ciência, bem seja pelo imaginário popular. É como se o tamanho material do objeto reafirmasse a própria coerência do discurso cientifico ou popular, ilustrando algum tipo de verdade.

Na face material da natureza, quanto mais palpável e visível é o objeto natural, maior é o manifesto de realidade e operacionalidade social que lhe outorga ao discurso sobre ele produzido. Há uma tendência generalizada a associar a monumentalidade com a grandeza e a imensidão como adjetivos [171]. Mas antes que a escala mesma, a monumentalidade estava vinculada a uma concepção de lembrança coletiva, referente ao memorável ou comemorativo de eventos. Mas esse caráter foi alterado no curso do século XV, quando o sentido estético e a beleza, associados ao poder e à grandiosidade começaram a ser a expressão maior do monumento (CHOAY 2001, apud SCIFONI, 2008)

A monumentalidade permeou a ideia do patrimônio cultural, e também do patrimônio natural, considerando-se que este é um desdobramento do primeiro. A fonte da inspiração para a monumentalização da natureza se matem pela escala sobre-humana da mesma que, em certa medida, "avassala" o social, pela totalidade imaginária que esta contem e pelo seu status "originário" antecessor à cultura.

Vista como fixa, atemporal e transcendente, não resulta fácil fugir da caracterização monumental que se lhe imputa à natureza. Na linguagem comum, ela é definida na sua grandeza como imponente, eterna e permanente, e como todo objeto monumentalizado, possui um efetivo poder sedutor (HUYSSEN, 2000).

Se bem a área referente ao Parque José Guilherme Merquior em Sacopã não se encontra oficialmente declarada como monumento natural, os argumentos que defendem sua delimitação, têm uma grande similitude com o conteúdo da definição oficial sobre

---

171 Nos estudos sobre monumentos, Corrêa (2005: 35) explica que a escala dos mesmos não deve ser depreciável. Entendida na sua dimensão absoluta, a escala abrange área, volume e altura; e na sua dimensão relacional existe sempre uma tendência à comparação com outros monumentos. Nesse sentido, o tamanho tem uma conotação de poder e supremacia.

monumentos naturais. Além da categoria jurídica ou oficial de patrimônio, o que interessa aqui é ideia contida no horizonte de analise. Pois são passiveis de tombamento elementos naturais que se destaquem pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, estéticos, científicos, os quais exigem a sua conservação e a manutenção da sua integridade. "Um monumento natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica".

Com a anterior definição, reitera-se que a natureza possui duas dimensões, uma material e tangível e outra imaterial baseada nos conhecimentos e consensos produzidos socialmente. E é esta dimensão com a qual se mantém intensas relações e disputas; fonte dos discursos que alimentam a natureza monumentalizada e patrimonializada.

Outro ponto de analise nos conduz a refletir que desde os anos 1980 apareceu no debate um "enfoque patrimonial" para a gestão dos recursos naturais (OLLAGNON, 1997: 176), definido por seus promotores como uma tentativa de constituição de uma metalinguagem para tornar a natureza e os recursos naturais um "bem comum" do conjunto da sociedade.

> O enfoque patrimonial torna-se necessário para o esforço de gestão de certos bens, a partir do momento em que sua degradação ou sua destruição alteram a autonomia e a identidade de um titular [...] A manutenção da qualidade de um objeto da natureza resulta, assim de um engajamento humano efetivo, que permite manter as propriedades globais do meio, na ausência do qual as atividades humanas usuais tenderiam a degradá-las (OLLAGNON, 1997:194).

Foi em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, que a preocupação com o patrimônio para as gerações futuras veio a se consolidar (MORAES, 2004). Deste modo, a natureza tratada como "bem comum" apela a um referente de indivisibilidade e à universalidade de um titular anônimo e genérico, uma humanidade que asseguraria seu cuidado e sua transmissibilidade no tempo de geração em geração. O patrimônio ambiental se cimenta na concepção de "legado" para a posteridade, em nome de um interesse público que fomentaria a consciência do uso comum do meio, e principalmente a responsabilidade coletiva pelo seu cuidado.

Embora Scifoni defenda que a natureza como legado a ser deixado às futuras gerações sua conceptualização teria sido um produto da evolução da noção de patrimônio cultural. Segundo ela,

> ao superar a visão de tradicional de patrimônio como monumento ou obra excepcional, aproximou-se dos diversos grupos sociais, reconhecendo a importância naquilo que é a expressão de suas culturas, entendidas como o produto de uma relação que é estabelecida com a natureza (2008:9).

Porém o caso empírico apresentado contradiz o argumento de Scifoni, e antes de nos ampararmos na noção genérica de patrimônio natural teríamos que precisar de que patrimônio se trata, e qual é seu verdadeiro significado. Pois "o ambiental" é tão impreciso que se faz imprescindível definir sempre a posição do sujeito falante para entender as linhas de ação contempladas por dito sujeito (HARVEY, 1996). Se bem a valorização da natureza é colocada como o fruto de uma conquista social que mobilizou uma nova agenda, é imprescindível ter em conta qual é o grupo social que constrói a demanda. É sob esta discussão que localizamos a "natureza" da criação do Parque José Guilherme Merquior, o qual é também um objeto amostral próximo das concepções monumentalizantes da natureza.

3. Cotidianidades politizadas e naturezas patrimonializadas.

A partir das pesquisas sobre a vivência cotidiana das populações tradicionais e a construção do espaço no exercício de territorialidades, as ciências sociais brasileiras desenvolveram uma base crítica frente ao enfoque conservacionista da natureza, edificado sobre uma ideia que apresentava como incompatível a existência humana e a conservação da natureza. Sobre tal formulação se construíram tanto restrições oficiais à presença humana, como a execução de atividades cotidianas nas áreas sob algum tipo de figura ambiental de proteção.

Reconhece-se um traço da monumentalização da natureza quando os enfoques, meramente preservacionistas, exercem policiamentos sobre o cotidiano das populações que habitam, por exemplo, parques ou unidades de conservação.

Desta forma, o reconhecimento das chamadas populações tradicionais e da sua contribuição para a conservação da diversidade biológica apontou para o surgimento de um ecologismo diferenciado daquele emergente dos países industrializados que sacralizavam o mito da "natureza intocada" (DIEGUES, 1996).

Nesse sentido, alguns movimentos sociais no Brasil, surgidos após da ditadura militar e no processo de redemocratização propiciaram a busca por políticas públicas favorecendo uma maior participação popular, ajustando um remapeamento das formas de organização e transformando em questões políticas, justamente, os mais diversos aspetos *da vida cotidiana*. Entre as várias e amplias questões estavam gênero, raça, direitos civis etc. Alguns desses movimentos concentraram seus esforços para conciliar positivamente, desde outro ponto de vista, à relação "homem-natureza"; em contraposição à tendência que apresentava os componentes da relação como opostos, que tinha servido de cimento para falsos dilemas.

Ao recolocar o significado de "natureza", esses novos movimentos sociais tornaram a preservação de determinados ecossistemas compatível com a presença das populações tradicionais, e fizeram disto uma base para consolidar lutas pelo direito à permanência nesses lugares. É claro que é necessário atentar para as ciladas decorrentes das visões simplistas que colocam as populações tradicionais e suas práticas cotidianas de construção do espaço como "conservacionistas natos".

Porém, em muitos casos se comprova que a diversidade cultural tem sido chave na preservação de determinados ecossistemas e que, ainda, sua presença tem modelado as ditas paisagens "naturais" (DIEGUES, 1996). Em outro sentido, não está demais enfatizar que a natureza referenda representações de memórias coletivas e aporta elementos subjetivos fundadores das construções identitárias individuais e das populações tradicionais.

Nessa medida, cabe a pergunta sobre se não haveria no ato de tornar a natureza um patrimônio, uma estratégia para narrar memória e identidade, dando assim à natureza um lugar público de reconhecimento, representação e pertencimento.

Sem recorrer exatamente às mesmas narrativas do patrimônio cultural, que certamente são construções próprias do Estado-Nação, e nem por isto desconhecidas ou não apropriadas [172], muitos dos novos movimentos sociais no Brasil, sustentam suas identidades políticas e culturais em algum tipo de "recorte" da natureza. Essas populações localizadas, principalmente, na região amazônica, no semi-árido nordestino e no planalto meridional, têm na natureza, transformada com seu trabalho, o suporte principal da sua sobrevivência e o *lócus* politizado da sua identidade.

A categoria "povos da floresta", que emergiu na Constituição Política de 1988, a partir de mobilizações políticas que agrupam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, sintetiza este processo social e identitário, consolidando um significado mais abrangente de natureza (ALMEIDA, 2008).

Nos estudos sobre os movimentos sociais e os processos de territorialização que lhes são correspondentes, Almeida (2005) enfatiza que as formações territoriais das chamadas "terras tradicionalmente ocupadas", expressam uma diversidade de modos de existência coletiva em suas relações com os recursos da natureza e de onde se desprendem suas auto-definições coletivas, tanto em se tratando da agricultura, quanto para o extrativismo, a pesca ou para o pastoreio realizados de maneira autônoma, assim como de apropriações temporárias dos recursos naturais

Para Almeida (2005), essas unidades de mobilização social revelam um conhecimento aprofundado dos ecossistemas de referência e ao politizar as nomeações da vida cotidiana, anunciam certo modo de viver e valorizam as práticas rotineiras do uso dos recursos naturais. Tais práticas se vinculam de maneiras múltiplas à emergência de identidades coletivas que atingem assim uma verdadeira politização da natureza, tornando-a lugar público de reconhecimento, representação e pertencimento, e por isto mesmo associada a fortes conflitos. O encontro do ambiental com o cultural é então

---

172 De acordo com Regina Abreu (2011), com o processo de registro dos Patrimônios Imateriais da Humanidade, os grupos sociais e, em especial, as sociedades indígenas passaram a se apropriar dos conceitos de patrimônio, especificamente de patrimônio imaterial ou intangível. Ao mesmo tempo começaram a encontrar suas expressões culturais nos patrimônios reconhecidos oficialmente pelo Estado.

uma característica fundadora e essencial dos novos movimentos sociais associados às populações tradicionais[173].

Em outro sentido, no Brasil a noção de patrimônio cultural, historicamente arquitetada, e apta para promover um sentido de pertencimento vem desde muito tempo se ampliando. Seu alargamento tem se produzido além dos bens das elites dominantes para incluir as expressões culturais dos outros componentes sociais na nação. Assim, os protagonistas do campo patrimonial deixaram de ser apenas elemento do aparelho estatal para dar passo a uma pluralidade de novos agentes, que se tomaram decididamente parte da cena pública. Em consequência, afirma Abreu (2011), o campo do patrimônio cultural se alargou e não mais ficou restrito aos agentes do Estado.

Para Abreu vivemos num momento de "inclusão patrimonial", onde os outros grupos sociais foram apropriando-se da categoria, incluindo-a nas suas gramáticas cotidianas e aplicando-a dentro dos seus projetos sócio-políticos. Mesmo que esta expansão tenha colocado em cena novos conflitos e disputas de interesses, por outro lado, permitiu que grupos sociais, antes periféricos, passem a serem protagonistas no campo, assumindo suas perspectivas e pontos de vista.

Contudo, quando nos referimos ao patrimônio natural não podemos ainda aplicar o mesmo raciocínio da inclusão, pois ao ser emoldurado pela "questão ambiental", este se torna um campo de lutas bem mais denso, definido por uma processualidade conflitante e em continua redefinição. Esta redefinição se encontra atravessada indiscutivelmente, pelas expressões mais agudas da exploração capitalista dos recursos naturais. Mesmo que o discurso do cotidiano esteja muito presente no debate conceitual, não possui, segundo Scifoni (2008) a mesma projeção do ponto de vista das práticas institucionais.

---

173 Contudo, em termos patrimoniais e no marco da "questão ambiental" e do boom da biodiversidade, é presumível que a relação entre os patrimônios culturais intangíveis e os patrimônios naturais tenda a se intensificar, na via do registro e proteção dos conhecimentos (as artes de fazer) tradicionais e cotidianas para o manejo e valorização das chamadas "riquezas naturais" estimulados por claros interesses mercadológicos. Agregado a esta associação o componente de sofisticadas tecnologias e investimentos em pesquisa nos adentramos no reino dos patrimônios genéticos.

A complexidade da definição de um patrimônio ambiental, também parte da própria ambiguidade para o estabelecimento de categorias funcionais para classificar "o natural" e estabelecer tipologias e zoneamentos, que nem sempre respondem a critérios estritamente científicos e "objetivos", pois como se viu a estética também é um critério a ser considerado.

Em consequência, na seleção dos patrimônios naturais estão envolvidas tanto as priorizações do momento, referentes à proteção de certos elementos naturais ameaçados ou em risco, como os interesses estéticos e cênicos, os processos identitários e demográficos, as pressões sociais, políticas e econômicas do mercado, as questões relativas à propriedade privada e finalmente a inserção desses elementos no cotidiano das pessoas ao seu redor.

Ao relacionar o patrimônio cultural, material e imaterial com o ambiental, vale a pena apontar que nas acepções do patrimônio coadunam-se nas noções de bens culturais e naturais, concatenadas mediante as articulações entre natureza e cultura. Nessa medida a defesa da natureza e das tradições culturais foi dotada do sentido para afiançar signos da identidade nacional, cultural e ecológica ao mesmo tempo.

Ao rastrear a invenção do patrimônio ambiental, por exemplo, a carta de Atenas de 1931 acenava, ainda que de forma incipiente, a inclusão de um patrimônio natural, a partir da valorização dos monumentos naturais relacionados aos grupos humanos como cidades lacustres, grutas trabalhadas e aldeamentos (SCIFONI, 2003).

Já no caso brasileiro, o decreto lei 25 de 1937 instituiu a proteção do patrimônio nacional e os monumentos naturais mediante o tombamento. Este se refere aos "sítios e paisagens" distinguidos "pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela "indústria humana".

Mais que perceber o caráter mutável das concepções de patrimônio, podemos considerar que nos seus primórdios, a política de conservação do patrimônio ambiental também circunscrevia este aos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e arqueológico[174].

É claro que o viés dessa primeira legislação patrimonial não estava ainda guiado pelas agendas ambientalistas que se institucionalizaram desde a década de 1980. Há, por suposto, autores que criticam este entendimento, justamente pelo seu caráter restritivo. Antônio Andrade (1984:41), por exemplo, problematiza o fato de que na proposta original do decreto, elaborada por Mário de Andrade, o quadro natural foi destacado apenas como suporte de atividades humanas, portanto sua importância relacionava-se apenas aos casos em que paisagens naturais estivessem em íntima relação com grupos humanos.

Tenho trazido a consideração este ponto, porque colocado na perspectiva analítica que venho desenvolvendo, a presença de grupos sociais em áreas de conservação ambiental sintoniza-se com as relações existentes entre as práticas cotidianas do viver e a monumentalidade de certos espaços. Na medida em que as artes de fazer o espaço se desenvolvem em um espaço "natural", mas monumentalizado pela perspectiva conservacionista do meio ambiente, o diálogo entre essas duas dimensões é inevitável.

A importância de fazer uma referência sucinta aos convênios internacionais e legislações nacionais é ilustrar como a relação problematizada entre cultura humana e natureza pode também ser lida no binômio de práticas cotidianas e espaços monumentalizados, mais que em pesquisar cabalmente a invenção do patrimônio ambiental

No caso de Sacopã, para voltar à referencia empírica, fica demonstrado como dentro da natureza monumentalizada se manifesta o cotidiano da família nas "artes de fazer" (DE

---

174 Em síntese, entramos aqui com a categoria geográfica de paisagem, a qual incorpora as relações do homem com o meio ambiente e as marcas que as culturas deixam nos lugares, produzindo as "paisagens culturais" (BERQUE, 2004). Onde as particularidades relacionais entre culturas e meio ambiente definem os traços distintivos de uma paisagem os quais, por antonomásia a diferenciam de outras.

CERTEAU, 2009), tanto para ecoar o discurso preservacionista, como para dialogar com as mais neurálgicas preocupações ambientalistas. Quero apresentar aqui dois fragmentos desses discursos que funcionam para ilustrar uma e outra modalidade em Sacopã.

Em junho do 2010 houve um devastador incêndio na área florestal de Sacopã. A dificuldade para apagar o fogo por parte do corpo de bombeiros foi enorme, e na medida em que a atenção do corpo de bombeiros demorou chegar à área atingida, o fogo alcançou proporções maiores. Dias após, em 10 de julho a AMOFONTE, convocou a seus associados para fazer um ato de replantio simbólico no PMJGM e transplantou 250 mudas de árvores nativas.

Nesse dia, na hora da plantação, os vizinhos convocados e outros voluntários encontraram dentro do mato uma casa com sala e quartos, não pertencentes ao quilombo, pois o incêndio tinha acontecido longe da área ocupada pela família Pinto. Ativando "a patrulha", Ana Simas, armada dos "códigos de comportamento corretos sobre os usos cotidianos" (LEITE LOPES, 2006), do mundo natural alertou a sua comunidade e aos meios de comunicação sobre a gravidade do achado e enviou um comunicado público[175] com fotos das estruturas de casas encontradas e detalhando o estado no que estas se encontravam.

Foto 2: Casa encontrada no ato de replantio

Fonte: AMOFONTE (2010)

Foto 1: Casa encontrada no ato de replantio

Fonte: AMOFONTE (2010)

175 http://www.amajb.org.br/2010/07/comunicado-da-amofonte-sobre-os-parques-municipais-jose-guilherme-merchior/

Horrorizada, a presidente de AMOFONTE incentivou às pessoas a se indignarem também com o que seus olhos contemplaram, pois as casas achadas pelos animados replantadores possuía cozinha e fogão. Arrepiada, escrevia em caixa alta: "*PASMEM !!!!!!!!!! COZINHA COM FOGÃO*".

> A prefeitura da cidade insiste no descaso! Casas e fogão dentro da mata podem causar novos incêndios!!!!!! Nós vamos formar uma comissão permanente de replantio e eventos para a proteção das nossas áreas verdes. Não vamos desistir do plantio das mudas e continuaremos tentando plantar amor, consciência e responsabilidade nos corações daqueles que podem e tem o dever de cuidar do nosso meio ambiente e da nossa qualidade de vida.

Ressalta-se aqui o domínio da concepção de "risco" e "perigo" que coloca o patrimônio ambiental sob ameaça, noção útil para produzir outras fontes de legitimidades e criar uma normatização de condutas para a vida cotidiana. Sob essa leitura, Leite Lopes se pergunta se o "ambientalismo poderia propiciar uma dessas formas de controle do capitalismo ou caracterizar umas de suas transformações possíveis" (2006:36).

Por outro lado, o que é "cozinha e fogão" senão a evocação de um cotidiano que tentava se construir num espaço monumentalizado? As fotos acima são o vestígio de um cotidiano interrompido, transmutado, atropelado e do qual deve ser protegido o monumento. É por isto que a opinião de Ana Simas com respeito ao futuro da família Pinto é peremptória: Remoção imediata.

Ao ser monumentalizada, separada do mundo dos humanos, a natureza cumpre neste caso, também o papel de proporcionar um certo tipo de respaldo material a determinados processos de diferenciação subjacentes em dois sentidos. De um lado, social referente ás classes que desejam se mantiver afastadas espacialmente de grupos sociais como negros, favelados, pobres ou quilombolas. De outro lado, uma diferenciação ontológica com respeito às rígidas divisões entre natureza e cultura, que não alcançam a compreender misturas de gêneros ou qualquer condição híbrida entre duas instâncias.

Em ambos os casos a tarefa de purificar a natureza parece que se torna no caminho para "limpar" desse tipo de "manchas" o espaço habitado ou não. Porém, sem a existência desses conjuntos sociais, pobres, negros ou "híbridos", aqueles rituais de purificação, parafraseando Latour (2009:16), careceriam de sentido, e seriam vazios e supérfluos.

Não entanto, a natureza também guarda um lugar especial no cotidiano da família Sacopã, o vemos na tentativa da pesquisa de expor as tácticas criativas e dispersas do grupo familiar, para a apropriação continua do espaço, preso numa autentica rede de vigilância. Numa reflexão pessoal[176] escrita por Cláudio, à qual tive acesso pela sua própria mão, aparece essa sensibilidade para a natureza, mas descrita nos termos de uma relação intimista, aquela que se desenvolve a partir da própria e subjetiva experiência pessoal:

> E cabe a minha pessoa, continuar a minha vida, no lugar que nasci e fui criado. Aguardar com paciência, assim como a paz que se comporta em toda a natureza, com influência de toda esta riqueza que este ambiente me proporcionou. Eu usarei as ferramentas que os espíritos locais me proporcionaram até o dia de hoje. Minha grande defesa é o tempo, este sim, o grande juiz desta causa. Assim como a mata que tentam destruir e não conseguem, assim como os espíritos que brincaram muito comigo de criança a adulto, que me iluminaram, me deram o caminho certo evitando o erro, eu estou certamente dotado e enraizado, e curado para continuar me defendendo dos bichos venenosos dos que tantas vezes escapei ileso nas aventuras da mata deste lugar de espíritos do bem.

A escrita de Cláudio enfatiza o espaço e o tempo da realidade cotidiana. Aqui se leem as circunstâncias do momento, as transformações dadas pelo tempo e as dúvidas do amanhã. Aparecem aí as transformações urbanas da Lagoa e as tensas relações com a vizinhança que têm operado sobre as condições de relacionamento da família com o seu território. É uma construção baseada na experiência pessoal, justamente, um presente em andamento, e em expectativa frente ao que ira acontecer com a família e o lugar de moradia no futuro próximo.

Se o monumental presentifica aquilo que pela sua repetição cotidiana na história das pessoas se consagrou como modelo para se converter em referencia (BRANDÃO, 2006), somos chamados a enxergar o quanto as práticas cotidianas da família Sacopã naquele espaço, baseadas numa relação diferenciada com o entorno ajudaram a fundar essa natureza monumentalizada, reverenciada. Perversamente tal concepção patrimonial se

176 9/4/2011

forma dentro de uma praxe que celebra a "obra" mas não aos seu autores, característica de uma modalidade de patrimônio que subtrai aos usuários o que quer narrar e mostrar aos observadores de fora.

Monumentaliza-se "o natural", que se constitui para a família na sua cotidianidade. Pode se dizer que a família Sacopã habita na monumentalidade, e que ali eles construíram um monumento do cotidiano que sacraliza antes de mais nada o presente vivido e real, que surge do modo particular de habitar o mundo e da experiência ativa tirada de estar nele, através do lugar. As especificidades desse cotidiano, como vimos, transcendem as representações possíveis desde fora, daí a dificuldade inerente de tentar aprender essas práticas cotidianas, elegíveis nas abstrações cartográficas do mapeamento participativo, e mais apreensíveis mediante tecidos narrativos e outras estratégias discursivas.

Mas o dia a dia da família também se define no infindável aguardo por uma definição legal, ancorada na busca de justiça para sua situação, que combinada com o sacrifício pessoal e as inúmeras gestões conformam por sua vez um "cotidiano da espera", atravessado pelas repetidas visitas a tribunais e a sucessão de processos judiciários, as repressões da força pública, as hostilidades da vizinhança, assim como as repercussões do caso na mídia e no contexto acadêmico que também povoam o habitual cotidiano da família de pesquisadores e jornalistas.

4. Uma memória de pedra: a monumentalização do cotidianos do passado

Situando-nos uma vez mais em Pedra do Sal, partimos para um caso de monumentalização do espaço mediante rituais públicos de afirmação, onde predominam os discursos sobre o passado, temperados na necessidade de fazer resistir a memória ao passo do tempo e às intempéries próprias da cotidianidade e da modernidade acelerada. Ao ser tombada, Pedra do Sal surgiu como símbolo público para expressar e marcar a presença da comunidade negra carioca e seus valores culturais no espaço urbano. É um processo de visibilização histórica que corresponde certamente a um momento de empoderamento social dos grupos negros na cidade.

Sobre Pedra do Sal se erguem os discursos que têm objetificado a tradição e monumentalizado o lugar, reivindicando-lo essencialmente como um lugar da negritude carioca. Segundo Herzfeld (1991:57) a objetificação formal de uma comunidade viva, em termos monumentais, parte significativamente de padrões de uso prévios e saberes antigos, os quais têm sido rastreados.

A partir de uma sucessão longitudinal de acontecimentos constitutivos do lugar, levantados *a modo biográfico*, a história de Pedra do Sal e da negritude cariocas, veem se consolidando numa espécie de trajetória.

Nessa trajetória do lugar, pode-se interpretar que a "materialidade da pedra" exerce um efeito de suporte à monumentalidade do lugar. Assim, o discurso produzido sobre o monumento à negritude encontra na materialidade do lugar, fundado num objeto, uma pedra, um referente palpável e um suporte visível. A esse respeito, o seguinte fato nos serve de exemplo.

Recentemente, em setembro de 2011 foi instalado ao lado do prédio da CEDAE, um dos marcos da Pedra do Sal, um painel intitulado *Pedra do sal: múltiplas facetas de um monumento geológico – cultural*, que busca sintetizar a "historia" geológica e patrimonial de Pedra do Sal. Num breve e rápido resumo é ressaltado que

> O gnaisse facoidal, a mais carioca das rochas, do alto de seus 560 milhões de anos testemunhou toda essa história, deu suporte à paisagem, presenciou e forneceu material para o crescimento da cidade e, ainda se tornou inspiração dos seus artistas.

Foto 3: Painel da CEDAE intitulado "Pedra do Sal: múltiplas facetas de um monumento geológico-cultural"

Fonte: Autora (2011)

Feito numa parceria da CEDAE com o Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, o painel destaca a importância do marco geológico, e a trajetória do espaço como um dos berços do samba carioca. Segundo seus proponentes, o painel é um convite para realizar "uma viagem pelo tempo para que se conheça o mais antigo berço do samba carioca e a história do monumento geológico" (CEDAE, 2011).

A pedra e suas características tangíveis de resistência, durabilidade, fixação e permanência amparam os discursos objetivizantes da história do lugar e os conhecimentos engendrados sobre o mesmo. Nestes argumentos ecoam as palavras do poeta e urbanista do final do século XIX, Araújo Porto Alegre que na sua luta pela defesa da cidade do Rio de Janeiro, tinha cunhado esta expressão: "Cada pedra colocada na construção de uma cidade representa uma letra no alfabeto da história da Humanidade".

As especificidades físicas da pedra são levadas ao extremo no painel da CEDAE que recorre à "eternidade sem remorsos da geologia", como diria Baudrillard (1988 apud

MASSEY, 2008), apontando a uma *intemporalidade* da pedra (natureza) medida na escala geológica, para oferecer assim um firme "fundamento".

As escadas esculpidas na pedra, trabalhosamente talhadas, simbolizam o esforço do povo negro por se talhar uma existência enfrentando a dureza de um contexto social hostil, definido pelo racismo, a discriminação e a pobreza. A materialidade da pedra reafirma, deste modo, a própria monumentalidade do discurso popular, simbolizando as particularidades da história e luta do povo negro na metrópole carioca.

E tudo começou há 560 milhões de anos...

> Naquele momento geológico a rocha da pedra do sal se cristalizou a partir de um magma (rocha fundida) a dezenas de quilômetros de profundidade no interior da terra. No processo de cristalização foram formados os minerais que compõem a rocha e incorporados outros das rochas existentes. Posteriormente, foi submetida a altas pressões e temperaturas que produziram a orientação dos minerais. Resumindo; é uma rocha ígnea cristalizada a partir de um liquido, que foi transformadas em metamórfica, processo que ocorre no estado solido. Com o passar do tempo, forças do interior da terra trouxeram esta rocha para a superfície. Essas rocha metamórfica é denominada gnaisse facoidal e seus minerais e texturas podem ser facilmente visualizados aqui. É muito abundante no Rio de Janeiro e foi utilizada na construção de muros, meios fios, calçamento, molduras de portas e janelas e como revestimento da maioria dos prédios e monumentos que constituem o patrimônio arquitetônico da cidade. Exemplos desses usos podem ser vistos no entorno da Pedra do Sal.

Em Pedra do Sal o eco que encontra a monumentalidade também se explica pela força que um discurso baseado na permanência e na resistência consegue imprimir no atual contexto de dinamização da região. Seguindo a Huyssen (2000) e Herzfeld (1991) em um mundo de incertezas, a história e os monumentos *–de pedra-* têm como papel garantir tanto a origem como a permanência, a sua solidificação assegura estabilidade e profundidade no tempo e no espaço. Contrapõe-se aos efeitos das bruscas mudanças políticas econômicas que caracterizam a modernidade e tendem a tornar o vivido como transitório, efêmero causador de desarraigo. Em palavras de Roberto Corrêa,

> Por meio da necessária espacialidade que têm, implicando localizações fixas, dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças, utopias, e afirmar o poder daqueles que os construíram (CORRÊA, 2005:15).

Se o papel dos monumentos é a celebração dos fatos e as astúcias de personagens representativos da história de uma nação ou de um povo, as estratégias discursivas do lugar, como vimos, se centram num passado histórico, mas nem por isto deixam de ter um impacto e agência na atual formação das coletividades e identidades que ao redor de

Pedra Sal se congregam. Nas experiências relatadas, percebemos a necessidade de narrar e partilhar esse passado, assim como de divulgá-lo e torná-lo acessível para todos. Mas se o monumento é de pedra a memória não.

Como indiquei no anterior capitulo, vários dos meus entrevistados começavam suas intervenções narrando as obras e ações decisivas das personagens fundadoras e pioneiras desse espaço, cujas atitudes, em determinados momentos das suas vidas pessoais, foram essenciais para a construção da identidade de Pedra do Sal. Nesse caso, recuperar suas atuações e lutas desses fazedores do lugar é um passo necessário para reafirmar a presença da coletividade negra sobre o espaço urbano carioca.

Essas personalidades históricas são objeto permanente de recordação e tributo, mediante diversos dispositivos de celebração, festivos, orais e visuais. Para recordá-los, se programam eventos comemorativos em datas importantes para a identidade cultural, e canções são compostas em honra aos protagonistas históricos.

No espaço público, essa reverência se enfatiza em atos como pendurar nos muros das casas imagens desses artistas, ou no batismo de ruas e centros culturais com seus nomes, recriando novas toponímias que, parafraseando De Certeau (2009:172), vestem com uma palavra os lugares, evocando os fantasmas que ainda perambulam, escondidos nos gestos e nos corpos que caminham, dançam e cantam; enquanto nomeiam impõem uma ordem vinda da história. As atividades mencionadas acima compõem, evidentemente, uma retórica da homenagem ao lugar e seus fazedores.

Foto 5 Placa comemorativa do Bloco carnavalesco Escravos da Mauá

Fonte: Autora (2011)

Foto 4: Placa instalada pelo INEPAC com motivo do tombamento

Fonte: Autora (2009)

Foto 7: Instalação da placa de homenagem ao "povo negro" pelo presidente do Pólo Empresarial Nova Rua Larga

Fonte: Autora (2010)

Foto 6: Largo nomeado em homenagem a João da Baiana

Fonte: Autora (2010)

Arrisco a traçar aqui um paralelo com o tema da épica, já indicado por Gonçalves (2002), cujo mundo representado se remete ao passado, absoluto e sagrado e sobre o qual não existem incertezas, já que por todos é sabido o final dessas narrações. Os "heróis" da história narrada são sempre conhecidos por todos, ou pelo menos é o que se espera, e caso contrario existe uma atitude didática encaminhada para ensinar e rememorar essas personalidades e seus fazeres.

Contudo o que, aparentemente, importa sobre as vidas dessas personalidades são seus aportes concretos ao desenvolvimento da cultura negra e do local. Enquanto que sobre determinada personagem histórica são conhecidas suas ações exemplares e as suas

participações decisivas como ter fundado uma casa de santo, iniciar uma tradição religiosa ou musical, compor uma música, participar numa luta em prol dos direitos; é pouco o que se divulga a respeito da sua história de vida pessoal ou sentimental, assim como as contingências do seu diário viver.

Verifica-se que sobre este passado há uma atitude reverente e em um discurso que o monumentaliza. Todavia, o passado conformador da identidade de Pedra do Sal se distancia do presente, na medida em que a experiência pessoal e mais cotidiana de alguns dos atuais atores do lugar parece se eclipsar frente à história do lugar e à memória ancestral transmitida pela via da tradição. No caso específico de ARQUIPEDRA, nenhum dos meus interlocutores me falou a respeito das dificuldades cotidianas com a moradia, sobre o lixo no largo da Pedra do Sal, nem sobre a precária infraestrutura do lugar, as suas falas sempre versaram sempre sobre a memória do lugar.

Porém, as nuances desta perspectiva se apresentam ao constatar que dita monumentalidade certamente foi edificada sobre o que se considera memorável. Foram as práticas cotidianas do passado, não necessariamente mapeáveis, mas que se repetiram no dia a dia e que hoje alcançarem um reconhecimento público e também oficial. Para De Certeau (2009:80) a formalidade das práticas cotidianas é rastreável, por exemplo, a partir de narrações e histórias que invertem as relações de força e garantem vitórias temporais ou utópicas, relatando as estratégias dos poderes instituídos e as táticas dos "excluídos".

Refiro-me aqui às narrações sobre os primórdios da música popular carioca, suscitada pelo encontro de músicos propiciado a sua vez pelas contingências do lugar no contexto urbano do momento, o trabalho livre na estiva e no porto, as práticas gastronômicas e os ritos de caráter religioso que ali puderam se consolidar em determinado momento, ao lado da participação ativa dos negros em várias lutas populares que definiram perfis urbanos e sociais na metrópole carioca.

Assim, cotidianidade habita no espaço monumentalizado de Pedra do Sal, do mesmo modo que as histórias relatadas alcançam a ter um efeito sobre os hábitos diários e sobre a produção das identidades locais. As estratégias narrativas de positivação do espaço diferenciado se nutrem de uma memória, aproveitando uma *ocasião* para reinventar o lugar. Neste ponto bem pode se explorar a relação da memória, como prática cotidiana de fazer o lugar, e para isto, uma vez mais, me remeto a Michel de Certeau.

Como se apresentou no capítulo precedente, se lida aqui com os contornos de uma memória institucionalizada (agentes do Estado como INEPAC, FCP e a prefeitura com suas recentes atuações, têm um papel chave nesta questão). Entretanto a memória e as narrativas das práticas, são também *maneiras de fazer*, quere dizer, parte das táticas de resistências através das quais as pessoas e grupos se apropriam de espaços, invertendo objetos e códigos, e usando-os ao seu favor, como vem sendo exemplificado com os protagonistas de Pedra do Sal, tão confiantes na memória como meio de subverter a situação atual. Tornar públicas essas narrativas é um porto seguro. A memória e o relato estão ligadas ao que De Certeau chamou a "arte de fazer um golpe" para assim aproveitar uma *ocasião*, o momento oportuno de tentar modificar, por surpresa, uma ordem estabelecida (2009:142).

Em outras palavras, a memória midiatiza transformações espaciais, jogando com o tempo, pois a ocasião não preexiste, apenas reconhece o momento favorável fornecido pelas conjunturas, encaixa um momento fortuito em outro. Por isto a memória se produz num lugar que não lhe é próprio, ativada por um conjunto circunstancial "para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante" (ibid: 95).

> A memória obtém *força* da sua própria capacidade de ser alterada, deslocavel, móvel, sem lugar fixo. Traço permanente: ela se forma (e seu "capital") *nascendo do outro* (uma circunstância) e perdendo-o (agora é apenas uma lembrança). Dupla alteração, e de si mesma, que se exerce, ao ser atingida, e de seu objeto, que ela só conserva depois que desapareceu. A memória se esvai quando não é mais capaz dessa operação. Ela se constrói ao contrario de acontecimentos que não dependem dela, ligada à expectativa de que se vai se produzir ou de que deve se produzir algo estranho ao presente (DE CERTEAU, 2009:150).

O diálogo entre monumentalidade e cotidiano se intensifica aqui, quando a memória monumentalizada é antes de mais nada uma prática cotidiana trazida á tona com a intenção de transformar o lugar. Por outro lado, as práticas sócias "sub-reptícias" do dia

a dia de organização e apropriação do espaço têm também um conteúdo simbólico, o qual não reside apenas no passado histórico edificado, embora às vezes, se nutra da sua sombra, tais como as rodas de samba, as vendas informais de comida e bebidas nas barracas que os quilombolas e outros vendedores montam nos dias de festa. Essas atividades definem um cotidiano das tramas sociais, não divulgadas, que não figuram nas esferas públicas, mas que participam ativamente na construção do lugar. Como diria Paul Ricoeur (2001), se a história é contada, a vida é vivida.

O cotidiano habita no monumento, pela sua indiscutível relação com os aspetos mais perenes da vida social do bairro, e se constata na ocupação não programada e não antecipada do lugar; também se expressa nas permanências efêmeras de vizinhas faladoras e nas passagens de transeuntes. Outras realizações do espaço são os churrascos aos domingos organizados pelos jovens do Morro da Conceição ambientados com funk, a fila das pessoas para entrar ao restaurante nos dias de trabalho, nos almoços que às vezes são servidos em mesinhas fora do estabelecimento e nas brincadeiras das crianças após da escola, quando usam a pedra como escorrega, no único "brinquedo público" do bairro.

Foto 9: Crianças brincando de escorrega na Pedra do Sal

Fonte: Autora (2010)

Foto 8: A Pedra sendo utilizada como uma garagem para carros

Fonte: Autora (2009)

E decididamente o cotidiano está presente na inclusão de Pedra do Sal dentro de itinerários individuais, as visitas turísticas e as atividades que promovem um "consumo" do lugar, atividades que se sustentam na sua própria monumentalidade. Ao mesmo tempo, são as práticas cotidianas do lugar tudo aquilo que se passa nas suas "margens" como o acúmulo do lixo, o estacionamento de carros durante o dia, e a presença corriqueira dos catadores de latinhas de cerveja vazias durante e após das rodas de samba e outras festividades.

Foto 11: Roda do grupo Samba na Fonte

Fonte: Autora (2010)

Foto 10: Turistas em visita guiada à Pedra do Sal

Fonte: Antônio Agenor Barbosa (2009)

Foto 12 O público começando a chegar para uma roda de samba

Fonte: Autora (2011)

Foto 13 A pedra do Sal tumultuada numa segunda-feira

Fonte: Autora (2011)

Ainda presenciamos o cotidiano no fato de que a história da presença negra na área portuária não esteja tão consolidada, e na luta que se trava para posicionar essa historia, que ainda é objeto de revisão. Como mostrei, a memória afrocarioca do lugar não é somente contestada pela VOT, senão que também é relativizada pelo espírito dialógico encontrado entre grupos e pessoas, e o qual dá lugar ao confronto entre os diferentes pontos de vista que defendem que a memória sobre essa presença negra na área portuária é mais plural do que unívoca, pois uma pluralidade temporal envolve uma variedade de perspectivas que tão diferentes quanto complementárias.

Por outro lado, essas disputas pela consolidação da memória negra na região portuária do Rio de Janeiro terminam numa relativização desse passado, onde a memória é um espaço de construção histórica suscetível de renovação e recriação, em constante processo de elaboração. Esta constatação opera consequências tangíveis sobre as perguntas do presente no que diz respeito aos modos de agir, traçar fronteiras e, em síntese, como gerir o lugar, ou melhor, administrar sua herança e memória. Desse modo, a história termina se fundindo com o presente e o futuro, no seu papel de canalizar a memória através de mecanismos tão diversos como a reativação de rituais numa "geografia sagrada".

Pedra do Sal, é certa forma um "crisol" das velhas disputas e tensões do Movimento Negro dividido entre o que (CUNHA, 1998) denominou vertentes "políticas" e "culturalistas" e as nuances possíveis entre estes "dois extremos".

Estes elementos transformaram a Pedra do Sal num lugar sumamente rico e complexo, em termos etnográficos, pois não estamos lidando com um espaço público monológico e fechado, já que sua inevitável articulação com o registro cotidiano o torna "vulnerável" aos diversos pontos de vista dos segmentos sócias que lhe dão forma, fazendo dele um lugar heterogêneo e em transformação. Estamos frente a um lugar polissêmico que a partir das suas várias dimensões, cotidianas, cerimoniais, artísticas, plásticas e rituais geram diferentes formas de pertencimento, representação e experiências partilhadas.

Assim, as possibilidades de contestação e discordância nos indicam que o dissenso não elimina a prerrogativa política do lugar, pelo contrário pode animá-la.

Em ambos os casos analisados, um dos discursos principais que motivam as ações sobre os locais é o risco. O risco do desaparecimento da natureza por um lado, e por outro lado, o risco de esquecer e perder os traços culturais que identificam um lugar, este risco certamente também alimenta ações como a tentativa do vereador Eliomar Coelho de tornar áreas de interesse cultural os lugares onde estão esses quilombos. Isto localiza as iniciativas de patrimonialização dentro da chamada sociedade do risco, entendida sob "o enfoque moderno da previsão e controle das consequências não desejadas da modernização radicalizada. É a tentativa (institucionalizada) de colonizar o futuro." (BECK, 2002: 5).

Se bem este autor se centra nos riscos ambientais, seu raciocínio permite contextualizar e compreender a lógica que opera nas determinações das intervenções e declaratórias patrimoniais. O risco parte de uma estrutura de pensamento baseado na incerteza sobre o futuro, e a consequente necessidade de reagir desde o presente para combater seus possíveis danos, no declive da primeira modernidade. A sociedade do risco global se posiciona frente ao fracasso das qualidades racionais, preditivas e de controle, fundamento da modernidade ilustrada –daí a incerteza sobre o futuro - . Nos casos analisados os patrimônios ambientais e culturais, são suscetíveis de desaparecer, serem contaminados ou corrompidos.

Ante o risco de destruição, perdida, esquecimento, desaparição, deterioro, poluição, se legitima o desenvolvimento de uma intervenção sobre o bem tombado: enquanto no caso dos bens materiais se precisa da conservação, o caso da cultura imaterial estaria intervinda por ações de salvaguarda, independentemente se estas são promovidas pelo Estado ou por atores locais. Os preceitos que respaldam o primeiro se sustentam na conservação em tanto mantêm o objeto (natureza ou imóvel) que por si mesmo fala e contém a informação que legitima as ações para seu cuidado. No caso dos bens intangíveis, a salvaguarda implica ações sobre a população que cria, reproduz e permite a permanência da cultura, e em especial das manifestações e práticas que legitimam o

tombamento. Em ambas as possibilidades, a separação entre a materialidade e imaterialidade inste na fragmentação da relação indissolúvel entre universos estéticos e simbólicos, sistemas socioeconômicos, paisagens e natureza e contem a falácia de pensar em materialidades criadas por si mesmas, sem a intervenção dos saberes, conhecimentos e práticas de um determinado grupo social. No sentido contrario há também a tentativa de salvaguardar bens intangíveis como saberes, receitas, ritmos, memórias e cosmovisões culturais sem considerar a materialidade que lhe dá sustento aos grupos e coletivos produtores desse conhecimento. Seu equivoco promove intervenções performatizadas e comunidades encenadas, reduzindo o papel do patrimônio a expressões museificadas, como formula para conter o risco do esquecimento.

5. Textos, discursos músicas e representações gráficas da monumentalidade e o cotidiano

Decididamente, as dimensões do cotidiano e da monumentalidade acontecem concomitantemente em Pedra do Sal e Sacopã. Porém não podemos depreciar como têm momentos em que cada uma dessas modalidades discursivas predomina em cada um dos casos, sem que uma ou outra as defina absolutamente. Para complementar os argumentos expostos, dirijo a reflexão para duas canções compostas por compositores locais, as quais ilustram a diferença com que esses discursos se apresentam, tomando emprestadas as palavras de Lefebvre parece que uma musica refere-.se ao espaço concebido enquanto a outra apela ao lugar vivido.

Luiz Torres foi o autor de *Pedra do sal _ Africabaianacarioca*, uma canção, cuja letra resume em verso a base histórica da reivindicação da ARQUIPEDRA. Essa composição adquiriu visibilidade na mídia no ano de 2006 (TVE (20/11), Globo RJTV, Globo News, Band Jornal do Rio (2/12).

De acordo com laudo antropológico (2007), o samba é dedicado ao quilombola portuário presidente da ARQUIPEDRA, Damião Braga e também ao Joel Rufino dos Santos, o historiador que propôs o tombamento da Pedra do Sal, na década de 1980. Os versos compõem uma iconização do lugar e resumem, em grandes traços, a participação

de distintas personagens na construção de Pedra do Sal. Resume assim a história do negro na região[177].

Africabaianacarioca

> Ao despejar o seu suor/Seu sangue e alma nas pedras costeiras/E de pés de moleques.../O negro marcava para sempre sua estadia/Naquele recanto de baia.../Uma história de luta que ainda prossegue.../Na Pedra do Sal ficou/Vestígios da turma de bamba que por lá passou/Com seus santos e cantos da 'Afro cultura".../Explorado em seu laboro negro de 'peça" lutando formou/O embrião e a essência de nossa mistura!.../Vindo de tantas "Áfricas"/ Angola/ Sofrimento e revolta lhe fez Quilombola/Contra a indigna face de sua condição/Hoje Zumbi dos Palmares na escola/Reflete o valor do herói sem esmola/Nego, negro é orgulho e afirmação/João da Baiana, Ismael, Cartola.../Africabaianacarioca decola/Com 'João Alabá' pela Pedra do Sal/Gil, Melodia, Paulinho da Viola/Margareth, Zezé, Dona Ivone – uma escola/Aniceto, Candeia, Donga, Silas, Marçal/ João da Baiana, Ismael, Cartola.../Africabaianacarioca decola/ Com as 'tias baianas' pela Pedra do Sal/ Milton, Martinho, Paulinho da Viola./Elza, Beth, Alcione – Sé Café canta agora./Quilombola, Estiva, Axé, Carnaval. (Letra: Luiz Torres, Música: Luiz Torres e Zé Café),

A letra é a exposição de uma memória da saga do negro no Rio de Janeiro vindo desde uma África remota e passando por Salvador da Bahia para assentar na Pedra do Sal suas experiências musicais e religiosas. *Africabaianacarioca* funciona como uma síntese do lugar sacralizado.

Em seguida, a composição parte para a apresentação de um "panteão", o conjunto de ilustres personalidades a serem devotadas, iniciadores e mantenedores de uma tradição musical. Mediante feitos notáveis na música popular, esses artistas de todas as épocas, vivos ou mortos se consagraram ao engrandecer o lugar e a cultura negra em geral. Essa polimorfa noção de cultura negra, que para Cunha é a idealização de "um referencial coletivo capaz de abarcar, abrigar, dar sentido e reconfigurar as marcas dispersas (observadas nos seus aspectos coletivos e nunca individuais) da presença negra na sociedade" (1998: 339), neste caso carioca.

Já em Sacopã, o rap *Resistência centenária*, composto por Luiz Sacopã para ser interpretado pelo seu neto Hugo, funciona como um contraponto de memória genealógica ao exemplo anterior.

---

177 Esta composição não é a única sobre Pedra do Sal, em 2007, a Escola de Samba de Beija Flor de Nilópolis, também homenageou o lugar com o **Samba -Enredo 2007** "Áfricas: do berço real à Corte Brasiliana" (ver anexo 3)

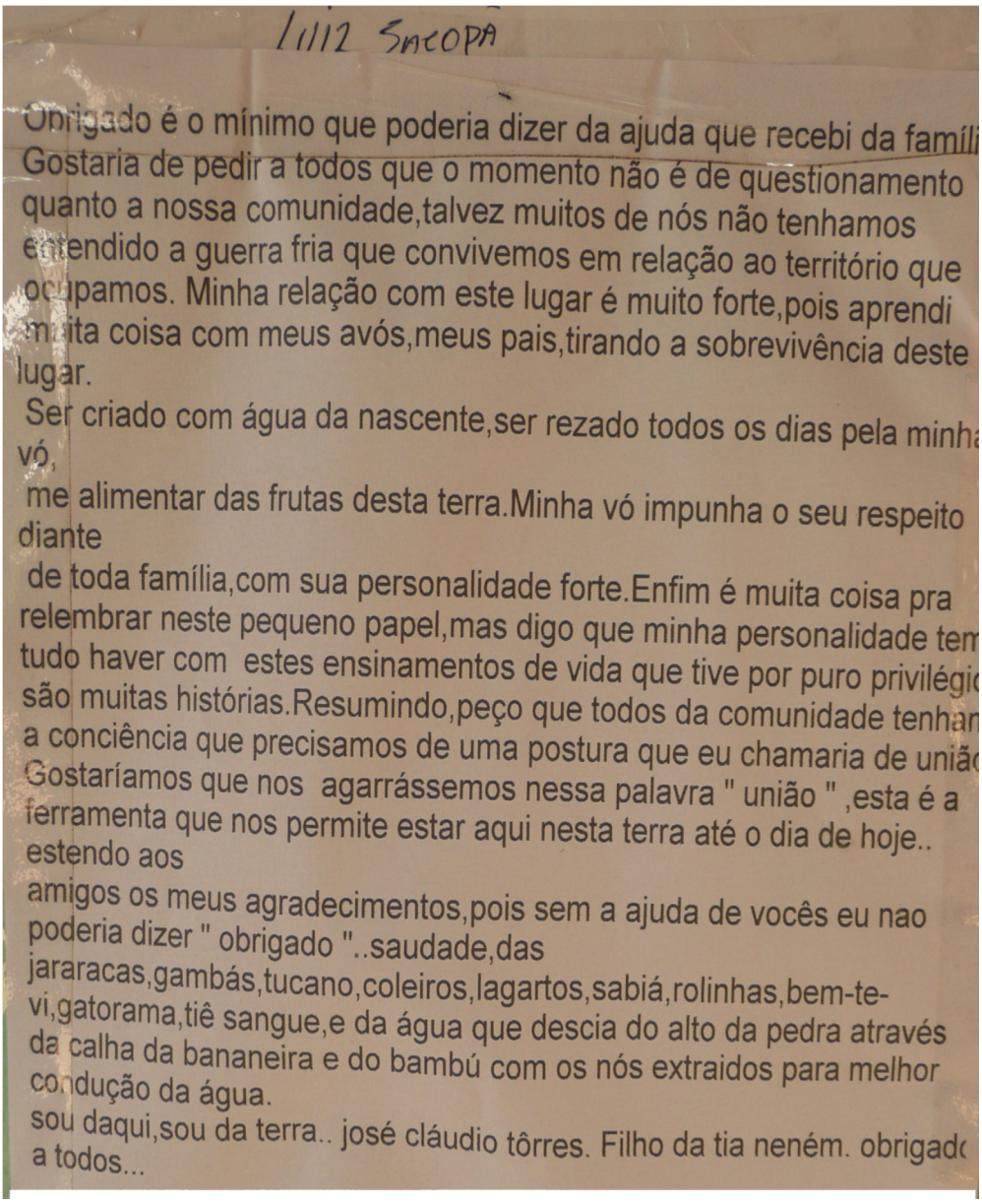
Resistência centenária

> Meu tataravô aqui chegou/ Antes da abolição/Nestas terras se assentou/Começou a evolução/Aqui ele plantou/ Aqui ele colheu/Aqui ele resistiu/Aqui ele morreu/Meu bisavô herdou/A sua grande missão/Não parou de cultuar/Nossa afro-tradição/De tocar nosso tambor/De fazer nossa oração/Meu bisavô também morreu/Mas meu avô herdou o dom/É cantor compositor/E compôs esta canção/E me deu para cantar/ Eu sou a quinta geração/Sou quilombo quilombola/ Sou rei congo sou zumbi/Sou o az da resistência/ Não quero sair daqui/Sou raça brasileira/ Que sofre a humilhação/ Sou a história verdadeira/Que construiu essa nação.

A letra da música não se refere a uma cultura negra *genérica*, passível de "resgate", mas dá conta da capacidade permanente de reinvenção da mesma. Luis Pinto, o compositor da música, deixa de lado o sabor que tradicionalmente lhe imprime aos seus sambas, centrados no amor, o carnaval e irreverências – sexuais, da infidelidade das doenças e da velhice-, e apela neste caso à linguagem da juventude negra do momento, e ao estilo de vida urbano contido no rap.

O tema da canção remete a uma memória vivida, condensada em uma genealogia familiar e com uma nítida referência, mais "intima", do lugar de residência familiar e a história particular, definida pela chegada do tataravô. Este é apresentado como o iniciador de uma linhagem, fazendo alusão aos fazeres cotidianos que construíram o lugar como plantar, colher, lutar, resistir, rezar e fazer músicas. Há também na música uma referência ao aporte do negro na construção da nação e a história de luta e resistência, mas ligada à experiência vivida no local.

De certa maneira, a tendência enunciada pelas músicas acima parece se estender para outros discursos. Ao menos assim o corroborariam os seguintes exemplos gráficos. Como foi descrito nos capítulos anteriores informações de interesse são publicadas nos muros dos espaços dos quilombos. Em Sacopã, por exemplo, o muro da cozinha que divide o terreiro do pagode é usado para colocar noticias nas que a família é protagonista na imprensa, cartas de apoio e agradecimento, recomendações e reflexões internas sobre os problemas que em concreto abordam à família, e fotos de personalidades que frequentam o lugar.



1/11/2 SNCOPA

Obrigado é o mínimo que poderia dizer da ajuda que recebi da famíli
Gostaria de pedir a todos que o momento não é de questionamento
quanto a nossa comunidade,talvez muitos de nós não tenhamos
entendido a guerra fria que convivemos em relação ao território que
ocupamos. Minha relação com este lugar é muito forte,pois aprendi
muita coisa com meus avós,meus pais,tirando a sobrevivência deste
lugar.
Ser criado com água da nascente,ser rezado todos os dias pela minha
vó,
me alimentar das frutas desta terra.Minha vó impunha o seu respeito
diante
de toda família,com sua personalidade forte.Enfim é muita coisa pra
relembrar neste pequeno papel,mas digo que minha personalidade tem
tudo haver com estes ensinamentos de vida que tive por puro privilégio
são muitas histórias.Resumindo,peço que todos da comunidade tenham
a conciência que precisamos de uma postura que eu chamaria de união
Gostaríamos que nos agarrássemos nessa palavra " união " ,esta é a
ferramenta que nos permite estar aqui nesta terra até o dia de hoje..
estendo aos
amigos os meus agradecimentos,pois sem a ajuda de vocês eu nao
poderia dizer " obrigado "..saudade,das
jararacas,gambás,tucano,coleiros,lagartos,sabiá,rolinhas,bem-te-
vi,gatorama,tiê sangue,e da água que descia do alto da pedra através
da calha da bananeira e do bambú com os nós extraidos para melhor
condução da água.
sou daqui,sou da terra.. josé cláudio tôrres. Filho da tia neném. obrigado
a todos...

Foto 14 Carta de Cláudio dirigida à família, publicada no mural do terreiro, após a última ordem de despejo

Fonte: Autora (2011)

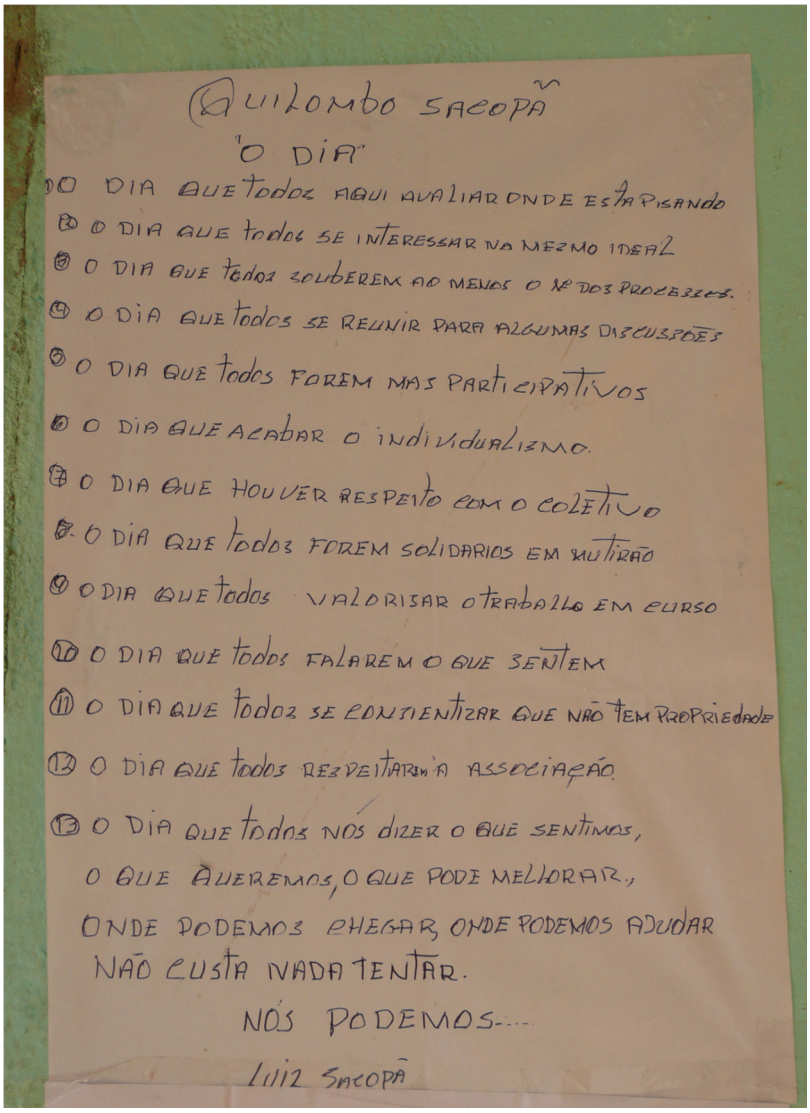


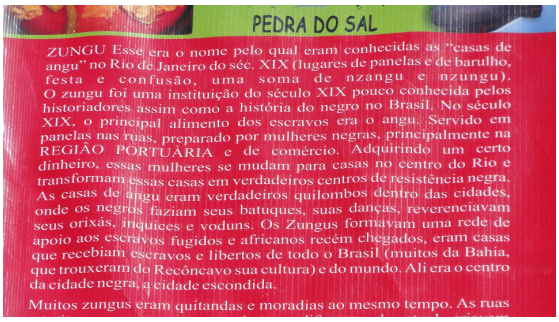
Foto 15: Mensagem interna de Luiz para sua família

Fonte: Autora (2011)

Por sua vez, em Pedra do Sal, os muros dos prédios em torno da pracinha são o suporte de informações gerais publicadas pelo grupo quilombola, sobre práticas históricas e personagens em um formato didático. No caso, painéis com screen, elaborados em materiais resistentes são encomendados e colocados nos muros em datas comemorativas onde se espera uma grande visitação pública.

Foto 16: Painel pendurado na Pedra do Sal durante o Dia Nacional do Samba, com informações sobre o processo de titulação quilombola

Fonte: Autora (2011)


PEDRA DO SAL

ZUNGU Esse era o nome pelo qual eram conhecidas as "casas de angu" no Rio de Janeiro do séc. XIX (lugares de panelas e de barulho, festa e confusão, uma soma de nzangu e nzungu). O zungu foi uma instituição do século XIX pouco conhecida pelos historiadores assim como a história do negro no Brasil. No século XIX, o principal alimento dos escravos era o angu. Servido em panelas nas ruas, preparado por mulheres negras, principalmente na REGIÃO PORTUÁRIA e de comércio. Adquirindo um certo dinheiro, essas mulheres se mudam para casas no centro do Rio e transformam essas casas em verdadeiros centros de resistência negra. As casas de angu eram verdadeiros quilombos dentro das cidades, onde os negros faziam seus batuques, suas danças, reverenciavam seus orixás, inquices e voduns. Os Zungus formavam uma rede de apoio aos escravos fugidos e africanos recém chegados, eram casas que recebiam escravos e libertos de todo o Brasil (muitos da Bahia, que trouxeram do Recôncavo sua cultura) e do mundo. Ali era o centro da cidade negra, a cidade escondida.

Muitos zungus eram quitandas e moradias ao mesmo tempo. As ruas

estreitas e casas com arquitetura diferente da atual criavam verdadeiros labirintos e becos escondidos e um zungu era um ótimo esconderijo. Dessa época, surgem reclamações em jornais sobre os "barulhos dos negros" nos zungus e inúmeras prisões. Até na lei o zungu foi parar, em 1835.

Nos Zungus, comandados na sua maioria por essas mulheres negras ou libertas minas, a cultura "urbana negra brasileira" se desenvolveu. Nos Zungus, os negros, que tiveram seus familiares separados, criaram novas famílias. Ali, os capoeiras se refugiavam e trocavam informações, praticando suas cabeçadas, rasteiras e rabos de arraia. Zungu é o "rumor de muitas vozes", casa de liberdade e resistência, local de tradição africana, quilombola e brasileira, uma rede familiar e de irmãos. Isso, no século XIX e, agora, no século XXI.

ZUNGU QUILOMBOLA

ZUNGU QUILOMBOLA Contatos - ZUNGUQUILOMBOLA@GMAIL.COM
TEL:98553759,34795679 marliacialuzia@gmail.com local: Rua São Francisco da prainha 41
Quilombo Pedra do sal Rio de Janeiro Cep. 20081-230 CNPJ 12774966/0001-65

Foto 17: Painéis com informações sobre o "zungu" ou casas de angu na zona portuária comuns no século XIX, exibidos durante a comemoração do dia nacional do samba

Fonte: Autora (2010)

O caráter didático desses painéis se defronta com outro tipo de representações como as que veem sendo elaboradas pela artista plástica Vanessa Rosa. Em julho de 2010 a artista carioca plasmou sua arte urbana nos muros da CEDAE que rodeiam a pracinha de Pedra do Sal. Intitulada *Morro da Conceição - Memórias Imaginadas*, a proposta partiu, em palavras da artista - *da força do simbólico sobre o real, da representação sobre seu referente.*

Desde esta concepção, Vanessa Rosa traçou figuras imaginárias de personagens de outras épocas, em tamanho natural, "misturando o cotidiano do passado com o cotidiano atual". Para a artista esta mistura de cotidianos é suscitada pelo fato da região não ter passado pelas grandes reformas urbanas do último século, e assim *conservar nas suas ruelas um casario de um ou dois séculos, remetendo facilmente os passantes a outras eras*. O lugar da intervenção artística, desconhecido até então, foi sugerido pelo seu orientador, o arquiteto e historiador Roberto Conduru, professor da UERJ.

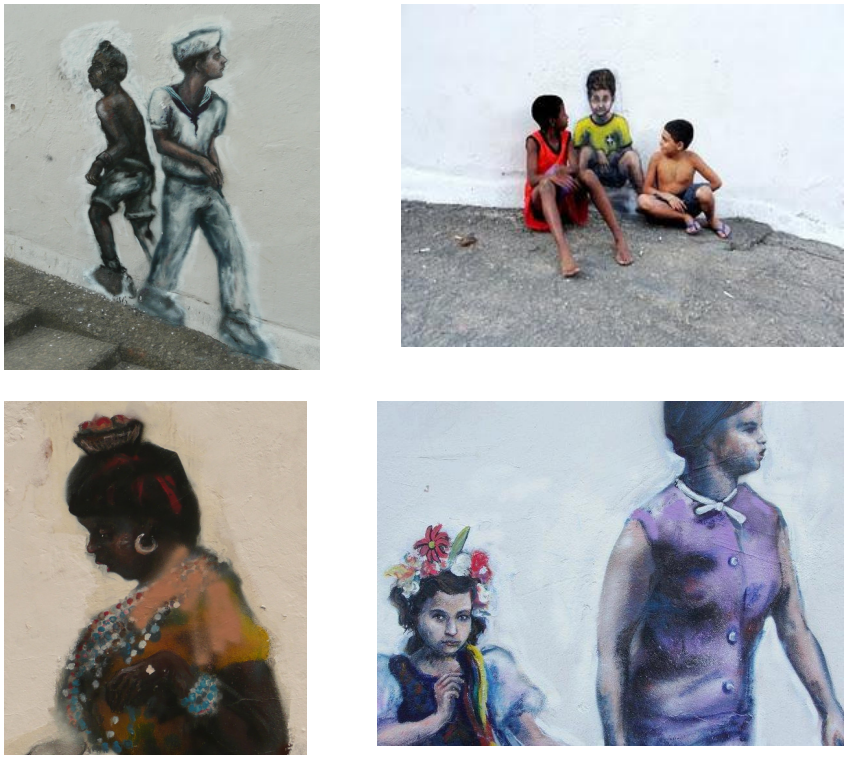


Foto: 18 Detalhes do mural

Fonte; Vanessa Rosa (2010)

Foto 20: Baianas pintadas por Vanessa Rosa nas escadas que sobem o Morro da Conceição

Fonte: Vanessa Rosa (2010)

Uma vez em Pedra do Sal a proposta de Vanessa sugeriu o estabelecimento de uma relação entre os sujeitos do presente *com aqueles do passado convertidos em imagens, tal como são imaginados hoje, e refletir sobre a construção de identidades e memórias locais, e suas inserções na rede global de imagens*. (Entrevista 25/11/2011)

A inspiração dos personagens veio de algumas histórias recolhidas no lugar pela artista, de um repasso da obra de Debret e de fotografias antigas que alguns moradores; que em princípio estranharam, mas na medida em que entenderam de que se tratava seu trabalho foram a apoiando com ideias e fotos. As intervenções desse tipo sobre o espaço urbano são efêmeras e sem compromisso com a permanência ou a própria autoria. As imagens são modificadas, pela sujeira, as pichações, a passagem do tempo e também por novas imagens que deliberadamente apagam as primeiras.

Em novembro de 2011 nas paredes da Pedra do Sal, permeáveis a novos significados, foi feita a inauguração de novos painéis, cujo propósito foi estimular a reflexão sobre outras problemáticas cotidianas, como a violência doméstica. Durante a última semana de novembro Vanessa Rosa e várias artistas da Rede Nami (Angela Rolim (fotógrafa e gravurista), Luiza Stavale (colagens), Om (grafiteira), Prima Donna (grafiteira), Cacá (grafiteira), Tia Lucia (artista popular) compareceram ao encontro para elaborar um novo mural, no marco do dia internacional da luta contra a violência à mulher[178].

Foto 21 Arte urbana, elaborada para o dia da Não violência contra a mulher

Fonte: Autora (2011)

Foto 22 Arte urbana elaborada para o dia da não violência contra a mulher

Fonte: Autora (2011)

178 A inauguração esteve animada pela participação de uma roda de samba. Dada afluência de público esperada a prefeitura instalou banheiros químico e lixeiras fixas na frente dos painéis , o que deixou à artista irritada.

Vistas as anteriores fotos, que exemplificam a presença dos discursos do cotidiano e da monumentalidade em ambos os lugares, é preciso ressaltar que não há que extrapolar ditas diferenças, já que ambas as formas discursivas se entrelaçam para dar forma aos lugares. Assim, na Pedra do Sal como em Sacopã se vivenciam tanto as vicissitudes de um cotidiano instável, como os traços de representações unificadoras e totalizantes da realidade histórica, social e natural.

Em síntese, e seguindo a Gonçalves (2002) e Herzfeld (1991) no dia a dia, as pessoas e os grupos sociais convivem com as narrativas monumentalizantes do espaço, do tempo, da arquitetura, da história e da natureza, tornadas ou não uma vantagem. Mas uma vez práticas cotidianas e simbólicas como o samba e a gastronomia, por exemplo, são carregadas também de conflitantes ideologias, esse "dia a dia" e os modos de fazer que compõem os lugares se tornam monumentalizados. Do mesmo modo que a natureza é um monumento, valorado na sua "originalidade" e também como um repositório de memórias privadas.

A MODO DE CONCLUSÃO

A etnografia sobre Pedra do Sal e Sacopã foi um zoom sobre dois locais da metrópole carioca e funcionou como uma instantânea para dar conta das narrativas que mais que atravessar, constituem ditos lugares. Nos casos, os discursos da preservação tanto na sua modalidade cultural e como na ambiental se revelaram como bons instrumentos de navegação para compreender os dinâmicos e múltiplos sentidos do lugar. Ambos lugares evidenciam uma persistente negociação dos sentidos onde a imputação dos significados é variável, pela incidência dos diferentes atores sociais que têm tomado parte na construção destes lugares. Nos defrontamos assim com a dificuldade de pensar em demarcações territoriais definitivas ou simbolicamente fixas.

Antes que me aproximar da produção da etnicidade no espaço metropolitano a partir das demandas dos grupos quilombolas e suas inerentes contradições, explorei o papel das práticas cotidianas, sobrepostas aos discursos, na simultânea produção diferenciada e narração dos lugares.

Os relatos narrativos fazem parte dos lugares, tanto quanto a materialidade dos mesmos. Além de serem uma moeda corriqueira de trocas sociais, as narrativas (cartográficas, da memória social ou da memória genealógica) funcionam como um meio de navegação e localização no espaço, do que poucas vezes se tem consciência, pois nessas águas se navega automaticamente. Parte do trabalho foi interpretar as lógicas subjacentes nas narratividades da preservação que acusam Pedra do Sal e Sacopã.

Desde essa perspectiva, me apartei da opção de operar com definições generalizantes para entender o fenômeno "quilombos urbanos". Os casos apresentados desafiaram qualquer tentativa de modelo geral na interpretação da relação entre pertencimentos

étnicos e a construção da cidade. A proposta de analise se focou na abordagem dos casos desde a relação existente entre processos gerais e questões particulares. Por esse caminho reflexivo, o jogo estabelecido entre monumentalidade e cotidianidade apontou para uma analise relacional entre essas duas categorias, e não como categorias opostas auto-excludentes, pois ambas expressões se apresentam simultaneamente embora com diferentes intensidades matizando assim a construção dos lugares.

Me propus demonstrar como essas modalidades discursivas que tecem os espaços não independem dos processos urbanos mais gerais, e muito pelo contrario tendem a estabelecer um dialogo, às vezes em sintonia, às vezes conflituoso com as agendas vigentes do planejamento, a preservação e o desenvolvimento econômico da cidade. Nesse sentido, se percebe nas práticas espaciais do quilombo Sacopã uma resistência à paisagem urbana projetada para a Lagoa Rodrigo Freitas, e um embate frontal às políticas de preservação ambiental concretizadas na implementação do Parque José Guilherme Merquior.

Enquanto isso, predominam em Pedra do Sal as narrativas, ancoradas num passado objetificado, e assim promovidas por ARQUIPEDRA e outros protagonistas tanto da cultura, como do comércio. Pedra do Sal condensa as memórias sociais dos negros na cidade, é um lugar que simboliza suas histórias, presenças, práticas, fazeres e lutas. Por esta razão o seu tombamento atingiu uma grande ressonância social. Evidentemente a objetificação de uma comunidade viva nos termos monumentais e exotizantes provem, necessariamente, de práticas cotidianas e padrões de uso prévios (HERZFELD, 1991:57).

Esses discursos monumentalizantes da historia e do patrimônio que foram de resistência, num principio, parecem terem sido neutralizados ao estar se sintonizando cada vez mais com as agendas planejadas para a região pelo *Projeto Porto Maravilha*.

Nesse sentido inquieta se as práticas cotidianas, ali rastreadas, alimentam o processo de produção da diferença e do patrimônio para o consumo. Por outro lado, a condensação

de memórias sociais sempre será um caminho conflitante, dados os diferentes atores que participam na construção do lugar e os vários significados atribuídos.

Enquanto as memórias concorrentes de Pedra do Sal representam a pugna para o reconhecimento do lugar do negro na historia da região portuária do Rio de Janeiro, a historia de Sacopã como lugar é a história da família Pinto, *lócus* da memória vivida, onde a identidade e a capacidade de mobilização estão fortemente arraigadas à vivencia cotidiana do lugar.

A vivencia e permanência da família Pinto no bairro da Lagoa é profundamente contestada, desde as mais variáveis práticas, que vestem em cada ocasião, uma roupagem diferente, seja para remover indesejáveis favelas, ou bem para a preservação de uma natureza monumentalizada. Como o eixo de uma grande contenda, Sacopã é também um espaço atribuído de contraditórios significados. Ali, o cotidiano é feito e refeito permanentemente num movimento de continuidades e descontinuidades.

Em ambos os casos, a ideia do lugar como algo pronto e acabado se desestabiliza, não só pela luta para a permanência dos distintos significados, senão pela tensão permanente entre o acumulo de experiências e o horizonte de expectativas. Dir-se-ia que o caráter distintivo dos lugares advém das atividades e práticas das pessoas que moram ou não, neles, lhe dando forma e construindo formas de organização e relações sociais dentro ou ao redor de um domínio circunscrito, onde a memória coletiva liga o lugar a um imaginário de pertencimento. Contudo, estes significados, ás vezes acumulados, às vezes encontrados têm conseguido criar uma verdadeira dimensão afetiva com um forte poder de identificação e agenciamento.

ANEXOS

Anexo 1- Entrevistas realizadas

Pedra do Sal

- Luis Torres –Arquipedra 18/05/2010
- Celina Rodrigues -Centro Cultural Pequena África 27/08/ 2010
- Rubem Confete -Centro Cultural Pequena África 27/08/ 2010
- Iêre Ferreira - Musico Centro Do Cinema Negro 24/08/ 2010
- Aroldo Cesar –Samba Na Fonte (03/03/2010)
- Milton San Roman (Dono Do Restaurante Sono Velho da rua Marechal Floriano e Presidente do Pólo da Rua Larga 29/9/2010)
- Carlos Machado (Afoxé Filhos de Ghandi) 9/02/2010
- Vanessa Rosa 25/11/2011

Sacopã

- Claudio Pinto 1/09 2010
- Ana Maria
- Cristina
- Edmo Pinto (Mosquito) 15/07/2010
- Ana Simas Amofonte 16/03/2010
- Alfredo Sirkis 31/05/2010

Anexo 2 - Manuscrito de Tia Neném

(A partir da página 35)

Pelo meu trabalho como eu vou assinar minha derrota a Sra. vai me mandar todo mês uma combi cheia de comida remédio para meu pai e minha mãe que estão velinhos, vai pagar medico e enfermeira? Ela fez uma cara triste e ao mesmo tempo recompôs e fez uma cara de trambiqueira. Neste momento chegou um repórter do jornal Globo perguntando por mim e Luiz. Para evitar mais transtornos Luiz resolveu assinar. No documento rezava-se se nós teimasse em trabalhar teríamos que pagar 1 ardil por dia, eu nem sei que dinheiro é esse. Eu não parei o meu trabalho, se parasse iria morrer de fome. Um dia um senador da rua Sacopã contratou uma feijoada para o condomínio, claro que eu aceitei. Durante a feijoada ele tirava fotos da minha família e mostrava, eu acho que ele pensava que nós éramos uma tribo de índio pois as fotos eram aquelas que se revelam na hora e ainda saiam coloridas. Eu sabia que aquela feijoada era a feijoada da traição. Por isso caprichamos em tudo, principalmente na bebida. Havia um casal que beberam muita vodka, mas na hora de servir a feijoada eles foram embora. Quando terminou o movimento eu perguntei ao Cláudio, filho quem era aquele casal. Cláudio falou, mãe eles eram muito simpáticos, ela é americana, ele nordestino, e era jornalista. Olha Sangue de Cristo tem poder. Fiquei esperando a traição, o jornalista voltou. Fez uma entrevista com Cláudio a respeito de papai e mamãe. Entrevistou papi e fez uma pequena filmagem e uma grande reportagem na Revista Isto É. Titulou "Os velinhos de 200 milhões" O jornalista era Carlos Marques, expresso político. Tinha até a pele marcada a ferro no braço. A americana era Ana a esposa dele. Ficaram nossos amigos. Com a reportagem o senador não pode concretizar a traição. Sangue de Cristo tem poder.

Algum tempo depois chegou uma moça muito delicada eu não a reconheci, ela falou sou eu, Neném, Ana, aquela que prometeu casar aqui na sua casa. Quase teve um troço, me senti

pequenininha, ela era filha do delegado que fechou nosso pagode e foi logo dizendo que os convites estavam prontos, já com o endereço do pagode Sacopã. Cada baki que eu levava, perdia um pouco do material do trabalho. (inelegível)...um cal na cozinha e no salão .Ficou jóia no dia do casamento. Aninha arrumou o salão, decorou tudo ela era certinha na decoração, eu na cozinha fazendo minha feijoada. Carlos na bebida com ajuda do irmão Carlinhos, especialista em servir. Em tudo, quando o almoço era grande, ele era rápido e competente, chegou os músicos, estava tudo em dia. Tirei a roupa de cozinheira, me produzi como cantora.

Fui para o salão, estava lotado. Ao chegar meu irmão Mosquito estava abraçado com o Sr. Os dois chorando muito, eu me assustei, e cheguei perto para saber o que tinha acontecido. Mosquito falou, essa é minha irmã, ele me abraçou e me pediu desculpas, eu não sabia o porque das desculpas. Então Mosquito falou, esse é o pai da noiva, o delegado que fechou nosso pagode Sacopã. Quando nos éramos jovens eu era padeiro, ele estava estudando e não tinha dinheiro para pagar o pão, eu dava de graça para ele não estudar com fome. Ele chorou, mais ainda e disse si eu soubesse que era para a casa de Mosquito eu tinha aliviado. O pagode comeu solto e o noivo é um tremendo músico. As madrinhas foi Ivone Lara e Alcione, um dos padrinhos João Nogueira. Não precisa disser mais nada. O mundo pequeno. A vida continuava.

Papai estava muito fragilizado, parecia um passarinho, com todos os problemas não faltava medico na cabeceira para ajudá-lo. Dr. Roberto estava sempre presente para ajudar papai e nós nos preparando para o pior. Após 102 anos meu pai dormiu para sempre. Foi um desespero para nós aceitar. Luiz não se conformou e foi enfrentar o desembargador naquele tempo, era apenas um advogado, e também tinha um jornalista que usava a Folha do Jornal do Brasil para recriminar papai e me chamou de criminosa. Dizendo que eu desbastava a mata. No meio de tanta tristeza e desespero não deixaram que eu e Luiz tivéssemos acesso ao prédio, pois neste momento poderíamos ter nos tornado criminosos. Quando criminosos eram eles tanto no momento que me tiraram o trabalho, como no momento em que construíram esse prédio numa terra que por direito era do meu pai. Enterramos nosso pai, ficamos no nosso canto segurando nossa tristeza.

Passado tempo Suely Feijó me ligou e me pediu que eu e Luiz fossemos na casa dela com meu marido e Tininha a esposa do Luiz. Tininha não quis ir. Fui eu, Luiz e meu esposo Heitor. O advogado pediu uma reunião para esclarecer que não teve nada a ver com o processo, eu não o

conhecia fui vê-lo pela primeira vez. A pesar de serem meus vizinhos do mesmo numero 250 Sacopã. O marido de Suely é um comandante, acho que o advogado pensou que ia ter seguranças na casa. Suely sabia que minha família era pacífica. Jamais iríamos nos alterar dentro da casa dela. Conversamos, lembro do advogado que hoje é desembargador, que no auge da conversa, ele perguntou pro Luiz, porque você luta por uma pagode quando tinha na mão um meio de encher um caminhão de dinheiro que seria vender o terreno, e lês que era um simples advogado, e que seria dele. Neste momento ele deixou transparecer que ele tinha muito a ver com os problemas da família Sacopã. A esposa dele olhava muito para minha bolsa. Suely sentiu a intuição dela, e começou um papo para eu poder abrir a bolsa . o papo era quem estava que estava rodando mais a bolsinha. Seria quem tivesse ...mais cheia. Foi ai que eu notei que minha bolsa realmente estava cheia, eu fazendo o jogo delas falei isso aqui não é dinheiro fácil que eu ganhei não. É uma coisa para eu me defender nos momentos difíceis. A esposa do advogado estatelou os olhos eu abri os olhos, eu abri a bolsa e puxei a bíblia velha e disse isto ai foi a herança que meu pai me deixou no ultimo momento de vida. Ela sorriu aliviada: terminou tudo cumprimentamos o comandante e Suely e viemos embora.

A primeira chamada no foro foi um transtorno quando recebemos a comunicação da apertura do processo os dados falavam de toda a família, papai, mamãe, filhos, noras, genros e netos na notificação ao se referir a Luiz eu senti uma ponta de irespeito no modo de falar do seu estado civil, mas não entendi, pois Luiz é casado e não o que se referia na notificação, chegou o dia da primeira audiência, Suely era minha testemunha. Antes quando ela não me conhecia foi uma comitiva na casa dela falar que minha família não prestava, chegaram ate uma reportagem no jornal contra minha família, mas o porteiro dela contou a verdadeira história da minha família, ela nos procurou e se retratou e fico nossa testemunha. Na primeira audiência a testemunha contra era o tal advogado Eduardo, na segunda el fiz questão de conversar com Luiz, me chamou eu e Suely e falou que de ai em diante ele ia ser nossa testemunha, pois ela não tinha nada contra a tremenda cascavel, nesse momento ele escondeu o chocalho. Passou um tempo, o dia a dia, não dava para cobrir a despesa. Resolvi servir almoço de sexta feira com musica....pro céu. Pedi perdão ao Jesus e voltei cantar no meu cantinho, eu não era teimosa e sim necessitada. Levantar cedo, fazia feijoada entregava na ...dos meus filhos e ajudantes da cozinheira e ficava no salão, cantando e enchendo a cada semana. Meu irmão a ovelha negra, fazia de tudo para nos

derrubar eu e Luiz,Ele mandou fazer 10.000 panfletos pegou dos carros de madrugada e mandou distribuir na central Lagoa e Copacabana dizendo que minha comida tinha dente de crânio de morcego ratos e baratas. Pedindo ao povo que não a comesse, Comecei receber os funcionários da Artiplan, todos publicitários que acharam que era propaganda que eu mandei fazer, que eu era uma mulher muito inteligente. Começou vir artista da TV globo e os funcionários que trabalhavam na Globo. Minha cunhada Aninha tinha abandonada a casa dela, não agüentou os maus tratos da ovelha negra, ele batia nela e ameaçava com revolver na cabeça. E abandonou a casa só com a roupa do corpo e vim morar com mamãe. Jeane a filha estava com 15 anos fazia faculdade. Convidei Ana para trabalhar aos domingos comigo, convidei Miguelzinho do Cavaco, um dos melhores músicos cariocas . eu comecei também a encher aos domingos e fui trabalhando, enchendo aos domingos. ....Minha vida um domingo, convidei um amigo para tocar uma viola de dez cordas, todo mundo gostou. Era Vitor, e ele tocava muito bem. No domingo seguinte, uma pessoa que parecia com Vitor, Miguel o convidou para nossa mesa, e perguntou: não trouxe a viola, colega? Ele respondeu que não era musico e sim cantor. Cantei todo o que tinha que cantar do lado Miguel e o pintor ficou do nosso lado, adorando nosso trabalho. Eram as 4 da tarde, só as 9 horas da noite , quando chegou Flavinha, você falou você esta muito chik cantando ao lado de Hans Doner, eu disse eu não conheço, mas ele é o maior designer da TV globo. Eu liguei incrédula, já ia dar 10 da noite. Eu chegava a casa, agradecia a presença de todos, agradecia a Jesus por ter ganho meu pão de cada dia, ganho para mim e para toda minha família.

Um domingo fechei mais cedo, 21 horas estava limpando o bar, quando chegaram e 3 policiais, estava eu, aninha e Isabel, todos tinham se retirado. O tenente chegou e mando eu arriar as portas, eu fiquei parada , não sabia que fazer, ele me ameaçou e disse já lhe dei uma ordem, a senhora não obedece. Anna chegou perto dele e disse, moço por favor, é minha cunhada, ela não fez dano em ninguém, ela da um duro danado para sustentar todos nós. Eu só crista e ainda ajudo ela para o sustento da nossa família. Ela não esta desobedecendo, ai ele disse , eu sou tenente , estou dando uma ordem, e ai ela começou chorar ele começou ficar comovido e o tenente foi consolá-la, e falou a Neném não esta lhe desobedecendo . o senhor não esta vendo, a cozinha dela não tem porta nem janela, como ela pode fechar?

Ai o tenente se abraçou com a Ana, choraram juntos. Depois me chamou e pediu desculpas. conversou comigo e me deu uma força para continuar o meu trabalho, e me orientou como me defender dos vizinhos, eu e Ana continuamos juntos, trabalhando novamente o domingo, a casa voltou a encher, e a policia me perturbando agora mais amigavelmente . eu respeitava sempre o horário de silencio as 10 horas da noite a musica silenciava, o Luiz tocava no nosso estacionamento uma oficina mecânica, e também era discriminado.

Quando chegava o mês de outubro o novembro o oficial de justiça vinha para fechar a casa e a oficina, nem eu nem Luiz podíamos trabalhar, era final de ano e eles tiraram nosso direito de ter um natal decente, recorríamos aos nossos advogados e voltávamos a trabalhar em janeiro.

Depois de perder papai, perdi minha força do meu dia a dia, era minha Irma Dina que era a força do meu trabalho. Foi muito difícil pois minha saúde estava começado a ficar ruim, pois eu tinha que correr e esconder todo meu material de trabalho no mato dos oficiais de justiça, pois eles ameaçavam recolher tudo para o deposito publico , um dia nessa confusão levei um tombo e cai , me arrebentei toda. Teve que ir ao medico, me assou voltarem, um remédio perigosíssimo que me deixou com a pele toda estourada, ate ainda tenho seqüelas, corri diversos médicos, só melhorei com as ervas do cacique Juruma. Um domingo eu estava trabalhando , quando chegou uns policiais diferente , mais tarde descobri que não eram do meu bairro e sim da Urca, devem ter ganho uma grana por fora. A vontade e que eu tinha era para meu trabalho, mais eu olhava para os meus filhos Claudio e Carlos , meus sobrinhos Márcia, Serinho, Marcinho, Luizinho, os ajudantes da cozinha os músicos e pensei em Jesus, e pedi Sr me de força, novamente continuei meu trabalho . A peregrinação continuava. Final de ano vinha o oficial de justiça fechava a casa com cadeado que trazia o símbolo do natal, três sinos coloridos aqui em cima e La embaixo.

Anexo 3 - Samba-Enredo da Escola Beija-Flor de Nilópolis em 2007

"Áfricas: do berço real à Corte Brasiliana"

Olodumarê, o deus maior, o rei senhor
Olorum derrama a sua alteza na Beija-flor
Oh! Majestade negra, oh! mãe da liberdade
África: o baobá da vida ilê ifé
Áfricas: realidade e realeza, axé
Calunga cruzou o mar
Nobreza a desembarcar na Bahia
A fé nagô yorubá
Um canto pro meu orixá tem magia
Machado de Xangô, cajado de Oxalá
Ogun yê, o Onirê, ele é odara
É Jeje, é Jeje, é Querebentã
A luz que bem de Daomé, reino de Dan (bis)
Arte e cultura, Casa da Mina
Quanta bravura, negra divina

Zumbi é rei
Jamais se entregou, rei guardião
Palmares, hei de ver pulsando em cada coração
Galanga, pó de ouro e a remição, enfim
Maracatu, chegou rainha Ginga
Gamboa, a Pequena África de Obá
Da Pedra do Sal, viu despontar a Cidade do Samba
Então dobre o Run
Pra Ciata d`Oxum, imortal

Soberana do meu carnaval, na princesa nilopolitana

Agoyê, o mundo deve o perdão

A quem sangrou pela história

Áfricas de lutas e de glórias

Sou quilombola Beija-Flor

Sangue de Rei, comunidade (bis)

Obatalá anunciou

Já raiou o sol da liberdade

Anexo 4 - Enredo do Bloco de Carnaval Rola Preguiçosa 2010

"Quilombola Sonhador" Autores: Luiz Sacopã/Roberto Medronho/Roberto Serrão

"Meu bloco vai desfilar

desço a ladeira

a boemia me convida pra sambar

até quarta-feira

sem medo de amar e ser feliz

da opressão me libertar

eu vou sacudindo a poeira

fantasiando o sofrer

o "rola preguiçosa"

nesse carnaval

cai na "gandaia" com você

na batida do tambor, eu vou

até o amanhecer

nesse mar de esplendor, me perder

nos braços do meu bem-querer

deixa a tristeza pra lá
vem se entregar à folia
samba: energia que faz delirar
"o sonho não pode acabar"
e nessa magia vamos festejar
paz e harmonia, bom tempero dá
eu sou do "rôla"
alegria dessa festa popular

eu sambo, eu gingo,
vem me balançar
vai ter festa no quilombo
até o sol raiar"

BIBLIOGRAFIA

ABREU Mauricio, Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988

ABREU Regina, "Patrimonialização das diferenças, "conhecimento tradicional" e sujeitos de direito coletivo" apresentação no XV Congresso Sociologia Curitiba 26 29 2011

ABREU Marta; MATTOS Hebe, Relatório Histórico-Antropológico sobre o Quilombo da Pedra do Sal. Em torno do samba, do santo e do porto. Rio de Janeiro: INCRA, Fundação Euclides da Cunha Universidade Federal Fluminense, 2007

ACSELRAD Henri, "Introdução" em *Cartografias Sociais e Território,* Henri Acselrad (org) Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008

_____."Mapeamentos, identidades e territórios" em _____. *Cartografia Social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010

ALMEIDA Alfredo Wagner B,"Os quilombos e as novas etnias" em Eliane Cantarino O'Dwyer, (org) *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. P 40-80

_____. "Nas bordas da política étnica: os quilombos e as políticas sociais". *Territórios Quilombolas. Boletim Informativo do NUER*. Florianópolis, v. 2, v. 2, p.15-44, 2005.

_____.Terras tradicionalmente ocupadas: Processos de Territorialização, movimentos sociais e uso comum. I Encontro dos Povos dos Faxinais. Irati: Anais. IAP, 2005b.

_____. Antropologia dos arquivos da Amazônia. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008

ANDERSON Benedict, Las Comunidades Imaginarias. México: Fondo de Cultura. Económica, 1993.

ANDRADE Antonio Luis Dias,"O tombamento da preservação de áreas naturais" *Revista do Patrimônio Histórico e Nacional* No 19 1984 pp. 41-44

AMSELLE, Jean Loup, Branchments Anthropologie de l'universalité des cultures, Paris, Flammarion, 2001

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural.* Niterói: Editora daUniversidade Federal Fluminense, 2010.

AUGÉ, Marc Não-lugares. Uma introdução a uma antropologia da supermodernidade. Paulo: Paiprus São, 2005.

BACHELARD Gastón, La poética del espacio Fondo de Cultura Económica Buenos Aires 2000

BARTH, Frederik "Os grupos étnicos e suas fronteiras" em Tom Lask (org) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000 pp. 25-67

_____"Ethnicity and the concept of culture".*Seminars PONSACS Program for nonviolent sactions and cultural survival. University of Harvard* www.wcfia.harvard.edu: www.wcfia.harvard.edu/ponsacs/seminars/synopses/s95barth.html 2001

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo.* Barcelona: Paidós, 1998.

BERQUE, Augustin. "Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural". In: Roberto Correia Lobato;, Zeny Rosendhal (Org). *Paisagem, tempo e cultura.* 2. ed. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. p. 84-91.

BEAUREGARD, Robert A. "The chaos and complexity of gentrification". In: SMITH, Neil; WILLIAMS, Peter. *Gentrification of the city.* London: Unwin Hyman,1988. p. 35-55.

BITAR, Nina Pinheiro, Baianas de Acarajé: Comida e Patrimônio no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2011

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite "Monumentalidade e cotidiano: a função pública da arquitetura" em mdc . revista de arquitetura e urbanismo Ano I . N.3 . mar. 2006. ISSN – 1809-4643 http://mdc.arq.br/2006/03/31/monumentalidade-e-cotidiano-a-funcao-publica-da-arquitetura/

BRUNER, Jerome, Realidad mental y mundos posibles, Barcelona: Editorial Gedisa, 1988.

BRUNER, Jerome, Acts of Meaning, Cambridge, Mass. London: Harvard University Press, 1990.

BORDIEU, Pierre "L íllusion biografique" *Actes de La recherche en Sciences sociales* (62/63): 69 - 72 juin 1986 traduzido em Marieta de Moraes Ferreira e Janaina Amado (org) *Usos e Abusos da História Oral* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas 2006

BRYAN Joe, "Reconsidering territory: a relational approach to understanding the "territorial turn" in Latin America " Paper apresentado na XXVIII reunião do LASA Rio de Janeiro, 2009

BUTTIMER Anne, "Home, reach and the sense of place" em Buttimer e Seamnon (org) *The Humand experience of space and place*. New York: St Martin´s Place 1980 PP 66-87

CAMPOFIORITO Ítalo, Oficio No 53 do INEPAC que encaminha a solicitude de tombamento da Pedra do Sal Rio de Janeiro:1984

CANCLINI Néstor, "¿Contrucción o simulacro del objeto de estudio? Trabajo de campo y retórica textual". Em *Alteridades* México: Universidad Autónoma Metropololitana 1991 Vol 1 No 1 PP 53-64

CASTRO MAIA, Patrícia As máscaras do Quilombo Sacopã, espaço urbano e meio ambiente. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense para a obtenção do título como mestre em Ciências Jurídicas.

CEDAE, Informativo Outubro www.*cedae.com.br/div/Informativos/InformativoOutubro2011.pdf*

CENTRO CULTURAL CARTOLA, Dossiê das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CNFCP/IPHAN, 2007

CHALHOUB Sidney, *Cidade* febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras 1996

CLIFFORD James, "Introduction Partial Truths" in *Writing culture: the poetics and politics of ethnography* edited by James Clifford and George E. Marcus. Berkeley: University of California Press, 1986

_____. Itinerários Transculturales Barcelona: Gedisa, 1999

CLOKE Paul; CRAN Philip et al Practising Human Geography, London: Sage2004

COSGROVE, Denis. "A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas" Roberto Corrêia Lobato &, Zeny Rosendhal (orgs) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998 pp.92-123

COSGROVE, Atkinson "Urban rethoric and embodied identities: city, nation and empire at the Vittorio Emanuelle II monument in Roma 1870.1945" Annals of the Association Geographers 1998 No18 p28.49

CORRÊA, Roberto "Monumentos, Política e Espaço" em Zeny Rosendahl e Roberto Lobato Corrêa *Geografias: temas sobre cultura e espaço* Rio de Janeiro: ED UERJ, 2005

CUNHA, Olivia Maria Gomes da "Depois da Festa" em *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos Novas Leituras* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000

CUNIN Elizabeth "De la esclavitud al multiculturalismo: el antropólogo entre identidade rechazada e identidade instrumentalizada" en Eduardo Restrepo e Axel Rojas (eds) *Conflicto e (in) visibilidade. Retos en los estúdios de la gente negra en Colombia* Popayán, Editorial Universidad del Cauca. Colección Políticas de la alteridade.

DA MATTA, Roberto. A *Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, *1987*.

DE CERTEAU Michel, Cultura no Plural, São Paulo: Papirus, 1995, p.234.

_____. A invenção do Cotidiano 1 Artes de Fazer,: Editora Vozes, 2009

DIEGUES Carlos Antônio, O mito moderno da natureza intocada São Paulo: NUPAUB –USP Ed Hucitec 1996

DOUGLAS, Mary; WILDAWSKY, Aaron. Risk and culture: an essay on the selection of technical and environmental dangers. Berkeley: University of California Press, 1982.

DUNKAN James, "The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom". Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Ethnicity and Nationalism. Anthropological Perspectives. London: Pluto Press 1993

_____. "The epistemological status of the concept of ethnicity" *Conference Paper "The Anthropology of Etnhicity" Published in Anthropological Notebooks* Amsterdam: Ljubliana Slovenia 1996

ESCOBAR Arturo, Territories of Difference. Place, movements, life, redes. Durham and London: Duke University Press 2008

FERRAZ, Eucanaã "O Tombamento de um Marco da Africanidade Carioca: A Pedra do Sal" *Revista do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional* No 25 1997 pp. 335- 339

FONSECA, Maria Cecília "Da modernização à participação. A política federal de preservação nos anos 70 e 80" *Revista do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional* MEC No 24 1996 pp. 159

FOX Jefferson, et all. "O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação especial" in Acselrad, Henri (org.) *Cartografias sociais e território*, Rio de Janeiro: IPPUR/;UFRJ, 2008 pp.71-84.

GEERTZ Clifford, "Tinking as Moral act: Dimensiono f Anthropological Fielwork in the New States" *Antioch Review* 28 1968 Num 2 pp 139-158

GERSON Brasil História das ruas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: La Cerda 2000

GONÇALVES José Reginaldo,"Monumentalidade e Cotidiano: "Os patrimônios culturais como gênero de discurso"em Lucia Lippi Oliveira, *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas 2002

_____. "Ressonância, materialidade e subjetividade: As culturas como patrimônios" em *Horizontes Antropológicos* Porto Alegre, 2005 11 No 23 pp. 15-36

_____."Mercados, resonancia, subjetividad: lo limites de los patrimônios culturales" em Luis E. Cárcamos-Huechante e Álvaro Fernándes Bravo (compiladores) *El valor de la cultura: Arte literatura y mercado en América Latina.* Buenos Aires: Estudios Culturales, 2007

FERRAZ Eucanaã "O tombamento de um marco da africanidade carioca: A pedra do Sal" *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Rio de Janeiro, 1997 pp. 335-339

FOUCAULT Michel, Vigiar e Punir Nascimento da Prisão. Editora Vozes Petrópolis 2004

GILROY Paul, O Atlântico Negro. Rio de Janeiro: UCAM Centro de Estudos Afro-Asiáticos Editora 34, 2001

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônios na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro: tese de doutorado, PPGSA/ UFRJ, 2011.

GUPTA Akhil; FERGUNSON James, "Beyond "Culture": "Space, Identity and the Politics of Difference" em Gupta, Akhil and Ferguson, James (ed) *Culture, Power, Place Explorations in Critical Anthropology* Durkham and London: Duke University 1997 pp. 33-51

GUSS, David "The Gran Poder and the Reconquest of La Paz" *Journal of Latin American Anthropology*,2006 Vol. 11, No.2, pp. 259-266.

HAESBAER Rogério, "Muros "campos" e reservas: Os processos de reclusão e "exclusão" territorial" em Silvia Lima e Luis Dias (org), *Panorama da Geografia Brasileira* São Paulo: Annablume vol 1 2006

_____, O mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Centauro: 2006.

HALE, Charles "Luchas territoriales, apropiaciones neoliberales y la pasión por lo posible" Conferencia de Apertura do *Seminário Cartografias Sociais e Território na América Latina"* IPPUR 21 -23 julho de 2010

HALL Stuart *"New Ethnicities"*: em *Rattansi Ali e James Donald Race, culture and Difference* London Sage Publications 1993pp. 252 -259

HANDLER Richard, Nationalism and the Politics of Culture in Quebec. Madison: University of Wisconsin Press. 1988

_____. "On sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objetification in Quebec" em *Current Anthropology* 1984 Vol 25 No 1

_____. "Is Identity a Useful Cross-cultural Concept', *in* John R. Gillis *(ed.)* Commemorations: The Politics of National Identity, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994 *pp.* 27–40.

HANNERZ, Ulf Exploring the city: Inquiries Toward and Urban Anthropology. New York: Columbia University Press,1980

_____."Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional". Rio de Janeiro *Mana,* 1997 *v.3 n.1 pp. 7-3*

HARLEY Brian, "Mapas, saber e poder », *Confins* [Online], 5 posto online em 24 Abril. URL : http://confins.revues.org/5724, 2009

HARVEY David, A condição pós-moderna, São Paulo: Loyola 1992

_____. Justice, Nature and the Geography of Differece. Oxford: Blackwell Publishers 1996

HAYDEN Dolores, The Power of Place. Urban landsapes as Public History. Massachusetts: The MIT Press 1997

HERCULANO Selene; PACHECO Tânia, "Racismo ambiental, o que é isso?" em Selene Herculano e Tânia Pacheco (org) *Racismo Ambiental.* 2006 I Seminário brasileiro contra o racismo ambiental. Rio de Janeiro: FASE PP. 248 252

HERZFELD Michael *A Place in History. Social and Monumental Time in a Creta Town.* New Jersey Pricetown University, 1991

HOBSBAWM Eric, RANGER Terence, A invenção das tradições Rio de Janeiro: Paz e Terra 1984

HOFFMANN, Maria Barroso, "Mapeamentos Participativos e atores transnacionais: A formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos" em Henri Acserald (org) *Cartografia Social e Dinâmicas territoriais: marcos para o Debate* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ 2010

HOFFMANN Odile, "Conflictos territoriales y territorialidad negra, el caso de las comunidades afrocolombianas" em Claudia Mosquera e Mauricio Pardo (Eds) *Afrodescendientes en las Américas. Trayectorias Sociales e Identitarias. 150 años de la abolición de la esclavitud en Colombia* Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, ICANH, IRD ILSA. 2001

HUYSSEN Andreas, Seduzidos pela Memória. Arquitetura, Monumentos, Mídia. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes

INCRA, Processo No 54180.001957/2005-44, Rio de Janeiro, 2005

JOLIVEAU Thierry, "O lugar do mapa nas abordagens participativas" em *Cartografias Sociais e Território,* Henri Acselrad (org) Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ2008

KAUFMAN Ned, *Place, Race and Story. Essays on the Past and Futures of Historic Preservation.* New York: Routledge 2009

KOKOT Waltraud, "Culture and Space_ Anthropological approaches" em *EtnhoScripts Basel*: Paper presented at the Swiss Graduate Programme in Ethnology/Anthropology: *"Key Concepts in Social Anthropology"; Module Workshop "Space"*

KUPER, Adam. *Cultura, a visão dos antropólogos*. São Paulo: EDUSC, 2002.

LATOUR Bruno, Jamais Fomos Modernos São Paulo: editora 34, 1994

LAWRENCE Christine, "The Serbian Bastille: Memory, Agency and Monumental Public Space in Belgrade" em *Space and Culture* 8; 31 http://sac.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/31 2005

LEITE Ilka Boaventura, "Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões" *Textos e Debates* No 2 Florianópolis: NUER 1990

LEITE LOPES José Sérgio "Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação" em Porto Alegre *Horizontes Antropológicos*, 2006, no 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun.

LEITE Rogerio, Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Editorial: Unicamp, Universidade Estadual de Sergipe, 2004

LEFEBVRE Henri, The production of space Oxford Blackwell 1991 (1974)

LOVEJOY, Arthur "Nature as aesthetic norm" en Arthur Lovejoy. Enssays in the History of Ideas 1948

LYNCH Kevin, The image of the city Massachusetts: The MIT Press,1960

LOW Seta; LAWRENCE ZÚÑIGA Denise, The Anthropology of Space and Place Oxford: Blackwell Publishing 2003

LOW Setha, On the Plaza: The Politics of Public Space and Culture. Austin: University of Texas Press. 2000

MAGNANI José Guilherme Cantor, "Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole" em Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP 1996

MARCUS, George E. 'Ethnography in/of the World System: The Emerg- ence of Multi-Sited Ethnography',Annual Review of Anthropology 1995 24: **95**–117.

MARCUSE, Peter "Enclaves yes, Guettos no. Segregation and State" em David P. Varady *Desegregating the City: Ghettos, Enclaves, and Inequality* SUNY Press 2005

MASSEY Doreen "A global sense of place" em Barnes T, Gregory D (org) *Reading Human Geography*. London: Arnold 1997 pp. 315-323

_____. Pelo Espaço. Uma Nova política da espacialidades. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2008

MEDAWAR Carlos Eduardo e TEIXEIRA Milton, Relatório Antropológico Quilombo da Pedra do Sal (encomendado pela VOT) 2009

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

_____. O visível e o invisível. São Paulo: Perspectiva, 2007 (Coleção Debates, n.40).

_____.El mundo de la perepción. Siete conferencias. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2008

MITCHELL Don "Não existe aquilo que chamamos de cultura: Para uma reconceitualização da idéia de cultura em geografia" em *Espaço e Cultura* Rio de Janeiro: NEPEC Depto de Geografia Humana UERJ, 2008

MONTEIRO Marcelo "Três casos: Catacumba, Praia do Pinto e Esqueleto" *Favela tem memória* http://www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2 25/03/2003

MORAES, Antonio Carlos "Valor, Natureza e Patrimônio Natural" em *Revista Ciência e Departamento de Geografia* USP FFCH, 2004 Ambiente Vol 28 pp. 107-204

MORAES Nilson Alves de "Memória e mundialização: algumas considerações" em Lemos Maria Tersesa (org) *Memória e Identidade e Representação*: Rio de Janeiro 7Letras, 2000

MOURA Roberto, Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca 1995

MUNERA Alfonso, Fronteras Imaginadas. La construcción de las razas y de la Geografía en el siglo XIX colombiano Bogotá: Planeta 2005

NICOLAU Jader, "Quilombos urbanos no Brasil: desafios e expectativas" em *Observatório Quilombola* Site http://www.koinonia.org.br/oq/noticias_detalhes.asp?cod_noticia=2712&tit=Not%C 2007 3%cias de Koinonia

NIGEL Barley, El antropólogo inocente. Barcelona: Anagrama 1989

NOBRE, Carlos, "Identidades mortíferas a questão racial na escola tia Ciata". http://questoesnegras.blogspot.com/2011/03/identidades-mortiferas-questao-racial.html 2011

NORA Pierre Les lieux de la mémoire . Montevideo: Gallimar 1984

O'DWYER, Eliane Cantarino. "Os quilombos e as fronteiras da antropologia. Antropolítica" Niterói: Antropolitica (UFF), 2005 v.19 pp.91 – 111

OFFEN, Karl, "The Territorial Turn: Making Black Communities in Pacific Colombia." Journal of Latin American Geography 2, no. 1 2003 pp. 43-73.

OLLAGNON, Henry "Estratégia patrimonial para a gestão dos recursos e os meios naturais. Enfoque Integral da gestão no meio rural" en Paulo Viera e Jacques Weber (org) *Gestão dos Recursos Naturais Renovaveis e Desenvolvimento. Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Corkz, 1997

OLIVEIRA Anna Paula Mattos Silva, Pindorama, onde o samba é mais puro. O discurso da tradição na política, na crítica e no mercado musical brasileiro. Tese apresentada ao Departamento de Letras da PUC 2008

OSLENDER Ulrich, Comunidades negras y espacio en el Pacífico colombiano. Hacia un giro geográfico en el estudio de los movimientos sociales. ICAN Bogotá, 2008

POLLAK, Michael "Memória e identidade social" em *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro 1992 vol 5 #10 pp. 200-212

PRATS Lorenç, Antropologia e Patrimônio Barcelona : Ariel 1997

PIAZZINI, Carlo, “Cronotopos, memorias y lugares: una mirada desde los patrimonios” em Carlo Emilio Piazzini e Vladimir Montoya Arango. *Geopolíticas: espacios de poder y poder de los espacios* La Carreta Social Medellín 2008

RAMOS María Estela, "Origens da Segregação espacial da população afrodescendente em cidades brasileiras" em Henrique Cunha Jr e Maria Estela Rocha Ramos (org), *Espaço Urbano e Afrodescedência. Estudos da espacialidade negra urbana para o debate de políticas públicas* Fortaleza: UFC Edições 2007 pp. 97-120

RELPH Edward, Place and Placeslessness Londres: Pion,1980

RETAILLE Denis “Ethnogeographie: Naturalization des Formes Socio-spatiales” *Ethnogéographies* Paris: L`Harmttan 1995

RICOEUR Paul, Del texto a la acción, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2001

ROLNIK Raquel, “Territórios Negros nas Cidades Brasileiras. Etnicidade e Cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro” Rio de Janeiro: *Estudos Afro-Asiáticos* 1989 No 17 Centro de Estudos Afro-Asiáticos Universidade Candido Mendes

ROSALDO Renato, Cultura y Verdad. La reconstrucción del análisis Social. Ecuador: ABYA AYALA 2000

SANTIAGO Jorge, "O lado clandestino da cidade brasileira. Uma historiografia reticente aos conflitos étnicos" *Anuário Americanista Europeu* 2003 No 1 pp 87-105

SAUER Carl, “The education of a geographer”. Ann. Assoc. Amer.Geogr. 1956 v.46, 289– 299

SCIFONI, Simone “Patrimônio mundial: o ideal humanista à utopia de uma nova civilização” *GEOUSP Espaço e Tempo* São Paulo No 14 pp. 20 2003

_____. A invenção do Patrimônio Natural São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SIGAUD, Maria, DE PINHO, Claudia Maria Madureira Morro da Conceição, da memória o futuro. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Projeto ProRio 2008

SOARES Mariza de Carvalho, "Nos Atalhos da Memória. Monumento a Zumbi" em Paulo Knauss (org) *Cidade Vaidosa. Imagens urbanos do Rio de Janeiro* Rio de Janeiro: Sette Letras 1999 pp. 117-135

SODRÉ, Muniz. O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

SOUZA Marcelo Lopes, Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

THORNE, Eva, “The Politics of Afro-Latin American Land Rights” Paper lido no *XXIII Internacional Congress of the Latin American Studies Association*, Sept. 6-8, at Washington, D.C. 2001

TUAN Yi-Fu, Space and place: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1977

ULLOA Astrid "Pensando verde: surgimento y desarrollo de la consciEncia global ambiental" em Germán Palacios y Astrid Ulloa *Repensando la naturaliza: encuentros y descuentros diciplinarios en torno a lo ambiental.* Bogotá: Colciencias, ICANH UN

VAN DER HAMMEN Maria Clara, "Patrimônio natural y cultural: visiones y vivencias desde la cotidianidad" em Adriana Parias Duran e Dolly Cristina Palácio Tamayo (eds) *Construcción de lugares-patrimonio. El centro histórico y el humedal de Córdoba en Bogotá.* Bogotá: Universidad Externado de Colômbia, COLCIENCIAS, 2006

WACQUANT, Loïc "Uma cidade negra entre os brancos. Revisitando o gueto negro da América".*Política e Sociedade* 2004 No 5 Outubro pp. 263-278 :

WAGNER Roy, *A invenção da Cultura* São Paulo: Cosacnaify 2010

WEBER, Max Economía y Sociedad, Vol. I. México: Fondo de Cultura Econômica 1944

_____. "A objetividade" do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Editora Atica 2006

WILLIAMS, Raymond *Marxism and literature,* Oxford: Oxford University Press 1977

WIRTH Louis, The Guetto Chicago: University of Chicago Press 1928

YORY Carlos Mario, Del monumento a la ciudad. El fin de la Idea de monumento en el nuevo orden espacio-temporal de la ciudad. Bogotá: Pontifícia Universidad Javeriana Centro Editorial Javeriano CEJA 2002

ZAMBRANO Marta, "El gobierno de la diferencia: volatilidad, escenários urbanos y conflictos sociales en el giro multicultural colombiano" em Odile Hoffmann y Maria Teresa Rodríguez (editoras) *Los retos de La diferencia. Los actores de la multiculturalidad entre México y Colômbia*. México: CEMCA, ICANH e IRD 2007

ZUKIN Sharon, "Paisagens Urbanas Pós-Modernas: Mapeando Cultura e Poder" em Antônio Arantes (org) O *Espaço da Diferença* São Paulo: Papirus Editora 2000

ZYLBERG Sonia, Morro da Conceição: Padres, soldados, operários. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretária Municipal de Cultura: Coleção Bairros Cariocas 1996

FILMES

NOVAES, André Reyes e URANO, Pedro, "*Vulgo Sacopã*" 2002, 26min

ARTIGOS NA IMPRENSA

OBSERVATÓRIO QUILOMBOLA *BOLETIM QUILOMBOLA* "RJ - Comunidade luta pela permanência no centro do Rio-Despejos e luta pela permanência no centro do Rio de Janeiro" n. 18, em 26/2/2007

ISTO É

MARQUES, Carlos, “A conquista do Paraíso”, Rio de Janeiro5/3/1986

JORNAL DO BRASIL “Moradores da Favela se mudam” 14/3/1975

FERNANDES, Marcelo “Terras em área nobre abre polêmica entre moradores e quilombolas” 6 /03/2010

NUNES, Blanca. “Invasões na mata da Fonte da Saudade” 21/10/2005

O GLOBO

AUTRAN, Paula “Um nova Lapa em gestão na Zona Portuária” 17/06/2007

COSTA, Jackeline, MAGALHÃES, Luiz Ernesto, SCHMIDT, Selma “Remoções salvaram a paisagem da Lagoa. Cartão postal do Rio poderia ter sido transformado em complexo de favelas com pelo menos 96 mil moradores”. 12/04/200910/03/2011

DAFLON Rogério “Cariocas e turistas poderão ver de arquibancadas como eram os cais da Imperatriz e do Valongo, descobertos em escavações”

_____. “Escavações de obra de drenagem da Zona Portuária encontram restos dos cais da Imperatriz e do Valongo” 01/03/2011

GOES, Ancelmo, Coluna11/11/11

LESSA, Jefferson “Porto dos milagres” caderno RIO SHOW 03/02/2006

MILHORANCE, Flavia “Quilombo Sacopã: Verde e disputado” 01/07/2010

SCHMIDT, Selma, "Favelas crescem em áreas nobres e moradores do asfalto querem depositar IPTU em juízo” 13/12/2007

_____ “Batalha judicial, por enquanto é favorável aos condomínios. Presidente da Associação de Moradores é uma das aliadas” 26/10/1991

_____. “Nasce uma Favela no Sacopã. Os moradores reclamam” 27/02/1975